

MICHEL KOBELINSKI

**HEROÍSMOS, SEDIÇÕES E HERESIAS:
A CONSTRUÇÃO DO UFANISMO E DO RESENTIMENTO NOS
SERTÕES DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (1768-1774)**

**ASSIS
2008**

MICHEL KOBELINSKI

**HEROÍSMOS, SEDIÇÕES E HERESIAS:
A CONSTRUÇÃO DO UFANISMO E DO RESENTIMENTO NOS
SERTÕES DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (1768-1774)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História e Sociedade da Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do grau de Doutor em História.

Orientador: Dr. Antonio Celso Ferreira

**ASSIS
2008**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

| | |
|------|---|
| K75h | <p>Kobelinski, Michel</p> <p>Heroísmos, sedições e heresias: a construção do ufanismo e do ressentimento nos sertões da capitania de São Paulo (1768-1774) / Michel Kobelinski. Assis, 2008 250 f.: il.</p> <p>Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista.</p> <p>1. Brasil – História – Séc. XVIII. 2. São Paulo (Estado) - História. 3. Identidade. 4. Cultura – História. 5. Mourão, Luis Antonio de Souza Botelho, 1722-1798. I. Título.</p> <p>CDD 981.03 981.61</p> |
|------|---|

TERMO DE APROVAÇÃO

MICHEL KOBELINSKI

**HEROÍSMOS, SEDIÇÕES E HERESIAS:
A CONSTRUÇÃO DO UFANISMO E DO RESENTIMENTO NOS
SERTÕES DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (1768-1774)**

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador

1º Examinador

2º Examinador

3º Examinador

4º Examinador

5º Examinador

Tendo recebido nota: _____

Assis, _____ / _____ / _____

DADOS CURRICULARES

| | |
|---------------|--|
| NASCIMENTO | 27/02/1966 - Guarapuava – PR |
| FILIAÇÃO | Leopoldina de Camargo Kobelinski Inácio Kobelinski |
| NACIONALIDADE | Brasileira |
| 1988/1991 | Curso de Graduação em Geografia Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, FAFIG. |
| 1991/1992 | Pesquisador no Programa de Pesquisa em antropologia e museologia Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL. Reserva do Iguaçu – PR. |
| 1996/1997 | Professor Colaborador do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Guarapuava – Pr. |
| 1998/2008 | Professor Assistente do Departamento de História da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, FAFI. União da Vitória - PR. |
| 1997/1999 | Curso de Pós-Graduação em História, nível de mestrado, em convênio da UNESP, Campus de Assis com a Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO. |
| 2000/2003 | Diretor Cultural do Instituto de Ensino, Pesquisa e Prestação de Serviços – IEPS. União da Vitória - PR. |
| 2006/2008 | Presidente do Comitê de Ética, Pesquisa e Extensão, CEPEX. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, FAFI. União da Vitória - PR. |

Em memória de Inácio Kobelinski que fez da vida um exemplo de amor, simplicidade e alegria. (1942-2003)

Agradecimentos

Todo trabalho de pesquisa, embora individual, exige a participação oculta de muitas pessoas, cuja contribuição merece ser agradecida. Dessa forma, quero expressar, aqui, meus sinceros agradecimentos...

À Deus, pois sem ele, nada teria sido possível;

À minha noiva Lidiana Larissa Lenchiski pelo apoio e pela atenção nos momentos decisivos; e pelo inesquecível presente de aniversário, a obra bem conservada de Manoel da Fonseca, “Vida do venerável padre Belchior de Pontes da Companhia de Jesus da Província do Brasil”, de 1932;

À minha irmã Sara Geane Kobelinski, pela confiança e apoio;

Aos colegas do curso de pós-graduação em história da Universidade Estadual Paulista;

Às bibliotecárias da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI; da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis – SP; da Universidade Federal Fluminense – Niterói, e aos membros do Centro de Documentação e apoio à pesquisa - CEDAP, UNESP; funcionários dedicados que não mediram esforços para atender as solicitações, mesmo as mais trabalhosas;

À professora Karim Siebeneicher Brito pela revisão gramatical do texto;

Aos professores Eloy Tonon e Leni Trentim Gaspari por toda a colaboração ao longo desta jornada;

Aos professores da Universidade Estadual Paulista, UNESP de Assis, que, pela proficiência em seu campo de conhecimento, possibilitaram a ampliação de um horizonte dentro das ciências humanas, quer pela discussão das idéias iniciais, referentes aos projetos de pesquisa, quer pelas discussões teóricas que se realizaram no transcorrer do Curso de Pós-Graduação;

Aos professores Dra. Tânia Regina de Luca e Dr. Eduardo Basto Albuquerque pelas críticas e valiosas sugestões na banca de qualificação;

Ao professor Dr. Antonio Celso Ferreira por aceitar a orientação deste estudo, e conduzir seu desenvolvimento com muita sabedoria e paciência.

“A rebelião escrava na moral começa quando o próprio ressentimento se torna criador e gera valores: o ressentimento dos seres aos quais é negada a verdadeira reação, a dos atos, e que apenas por uma vingança imaginária obtêm reparação. Enquanto toda moral nobre nasce de um triunfante Sim a si mesma, já de início a moral escrava diz Não a um "fora", um "outro", um "não-eu" - e este Não é seu ato criador. Esta inversão do olhar que estabelece valores, este necessário dirigir-se para fora, em vez de voltar-se para si é algo próprio do ressentimento: a moral escrava sempre requer, para nascer, um mundo oposto e exterior, para poder agir em absoluto - sua ação é no fundo reação. O contrário sucede no modo de valoração nobre: ele age e cresce espontaneamente, busca seu oposto apenas para dizer Sim a si mesmo com ainda maior júbilo e gratidão - seu conceito negativo, o "baixo", "comum", "ruim", é apenas uma imagem de contraste, pálida e posterior, em relação ao conceito básico, positivo, inteiramente perpassado de vida e paixão, "nós, os nobres, nós, os bons, os belos, os felizes!". Quando o modo de valoração nobre se equivoca e peca contra a realidade, isso ocorre com relação à esfera que não lhe é familiar, que ele inclusive se recusa bruscamente a conhecer: por vezes não reconhece a esfera por ele desprezada, a do homem comum, do povo baixo; por outro lado, considere-se que o afeto do desprezo, do olhar de cima para baixo, do olhar superiormente, a supor que falseie a imagem do desprezado, em todo caso estará muito longe do falseamento com que o ódio entranhado, a vingança do impotente, atacará – in effigie, naturalmente - o seu adversário”. **(Friedrich Nietzsche, 1877)**

KOBELINSKI, Michel. Heroísmos, sedições e heresias: a construção do ufanismo e do ressentimento nos sertões da capitania de São Paulo (1768-1774). 2008. 250 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

RESUMO: O trabalho pretende apresentar uma abordagem no campo da história cultural ao privilegiar uma análise sobre o problema da construção do ufanismo e do ressentimento na formação da identidade luso-brasileira. Entendendo que o ufanismo e o ressentimento são comportamentos humanos subjetivos, complexos e contraditórios, identifiquei inicialmente a sua manifestação no Brasil colonial nos embates entre “paulistas” e “forasteiros” na região das Minas Gerais (Guerra dos emboabas, 1708-1709). Posteriormente, entre 1768 e 1774, durante o governo de Dom Luis Antônio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Mateus), na capitania de São Paulo analisei como a construção da história paulista não só retomava as pendências (culturais, sociais, políticas e jurídicas) da Guerra dos Emboabas, mas também se estruturava em ressentimentos pessoal, coletivo e político. Sob um novo enfoque, foi analisada a documentação de André João Antonil, o código Matoso, os pressupostos dos historiadores Frei Gaspar da Madre de Deus, Pedro Taques de Almeida Paes Leme, Francisco Tossi Columbina, Cláudio Manuel da Costa, Theotônio José Juzarte e, finalmente, a documentação de Afonso Botelho de Sampaio e Souza que consta de relatórios militares, correspondências e poesias. Identificou-se nestas fontes que o ufanismo e o ressentimento eram sensibilidades em oposição e correspondência, e estavam ligadas a uma identidade paulista fundamentada na contradição e na negação da realidade colonial. Seguindo este percurso, foram analisadas as ações e reações às manipulações sociais, as articulações entre as individualidades dos sujeitos e práticas sociais. A preocupação central foi verificar em que medida os “poderes coloniais”, pessoas comuns, oficiais e soldados se satisfaziam ou “sucumbiam” a esses processos, por efeitos de conquistas, de “perdas” e de “ausências” manifestadas em situações de êxito, nobreza, desejos, fantasias, privação da vida e hostilidades (de indígenas e de espanhóis), construindo, simultaneamente, imagens espetaculares ou depreciativas da natureza e da sociedade colonial.

Palavras chave: Cultura-História. História do Brasil – séc. XVIII. Identidade. Mourão, Luis Antonio de Souza Botelho, 1722-1798. São Paulo (Estado) – História.

KOBELINSKI, Michel. Heroisms, seditions, and heresies: the construction of ufanism and the resentment in the forests of São Paulo captainship (1768-1774). Assis, 2008. 250 p. Thesis (Doctoral thesis in History), Universidade Estadual Paulista, 2008.

ABSTRACT: This work intends an approach in the history cultural field in order to give advantages to an analysis about the problem of ufanism construction and the resentment in the formation of Portuguese-Brazilian identity. In order to understand that ufanism and the resentments are subjective, complex and contradictories human behaviors, It was first identified their manifestation in the Brazil colony in the from contends between “natives of São Paulo” and “outsiders” (called emboabas) in the region of Minas Gerais (Emboadas War 1707-1709). After that, among 1768 and 1774, in the government of Dom Luis Antônio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Mateus), in the capitany of São Paulo, It was analyzed how the construction of Paulistan history , not only retook the (culture, social, politics and juridical) pendencies of Emboadas War, but also it structured themselves as personal, collective an politic resentment. These sensibilities appeared in Brazil from contends between “paulistans” or “natives of São Paulo” and “outsiders” (called emboabas) in the region of Minas Gerais (1707-1709). Later in the XVIII century, the ufanismo retook those pending contends being definitively structured by Paulistans in Historians into the conflicting process and social negotiation. By a new point of view it was focused on the documentation of André João Antonil, the Códice Matoso, the historian’s presuppositions Frei Gaspar da Madre de Deus, Pedro Taques de Almeida Paes Leme, Francisco Tossi Columbina, Cláudio Manuel da Costa, Theotônio José Juzarte, and finally the documentation of Afonso Botelho de Sampaio e Souza, which takes part of army documents, mail correspondences and poetries. I identified that the ufanismo and resentment in these sources were sensibilities in opposition to the correspondences linked to an identity based on contradictions, as well as, in the negation of colonial reality. Taking this in consideration I analyzed the actions and reaction to social manipulations, the articulation between the person’s individualities and the practice in the government of Morgado de Mateus, among 1768-1774. The main concerns was to verify in what measurement the “Colonial powers”, common people, officials and soldiers, were satisfied or “emerged” to these processes, by conquer effects , “losses”, and “outs” manifested in the best situation, nobility (to be a noble person), wishes, fantasies, life privation, and Spanish and Indians hostilities, building up, simultaneously, spectaculars or depreciative images of nature and colonial Society.

Key words: Culture-History. History of Brazil - century XVIII. Identity. Mourão, Luis Antonio de Souza Botelho, 1722-1798. São Paulo (State) - History.

KOBELINSKI, Michel. Heroísmos, sediciones y herejías: la construcción de la ufanía y el resentimiento en los “sertões” de la “capitania” de São Paulo. (1768-1774). 2008. 250 h. Tesis (Doctorado en Historia), Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

RESUMEN: El trabajo pretende un abordaje en el campo de la historia cultural al privilegiar un análisis sobre el problema de la construcción de la ufanía y del resentimiento en la formación de la identidad luso-brasileña. Entendiendo que la ufanía y el resentimiento son comportamientos humanos subjetivos, complejos y contradictorios, identifiqué inicialmente su manifestación en el Brasil colonial en los embates entre “paulistas” y “forasteiros” en la región de las Minas Gerais (Guerra de los emboabas, 1708-1709). Posteriormente, entre 1768 y 1774, durante el gobierno de Don Luis Antônio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Mateus), en la capitania de São Paulo analicé como la construcción de la historia paulista no solo retomaba las pendencias (culturales, sociales, políticas y jurídicas) de la Guerra de los Emboabas, pero también se estructuraba en resentimientos personal, colectivo y político. Bajo un nuevo enfoque analicé la documentación de André João Antonil, el código Matoso, los presupuestos de los historiadores Fray Gaspar da Madre de Deus, Pedro Taques de Almeida Paes Leme, Francisco Tossi Columbina, Cláudio Manuel da Costa, Theotônio José Juzarte, y finalmente la documentación de Afonso Botelho de Sampaio e Souza que consta de relatos militares, correspondencias y poesías. Identifiqué en estas fuentes que la ufanía y el resentimiento eran sensibilidades en oposición y correspondencia ligadas a una identidad fundamentada en la contradicción y en la negación de la realidad colonial. Siguiendo este recorrido analicé las acciones y reacciones a las manipulaciones sociales, las articulaciones entre las individualidades de los sujetos y prácticas sociales durante el Gobierno do Morgado de Mateus, entre 1768 - 1774. La preocupación central fue verificar en que medida los “poderes coloniales”, personas comunes, oficiales y soldados, se satisfacían o “sucumbían” a esos procesos, por efectos de conquistas, de “pérdidas”, y de “ausencias” manifiestas en situaciones de éxito, nobleza, deseos, fantasías, privaciones de la vida, y hostilidad (de indígenas y españoles), construyendo, simultáneamente, imágenes espectaculares o despectivas de la naturaleza y de la sociedad colonial.

Palabras clave: Cultura-Historia. São Paulo (Estado) – Historia. Identidad. Historia del Brasil – séc. XVIII. Mourão, Luis Antonio de Souza Botelho, 1722-1798.

Sumário

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 RAÍZES DO ÓDIO: os desafetos nas Minas Gerais | 23 |
| 2.1 Uma história dos conflitos..... | 25 |
| 2.2 Os desafetos nas Minas Gerais..... | 32 |
| 3 A REAÇÃO UFANISTA: a história e a literatura | 56 |
| 3.1 Pedro Taques de Almeida Paes Leme e as Minas de Ouro Paulistas..... | 64 |
| 3.2 Frei Gaspar da Madre de Deus e as abomináveis imagens de São Paulo..... | 72 |
| 3.3 A Arcádia luso-brasileira de Cláudio Manuel da Costa..... | 83 |
| 4 AMBIÇÃO, NOSTALGIA E RESENTIMENTO | 91 |
| 4.1 A vastidão do Desejo..... | 93 |
| 4.2 A nova administração colonial e seus problemas..... | 106 |
| 4.3 Viagem e povoação, nostalgia e ressentimento..... | 114 |
| 4.4 O ufanismo paulista e o paranismo..... | 128 |
| 5 O UFANISMO E O RESENTIMENTO NOS SERTÕES DE TIBAGI | 142 |
| 5.1 Tropas Pagas, Auxiliares e de Ordenanças..... | 143 |
| 5.2 Relatórios militares: as ilusões eletivas e a natureza..... | 147 |
| 5.3 Entre o paroxismo e o dever..... | 159 |
| 5.4 “Descoberta” e enaltecimento..... | 173 |
| 5.5 Insuportável natureza e injuriosa masmorra..... | 175 |
| 6 “DESCOBERTA” E CONFLITO: modos de sentir, modos de representar | 188 |
| 6.1 “Campanha Grande”..... | 190 |
| 6.2 Não é novidade padecer no sertão..... | 200 |
| 6.3 Contatos e confrontos..... | 203 |
| 6.4 Heresia e ressentimento..... | 215 |
| 7 CONCLUSÃO | 225 |
| 8 REFERÊNCIAS | 229 |
| 9 FONTES | 242 |

1 Introdução

Em geral, constata-se a presença marcante do ufanismo na sociedade brasileira. Tal “sentimento” envolve e se revela quase em tudo, no hino nacional, na bandeira, no samba-exaltação (de Ary Barroso), no futebol (principalmente o da década de 1970), na “moeda”, no turismo e nos projetos de estado, entre outros. Ao longo do tempo, a associação mais densa se estabeleceu entre a personalidade amistosa e hospitaleira dos brasileiros e seu território. O temperamento maleável advindo da cultura portuguesa se moldou historicamente pelas impressões que o paraíso terreal e suas riquezas causavam em todos os povos, criando uma sensação de otimismo, grandiosidade e pertencimento que acabava mascarando a realidade. Neste sentido, o ufanismo do início do século XVI e início do século seguinte remontava às tradições de viagens e de heroísmo dos portugueses e produzia seus efeitos no mundo real e no mundo das letras.

Essas atitudes ou posições exigiram (no passado e no “presente”) a criação de uma identidade entre “nós” afastados dos “outros”. Em geral, diz-se que, em princípio, os “outros” foram os espanhóis que rivalizavam nas fronteiras da colônia luso-brasileira. Contudo, se hoje há uma identidade comum que integra os brasileiros, durante sua gênese, constatamos que os “outros” éramos “nós” mesmos. Portanto, a raiz da ambigüidade identitária no Brasil pode ser identificada nas indisposições entre “paulistas” e portugueses. Por outro lado, percebe-se que o “ufanismo” está ligado a outro sentimento que ofusca o senso crítico do indivíduo perante o “mundo” ao redor. Assim, cria-se a falsa idéia de integração que se ajusta às conveniências impositivas da vida e da sociedade e à internalização de sentimentos recalcados.

Este trabalho procura recuperar dentro da história do Brasil um tema que não tem sido amplamente explorado. Preocupa-se, especificamente, com o problema da construção do ufanismo e o ressentimento na formação de uma identidade luso-brasileira, objetivando uma reflexão em torno de suas ambivalências. Cabe, portanto, em termos de contribuição historiográfica questionar a maneira como se estruturaram as sensibilidades em fins do período colonial, analisando uma documentação clássica sob novo enfoque.

Em geral, nos dicionários, o termo *ambivalência* refere-se ao estado em que se experimenta simultaneamente, em dadas circunstâncias, sentimentos antagônicos. E *sensibilidade* é entendida como a capacidade humana de sentir ou ter sentimentos, admitindo-se os aspectos psíquicos, filosóficos, literários, físico-químicos, etc.¹

¹ Cf. FERNANDES, F. **Dicionário de Sinônimos e Antônimos**. Rio de Janeiro: Globo, 1955; FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0**. Curitiba: Positivo Informática Ltda, 2004. Em Ferreira também podemos verificar algumas variáveis, veja-se, por exemplo, o termo “emoção”:

A natureza do vocábulo *sensibilidade*, na cultura portuguesa do início do século XVIII, é deveras interessante e profunda. Tinha como significado a predisposição dos sentidos humanos às impressões dos objetos ou coisas que podiam dar “gosto ou pena”. Com o sentido muito próximo de *sentimento*, o termo estava associado à “delicadeza”, à susceptibilidade, à “dor, trabalho, ou molície”. Considerava-se também o extremismo em relação às “delícias” da vida, e o sentimentalismo diante de “castigos” severos. O que realmente chama a atenção é o fato de aludir à estratificação social do Antigo Regime e a um tipo de comportamento diferencial, pois admitia que a *sensibilidade* “poderia” existir no coração de nobres e aristocratas “nas matérias concernentes à honra, à gloria”.² Entende-se que esta atitude tenha sido crucial para o desencadeamento da sensibilidade ufanista na colônia luso-brasileira em várias direções como se verá adiante.

Ainda sobre o ponto de vista semântico, as expressões ufanismo e ressentimento apresentam imprecisões e se acham imbricadas nos liames da cultura. Veja-se, por exemplo, que os termos *ufania e ufano* expressavam o sentido de superioridade, ostentação e soberba, ou seja, eram termos específicos daqueles comportamentos relacionados aos poderes que um grupo ou uma pessoa tinha em relação aos outros, resultando numa forma de orgulho e prazer. Nesse sentido, esta forma de sentimento trazia da Antiguidade o título de herói (do hebraico *hir*, valente) apenas aos “varões ilustres”, quer pelo sangue, quer pelas virtudes.³ De modo que, naquele ambiente societal, a sensibilidade se estabelecia no distanciamento entre os “ilustres” e os homens comuns, sem virtudes. A raiz do termo “ufano” é remota e provavelmente originária da língua espanhola como apontam os especialistas. Significa “vangloriar-se de si ou do que se dispõe”, associando-se à jactância e à vaidade. Em outros termos, refere-se a outra forma de sensibilidade que lhe é oposta.⁴

Curiosamente, em 1606, o desembargador Duarte Nunes Leão afirmava que os portugueses usavam abusivamente os vocábulos de outras nações, evitando os de origem

“ato de mover (moralmente)”; “perturbação ou variação do espírito advinda de situações diversas, e que se manifesta como alegria, tristeza, raiva, etc.; abalo moral; comoção”; “reação intensa e breve do organismo a um lance inesperado, a qual se acompanha dum estado afetivo de conotação penosa ou agradável”; “estado de ânimo despertado por sentimento estético, religioso, etc.”, s.p.

² Ver BLATEAU, Raphael. **VOCABULARIO PORTUGUEZ & LATINO, aulico, anatômico, architetonico**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, p. 584.

³ *Ibid.*, p. 465. Nota-se neste autor que o “ufanismo” também estava ligado à história, pois se referia à valorização do maior rio da Península Ibérica, o Tejo, local de partida das naus e caravelas para o “Novo Mundo”.

⁴ O **Diccionario de la lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua** [...]. Compuesto por la Real Academia Española. Que contiene las letras S.T.V.X.Y.Z. Madrid. Imprenta de la Real Academia Española, por los herederos de Francisco del Hierro, 1739, p. 384; **Diccionario de la lengua castellana por la Real Academia Española**. Madrid Imprenta de los Sres. Hernando y compañía, 1899, p. 994, informam, respectivamente o significado do termo ufanismo (a): “desvanecido, presunso, arrogante, engreído”; [...] “Se toma tambien por alegre, contento, à satisfecho de alguna acción propria”, [...] “que proveede con resolución y desenbarazo en la ejecución de algo”.

espanhola, pois “a razão he que alem da emulação que entre estas gentes houve despois que os reinos se dividirão, se encontraram os Portugueses perpetuamente com os Castelhanos em duas letras, que he mais notável differença que tem estas duas nações, & por que se mais desconhecem”.⁵ Com estas acepções, pode-se notar as tensões de longa duração reinantes entre portugueses e espanhóis em torno das disputas políticas e territoriais, tanto na Península Ibérica quanto nos domínios ultramarinos. Por outro lado, no dicionário de Bateau (1712-1728), a palavra *ressentimento*, oriunda do francês *ressentiment*, tem como significado *sentimento*, ou “pesar” de “algua cousa”, algo que fica latente, que se refere ao conhecimento de algo, ou do que poderia resultar de um encadeamento.⁶

Ao estudar o assunto, foram percebidas as discrepâncias conceituais e historiográficas, e constatou-se que o ufanismo e o ressentimento eram sensibilidades em oposição e correspondência em seus “momentos” de origem. Por este mesmo motivo, importa que estas sensibilidades sejam observadas conjuntamente, pois sua manipulação comporta subjetividades, valores históricos, sociais e culturais. Adentrando aos domínios historiográficos, percebe-se que estas sensibilidades se articulam nas relações entre os “sujeitos individuais em sua afetividade” e as práticas sociais, religiosas e políticas. Isto posto, significa dizer, em certa medida, uma retomada da “psicologia” histórica e suas relações com a história cultural.

Desse modo, ao pensarmos num tema não convencional, é necessário apontar algumas influências teóricas no desenvolvimento da presente pesquisa. Diga-se de passagem, que aqui são usadas comedidamente, pois tratavam-se de contribuições estrangeiras que, muitas vezes, por seus exemplos distantes destoavam de nossas interpretações. Assim, considerando de antemão estas questões, foram estabelecidos limites em seus usos. Neste sentido, a “escola dos Annales” foi revisitada e considerada a contribuição de Lucien Febvre. Ao considerar a polêmica sobre a história das mentalidades, buscou-se no espaço da crítica alguns de seus “resíduos” que foram explorados pelas abordagens contemporâneas. Portanto, as discussões que se seguem centraram-se na dimensão dos modos de sentir, nas atitudes psicológicas, nos anseios individuais e coletivos do homem do século XVIII.

Parte dessas teorizações forneceu subsídios para refletir sobre as aproximações e distanciamentos individuais e coletivos que desencadearam ações e reações dentro de um momento específico da história colonial brasileira. Assim, concordamos com Febvre quando ele explica que os sentimentos humanos são ambivalentes, pois na realidade os seres humanos

⁵ LEÃO, Duarte Nunes. **Origem e orthographia da lingua portugueza**. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1784, p. 80. Esta edição foi compilada de raros exemplares de 1606, preservando integralmente seu conteúdo.

⁶ BLATEAU, 1712-1728, pp. 277-278. Suplemento.

internalizam oposições, e quando um deles predomina, o outro permanece em estado letárgico (o amor e o ódio, por exemplo).⁷

Considerando as críticas a este campo histórico, é preciso dizer que nesta pesquisa sobre o ufanismo e o ressentimento também foram considerados os significados que os “atores sociais” trouxeram aos episódios nos quais se envolveram, o que levou à admissão da inexistência de uma rigidez para a maioria dos comportamentos.

Na década de 1980, os “novos” campos de estudo absorveram a história das mentalidades, uma vez que aquela abordagem já era considerada equivocada em termos teóricos e metodológicos, ou mesmo prejudicial ao sistema de crenças e racionalidades culturais, provocando com isto o engessamento das estruturas na longa duração. Nesse caso, considerou-se os novos encaminhamentos estipulando um recorte cronológico de curta duração, embora valorizando alguns elementos trabalhados pelos precursores.⁸

Neste aspecto, pode-se acompanhar na historiografia francesa a emergência e a fecundidade deste tipo de história nos encaminhamentos teóricos e metodológicos e nas novas problemáticas a ela concernentes. Essas novas discussões objetivavam uma reflexão plural sobre os usos indiscriminados do termo cultural, desmistificando a idéia de que tal acepção era uma fórmula vazia e pretensiosa, e que servia para explicar tudo e nada ao mesmo tempo.⁹ Foi justamente nessa “nova” perspectiva da história cultural que a história das sensibilidades encontrou um caminho promissor e atualizou aqueles temas que tinham ficado em suspenso.

Dentro desta vertente historiográfica, procurou-se uma fundamentação teórico-metodológica em Alain Corbin.¹⁰ Segundo esse autor, cabe ao pesquisador buscar a apreensão dos funcionamentos sociais pelo interesse das “configurações do silêncio”, matéria viva,

⁷ Ver FEBVRE, L. Como reconstituir a vida afectiva de outrora? In: FEBVRE, L. In: **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, 1985, p.217-232. Aliás, para Febvre, sensibilidade é um termo em evidência desde o início do século XIV. Seu adjetivo antecedente era *sensível*, seu sinônimo a *ternura*. A primeira estava associada à sensação e, portanto, ligada às coisas ou objetos, e a segunda, associada ao sentimento e às “impressões que os objetos deixam na alma”.

⁸ Ver VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 127-160. Ver também DOSSE, François. Os historiadores do mental. In: **A história em Migalhas**: dos Annales à Nova História. São Paulo: Ensaio, 1992, p. 85. Vários trabalhos foram desenvolvidos dentro desta orientação historiográfica. A título de exemplo cito: MANDROU, R. **Magistrados e feitiçeiros na França do século XVII**. São Paulo: Perspectiva, 1978, que preocupou-se com os modos de sentir que estavam ligados às práticas da feitiçaria e sua eliminação na longa duração; DELUMEAU, J. **História do medo no Ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 1989, que procurou entender os medos de longa duração e as atitudes diante da morte; ÁRIÉS, P. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, que trabalhou com essa mesma perspectiva.

⁹ RIOUX, Jean-Pierre, SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

¹⁰ Ver CORBIN, A. **O território do vazio: a praia e o imaginário Ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; CORBIN, Alain. Do Limousin às culturas sensíveis. In: RIOUX, Jean-Pierre, SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 97-110. CORBIN, Alain. Bastidores. In: PERROT, Michelle, et al. **História da Vida Privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 412-611.

legível e inexplorada. Entende-se que os trabalhos produzidos nesta vertente historiográfica resultaram num caminho inteligível para pensar como ocorreram algumas mudanças em relação aos desejos, fantasias e imaginações entre a população da colônia brasileira em fins do século XVIII.

É importante assinalar a contribuição de Norbert Elias no que diz respeito à *longa duração* e aos estudos dos hábitos como contraponto ao processo civilizador.¹¹ Foi dada certa atenção as suas idéias pelo fato de ele abordar os indivíduos e as redes de interdependências e condicionamentos na sociedade de corte do Antigo Regime. Nesse objeto de estudo, houve a preocupação com o Antigo Regime português apenas no que se referia a sua influência e consolidação através de redes de negociação e de conflito com os “poderes coloniais”. Além do mais, outras noções deste autor foram significativas, como por exemplo, as posturas diante da morte e, principalmente, a relação entre a agressividade e as motivações sócio-históricas, pois elas eram significativas para a construção das sensibilidades a partir daqueles momentos de tensão entre indivíduos e a sociedade, grupos e instituições.

Sobre o ressentimento, foi necessário retomar Nietzsche, uma vez que ele o considerou como o resultado de uma configuração histórica na qual há sublevação dos “inferiores” sobre os “superiores”.¹² Nessa perspectiva, o ódio recalcado manifestava-se através da “inveja, do ciúme assassino e do desejo de vingança”. O ressentimento, porém, não se resume a essa definição e nem a comportamentos historicamente determinados como pensava o filósofo. Mesmo porque tais sentimentos podem se manifestar no mesmo plano estamental e no “ódio” dos “superiores” pelos “subalternos” alimentados por período incerto. Além do mais, hoje se reconhece no ressentimento a manifestação inconsciente das angústias ignoradas, muitas vezes introjetadas nos indivíduos e que se vinculam à negação da existência.¹³ Por isso, recorreu-se a Pierre Ansarat.¹⁴ Sua contribuição foi significativa, pois permitiu entender a pluralidade dos ressentimentos, a motivação para os conflitos nas Minas Gerais do início do século XVIII e sua repercussão entre os historiadores paulistas. Foram ações que resultaram na constituição inicial do ufanismo brasileiro. Também recorreu-se ao trabalho de Peter Gay, com a intenção de identificar nos indivíduos e nos grupos a

¹¹ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

¹² NIETZCHE, F.W. **Genealogia da moral**. Uma polêmica. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002. NIETZCHE, F.W. **Obras incompletas**. São Paulo Nova Cultural, 1991.

¹³ HAROCHE, Claudine. Elementos para uma antropologia política do ressentimento: laços emocionais e processos políticos. In: BRESCIANI, S., NAXARA, M. **Memória e (Res)sentimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 333-346.

¹⁴ ANSARAT, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, S., NAXARA, M. **Memória e (Res)sentimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 15-36. Seguindo Freud, Ansarat nos alerta sobre a impossibilidade de eliminarmos o ressentimento e a agressividade, pois é algo que faz parte da formação do indivíduo e de sua personalidade.

manifestação de “dispositivos afetivos” ambíguos relacionados às contingências sociais e à vida nos sertões da colônia.¹⁵

Levando em conta a temática proposta, é impossível não ressaltar a conhecida ostentação que os brasileiros manifestam pelo país e por si mesmos, que seguidamente as pesquisas de opinião pública realizadas pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Instituto de Estudos das Religiões comprovam.¹⁶ Em geral, o país é apreendido como o reino da natureza, dos animais, das plantas, das riquezas minerais, “pátria” da “hospitalidade e da cordialidade”. Tal sentimento é referenciado nos dicionários, como no Aurélio, por exemplo, a partir da obra do Conde Affonso Celso, *Por que me ufano de meu país*. As idéias de integração nacional, o amor à pátria e o civismo resultaram de uma “reação” daquele membro do IHGB e da Academia Brasileira de Letras aos “perigos que ameaçam o Brasil”, como os maus governos, as instituições e a “separação do território nacional em Estados”. Situações que, a seu ver, causavam atraso econômico e a precariedade das instituições políticas. Daí a necessidade de realçar o passado, mostrando como a formação do Brasil devia muito aos “bandeirantes”, pois eles eram os portadores da civilidade. Afinal de contas, em sua visão aqueles homens se adaptaram à natureza, “reduziram os indígenas à escravidão” e “expulsaram os espanhóis do território português”.¹⁷

Mas há outro ponto de vista que contesta tais valorações e, assim como o ufanismo, procura eliminar qualquer tipo de oposição. Neste sentido, pode-se tomar a obra *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* de Paulo Prado, como uma referência de contestação ao caráter nacional representado pelo Conde Affonso Celso.¹⁸ A tese era a de que tínhamos um legado psíquico embasado na luxúria, na ambição e na tristeza que desatinava os “sentidos”. Em tal acepção, fica claro que o “esgotamento sensorial”, “as perturbações somáticas e psíquicas” levaram a um sentimento de não pertencimento ao Brasil: “Do amor ao torrão natal, nem uma única palavra, nem um só gesto”, gente sem “apego ao solo nutridor”.

¹⁹ No enfoque culturalista de Mello e Souza, Paulo Prado é um antiufanista construtivo que

¹⁵ GAY, Peter. **O cultivo do ódio**. A expediência burguesa da Rainha Vitória a Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁶ “**O que o brasileiro pensa do Meio Ambiente e do consumo sustentável**”, com edições nos anos de 1992, 1997, 2001 e 2006. Em 2001, a pesquisa era coordenada por *Samyra Crespo – Coordenadora* de Meio Ambiente do ISER, e por Eduardo Novaes, secretário de qualidade ambiental (MMA).

¹⁷ CELSO, Affonso de A. F. **Por que me ufano do meu país**: right or wrong, my country. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 12^a edição, 1943, p. 38, 43 e 44, respectivamente. Em **Chorographia do Brasil**. São Paulo: Livraria Paulo Azevedo e Cia, 1922, p. 309, Afonso Celso exalta o empreendedorismo dos paulistas, a formação territorial brasileira, o escravismo indígena e a exploração aurífera de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e o Sul do Brasil; valorizou ainda a autonomia do Estado de São Paulo com a Proclamação da República e seus quatro presidentes paulistas: Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves e Washington Luiz.

¹⁸ PRADO, Paulo. **Província & nação. Paulística. Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1972.

¹⁹ *Ibid.*, p. 206.

mescla inovação e conservadorismo, usando uma “tipologia qualificativa com base em sentimentos” para compor uma idéia simbólica acerca dos “fenômenos da colonização”.²⁰ Estas questões são significativas, pois o ufanismo é um “sentimento exacerbado” que se sustenta na relação entre o homem e terra, especialmente na relação personagem-natureza-paisagem, não admitindo neste sentido, rupturas na constituição desta relação.

Ao nos situarmos no contexto historiográfico brasileiro, é necessário revelar que este trabalho resulta de um estudo de Kátia Maria Abud que desmistifica o “mito bandeirante” construído ao longo da história brasileira, onde a produção de heróis permitiu, através da exacerbação e do orgulho, projetar no âmbito das tensões e negociações sociais e políticas uma imagem referencial dos paulistas e da própria nação.²¹ Contudo, privilegiou-se a ênfase na gênese deste processo, pois percebeu-se ali algo que poderia ser explorado, porque envolvia “sentimentos” contraditórios. Basicamente, explorou-se a simultaneidade do ufanismo e do ressentimento em seu momento fundante. Outra inspiração fundamental às idéias aqui propostas veio do trabalho de Sandra Jatahy Pesavento sobre as sensibilidades no Rio Grande do Sul (o Sul Profundo), onde a autora identificou, no ufanismo e no ressentimento, sentimentos introjetados “em um modo de ser”, “exteriorizados e estereotipados” pelos gaúchos.²²

Delineados estes encaminhamentos, será explicada a essência do trabalho em torno do ufanismo e do ressentimento como sensibilidades que afloraram no seio da sociedade brasileira do século XVIII. Neste caso, historicamente, dois momentos foram significativos, pois desencadearam um processo narrativo de tais valores onde ocorreram conflitos entre diferentes camadas da sociedade colonial: a chamada Guerra dos Emboabas (1707-1709), na região das minas e a cooperação e resistência ao governo de Morgado de Mateus, entre 1765 e 1774, em São Paulo. Parece significativo retomar algumas questões que ficaram em aberto, pois apenas uma face do processo foi abordada, sendo necessário considerar pelo menos uma relação mais específica com o seu desencadeamento, principalmente durante a conquista dos sertões da capitania de São Paulo. A questão que se coloca é a maneira como estas sensibilidades se manifestaram no final do período colonial, em termos de práticas individuais e coletivas, tanto nos conflitos nas Minas Gerais, quanto nos processos sociais e transformações na capitania de São Paulo.

²⁰ MELLO e SOUZA, Laura. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-38.

²¹ ABUD, Kátia Maria. **O sangue itimorato e as nobilíssimas tradições**. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. São Paulo: Universidade do Estado de São Paulo – USP, 1985. Tese de doutoramento.

²² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul profundo. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 223-238.

No capítulo I, *Raízes do ódio: os desafetos nas Minas Gerais*, é discutida a gênese do ufanismo a partir da Guerra dos Emboabas. Além da exploração dos principais referenciais historiográficos sobre o assunto, como por exemplo, Taunay, Vasconcelos, Mello, Rodrigues, Golgher, Boxer, Pitta, foram reinterpretados os documentos do códice Matoso e a obra de Antonil, procurando evidenciar as contraposições entre o ressentimento e o ufanismo, inicialmente vinculado aos valores metropolitanos. Notadamente as posições flutuantes nas esferas dos “poderes coloniais” em relação aos conflitos nas Minas Gerais produziu uma documentação que resultou em orientações historiográficas distintas. No que concerne à generalização da intransigência, destaca-se que os conflitos entre paulistas e portugueses estavam ligados a interesses contraditórios, dentro e fora destes mesmos grupos. A conclusão é a de que o ufanismo em fins de setecentos não foi genuinamente produzido pela força das idéias na colônia, mas também pelas referências que eram abstraídas da cultura portuguesa.

No capítulo 2, *A reação ufanista: a história e a literatura*, foi analisado o surgimento do ufanismo na literatura do início de setecentos, tendência que estava mais ligada aos valores portugueses do que aos coloniais, e que acabou influenciando os historiadores paulistas. Neste sentido, considerou-se as ambigüidades em torno do ufanismo e do ressentimento, a intermediação entre as “políticas de estado” e os interesses pessoais. Desse modo, o capítulo comportou três momentos importantes. Inicialmente, a análise focou a influência decisiva de Pedro Taques de Almeida Paes Leme no governo de Morgado de Mateus, a valorização do passado e da nobilitação, sendo perceptível a cooptação do historiador com o governo colonial, através de sua habilidade no mapeamento dos recursos minerais nos interiores paulistas. Referindo-se a Frei Gaspar da Madre de Deus, refletiu-se como sua perspectiva ufanista, que evocava apenas um passado heróico dos sertanistas, valorizou a paisagem colonial ao mesmo tempo em que se contrapunha aos discursos dos jesuítas espanhóis Charlevoix e Vaissette que, inversamente, mostravam imagens da barbárie e da degeneração social na formação da capital paulista. Nesses casos, o ufanismo pode ser visto como um instrumento de luta que parte do ressentimento decorrente da perda de privilégios no âmbito dos conflitos e das negociações sociais. Seu direcionamento, que reserva internalizações (recalques), procura apresentar externamente somente os aspectos dignificantes para causar impressão e dominar. Por fim, a poesia de Cláudio Manuel da Costa se inseria neste processo pela relação que manteve com o ambiente conflituoso que transpassava a poesia do ouro. Contudo, notou-se o descompasso entre a *persona* poética de Cláudio Manuel da Costa com a paisagem mineira e a melancolia decorrente de sua insatisfação pessoal diante da triste realidade luso-brasileira.

No Capítulo 3, *Ambição, nostalgia e ressentimento*, é analisado o projeto de exploração e colonização dos sertões de Tibagi Francisco Tossi Columbina (1750), enfocando que seu desejo de enriquecimento estava acima de vinculações mais profundas com um senso de pertencimento à colônia. Como a iniciativa foi crucial para o conhecimento dos sertões, foi aproveitada nos projetos de Morgado de Mateus. Neste contexto, refletiu-se de maneira geral a conturbada administração de Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, os processos que sofreu após o seu governo e suas tentativas de reabilitação junto à coroa portuguesa. A participação de seu sobrinho, Afonso Botelho de Sampaio e Souza também foi ponderada em razão dos projetos de militarização e dominação territorial. Mas o documento mais interessante deste capítulo é o “Diário da Navegação do Rio Tietê, Rio Grande, e Rio Gatemi” (1769) do Sargento-Mor Theotônio José Juzarte que aponta a saga de centenas de pessoas que se direcionaram para a imensidão colonial. Foram identificados ali “dispositivos afetivos” relacionados a estados de nostalgia, melancolia e solidão. Estes comportamentos apareceram em razão de “perdas e ausências” durante a viagem e o estabelecimento no forte Nossa Senhora dos Prazeres no Iguatemi até sua capitulação. Ainda foi reservado um espaço para a análise do posicionamento da vertente paranista sobre a exploração dos sertões do Tibagi, cujo ideário se assentava nos valores históricos e sociais das décadas iniciais do século XX. O capítulo é finalizado com a análise de um romance histórico que retomava a povoação de Iguatemi e reconstruía mitos em torno das questões indígenas.

Nos dois capítulos finais, a documentação organizada por Afonso Botelho de S. Paio e Souza e intitulada “Notícia da conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi” permitiu a construção de dois momentos de análise para as explorações militares aos sertões da capitania de São Paulo: o reconhecimento dos interiores coloniais e depois a exploração e ocupação dos Campos de Guarapuava. Invariavelmente, transparecem nesses documentos as sensibilidades em oposição entre indivíduos, grupos e instituições, mostrando ao mesmo tempo como a sociedade colonial foi contraditória, produzindo imagens espetaculares do território e das ações dos “homens bons” que se sobrepuseram à realidade social na colônia.

Na primeira parte, no capítulo 4, *O ufanismo e o ressentimento nos sertões de Tibagi*, partiu-se dos dispositivos jurídicos e da formação das Tropas Pagas, Auxiliares e de Ordenanças para a compreensão dos mecanismos de promoção e de punição. Para isto, foi preciso identificar as articulações e desarticulações em relação aos poderes na colônia enquanto mecanismo de sustentação de uma lógica de sobrevivência. O foco central se estabeleceu nas incursões militares que foram direcionadas para o reconhecimento dos sertões e de sua hidrografia (rios Iguaçu, Tibagi, Piquiri, Ivaí, Iguatemi, Tietê). Além de analisar os ressentimentos desencadeados pelas disputas políticas dentro da corporação militar, procurou-

se avaliar as motivações para as deserções, a impopularidade do governo de Morgado de Mateus entre a população, os conflitos entre militares e clérigos. Em relação aos discursos dos altos escalões militares, ressaltou-se os argumentos provenientes das idéias dos historiadores paulistas ligadas ao enaltecimento pessoal e às vinculações e afastamentos com a natureza e a paisagem. Em muitos casos a relação com a natureza decorria de valores culturais e religiosos. Ao longo da documentação, percebeu-se a projeção do ufanismo como instrumento de luta contra os espanhóis que rivalizavam nas áreas litigiosas da colônia e como ele era utilizado em razão dos sucessos e fracassos nas expedições militares.

Na última parte, *“Descoberta” e conflito: modos de sentir, modos de representar*, é apresentada uma reflexão sobre as peculiaridades da exploração e ocupação dos Campos de Guarapuava, as tentativas de ocupação territorial a partir da aproximação com populações indígenas e a aversão aos espanhóis. Avaliou-se como a interiorização e a exteriorização dos “sentimentos” conduzia a comportamentos que podiam se manifestar tanto na poesia que aludia ao mito do eldorado, quanto na repugnância aos comportamentos sacrílegos dos índios Kaingangues. Estes modos duais de sentir se voltavam para o maravilhamento da paisagem e sua monumentalidade, ao mesmo tempo em que criavam mitos sociais a partir dos ressentimentos.

Deste modo, é colocada à disposição dos leitores a ambivalência das sensibilidades ao pensá-las enquanto maneiras de agir e reagir dentro de estruturas sociais cooperadoras e conflitantes que abrangem diferentes temporalidades: paulistas e “emboabas”; historiadores paulistas e jesuítas paraguaios; “poderes metropolitanos” e “poderes coloniais”; “poderes coloniais” e população; “generais e soldados”; “oficiais e oficiais”, “soldados e indígenas”.

Neste sentido, foi concebida a tese *Heroísmos, sedições e heresias: a construção do ufanismo e o ressentimento nos sertões da capitania de São Paulo (1768-1774)*. Os “heroísmos” ficam por conta da sensibilidade ufanista construída pela elite letrada que consagrou a si mesma e criou vínculos entre o indivíduo e o território através do sistema de relações entre “poderes” na colônia. Foi a partir deste princípio de valorização das ações heróicas e do território colonial pela via militar que foram desencadeados ressentimentos nos soldados e na população da capitania de São Paulo.

As sedições estão relacionadas aos ressentimentos entre portugueses e paulistas na exploração aurífera das Minas Gerais no início dos setecentos. Elas evoluíram para as disputas políticas, para o ciúme e para a inveja que o sistema de promoções provocava dentro da corporação militar, principalmente para as expedições que exploravam os sertões de Tibagi (1768-1774). Contudo, também havia o ressentimento dos soldados “rasos” que desertavam e também aquele sentimento recalcado da população da colônia contra o militarismo do

período. E, finalmente, a heresia dos índios dos campos de Guarapuava que reagiram incisivamente à exploração e aos valores culturais que os portugueses procuraram disseminar, além do ressentimento destes em relação àquelas populações consideradas bárbaras.

Portanto, o que se pressupõe é a confirmação da ambigüidade sensível, ressentimento e ufanismo, desencadeados simultaneamente na construção de uma identidade luso-brasileira. Ela é vital para se entender a maneira como o ressentimento foi duramente combatido em finais de setecentos. Em nosso entendimento estas sensibilidades podem ser vistas como formas ou alternativas viáveis de combater o “outro”, afirmando desejos e intenções profundas sobre “pretensões” diluídas na diversidade dos grupos humanos. Por fim, concluiu-se que estas sensibilidades conflitantes e correspondentes oscilaram de um extremo ao outro, provocando um quadro de tensões e de negociações que marcou a história colonial da América portuguesa.

2 Raízes do ódio: os desafetos nas Minas Gerais

NÃO HÁ COUSA TÃO BOA, que não possa ser ocasião de muitos males, por culpa de que não usa bem dela. E até nas sagradas se cometem os maiores sacrilégios. Que maravilha, pois, que sendo o ouro tão fermoso e tão precioso metal, tão útil ao comércio humano, e tão digno de se empregar nos vasos e ornamentos dos templos para o culto divino, seja pela insaciável cobiça dos homens contínuo instrumento e causa de muitos danos?

André João Antonil, Cultura e opulência do Brasil, 1711.

No final do século XVII e início do século seguinte, a capitania de São Vicente abrangia extensas áreas, desde Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso até os limites “incertos” com o Paraguai. E a extração aurífera foi um elemento dispersor da população na colônia portuguesa, a ponto de o sertanista não representar inteiramente o interesse metropolitano, mas o próprio “negócio”. Primava-se pela satisfação dos próprios interesses quando isso era possível, colocando-se os dos outros num plano inferior.¹ As transformações econômicas e sociais foram motivadas pela mineração, de tal modo que os sertanistas e os aventureiros que afluíram para as minas atrás do enriquecimento rápido envolveram-se em diversas alterações.

A chamada Guerra dos Emboabas (1707-1709) marcou a rivalidade entre os paulistas, tidos como “bandoleiros sem lei”, e os emboabas, forasteiros (portugueses e nascidos no Brasil), provenientes de Santos, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Portugal.² Para Golgher o termo emboaba - tipicamente de origem ameríndia - está associado a um tipo de ave com penas até os “dedos” (*mbuab*), sendo uma conotação à indumentária portuguesa, ou seja, “botas ou polainas cujo aspecto lembrava o pinto calçado”.³ Mello dedicou um capítulo inteiro à “Palavra Emboabas”, e melhor destaca seu sentido e surgimento em documentos de época. Ele cita, por exemplo, Rocha Pitta, Antonil, Manoel Nunes Viana, Borba Gato, Ayres de Cazal, Santa Rita Durão, Theodoro Sampaio, Varnhagen, entre outros. Parece que a designação de origem indígena foi dada pelos paulistas antes da ocorrência dos conflitos nas

¹ Ver BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: a mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995. Ver também BLAJ, Ilana. **Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana**. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 281-296, 1998.

² CAZAL, Ayres de. **Corografia Brasílica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil**. Rio de Janeiro, Imprensa régia, 1817. “Denominavam emboabas, por trazerem as pernas cubertas à semelhança de certas aves”, p. 325.

³ GOLGHER, Isaias. **Guerra dos emboabas: a primeira guerra civil nas Américas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1956, p. 28. Além disso, segundo o autor a derivação do hebraico (*haboab*), “por ter sido, supostamente, Manuel Nunes Viana caixeiro de uma firma judia”, não tem embasamento documental.

minas, e depois passou a designar os “adversários”. No dizer de Mello, “por quê admittir que foi usada pelo índio com um sentido menoscabante, quando muito mais natural seria admittir-se o seu emprego como expressão de ódio?”.⁴

De qualquer maneira, independentemente da situação não se deve descartar o sentido negativo que o termo conota desde seu início. E leve-se em conta a maneira jocosa como os “forasteiros” e “agregados” tratavam os paulistas. Boxer chama nossa atenção para isso, e destaca que os escravos dos portugueses utilizavam o termo “pouco exato”, “carijós” ou “tapuias” para designar genericamente os paulistas. Em oposição, os paulistas se dirigiam aos forasteiros como se eles fossem inferiores, tratando-os por “vós”, termo que em São Paulo significava menosprezo e arrogância.⁵ Os europeus, de modo geral, não diferenciavam os provincianos, simplesmente consideravam-nos “paulistas”.⁶

A voluptuosidade do ódio e da vingança também tem suas raízes nas diferenciações sociais, sobretudo na pigmentação da pele. Mas não se pode dizer que se trata de algo exclusivo porque também se referia às atitudes dos antagonistas. Os paulistas não aceitavam a idéia de compartilhar os achados minerais com os forasteiros e muito menos o fato de os naturais da terra, os baianos principalmente, associarem-se aos reinóis. E o sentimento de inferioridade era como uma faca de dois gumes, e provavelmente a carne cingida por primeiro foi a dos paulistas, pois seus desafetos os suplantariam economicamente, além de os instigarem com outras formas de provocação. E justamente nesse momento surgiu a segregação social, econômica e étnica e o egocentrismo em pessoas que não faziam mais do que “catar” ouro, asseverar-se de suas posses, e acentuar os defeitos alheios num processo mesquinho de eliminação do outro.⁷

O ponto de efervescência social na batalha emboaba partiu de ressentimentos mútuos, tendo, portanto, motivos de ambas as partes. Os documentos e as diferentes versões para os episódios acabaram servindo como munição para o “fogo cruzado” que a historiografia iria produzir mais tarde. Entre tais motivos de reação perante o grupo oponente, assinala-se o fato de os “vicentinos”, julgarem-se com mais direitos pela descoberta das jazidas auríferas. Pesou a intervenção de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador do Rio de Janeiro

⁴ MELLO, José Soares de. **Emboabas**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1979, p. 204.

⁵ FONSECA, Manoel da. **Vida do venerável padre Belchior de Pontes da Companhia de Jesus da Província do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1932, p. 205.

⁶ PIZZARO E ARAUJO, José de Souza. **Memórias históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, p. 265. Vol. 8, tomo II.

⁷ SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990, p. 71.

em favor dos portugueses e a derrota dos paulistas na contenda.⁸ Do outro lado, os motivos eram variados; enfocavam-se a índole dos paulistas, as perseguições aos “forasteiros”, a insolência, a atitude tendenciosa e desfavorável aos “filhos do reino”, o benefício e o apoio que os antagonistas recebiam das autoridades coloniais, em especial a de Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, entre outros.

E com razão, aqueles acontecimentos nas minas de ouro, bem como suas repercussões, ao mesmo tempo minimizavam os problemas econômicos, possibilitando o controle das facções burguesa e cidadina, e o despovoamento da metrópole. Na colônia, por seu turno, garantiam a circulação do ouro, “refreavam” o contrabando, exigia-se passaporte aos viajantes, etc. Ao mesmo tempo impunham-se medidas restritivas ao trânsito de homens e mercadorias. Como resultado final, ocorreu a regulamentação em torno das datas, a cobrança do quinto, o estabelecimento da capitania de São Paulo e Minas de Ouro, a elevação da vila de São Paulo à categoria de cidade, amenizavam os conflitos entre as partes, e impeliram os paulistas para outras áreas da colônia.

2.1 Uma história dos conflitos

Os estudos sobre a Guerra dos Emboabas abrangem textos expressivos e polêmicos cujas versões se inserem em processos históricos e discursivos diferenciados nos quais o tema ora se apresenta como algo ligado à natureza gananciosa do homem, ora como “movimento” ligado às rebeliões nativistas que procuraram a independência de Portugal, como fato histórico mal compreendido, como algo contingencial ou mesmo da natureza humana. E a ambigüidade sensível que encharcou os documentos não volatilizou a complexidade nas interpretações historiográficas, mas é claro, ressalve-se a tendência de cooptação dos historiadores com os sistemas de poder vigentes no momento de suas produções. E sem exceção os textos referentes ao assunto não especificam a interatividade, a aproximação e o distanciamento entre o ufanismo e o ressentimento, embora tenham tocado em sua superfície ao considerar os aspectos últimos dessas sensibilidades, a violência declarada e os embates derradeiros.

⁸ BOXER, C. R. **A idade de ouro do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1969, p.103. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho substituiu Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, e logo depois, assumiu a recém-criada Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, com sede na cidade de São Paulo (1710).

Em José Honório Rodrigues, por exemplo, confirma-se o caráter elitista dos distúrbios e rebeliões na chamada “historiografia sangrenta”, onde se evidenciam as facções envolvidas no acontecimento e como aqueles homens foram arrastados pelos seus resultados. Sobre as lutas nas Minas Gerais, destacou a complexidade que cerca o tema, a terminologia, além de apontar uma historiografia ligada às obras mais relevantes, como a de Soares de Mello, Lúcio José dos Santos e Afonso d’E. de Taunay.⁹ E não faltaram na análise do historiador os entrelaçamentos literários da época, pois como se tem conhecimento a obra de Nuno Marques Pereira, intitulada “O compêndio Narrativo do Peregrino da América”, caracteriza a perspectiva dos emboabas, justamente porque foi financiada por um deles, Manuel Nunes Viana, além de verificar as contribuições de Rocha Pitta.

Em um capítulo da obra “A idade de ouro do Brasil”, o brasilianista Boxer C.R., não se restringiu à historiografia daquele evento. Conferiu-lhe tratamento acurado, admitindo sua complexidade ao analisar a documentação do período: “o historiador defronta-se, portanto, com escassez de provas quanto aos partidos em contenda, mas as razões básicas para a eclosão do conflito são ravoavelmente claras”. O autor esclarece alguns revezes da interpretação histórica, observando que a Guerra dos Emboabas deu à coroa “o pretexto e a oportunidade” para uma intervenção administrativa e fiscal na colônia.¹⁰

Marcus da Silva concorda que a eclosão da Guerra dos Emboabas mudou a política metropolitana no início do século XVIII. O Estado Português percebeu a necessidade de uma intercessão direta no controle da rebelião, na cobrança do quinto e de uma política de abastecimento para a região das minas. Desta forma, enquadrando a Guerra dos Emboabas no que chamou indiretamente de “motim da fome”, concluiu que o que estava em jogo era o controle da exploração mineral e comercial da região.¹¹

Digno de nota é o tratamento dado ao assunto pelo professor, advogado e democrata José Soares de Mello em “Emboabas: chronica de uma revolução nativista”, publicado em 1929. Com certo exagero, e ancorado no mito “bandeirante” já enraizado no período, vinculou a luta dos adventícios contra os paulistas ao processo de consciência nativista. No seu dizer aqueles episódios eram um elo da formação nacional, um capítulo de nossa consciência formativa. A inovação documental permitiu-lhe mover um pouco a obscuridade que cerca

⁹ RODRIGUES, José Honório. *Historiografia Sangrenta*. In: **História da História do Brasil**: historiografia colonial. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1979, p. 333 et seq.

¹⁰ BOXER, 1969, p. 83. As críticas historiográficas foram dirigidas a Isaias GOLGHER, apesar de se basear na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino publicado por aquele autor, não viu com bons olhos aquela obra, desqualificando-a no sentido da leitura e interpretação.

¹¹ MARCUS DA SILVA, Fávio. **Subsistência e poder**. A política de abastecimento alimentar nas minas setecentistas. Tese de Doutorado em história, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. Ver especialmente o capítulo 2, Negociação.

aquele acontecimento, entendendo parte de suas proporções e algumas ações de suas personagens.

O discípulo de Rui Barbosa e professor da Faculdade de Direito de São Paulo estava envolvido pelo ufanismo construído pelos historiadores do início do século XX. Como ele estava preso àquelas amarras seus pressupostos o fizeram buscar na imagem do “bandeirante”, um “hymno maravilhoso de constância e esforço” para a formação nacional. E como se não bastasse, no seu entendimento, depois de tanto esforço e predestinação que legou ao Brasil, com as suas descobertas e fidelidade à pátria, no que chamou de uma das “paginas mais bellas de nossa historia”, o “bandeirante”, cujo arrojo e vigor lhe guiaram os passos para a composição territorial, sofreu na pele as conseqüências da ambição “estrangeira”.

Não tem sentido, nas idéias de Mello, uma posição teórica ponderada onde as falas poderiam ser ouvidas, uma a uma. Ao compulsar a documentação, e mesmo documentos “inéditos” sobre a referida guerra, foi extremista, e o exagero de antes teve o seu lugar, só que de forma inversa. Os portugueses, ao contrário dos paulistas, construíram uma “história negra dos danos e cobiças”. Os comportamentos criminosos dos reinóis, sua ostentação, a falta de desejo de se fixar ou povoar, a ineficiência do Estado Português, e depois o exagero tributário mancharam a dignidade de homens que tinham “consciência dos serviços prestados à coroa”.

A idéia que permanece é a de uma versão punitiva ao reinol e afeita ao “heroe sertanejo” que luta contra a usurpação da pátria e a preservação de seus direitos. Seu “revisonismo” se mostrou nos mínimos detalhes na contestação de cada traço da escrita que sufocou a história brasileira e os paulistas que a representavam. Amparado por essa estrutura Mello mostra a caridade deles para com os reinóis que afluíam para as minas. Para ele atitude louvável, certa e humana. Mas isso aconteceu apenas no princípio. Depois, deu lugar ao confronto direto. Raramente o historiador expõe o “bandeirante”, e quando o faz é para mostrar que a arrogância “alheia” não tinha sentido e precisava ser combatida. Se o paulista era autoritário, rude e tenaz era para conquistar o território colonial, “misturar-se” etnicamente e construir o Brasil. Se ele se “levantou”, foi obrigado. A “arrogância cria as dissensões”, e assim, a “culpa” não estava nele, mas no adversário.

Diogo de Vasconcelos (1843-1927), historiador, advogado, político, membro do IHGB de Minas Gerais, e da Academia Mineira de Letras, levantou algumas questões interessantes, restritas, diga-se de passagem, sobre a sublevação no interior do Brasil em sua

obra “História Antiga das Minas Gerais”.¹² Segundo Boxer o trabalho não merece muita confiança, pois além de ser fantasioso acabou influenciando outros estudiosos, como Golgher, por exemplo.

E notadamente, na primeira edição de 1904 pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, Vasconcelos embasou-se na tradição historiográfica de Rocha Pitta e no civismo do início do século XX. Na época daquela edição (22 de novembro de 1904), comemorava-se o centenário da História de Minas, escrita por Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, seu compadre. Enquanto tendência consagrou aos mineiros a reputação de terem na sua história o movimento precursor da nacionalidade brasileira.

E o enfoque enviesado de Vasconcelos alimenta-se do sentimento nativista distorcido e ao mesmo tempo atrelado à preservação de uma tradição familiar de prestigiosos políticos mineiros. É como se os documentos falassem por si mesmos, ou melhor, como se o autor fosse o porta-voz daquela história entremeada pela ambigüidade do Império e da República, dos quais participara. Em várias partes da obra o tratamento conferido a Manuel Nunes Viana é inusitado. E nesse pormenor, fez vista grossa ao passado daquela personagem. Aceitou um discurso enaltecido para o “governador emboaba”. Era um homem bom, ambicioso, trabalhador, equilibrado e justo. Assim, ao assumir o governo nas minas evitava “um mal maior”. Se foi coagido a fazê-lo, foi pela força das circunstâncias: “não era um homem revoltoso contra as leis nem contra a soberania de Sua Majestade: pois entregaria o poder aos ministros, que el-rei mandasse governar as Minas”, dizia ele.¹³

O enaltecimento de Manuel Nunes Viana destoa das críticas aos seus “subordinados”. Frei Francisco de Meneses torna-se o mentor da sublevação, e Bento Amaral Coutinho o vilão da história pelo massacre que cometeu no Capão da Traição.¹⁴ Era um homem sanguinário, um foragido da justiça. Ambos tornaram-se “bodes expiatórios” da “revolução” emboaba, e dirimiram a responsabilidade dos atos de Viana. Vasconcelos não poupou termos àqueles que os criticaram, pois eles não eram capazes de entender que aquela aclamação fora um “acontecimento notável”. Cláudio Manuel da Costa é alvo predileto de sua indignação, pois as alusões poéticas e mesmo históricas ao seu pupilo (*Fundamentos Históricas...*), assim como as de outros letrados, não passavam de “frivolidades literárias”.

¹² VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga das Minas Gerais**. (1703-1720). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. Ver também VASCONCELOS, Diogo de. **História média de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1918.

¹³ *Ibid.*, p. 53.

¹⁴ No Rio de Janeiro, em março de 1711, o capitão Bento Amaral Coutinho e “quarenta e oito estudantes” resistiram à incursão francesa de João Francisco Duclerc. Ver MACHADO, Lourival Gomes. Política e administração de 1640 a 1763. In: HOLANDA, S. Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, p. 9-48.

“A guerra dos emboabas” de Isaias Golgher é outro referencial interessante, embora seja alvo de críticas não muito precisas, mas não menos importantes, como a de Boxer (1969), por exemplo.¹⁵ A orientação marxista-weberiana ofuscou suas interpretações, pois amparou-se apenas em parte do processo de construção discursiva para o tema, criando um homem ideal para o estado português, o “bandeirante”, e outro para representar a “revolução” desejada, os emboabas. A seu ver a Guerra Emboaba foi um protesto intencional contra o colonialismo nas Américas, uma tentativa de libertação do jugo português que resultou no primeiro governo legítimo eleito pelo “povo”. Difícil mesmo é comprovar tudo isso a partir de algumas brechas documentais e pressupostos mal fundamentados.

Assim, o que existiu nas minas foi uma “revolução” nativista que deu origem a outras rebeliões, culminando com a Inconfidência Mineira, revoluções essas que tinham por objetivo lutar contra o sistema feudal opressor (algo já vencido na historiografia). “A guerra civil não foi travada, apenas, para expulsar os paulistas em si, mas para reformar a estrutura estatal e o regime social-econômico feudal reinante”.¹⁶ Contudo, o autor não explica como se deu a cooptação daqueles revolucionários com as estruturas sociais e políticas que combatiam ao final do movimento. Ao contrário, reafirmava que suas ações combinadas às conjunturas foram mais fortes do que o estado português, o que os levou forçosamente ao reconhecimento das ações e ao indulto geral.

A atividade mineira foi entendida como atividade capitalista que estabelecia o nivelamento social e a exclusão. Deste modo, Golgher defende a idéia de que a guerra emboaba é resultado de um processo histórico do “povo” que luta pela liberdade e pela democracia contra o despotismo, a arrogância e o descaso de lusitanos e paulistas que estavam no poder. Nessa obra, os heróis são os emboabas e seus “agregados”, configurados como povo, cujos representantes - Viana, Meneses, Albuquerque e Bento Amaral Coutinho - tinham sido injustiçados historicamente. Para Golgher os historiadores não conseguiram perceber o

¹⁵ Refugiado no Brasil, em 1924 o moldavo de orientação marxista trouxe textos completos de Marx e os traduziu. Mesmo sem estar filiado ao PCB, durante o Integralismo, foi perseguido e obrigado a exilar-se na França. Em 1950 retornou ao Brasil, fixando-se na capital mineira e desenvolvendo seus estudos regionais. A segunda edição da obra de Golgher é defendida por seu filho, Marx Golgher (médico, advogado e presidente da Federação Israelita de Minas Gerais). Ele contesta as análises de Melo, Taunay e Boxer, ao passo que valoriza as análises de Vasconcelos.

¹⁶ GOLGHER, 1982, p. 22. O autor afirma que a guerra Emboaba foi o “primeiro protesto armado contra o colonialismo nas Américas”. Em suas considerações ataca Mello, Taunay e Boxer, enquadrando-os dentro da corrente que chamou de colonialista, ao passo que reafirma os estudos de seu parente e de Vasconcelos. Neste mesmo sentido seguiu Sara Ávila Oliveira, presidente do Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, ao considerar a Guerra Emboaba uma obra capital da historiografia regional e revolução nativista que Golgher propunha era tipicamente mineira, e não um apêndice da história paulista.

vínculo dos paulistas com o colonialismo lusitano e a atividade mineradora como uma atividade “capitalista”, “dinâmica e absorvente”.¹⁷

Um texto vital ao desenvolvimento das idéias aqui propostas foi o de Kátia Maria Abud.¹⁸ A autora tratou da mitologia em torno do “bandeirante” e da constituição de uma memória coletiva. Sua gênese estava no século XVIII, mas depois refluíu no trabalho dos historiadores do século XX enquanto resultado de permanências, reconstruções historiográficas e disputas político-econômicas. Os historiadores daquele período partiram da Guerra dos Emboabas. A documentação estudada pela autora foi organizada por Afonso d’E. de Taunay, mais especificamente em “Relatos Sertanistas” e “Relatos Monçoneiros”. Deste modo, esta documentação me chamou a atenção e permitiu entender a gênese do ufanismo brasileiro, e o amálgama que formava com o ressentimento.

Para a autora, desde o período colonial forjou-se uma identidade para o paulista e para o “bandeirante”. Sua imagem se ampliou para o país, principalmente no século XX, quando “a riqueza e o progresso de São Paulo podiam então ser considerados como consequência de sua própria história”. “[...] Assim, para os paulistas havia razões de sobra para que São Paulo exercesse hegemonia na Federação que então se formava. Tudo isso se sintetizava numa figura histórica: a do bandeirante”.¹⁹ Ela enumera algumas obras que trataram do referido conflito, com rápidos destaques para as obras do Padre Manuel da Fonseca, Rocha Pitta, Nuno Marques Pereira, e Luís dos Santos Vilhena.²⁰

A simbologia bandeirante surgiu com a valorização dos sertanistas do período colonial e se ampliou no início do século XX, com um novo sentimento acerca de si e do passado. Ser paulista significava ter uma evocação no pretérito marcada pela tradição colonial na qual se associava a um grupo de homens, imagens poderosas de arrojo, destreza e liberdade.

Abstraia-se dali, ao mesmo tempo, um significado histórico diferencial para o fortalecimento nas disputas pelo poder. Entre as bases de evocação também figuravam a

¹⁷ GOLGHER, 1956, p. 42.

¹⁸ ABUD, Kátia Maria. **O sangue itimorato e as nobilíssimas tradições.** A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. Tese de doutorado em História, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 1985.

¹⁹ Ibid., 76.

²⁰ Ver também QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Ufanismo paulista vicissitudes de um imaginário. **Revista USP**, São Paulo, n. 13, p. 79-87, mar, abr./maio, 1992. A autora localiza o sentido do termo sertanista, termo típico dos séculos XVIII e XIX, e o bandeirante, termo empregado no século XX. “O pequeno passeio efetuado pelos dicionários indicou que o termo ‘bandeirante’ é datado, não aparecendo, seja como substantivo, seja como adjetivo, senão em fins do séc. XIX; no entanto, o termo *bandeira* se forjou no séc. XVII muito provavelmente, e permaneceu com seu sentido de origem até os dias atuais. Uma indagação voltada para o passado desvendaria sem dúvida o momento em que os significados ‘paulista’ e ‘bandeirante’ se associaram como sinônimos, veiculando uma mensagem específica”, p. 80.

localização estratégica de São Paulo e suas comunicações com o país, através das quais estabeleceram-se uma série de relações sociais, econômicas e culturais. A falta de força política que havia se alastrado desde o século XIX entre os paulistas fez surgir uma “certa mágoa”. De modo que a participação no movimento republicano culminou com a idéia de federação e de autonomia estadual. Conseqüentemente, a reivindicação desse poder político se explicava pelo progresso e pela riqueza, principalmente com o avanço da economia cafeeira.²¹

A exaltação foi notabilizada através dos tempos por diversos historiadores como “instrumento de poder”, tendo na personalidade independente e heróica do sertanista/bandeirante a formação nacional e seu desenvolvimento calcado no trabalho e no progresso. Para isso foi preciso aglutinar uma série de identidades étnicas de imigrantes em torno de uma identidade paulista que se associava ao território nacional e ao trabalho integrador do povo brasileiro. Entre esses historiadores figuram Alfredo Ellis Jr, Affonso D’Escragnolle Taunay e Alcântara Machado, membros da elite paulistana. Segundo Abud, Ellis Jr, estudando as famílias paulistanas do século XVII, segue Frei Gaspar da Madre de Deus, e inspirado em Gobineau e Lapouge tratou de uma superioridade racial dos paulistas. Alcântara Machado, baseado em inventários e testamentos de paulistas do século XVII, foi contra as idéias de Pedro Taques sobre as riquezas dos paulistas daquele período, mostrando um paulista rústico e pobre. Taunay faz do paulista do século XVII o desbravador dos sertões brasileiros e formador da unidade territorial, da descoberta das riquezas, reconstituindo as rotas das grandes bandeiras, conferindo-lhe heroísmo.

Nessa perspectiva - conforme demonstra Abud (1985) -, nas décadas finais do século XVIII Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida Paes Leme, descendentes dos antigos membros de uma elite paulistana, defendiam-se dos reinóis egressos das Minas Gerais que passavam a ter acesso a cargos de importância em São Paulo, como na Câmara de Vereança, patentes militares elevadas e ascensão aos altos postos de poder metropolitano. Assim, esses historiadores transformaram os “vicentinos” em heróis, conferindo-lhes uma identidade sem igual, ao passo que o engrandecimento dos antepassados permitia também criar uma vinculação com a pequena nobreza portuguesa, e dessa maneira passaram a combater, simultaneamente, não só os reinóis, mas também quaisquer idéias contrárias a esses valores, projetando o estado português na colônia.²²

²¹ Para maiores esclarecimentos ver MOUTINHO, Jessita Maria Nogueira. A paulistanidade revista: algumas reflexões sobre um discurso político. **Tempo Social**, Revista de Sociologia, São Paulo, p. 109-117, 1991.

²² ABUD, 1985. Ver também ABUD, Kátia M. Formação da Alma e do caráter nacional; ensino de história na era Vargas. São Paulo, **Revista Brasileira de História**, 1998, v. 10 n. 36.

Apesar do tratamento dado ao assunto, esse enfoque se restringiu ao ufanismo. E se, por vezes, transparece outra sensibilidade - o ressentimento - é porque foi sua parte integrante e irredutível, e não um objeto de estudo daquela historiadora. Assim, naquele trabalho não foi possível verificar as imbricações entre ufanismo e ressentimento nas ações do governo do Morgado de Mateus e nas de seus subordinados, como se verá mais adiante.

Depois dessa breve exposição na qual se consideraram os trabalhos mais relevantes sobre o assunto resta partir para a análise documental levando em conta o questionamento sobre a forma como as sensibilidades em oposição, ressentimento e ufanismo, não necessariamente nessa ordem, tiveram, inicialmente, implicações profundamente ambíguas na formação de uma identidade luso-brasileira, centrada em si e no objetivo de desvalorizar o que não se considerava essencial à sua consagração.

2.2 Os desafetos nas Minas Gerais

As diferenças culturais contribuíram para aumentar as oposições entre os grupos conflitantes na região das Minas Gerais. Certamente os conflitos não se explicam somente por essa via ou modelo de análise. Contudo, de forma plausível fornecem caminhos viáveis para entendermos que o ufanismo e o ressentimento estão circunscritos às regulações de ordem pessoal; e, por outro lado, abrangem regulações sociais que são mais eficazes e coercitivas.

Em geral os aspectos econômicos e políticos foram preponderantes, principalmente porque estavam ligados à ambição. O estado de latência das atitudes dissimuladas foi alterado pela discórdia e pela vingança interiorizada entre seus oponentes, atingindo o ponto de saturação permitido pelos dois grupos. Constatando tais manifestações e sem seguir rigidamente uma cronologia para os eventos achei conveniente cotejar a documentação com o objetivo de apontar, parcialmente, seu desenrolar entre grupos distintos e, de certa forma, adentrar particularidades de algumas de suas personagens históricas e o contexto no qual estavam envolvidas.

No plano geral, ou seja, no olhar dos superiores para os de “baixo”, os “inferiores”, a desconfiança daqueles que estavam na metrópole para aqueles que estavam na colônia, não é nenhuma novidade. Aqui e lá, manifestaram-se essas formas de combate ou “maledicências”, muitas vezes não declaradas, mas em outras, foram diretas e catastróficas, provocando o que

também poderíamos chamar de “levante coletivo” ou choque violento entre classes. Mas é no final do século XVIII que essas sensibilidades passaram a ser mais do que decisivas, porém menos trágicas no sentido do derramamento de sangue.

Os ressentimentos são plurais, e manifestam-se em forma de reciprocidades, ou seja, dos fracos em relação aos fortes e vice-versa. Além do mais, possuem intensidades variáveis, estão ligados às representações, ideologias, imaginários, crenças e discursos, e notadamente certos indivíduos e mesmo certos grupos provocam ressentimentos. E não se pode esperar outra coisa que não o revide, a retaliação. O ressentimento caracteriza-se por conseqüências e manifestações conscientes ou inconscientes, onde há também o compartilhamento ou cumplicidade na hostilidade no interior de um grupo, o que “contemporizaria” as querelas internas.²³

Na metrópole o “ambiente de intrigas” se voltava contra os paulistas, na medida em que aqueles não apresentavam, ou então, davam a entender que não queriam dar notícias do eldorado na América, pois sua descoberta era certa, apesar de tardia. Pairava no ar a desconfiança embora não se pudesse fazer muita coisa. Em decorrência dos problemas financeiros e estruturais as explorações minerais tinham caráter particular. E isso se confirma no caso do espanhol Rodrigo de Castelo Branco que fora indicado como Administrador das Minas da Repartição Sul, e provocara desentendimentos na metrópole e na região das minas.

Procuravam os intrigantes apresentar os paulistas como responsáveis pelos reveses, colimando indisporlos perante o Rei. Sebastião Cardoso Sampaio, no seu relatório de 1692 entre outras coisas escreve “E suposto que no papel que se insinue a vossa Magestade se que a causa de não se descobrirem foi porque algumas vêzes o impediram os moradores de São Paulo.”²⁴

As recomendações do governador das capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo, Antonio Pais Sande, reabilitaram os “bandeirantes” como capazes de encontrar ouro e, nesse caso, como se pode constatar, os primeiros sinais do sentimento ufanista sugeriram através das honrarias, na concessão de títulos honoríficos, “aos quais os paulistas eram, particularmente, sensíveis”, e a coroa os usava como moeda de troca. A razão de tal aproximação entre Carlos Pedroso da Silveira e o governador foi um presente em espécie, por meio do qual recebera o

²³ ANSARAT, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, S., NAXARA, M. **Memória e (Res)sentimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 15-36.

²⁴ GOLGHER, 1956, p. 35. O resultado dessa rede de intrigas se estendeu na colônia e culminou com o desfecho trágico da morte de D. Rodrigo por Manuel da Borba Gato, conforme salienta este autor.

cargo de Provedor de Quintos e dos Registros Continentais e Capitão-Mor da Vila de Taubaté, além de erigir uma casa de fundição naquele lugar.²⁵

No início o controle paulista das minas não resultava em lucros à coroa; ao contrário, era dispendioso devido à quantidade extraída. Contudo, com o desenrolar das descobertas e dos desentendimentos, “a autoridade surgiu e permaneceu”, em meio a um ambiente no qual a ambição pelo ouro provocou a fome, emboscadas, chacinas, e o fluxo humano que praticamente “despovoou” algumas regiões da colônia e da metrópole. Tudo isso provocou grande desequilíbrio “econômico e espiritual” ao ver do historiador Pedro Calmon.²⁶

Costumeiramente busca-se a gênese dos acontecimentos em fatos históricos que marcaram a vida das sociedades. Este ou aquele acontecimento que de forma incontestável teve sua razão de ser mascara os processos que os desencadearam. Não é raro uma atitude banal, o estopim da história, desencadear uma série de acontecimentos para os quais não possuímos explicações que dêem suficiência ao entendimento de sua deflagração. Em 7 de fevereiro de 1701, por exemplo, a coroa expediu uma carta recomendando a Arthur de Sá restringir o acesso à região das minas para evitar o esvaziamento das outras capitânicas. Os infratores seriam punidos com a deportação e o confisco de bens. Assim, para colocar em prática essas ordens o governador nomeou os paulistas com “postos e ofícios” - por serem os primeiros povoadores - e a missão de perseguirem os forasteiros. Nesse caso, podemos notar, desde o princípio, um sentimento de poder e de aversão aos estranhos através do qual se estabelecia uma forma de garantia em torno daquilo que se julgava conquistado, “ao passo, pois, que viam resolvida praticamente a seu favor a posse do distrito, davam largas aos sentimentos naturais de domínio contra os turbadores intrusos”.²⁷

Não é estranho, portanto, o fato de Arthur de Sá ter que aturar uma situação insustentável, principalmente porque seus interesses nas minas foram afetados. Como apontam Taunay e Max Golgher, as “dádivas” que Arthur de Sá recebeu em sua visita às milhas lhe renderam entre 30 e 40 arrobas de ouro, o que o levou a nomear os “bandeirantes” como seus “administradores”, desembocando numa luta encarniçada pela apropriação material, tendo como pano de fundo a manifestação da cobiça.²⁸ Ele estimulou as descobertas, permitindo a abertura de caminhos do sertão de São Francisco e da Bahia para suprir com

²⁵ PIZZARO E ARAUJO, 1948, p. 12-13.

²⁶ CALMON, Pedro. **História do Brasil. Século XVI: formação brasileira. Século XVIII: riqueza e vicissitudes.** Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1959, p. 962.

²⁷ VASCONCELOS, 1948, p. 15.

²⁸ TAUNAY, A. de E. **História das Bandeiras Paulistas.** São Paulo: Melhoramentos, 1951, p. 222. GOLGHER, Marx. In: Golgher, I. **Guerra dos Emboabas.** Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1982, p. 57.

gado e peixe seco aquelas populações que passavam pelos efeitos da fome, e depois foi obrigado a atender o rei e reprimir o comércio que havia incentivado. Assim, só publicou as ordenações reais no final de seu mandato, em 1702, para não se comprometer, com um e com outros, aumentando as tensões entre os interessados.

Arthur de Sá também havia incumbido Francisco do Amaral Gurgel a suprir as minas com o fornecimento de carne às minas em decorrência das deficiências alimentares e da fome que imperavam nos primeiros tempos. Na verdade era uma forma de monopólio, não só da carne, mas do fumo e da aguardente, que se constituía como uma forma de espoliação e escravidão. Quando os contratos estavam em vias de prorrogação, “os mineiros se levantaram”. Contudo, o frade Francisco de Menezes e Francisco do Amaral Gurgel, que se beneficiavam dos contratos de suprimentos, formavam um grupo coeso, enquanto os paulistas digladiavam-se entre si. A reação paulista veio com Júlio César Moreira e Francisco Martins Rendon; eles derrubaram na corte aqueles contratos, provocando a ira dos “forasteiros”.

Os paulistas sentiram-se menosprezados porque o governo - metropolitano e colonial - não lhes garantiu a posse exclusiva de títulos das lavras de ouro descobertas, e extravasaram o ressentimento que guardavam contra os invasores: “reconcentraram o seu ódio, agora ferido, e como já não contavam com o braço forte do rei, entraram a excogitar os meios de vingança, alimentando na fantasia a idéia brutal de lançarem por violência fora das Minas os seus adversários”.²⁹

Como os paulistas argumentavam que não tinham subsídios da Fazenda Real, amparavam-se na “carta régia de 18 de março de 1694, dirigida a D. João e Lencastre, Governador-Geral do Brasil”, a qual concedia aos descobridores de metais preciosos o título de fidalgo e a propriedade das lavras.³⁰ Mas não foi bem isso que aconteceu, uma vez que tal decisão ficava em suspenso. Se de um lado era uma maneira de incentivar as explorações, de outro havia a necessidade de se verificar a produtividade das minas para que se efetivassem as concessões reais. O que significava duplamente, uma forma de garantir o poder real, e ao mesmo tempo, subjugar os súditos. O efeito adverso da omissão metropolitana era a disseminação de empreendimentos particulares, de modo que as minas ficaram abarrotadas e com graves problemas que se ampliavam por toda colônia.

Até 1705, quando o rei franqueou os sertões, havia medidas restritivas que foram aplicadas pelos respectivos governos de Arthur de Sá e de D. Álvaro da Silveira Albuquerque, principalmente em relação aos caminhos da Bahia e de Pernambuco, à entrada de “negros,

²⁹ VASCONCELOS, 1948, p. 23.

³⁰ Ibid., p. 11.

fazendas secas e outros gêneros comestíveis”, condenando os infratores ao confisco dos bens e à deportação. Portanto, um dos motivos desse rancor dos paulistas também advém da amenização daquelas medidas. Os forasteiros podiam adentrar as regiões das minas desde que tivessem permissão do governador, mas como o fluxo era extremo, ela passou a ser concedida apenas aos “homens de qualidade”, ou seja, somente para aqueles que tinham posses.

A ausência de uma representatividade civil e criminal no interior das minas, desfocadas em razão das iminentes ameaças de ataques franceses ao Rio de Janeiro e no Maranhão, não permitiu, a Arthur de Sá, por exemplo, organizar melhor tal aparato, o que tornou a região mineira um lugar “sem lei”, ambiente de rancores e de violência. Havia seus representantes, como Manoel da Borba Gato e Domingos da Silva Amaral, com poderes militar e político; contudo, não tinham assistência e nem condições de atender todos os distritos e povoados. Além do mais, aqueles cargos foram vistos com desconfiança algum tempo depois, pois eram os rivais dos portugueses que estavam no poder, e ainda mais de forma inescrupulosa. Esse era um dos argumentos dos emboabas para comprovar que estavam sendo “perseguidos” pelos paulistas.

É evidente a diferenciação interna entre os paulistas, e outra, entre os “forasteiros”, ou seja, tais manifestações ocorreram dentro e fora desses grupos, na metrópole e para além dela. É importante dizer que tais configurações sensíveis foram permeadas umas pelas outras e, portanto são difíceis de mapear em seu conjunto, pois um indivíduo pode manifestar uma outra idéia que não é a de seus compatriotas. Tenha-se em mente que muitos foram coagidos a participarem daquelas contendas sem desejarem. Alguns queriam apenas enriquecer e evitar confusões, ao passo que os demais procuravam assegurar para si e para seus grupos a totalidade das descobertas nas minas e seu uso exclusivo, como aparece em boa parte da documentação.

Os paulistas “pouco tinham em comum com os recém-chegados das regiões costeiras, fossem eles cidadãos de nascimento e educação ou camponeses que acabavam de deixar a rabiça do arado em Portugal” e, além do mais, tratavam de forma desdenhosa uns aos outros. E não se deve desprezar a discórdia entre a população servil nessas facções, de um lado os “ameríndios”, e de outro os negros, pois solidariamente nutriam aqueles sentimentos mais ou menos comuns aos opositores.³¹ Para exemplificarmos o estado convulsivo das minas naquele momento, e como os ressentimentos estavam dentro dos grupos rivais e para fora deles, note-

³¹ Cf. BOXER, 1969, p. 103; RODRIGUES, 1979, p. 337.

se que foram os subalternos de Borba Gato que mataram D. Rodrigo; os “negros” de Thomé Portes o mataram enquanto dormia, e assim por diante.

Algumas formas de ressentimento já estavam presentes entre os sertanistas que descobriram as primeiras jazidas auríferas. Nos relatos de Bento Fernandes sobre essas explorações são apontados os empreendimentos em torno de Antonio Roiz de Arzão, sua luta contra os índios e os reveses da lida no sertão.³² Algumas questões chamam à atenção nesse documento justamente porque mostram uma graduação em tal sensibilidade. Inicialmente, a ambição do capitão Manuel Garcia Velho em obter privilégios – Capitão-Mor da Vila de Taubaté – junto ao governador do Rio de Janeiro, e “ser ele o primeiro possuidor do ouro daquelas minas”. Consta que ele negociou uma índia por doze oitavas de ouro com o Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, o qual as obtivera com os “Almeida”, em troca de uma Cravina e uma Catana, em 1697.³³

Depois, em outro trecho são claras as tensões intra-familiares, e o contraste entre a “liberalidade” e a “avareza” entre os sócios Francisco Bueno da Silva e Joseph de Camargo Pimentel. O primeiro havia dado um “punhado” de ouro a uma “mulher pobre com uma órfã” e o segundo repreendeu-o dizendo “devagar que isto é nosso”, e o primeiro tornou a fazê-lo apesar do clamor de seu sócio.³⁴

O documento atribuído a Bento Fernandes, e por extensão, a Cláudio Manuel da Costa,³⁵ valoriza as ações dos paulistas, evidenciando as contendas entre os sertanistas de São Paulo e Taubaté, em vários momentos; e como bem caracteriza Kátia Abud, “aqueles por serem mais poderosos encontravam veios mais ricos, que não eram tocados pelos de Taubaté, que por serem pobres, queriam enriquecer com seu próprio trabalho”.³⁶

Vários governos souberam muito bem conter os “sediciosos”, mas o que ficou nas Minas Gerais foi a opressão e o ódio, o distanciamento sócio-cultural. Inevitavelmente, os paulistas e “taubateanos” teriam se digladiado pelas lavras, não fossem os “forasteiros”.

³² Notícias dos descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a Estas Minas Gerais – pessoas mais assinaladas nestas emprêsas e dos mais memoráveis casos acontecidos desde seus princípios. In: TAUNAY, A. de E. **Relatos sertanistas**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954. p. 21-57. Aparecem na coletânea publicada pelo autor outros subtítulos. Concordando com TAUNAY, ABUD, 1985, p. 34 informa que o relato é de apógrafo de Bento Fernandes e seu pai, que possuíam ligações familiares com os primeiros sertanistas que descobriram as minas, além de que o texto pode ter sido escrito por Cláudio Manuel da Costa, a partir do contato com Bento Fernandes.

³³ Ibid. p. 22-23.

³⁴ Ibid., p. 28.

³⁵ Segundo MELLO, 1979, *passim*. O Capitão Mor Silva Pontes examinou os apontamento de Bento Fernandes, compilou-os e complementou-os.

³⁶ ABUD, 1985, p. 35. Segundo a autora, essas memórias indicam que foram escritas na segunda metade do século XVIII, momento de decadência nas Minas Gerais e de descontentamento social com o sistema metropolitano.

Assim que a ameaça se tornou real, aproximaram-se para enfrentar conjuntamente os emboabas, mas sem muita expressividade. Da mesma maneira, se os índios possuíam rivalidades e rancores entre si, reservavam-nas também aos “sertanistas”:

[...] a raça dominante, pequena em número, mas forte pelo poder intenso de que dispunha, erigindo aldeamentos, e nestes os seus vastos latifúndios, pode-se dizer, não era só de capitania a capitania, senão de vila a vila, e de aldeia a aldeia, que no intuito de extremar o concurso dos índios, instrumentos de sua fôrça e de suas riquezas, incrementava o fermento dos rancores inveterados, oriundos ainda do estádio selvagem.³⁷

Não resta dúvida de que o aspecto econômico foi decisivo. Note-se a necessidade de uma “economia moral” firmada em normas e obrigações sociais combinadas às negociações entre as autoridades metropolitanas e a população das minas para constituir práticas de mercado. Mas estas colocaram em ebulição o processo revolucionário.³⁸ Nesse caso, suscitava, de forma geral, um combate implícito que tinha como um pano de fundo duvidoso a moral religiosa proveniente do período medieval, quando a luta contra a ganância e a usura procurava disciplinar os fiéis nas novas práticas confessionais.³⁹

Mas a febre do ouro contaminou os padres, principalmente Frei Francisco de Meneses, que se tornou o pivô da luta fratricida nos contratos de fornecimento de carnes às minas. Eram eles os padres que mais contribuía para com a evasão do metal, e manifestavam publicamente que os mineiros não deveriam contribuir com os impostos reais. Objeto de preocupação das administrações coloniais, os clérigos não foram completamente expulsos das minas, nem mesmo com as ameaças de excomunhão e várias tentativas do governo metropolitano.⁴⁰

O que é interessante destacar da documentação sobre a Guerra Emboaba é o relato sobre a vida do padre Belchior Pontes - contemporâneo dos acontecimentos nas minas - escritas em forma de biografia por seu confrade Manoel da Fonseca, em 1752.⁴¹ A obra sobre

³⁷ VASCONCELOS, 1948, p. 8-9. O autor era historiador do IHGB mineiro (1843-1927), membro da Academia de Letras de Minas, e pertencia à elite política de Minas Gerais.

³⁸ Ver THOMPSON, E.P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁹ Ver LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida**: a usura na Idade Média. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁴⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: Holanda, S. B. de. (Org). **História Geral da Civilização Brasileira**. A época colonial. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1993, p. 258-310. Tomo I, v. 2.

⁴¹ FONSECA, 1932. A obra é uma das mais raras do Brasil, foi confiscada e destruída pelo Marquês de Pombal. Foi a segunda nesse estilo, depois da obra de Antonil, a ter o mesmo destino, só que em outro contexto.

a vida daquele pároco foi oferecida ao Capitão Mor de São Paulo Manoel Mendes de Almeida - que apoiara obras religiosas - e baseou-se em informações orais coletadas entre “testemunhas” de São Paulo, em documentos pessoais e de terceiros. Na verdade o texto não passa de uma hagiografia não autorizada, pois adverte o autor que os termos utilizados - milagres, profecias, revelações, santo beato - não eram expressões suas, mas populares, uma vez que ele mesmo destaca que Papa Urbano III não autorizava trabalhos sobre santos não declarados. Outro aspecto importante é o de a obra ter conotação histórica e política, e desse modo tais considerações pouco tinham a ver com a vida de Belchior Pontes. Este pode ter sido um dos motivos que levou o Régio Tribunal de Roma a suprimir a primeira edição daquela obra em 1771.

Manoel da Fonseca descreve a rudeza da vida de Belchior Pontes, da infância à sua entrada na Companhia de Jesus, suas virtudes, pureza, castidade, obediência religiosa, flagelação e ódio ao seu próprio corpo, seus votos de pobreza, prédicas, espírito profético, e devoção a Jesus Cristo e a Nossa Senhora. Ele tinha a capacidade de amenizar os ódios entre as famílias onde ocorreram desentendimentos fatais, tinha a capacidade de cura, a habilidade de ficar invisível, percorrer grandes distâncias em pouco tempo, e de prever o futuro. Em Santo Amaro previu a descoberta de ouro por Domingos Rodrigues, na época um menino, sugerindo a mudança do nome do rio “Paranapanema” para “Paranannjûba”, ou seja, rio amarelo por causa do ouro que se viria a descobrir mais tarde. Ao se encontrar com os paulistas como Salvador Leyte, Matheus de Siqueira, Estevão Bicudo, Dionísio Álvares, entre outros, profetizou a fome nas minas, e ensinou-lhes que deviam plantar batatas: “e o tempo lhes deu a conhecer o espírito, com que fallava; porque foy tal a fome deste anno, que com a falta de mantimentos se virão aquelles dezertos povoados de sepulturas”.⁴² Além do mais, em várias correspondências que são transcritas ao longo do texto de Fonseca, o venerável Belchior faz inúmeros alertas: a Valentim Pedroso, que não seguiu o seu conselho e foi para as minas “e foy um dos principais causas do levantamento”; a Salvador Pires, e ao Capitão José de Goes que não estivessem nas minas no mês das águas “porque não se passaria muito tempo sem que padecessem aqueles povos huma grande revolução” Belchior Pontes também previu as sublevações de 1720.⁴³

O padre Manoel da Fonseca atuou de forma independente nessa obra expressando suas opiniões sobre a luta entre paulistas e forasteiros. Embasou-se no trabalho de Rocha Pitta, citando brevemente seu título, “América Portuguesa”. Discordou da versão de que Jerônimo

⁴² Ibid., p. 197.

⁴³ Ibid., p. 201.

Pedroso e Júlio Cezar queriam roubar a clavina de um forasteiro; ao contrário, inferiu que a mesma também podia ter sido roubada. Basicamente Manoel da Fonseca critica os paulistas que agiam de forma truculenta fazendo “justiça” com as próprias mãos, seus “mamelucos” que inúmeras vezes agiam por contra própria e os portugueses. De maneira categórica estabeleceu críticas indiretas a Frei Francisco de Meneses. Sutilmente o padre Manoel da Fonseca, e nem poderia ser diferente, concluiu que os paulistas “debaixo da proteção Real” se esqueceram dos desagrvos e que os emboabas depois de sitiados por Amador Bueno perceberam pequenos milagres como “huma bala engastada no cordão” da imagem de santo Antônio e “huma imagem de Nossa Senhora com um milagroso suor”.⁴⁴ De resto, além de enfatizar os pecados das minas como a abundância, a luxúria, as penas de morte, roubos, homicídios, cujo preço era a perdição humana, acrescentou poucos detalhes àqueles que aparecem em outros documentos.

As imagens que os paulistas e emboabas fizeram uns dos outros levaram-nos a ressentimentos, principalmente porque a vantagem dos oponentes significava uma ameaça ao seu grupo, e antes uma ameaça à própria integridade.⁴⁵ Como se observou, os forasteiros possuíam mais recursos. Eles melhoraram os processos de mineração, uma vez que obtinham maior quantidade de ouro com o processo do desmonte hidráulico, ao invés do processo de lavagem, fato que ampliou ainda mais as diferenças entre aqueles grupos adversários, acirrando os ânimos e estimulando a inveja daquilo que os outros possuíam ou retiravam da terra e dos rios.⁴⁶ As “raivas” podem ser, portanto, fruto de rivalidades entre países limítrofes, das desigualdades das fortunas, poderes, títulos e concessões acumuladas, obtidas por uns e cobijadas por outros. Neste sentido, as partes da contenda construía uma crítica que se direcionava apenas para os aspectos ilícitos praticados pelos oponentes, sendo que as “boas” ações alheias eram omitidas, mas não só no calor dos interesses momentâneos, pois elas permaneceram enrustidas, e foram reavivadas de tempos em tempos. Como destaca Peter Gay (1995, p. 17) o cultivo do ódio está intimamente ligado ao prazer que ele proporciona quando se tem à disposição alguns instrumentos de poder.

Em Bento Fernandes, tais questões extrapolam o interior do grupo, e os conflitos entre os sertanistas e os forasteiros, a guerra propriamente dita, aparece ao final da narrativa,

⁴⁴ Ibid., p. 219.

⁴⁵ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. **Anthropos-homem**. V. 5. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985, p.278. O autor se pergunta: “Em qualquer conflito social grave – uma guerra, uma revolução – não serão as imagens exaltantes e magnificentes dos objectivos a atingir e dos frutos da vitória procurada uma condição de possibilidade da própria acção das forças em presença? [...] Não são as acções efectivamente guiadas por estas representações; não modelam elas os comportamentos; não mobilizam as energias; não legitimam as violências?”. Ver também MARCUS DA SILVA, 2002.

⁴⁶ CALMON, 1959, 963 et seq..

principalmente quando se ressalva o “pernicioso levantamento” dos forasteiros contra os “famosos descobridores destes haveres”, onde a figura de Salvador Faria caracteriza bem o estado de tensão nas minas:

Havia muitos reinóis, que invejosos apeteçiam o logro daquelas lavras, tendo ocasião do geral levantamento que fulminaram contra os paulistas, tiverão próxima ocasião de lograr seu intento; porque este era natural de Taubaté, Comarca de São Paulo; e geralmente os naturais de Serra-acima reputados por paulistas, emprego do venenoso harpão do ódio, e ambição, argüiram culpas fantásticas a este bom homem, e o prenderam, remetendo-o para o Rio de Janeiro onde dando-lhes bexiga, morreu delas em casa própria, onde as justiças lhe deram homenagem por não levar culpa formada. E com a sua ausência, lhe tiraram as datas por devolutas, corando o roubo com capa de justiça, logrando por este modo o ódio o seu emprego, e a ambição o seu desejo.⁴⁷

Mas a narrativa não pára por aí, criou um referencial para nutrir-se constantemente. Em várias páginas construiu-se uma imagem heróica para o genro de Fernando Dias Paes. Explicava-se o motivo do conflito e a inocência de Manuel Borba Gato na morte do enviado espanhol D. Rodrigo, o refúgio no sertão, o perdão do governador Arthur de Sá e Menezes, os títulos que recebeu - Tenente-general – e a concessão de lavras nas minas até o seu retiro final, em Paraúvupeba.

Como se sabe, o documento foi escrito após o conflito, e, portanto, tendeu para o lado paulista. Ao focar um dos principais motivos das tensões entre eles e os portugueses, “mais ardilosos para negócio”, confirma-se um discurso bem orientado contra os antagonistas. Aí fica mais claro por que os contratos de fornecimento alimentar, e principalmente o contrato das “carnes de vaca nos cortes em todos os arraiais e lugares das minas” aumentou não só o ódio dos paulistas, mas também a sua correspondência entre os portugueses que eram contrariados.⁴⁸

Os ressentimentos tiveram grande amplitude, tanto na colônia quanto na metrópole, manifestando-se antes, durante e depois das rusgas, dos conflitos armados e de suas “reminiscências”. Durante o episódio foram mais intensas, como no caso das práticas abusivas de preços, que pode ter sido o estopim daquela revolta. É importante lembrar que entre as motivações da Guerra dos Emboabas prevalecia o sentimento negativo da ganância

⁴⁷ Notícias dos descobridores das primeiras minas de ouro, In: TAUNAY, A. de E. **Relatos sertanistas**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954, p. 29.

⁴⁸ Notícias dos descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a Estas Minas Gerais – pessoas mais assinaladas nestas emprêças e dos mais memoráveis casos acontecidos desde seus princípios, In: TAUNAY, A. de E. **Relatos sertanistas**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954. p. 56.

que se manifestava não apenas na vontade dos paulistas, e depois dos emboabas, de possuir para si toda a riqueza material encontrada, mas também pelo fato de estar associada a uma forma de poder que lhes permitia perseguir os desafetos e obter vantagens.

Em Bento Fernandes, reservou-se espaço para o enaltecimento dos paulistas e das possibilidades que trouxeram para todos como uma justificativa moral do bom comportamento e do “preço justo”. É importante assinalar o olhar crítico a que alude o documento sobre o interior do grupo, ou seja, o fato de alguns paulistas permanecerem “pacíficos” diante dos fatos, outros por se colocarem ao lado dos portugueses, e outros ainda de desejarem “tributos” e “adorações”. Assim, havia outras formas de sensibilidade além do ressentimento que acabaram se perpetuando interna e externamente, dentro e fora do grupo, como salientou-se anteriormente.

Um discurso dissonante dos relatos atribuídos a Bento Fernandes, e, portanto, favorável aos portugueses, foi aquele organizado, por volta de 1750, pelo ouvidor da Vila Rica, Caetano da Costa Matoso (conhecido como Códice Matoso). O texto enaltece-os diante de paulistas que cometiam atos cruéis contra os índios, reconhecendo-lhes o pioneirismo das descobertas minerais, mas também a sua simultânea participação: “e com a mesma bandeira vieram não só paulistas como também filhos de Portugal e Rio de Janeiro pela notícia que se espalhou de ouro que se tinha descoberto [...]”.⁴⁹ As necessidades alimentares na colônia foram colocadas como um prelúdio às ações posteriores do Capitão-mor Manuel Nunes Viana em monopolizar o comércio da carne, fato que provocou o descontentamento dos moradores de Sabará. Portanto, de início, ressaltam-se as necessidades alimentares dos mineiros. Assim, era possível justificar o afluxo de gado e mercadorias para as minas, além de afirmar categoricamente que aquelas atividades eram arriscadas devido à “aspereza” do terreno - doenças, assaltos, mortes e ambições.

Basicamente o texto está centrado na figura de Viana, conferindo-lhe exemplar comportamento. Lá ele foi o mediador do conflito entre um reinol e um paulista na disputa por uma espingarda, tomando partido do lado injustiçado, tomando-lhe as dores e desafiando os paulistas, e mais precisamente a Jerônimo Pedroso a um duelo. Além de impingir a covardia aos paulistas que fugiam do combate franco, ressalta que aqueles distorciam os fatos, sendo, portanto, conspiradores. De modo que se justifica o agrupamento militar, sua aclamação como governador, em Arraial da Cachoeira, para “sair do vexame dos paulistas,

⁴⁹ Relação do princípio descoberto destas Minas Gerais e os sucesso de algumas coisas mais memoráveis que sucederam de seu princípio até o tempo que a veio governar o Exmo. Dom Braz da Silveira. In: TAUNAY, A. de E. **Relatos sertanistas**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954. p. 61-70.

das insolências e mortes que faziam e estavam experimentando os reinóis a cada dia”, e sua expulsão das minas.⁵⁰

Suas medidas foram mais do que preventivas, pois não se tratava apenas de desarmar os paulistas, mas também a manutenção de suas atividades, e certa “legalidade” de fato - não de direito - em perseguir os desafetos Domingos da Silva Monteiro (Vila Rica) e Bartolomeu Bueno Frio (Sabará), por serem eles “insolentes”. E conforme se aponta no relato, se existiram desentendimentos com D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, governador do Rio de Janeiro, em sua visita às minas, era porque Viana e seus “colaboradores” seriam destituídos. Mas logo em seguida, as coisas mudaram com o novo governo de Antonio Albuquerque, e desta forma o “governador das minas” passou a ser o bom vassalo do Rei, pois atendeu prontamente suas determinações, e assim pôde se retirar para a Bahia, ter seus delitos perdoados, e ainda de quebra receber a comenda de Cristo e o posto da Ouvidoria de Sabará pela atitude heróica. Apesar de tal perspectiva valorizar as ações dos portugueses, o relato deixou escapar as tensões entre Viana e os moradores de Sabará no monopólio das carnes.

Outra figura de destaque nessa narrativa é o papel decisivo de Albuquerque na Guerra dos Emboabas, já que seu antecessor não tinha a mesma reputação entre os portugueses. E não foi enaltecida apenas a tentativa de persuasão de Amador Bueno da Veiga a não ir à desforra nas minas, mas também por perceber a barbárie paulista, e uma tentativa de hostilização à sua pessoa que o fez avisar os moradores do Rio das Mortes a se precaverem. Com isso, o texto finaliza com o estado de sítio, o auxílio de Ouro Preto e Ribeirão, e finalmente a evasão paulista. É interessante o que sugere Vasconcelos acerca de Amador Bueno da Veiga e sua motivação para enfrentar os emboabas, sendo muito provável a existência de motivos de ordem pessoal:

tendo-se extraviado no sertão e desaparecido Bartolomeu Bueno de Mendonça, e correndo o boato de ter sido vítima de forasteiros, D. Margarida, já doente, sua mãe de tal tristeza se possuiu, que sucumbiu, clamando pelo filho. Amador Bueno da Veiga teve, portanto mais êste motivo de família a instigá-lo ao ódio, e aos desejos de vingança”.⁵¹

⁵⁰ Ibid., p. 65.

⁵¹ VASCONCELOS, 1948, p. 119.

A Guerra dos Emboabas também perpassa outros relatos do Códice Matoso publicados por Taunay em “Relatos Sertanistas”. Lá claramente defendiam-se os interesses portugueses e as atividades que lhes eram afetas. Com menos profundidade, retratou-se a disputa pela superintendência das minas entre Borba Gato e Manoel Nunes Viana.⁵² Num relato superficial e sem muitos detalhamentos apontam-se os principais pontos de divergências entre os contendores: as diferenças entre Viana e os irmãos Pedroso, a índole rebelde dos paulistas, seu desarmamento e expulsão, bem como ações do Governador Antonio de Albuquerque. O documento também faz referências indiretas às ações comerciais do frei Francisco de Meneses em torno do comércio de carne de gado, pelo que o conselho local de Sabará desejava “revertê-lo ao El Rei ou mata-lo”; e aquele, por sua vez, manifestava um ódio mortal contra os paulistas daquela região.⁵³

Em outros dois documentos da mesma coleção existem mais algumas notas de relativa importância sobre a Guerra dos Emboabas.⁵⁴ O primeiro é um relato anônimo de tendência lusa que destaca as descobertas das minas, a fome, a dura exploração de alguns veios minerais; considerou aquela área tão injusta e violenta que fizeram o desembargador e ministro da justiça José Vaz Pinto sair escoltado das minas até Guaratinguetá porque ameaçou os paulistas em suas práticas ilícitas. Refere-se ao assunto mencionando o “levante contra os paulistas”, a construção de redutos e fortalezas que os portugueses fizeram em Ribeirão e Cachoeira do Campo para se defender dos revides paulistas, finalizando com as seguintes palavras: “pobres e miseráveis minas que por mais que chamemos não são ouvidos tantos gemidos e Deus Sobre tudo...”.⁵⁵ O outro documento (IV), que tem o mesmo tom ou orientação dos demais, limita-se a descrever as primeiras explorações minerais.

O texto mais interessante desse núcleo documental é aquele em que o rancor do Sargento Mor José Álvares de Oliveira se manifesta com toda a intensidade. As memórias de sua autoria, publicadas por volta de 1750, foram oferecidas ao Ouvidor Geral das Minas Tomás Roby de Barros.⁵⁶ O documento, apesar de ter sido redigido bem depois dos fatos, é importante por vários motivos. Assinale-se a importância de sua participação no conflito, principalmente aquela em que se defrontou com Amador Bueno da Veiga, no Rio das Mortes, além de manifestar, depois de todo esse tempo, a exaltação aos portugueses e um profundo

⁵² Dou parte do que vi ou sei. In: TAUNAY, 1954, p. 70-74.

⁵³ Ibid., p. 73.

⁵⁴ III e IV. In: TAUNAY, A. de E. **Relatos sertanistas**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954. p. 75-80; ver p. 80-81, respectivamente. Estes documentos do Códice Matoso foram apenas numerados.

⁵⁵ Ibid., p. 80.

⁵⁶ História do Distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento das suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e criação das suas vilas. In: TAUNAY, A. de E. **Relatos sertanistas**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954. p. 89-119.

ódio aos paulistas.⁵⁷ Portanto, trata-se de um documento no qual se manifestam claramente o ressentimento e o ufanismo enquanto sensibilidades em oposição. Nesse momento, há, sem margem de dúvidas, o predomínio do ressentimento; depois, no final do século XVIII, prevalece o ufanismo, o que não quer dizer que outros ressentimentos inexistissem.

O olhar de José Álvares de Oliveira é ambíguo, típico da natureza humana. É rancoroso aos paulistas e apologético aos portugueses. O autor reconhece seu estado melancólico, e as linhas que escreve demonstram isso. Principalmente quando transferiu seus sentimentos para os relatos das dificuldades de Pedro Álvares Cabral ao cruzar o oceano Atlântico. Tempestades, ventos impetuosos, nuvens carregadas, ar condensado e tenebroso, ondas empoladas, relampejos compõem um cenário conturbado. Mas ele os contrasta com o elogio, a aventura argonáutica e a superação dos adversários. Dessa maneira, há uma preocupação daquele autor em desqualificar os processos civilizatórios de espanhóis, franceses, ingleses, através de uma base comparativa que distinguia da melhor maneira possível o “espírito” lusitano. A seu ver os portugueses não eram vaidosos, mas ao contrário, singelos. Isto lhes conferia superioridade territorial e moral diante de outros povos, pois eles não só estenderam os seus domínios, mas também os mantiveram, e foram agraciados por Deus:

[...] quis a Divina Providência além das preciosidades que produz, enriquecer não só com minas de diamantes, topázios e mais pedras preciosas mas de ouro que por espaço de quinhentas léguas quase em quadra se está extraindo em muitas partes, cuja insaciável fome de todos os mortais obrigou e obriga a tanta gente que se compõe hoje êste vasto país e Província das Minas [...].⁵⁸

Identifica-se no texto de José Álvares de Oliveira um sentimento que foi recalcado durante décadas, e que naquele momento podia manifestá-lo, seja pelo ressentimento, seja pela exteriorização do ufanismo. De um lado aponta o que a terra poderia dar de melhor: o ouro e diamantes, sua facilidade extrativa, ao mesmo tempo em que o território era assegurado pelo Estado lusitano. De outro lado, em razão dos conflitos, omitiu as descobertas feitas pelos “naturais”, uma vez que se voltavam apenas para a ganância, a maleficência e a submissão dos “forasteiros”.

⁵⁷ Ver TAUNAY, 1954, p. 94; ABUD, 1985, p. 41.

⁵⁸ História do Distrito do Rio das Mortes, Sua Descrição, Descobrimto das suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e criação das suas vilas. In: TAUNAY, A. de E. **Relatos sertanistas**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954, p. 94.

O motivo do rancor partia do sentimento comum de inferioridade dos portugueses na partilha das minas, da prepotência e espírito revoltoso dos paulistas e dos “bastardos carijós e tapuias” que os seguiam, impingindo-lhes árduas tarefas nas minas. E Oliveira estabeleceu um distanciamento cultural entre os emboabas e os nativos, criticando seu comportamento, localização e estilo de suas habitações: “sempre na vizinhança dos matos para se comunicarem com as feras de quem herdaram os corações”; eles foram considerados Átila dos “emboabas”.⁵⁹

E como não poderia deixar de ser, nessas “memórias” os portugueses sempre foram os prejudicados, não cometia nenhum deslize, eram sempre provocados, estavam em inferioridade numérica, o que justificaria suas posteriores decisões. Os principais alvos do ressentimento de Oliveira aparecem ao longo do texto: o taubatense cognominado de Jauguara (cachorro bravo) que semeava a insegurança entre os “forasteiros”; José Machado, e seus seguidores, “maus por natureza” e insolentes por “inclinação”.

Em vários momentos o autor valeu-se da mitologia grega, dando um ar de erudição ao texto. Veja-se o exemplo em que a personificação do destino da vida humana conotou Átropos aos reveses paulistas durante o primeiro enfrentamento em julho de 1707, quando José Machado sucumbiu à ira dos portugueses que, não agüentando as provocações, pegaram em armas e os fuzilaram em uma cabana à qual tacaram fogo. Apesar de criticar tal atitude, “ajeitada pela cegueira”, ela teria dado moral aos portugueses para enfrentarem seus opressores, e justificava medidas cautelares como o entrincheiramento para evitar retaliações. José Machado afirma que os reinóis e forasteiros consideravam os paulistas melindrosos, e que “naturalmente conservavam as brasas do ódio debaixo da cinza do disfarce”, mesmo durante o armistício de 1708.⁶⁰

O relato de Oliveira é detalhado. Mostrou-se favorável à aclamação de Viana como governador, porque os paulistas formavam um bloco coeso e os emboabas não tinham representatividade. Mas quando se referiu a Bento Amaral Coutinho, reconheceu sua crueldade, principalmente no tocante ao episódio do Capão da Traição, ao Norte do rio das Mortes, porém logo completou justificando que os paulistas atiraram primeiro:

[...] e os paulistas como que nada temiam pegaram nas armas, deram tiros e feriram alguns emboabas, causa porque os mais, cheios de cólera, apertaram o cordão e ganhando o mato puseram os paulistas as armas em terra e pediram quartel, sendo

⁵⁹ Ibid., p. 97.

⁶⁰ Ibid. p. 99.

levados à presença do Comandante e foram mortos a sangue frio, (tirano massacre e ímpia execução abominada de todos os que se tem por próximos). Alguns dias depois desta ação cruenta determinou o dito Amaral retirar-se, como com efeito se pôs em marcha de volta destas Minas para as Gerais.⁶¹

Ao tratar das conferências entre paulistas e emboabas com o governador da capitania do Rio de Janeiro, D. Fernando Mascarenhas Lencastre, que tentava resolver as diferenças, diz que Oliveira procurou valorizar a persistência de seu grupo. Tratar com os paulistas era “trabalho perdido”, pois aqueles que foram nomeados como capitães auxiliares, José Moreira e José Pires de Almeida, mostraram má vontade em assumir compromissos.

Foi justamente essa falta de confiança segundo ele, que levou os emboabas a construírem entrincheiramento para se protegerem de eventuais ataques. Outros dois fatos que chamam à atenção no documento são o preconceito étnico, pois “pela enxertia, degeneraram de ser emboabas”, e certa perda de identidade de alguns quando se entrincheiraram: e “assim os mais que se lembravam de ser emboabas”.⁶² Como se pode constatar não havia unanimidade entres os dois grupos, o que caracteriza bem as divergências de opiniões.

Da mesma forma que Bento Fernandes, Oliveira ressalta as ações do novo governador da capitania, Antonio Albuquerque de Coelho Carvalho, que os auxiliara nos embates com Amador Bueno, o cerco que promoveu, a recusa a suas propostas de rendição, e a preparação defensiva, culminando com a “vergonhosa fugida” dos paulistas. Depois de elogiar o brio e a honra de morrer pela pátria, reafirma as atitudes respeitadas dos emboabas com diversas administrações da colônia, até mesmo diante de outra deflagração conflituosa (1720), para a qual dedicou poucas linhas, e a cobrança do quinto. E como afirma Kátia Abud, “era um emboaba que narrava a outro português suas aventuras, ou melhor, suas desventuras no início do século XVIII”.⁶³

Um documento contemporâneo aos eventos transcorridos nas minas foi o de Rocha Pitta, obra seguida por vários historiadores que acabaram, de certa maneira, reproduzindo um conjunto de idéias.⁶⁴ Claramente em sua obra “História da América Portuguesa” colocou-se a favor dos emboabas de forma entusiasta e enaltecida. Tendencioso, como afirmou Mello,⁶⁵ em sua simpatia para com os portugueses e a “malquerença” aos paulistas, só poderia relegar-

⁶¹ Ibid., p. 101 e 105, respectivamente.

⁶² Ibid., p. 104.

⁶³ ABUD, 1985, p. 43.

⁶⁴ PITTA, Rocha. **História da América Portuguesa**. São Paulo: Gráfica Editôra Brasileira, 1950. vol. XXX.

⁶⁵ MELLO, 1979.

nos um texto em que consagrava as “crueldades” dos paulistas e o clamor da justiça pelos “forasteiros”.

Se aquele historiador brasileiro mostrou a gênese da guerra, quando “[...] tiveram princípio as dissensões no arraial das Mortes por uma que fez um paulista tirano e injustamente a um forasteiro humilde, que vivia de uma pobre agência”,⁶⁶ poucas vezes reconheceu os excessos cometidos contra aqueles homens que considerava insolentes por natureza, no seu dizer “destemidos e facinorosos”.

Veja-se o controverso caso do Capão da Traição, em que o historiador justifica as ações - e note-se bem, do grupo e não as de seus líderes – dos “forasteiros”, que queriam apenas desarmar os paulistas; mas como não pode ignorar a chacina, ameniza-a dizendo que pessoas dignas do exército de Bento Amaral estranharam suas atitudes. São diversas ponderações que inocentam Viana daquela crueldade com a qual não concordava; não puniu o algoz por ser perigoso castigar naqueles tempos, e porque ocupava cargo relevante. Na versão “fantasiosa” de Vasconcelos, Bento Amaral é tido como “miserável”, um “monstro” com o qual não concordavam “muitos reinóis”, que “protestavam contra a iniquidade: puderam fugir do lugar”.⁶⁷

C. R. Boxer, apoiando-se em Taunay, Mello e no Códice Matoso, especificamente no relato de José Álvares de Oliveira, afiança que Rocha Pitta, e depois, Vasconcelos, que diz serem “cerca de trezentos, todos imolados”,⁶⁸ exageraram “dando a entender que “centenas de paulistas brancos foram mortos na carnificina”, quando na verdade, pressupõe, tratou-se apenas de ameríndios e mestiços.⁶⁹ A versão de Golgher foi em outra direção, pois a idéia corrente de que os paulistas foram massacrados covardemente não tem amparo documental. Diz ele: “não houve lutas e grandes batalhas, que segundo alguns historiadores, teriam ocorrido, principalmente no arraial de Ribeirão do Carmo. Exceto um ou outro paulista, que, juntamente com seus escravos, esboçam alguma resistência de pequeno vulto [...]”. Ao perder-se nas malhas discursivas do relato de Bento do Amaral Coutinho, considerando-o como único documento a expressar a verdade histórica,⁷⁰ Golgher trata o assunto como

⁶⁶ PITTA, 1950, p. 402.

⁶⁷ VASCONCELOS, 1948, p. 84.

⁶⁸ Ibid., p. 84.

⁶⁹ BOXER, 1969, p. 91.

⁷⁰ Ver Carta de Bento do Amaral Coutinho ao governador da Capitania D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre. Arraial de Ouro Preto, 16 de janeiro de 1709. In: MELLO, J. S. **Emboabas**. São Paulo: Governo do Estado, 1979, p. 237-245.

elaboração fantasiosa dos historiadores e que tal episódio da história brasileira era como uma “ação de guerra” normal.⁷¹

Em Rocha Pitta, praticamente todas as ações dos portugueses foram mitigadas porque atendiam aos seus interesses, a começar pela licença do Santo Ofício e o reconhecimento como homem de letras, até atingir os “favores” da coroa. Portanto, “convinha-lhe louvar a gente lusitana”.⁷² Precisava, dessa forma, amenizar até mesmo aquelas ações que iam contra as determinações do governador do Rio de Janeiro, D. Fernando Martins de Mascarenhas. As atitudes de Viana - que não agia por vontade própria, mas daqueles que o aclamaram – contra aquele governador foram relevadas pelo historiador. As pretensas inclinações paulistas e a intenção de expulsar os “forasteiros” foram apontadas como motivos de o governador ser maltratado e de lhe negarem acesso às minas.

Nesse caso, para aquele olhar, o que sobra é a ilegitimidade e não a injustiça de Viana, que pouco depois solicita a vinda do novo governador do Rio de Janeiro, Antonio de Albuquerque, diante do qual se sujeita e depois se retira para suas fazendas. Posteriormente o autor tratou do cerco dos paulistas às trincheiras emboabas e sua retirada, mas sempre afirmando a presença e a tradição portuguesa na América.

O que também salta aos olhos no texto de Rocha Pitta, algo que lhe parece ser uma questão pessoal, é a consideração que fez sobre as mulheres paulistas e o espírito de vingança que havia nelas. A expulsão dos paulistas das Minas fez acender o “furor vingativo” que estimulou uma reação contra os emboabas e culminou com a aclamação de Amador Bueno da Veiga para vingar a honra paulista. E se os atos agressivos são formas de revide - uma agressão reativa - é porque se tornou uma forma de autodefesa provocada pelas frustrações.⁷³ Nesse caso, veja-se o exemplo dado pelo historiador baiano:

[...] este fogo soprado por aquele sexo em que se acha mais pronto o furor vingativo, e em que mais ardem os corações dos homens, crescendo nos paulistas com a consideração do crédito que deixaram ultrajado, e da fama que tinham perdido (chama interior que os não abrasava menos pelos seus naturais brios), os fez juntar um numeroso exército de paisanos, pra tornarem de novo à palestra como os seus contendores; e elegendo por seu general Amador Bueno, pessoa entre eles de maior reputação no valor e na prática das armas, marcharam para as Minas.

⁷¹ GOLGHER, 1956, p. 134 e 136.

⁷² MELLO, 1979, p. 215-216.

⁷³ GAY, 1995, p. 12.

Não menos problemática é a expressão “apaixonada” utilizada por Mello para aquelas mulheres que considera em seu viés ufanista: “não os acolhem as espartanas de Piratininga. Não lhes escutam as torturas soffridas. Trancam-lhe as portas, dizendo que elles não deveriam ter regressado. Como podiam voltar se não estava tudo acabado?”⁷⁴

E o que se vê em Rocha Pitta é a sensibilidade ufanista, entremeada pelo ressentimento. É uma sensibilidade direcionada a Portugal e, por conseguinte, à colônia, pois sua natureza o atraía e o encantava. Mas também tratava-se de outra sensibilidade. O sentimento rancoroso que permeou seu espírito imaginativo, visto que transformava lendas populares em verdades – apesar de ter visitado os arquivos dos conventos de São Francisco, do Carmo e São Bento-, partiu do fracasso na poesia e no romance, da necessidade de ser reconhecido, e da tentativa invejosa de superar os trabalhos de Simão de Vasconcelos e Francisco Brito Freire, que escreveram sobre o Brasil. E de fato o esforço foi recompensado, não apenas nas esferas do poder, quando ocupara o posto de coronel do Regimento Privilegiado de Infantaria das Ordenanças, ou em sua nomeação por D. João V, como fidalgo de sua “casa”, mas também em relação às letras com o reconhecimento de sua obra – “História da América Portuguesa” - pela Academia Real da História Portuguesa, e o título de Acadêmico Supranumerário.⁷⁵

Em outra perspectiva, quando considera a Guerra dos Emboabas, tomou parte dos ressentimentos do período e, de forma distanciada, apoiando-se em “depoimentos” e “declarações” de envolvidos nos conflitos, no caso os baianos, construiu uma história rancorosa e anti-paulista, tendo por fundamento apenas um lado da contenda, negligenciando sua documentação.⁷⁶

Algumas dessas questões foram apontadas em “Cultura e Opulência do Brasil” (obra escrita entre 1705 e 1710, e publicada em 1711) de Antonil, cuja fonte de informações era Arthur de Sá e Menezes, governador do Rio de Janeiro, com o qual visitou as Minas Gerais. Uma obra emblemática que o governo de D. João V mandou recolher, pois não desejava que entrassem em circulação notícias das “riquezas do Brasil, sobretudo as de natureza mineral,

⁷⁴ MELLO, 1979, p. 157-158.

⁷⁵ PEREIRA DA SILVA, J.M. Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc. Rocha Pitta. **Revista Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, p. 258-276, 1849.

⁷⁶ MELLO, 1979, p. 218. Mello criticou as fontes e os métodos de Rocha Pitta. Exemplo disso é a documentação que não lhe permitiu uma visão mais próxima da verdade: “as ordens régias de 30 de maio e 6 de setembro de 1711”, determinando a reintegração dos paulistas, e a documentação da Câmara de São Paulo que possuía a carta do governador Antonio de Albuquerque, datada de 26 de fevereiro de 1710, em que se protegem os paulistas.

objeto de detalhamento por parte do autor”.⁷⁷ Para Mello, o jesuíta toscano precursor dos naturalistas que viriam mais tarde é um “estrangeiro que não foi seduzido pela ambição material, como outros membros de ordens religiosas que haviam se corrompido e não exerciam seus ofícios, mas ao contrário, participavam das lutas no sertão das minas. “A corte enciumada procurará destruir o seu livro, arrancando-o de todas as mãos para entregá-lo á fogueira. Não se consumirá no braseiro”.⁷⁸

Além de tratar da lavoura canavieira e do tabaco, da criação de gado e de pastos, o jesuíta destinou a terceira parte de sua obra à “Cultura e opulência do Brasil pelas minas de ouro”, onde de forma indireta inteirou-se dos efeitos das contendas entre paulistas e emboabas. Apesar de seu autor defender veementemente a cobrança do quinto e os direitos da Coroa, a obra foi confiscada porque mapeava o caminho das minas e os veios minerais. A causa da perseguição também está relacionada à forma como ele criticou a atuação administrativa das minas e o descaso com a resolução dos problemas decorrentes das contestações durante a exploração mineral. Ao tratar da descoberta e povoamento das minas pelos paulistas, evidenciou a negligência na exploração do ouro, ferro e prata, o abandono das minas de São Paulo em razão das novas descobertas das minas de Cataguás e Caeté, a falta de legislação sobre as datas e suas repartições. Serviu o alerta, daí a constante necessidade de intervenção direta nas minas.

A obra é marcante não só por tratar das transformações da vida na colônia, dos preços e dos lucros auferidos com o metal, dos processos de mineração, mas também por apontar, de maneira amena, algumas manifestações do ressentimento através de atos violentos. Logo, refere-se aos desentendimentos entre homens que se “mataram às pelouradas, brigando entre si sobre a repartição dos índios gentios que traziam do sertão”, no chamado rio das Mortes, e aos estratagemas mesquinhos de alguns mineiros que não informavam a localização de suas descobertas a fim de “não as sujeitarem à repartição”, atitude que o desagrada em várias partes da obra.⁷⁹

Para Antonil o ouro era o pior dos males do Brasil. A cobiça, o exagero dos preços dos alimentos, do vestuário e armas, escravos ou cavalgaduras, a ostentação em mandar “vir dos

⁷⁷ SALES, Fernando. Nota bibliográfica. In: ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982, p. 11. Segundo o autor João Antonio Andreoni, S.J. era de origem italiana (Luca, 8-02-1649) e entrou para a Companhia de Jesus em 1667 (20-05), vindo para o Brasil como visitador a convite do Padre Antonio Vieira. Atuou como Reitor do Colégio dos Jesuítas e como Provincial do Brasil, vindo a falecer na Bahia (13-03-1716).

⁷⁸ MELLO, 1979, p. 17.

⁷⁹ ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1982. p. 164-165.

portos do mar tudo o que a gula costuma apetecer e buscar”,⁸⁰ auferir lucro com o aluguel de corpos de escravas, os descaminhos do ouro, seja pelo fato de “negros e índios” o tomarem para si veladamente, seja pela cunhagem falsa do metal causaram, a seu ver, a carestia alimentar, o alto custo de vida e os desentendimentos. Mas é sobretudo no capítulo *Dos danos que tem causado ao Brasil a cobiça depois do descobrimento do ouro nas minas*, que o assunto se mostra mais claramente:

convidou a fama das minas tão abundantes do Brasil homens de toda casta e de todas as partes, uns de cabedal, e outros, vadios. Aos de cabedal, que tiraram muita quantidade dele nas catas, foi causa de se haverem com altivez e arrogância, de andarem sempre acompanhados de tropas de espingardeiros, de ânimo pronto para executarem qualquer violência, e de tomar sem temor algum da justiça grandes e estrondosas vinganças. Convidou-os o ouro a jogar largamente e a gastar em superfluidades quantias extraordinárias, sem reparo, comprando (por exemplo) um negro trombeteiro por mil cruzados, e ua mulata de mau trato por dobrado preço, para multiplicar com ela contínuos e escandalosos pecados. Os vadios que vão às minas para tirar ouro não dos ribeiros, mas dos canudos em que o ajuntam e guardam os que trabalham nas catas, usaram de traições lamentáveis e de mortes mais que cruéis, ficando estes crimes sem castigo, porque nas minas a justiça humana não teve ainda tribunal nem o respeito de quem em outras partes goza, aonde há ministros de suposição, assistidos de numeroso e seguro presidio, e só agora poderá esperar-se algum remédio, indo lá governador e ministros. E até os bispos e os prelados de algumas religiões sentem sumamente o não se fazer conta alguma das censuras para reduzir aos seus bispados e conventos não poucos clérigos e religiosos, que escandalosamente por lá andam, ou apóstastas, ou fugitivos.⁸¹

Apesar de Antonil referir-se diretamente à luta fratricida apenas na descrição do *Roteiro do caminho novo da cidade do Rio de Janeiro para as minas*, “[...] aí está um fortim com trincheiras e fosso, que fizeram os emboabas no primeiro levantamento”,⁸² enfoca de maneira geral como a cobiça, um dos elementos constituintes do ressentimento, afetou a vida colonial e conduziu aqueles homens à degradação moral e espiritual, pois estavam “perdidos” como “os filhos de Israel no deserto”.

O ciúme - outro “ingrediente explosivo” do ressentimento - é uma forma de reação a uma sensação de ameaça, podendo ser a causa real ou imaginária. Sendo ela adaptativa ou não, o que transparece mais na correspondência de Manoel Nunes Viana é a “antipatia” a

⁸⁰ Ibid., p. 173.

⁸¹ Ibid., p. 194.

⁸² Ibid., p. 185.

Manoel da Borba Gato.⁸³ Mas não era apenas porque ele tinha uma posição político-militar reconhecida, mas também por ser paulista e por ter atitudes duvidosas. A repulsa àquela pessoa se deu em razão do edital afixado na porta da igreja de Caeté em 12 de outubro de 1708, que lhe dava dois dias para se retirar das minas, e o acusava de perturbador da ordem, defraudador dos direitos da coroa.

Por quanto me tem chegado a notícia ter entrado nestas minas pela estrada proibida da Bahia o Capitão-Mor Manoel Nunes Viana com pretexto de quem vêm a estas com gado, subterfúgio que procura para entrar com comboios de fazendas como se entende de não ter dado entrada nessa oficina e a que mandou ser de cousa tão limitada que bem se verifica com evidência não ser este o fim a que veio a estas minas, sendo outro sim, mui prejudicial a sua vinda a estas pelo grande prejuízo que se segue a Fazenda Real todas as vezes que faz jornadas para os currais da Bahia ajuntando e agregando a si todas as pessoas que querem por aquela estrada descaminhar ouro sem pagar quintos a SM que Deus guarde, seguindo-se de tudo tão danosas conseqüências à Fazenda Real e atendendo a este ordeno e mando ao Capitão Manoel Nunes Viana despeje estas Minas em termo de vinte e quatro horas com cominação de que não o fazendo se lhe confiscarão os bens e será preso e castigado como são os estrangeiros das leis e todos aqueles que descaminham a Fazenda de SM que Deus guarde, e para que tenha a notícia do dito Capitão-Mor Manoel Nunes Viana e se fixar no Arraial do Caeté.⁸⁴

Viana mostra-se orgulhoso pela capacidade e integridade, proclamando-se fiel à coroa e sem culpa das acusações imputadas. O “pomo da discórdia” foi a pendenga por uma espingarda com seu desafeto Jerônimo Pedroso. Certamente o que ocorreu no desafio entre ambos (duelo) não foi só a humilhação e a desonra, mas também o fato de existir o revide após a amenização das tensões, e também distinções de classe ou linhagem, pois o primeiro era um plebeu de origem portuguesa, e o segundo estava ligado às primeiras famílias de ilustres “bandeirantes”, sendo um dos primeiros naquela área.

Viana ficou indignado com sua penalização, e muito mais por ser única. Assim, aquela provocação que evidenciava a presença de laços familiares onde havia a proteção aos envolvidos na contenda e que lhe eram contrários, desencadeou reações “adormecidas”. Ele aproveitou para contestar os argumentos do edital e a autoridade de Borba Gato. Somente o rei tinha a prerrogativa para fazer aquilo. Num dos momentos mais duros da correspondência que serve como testemunho para futura defesa de si, afirmou que Borba Gato era teimoso e

⁸³ Carta de Manoel Nunes Viana a Manoel da Borba Gato. 13 de novembro de 1708. In: MELO, José Soares. **Emboabas**. São Paulo: Governo do Estado, 1979, p. 230.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 230.

desatinado, e que “amotinadores só se acham nos patricios de V. M.”⁸⁵ Ao final, seu autor se isenta de todas as culpas e ainda declara que o amotinamento era coisa do “temperamento” dos paulistas.

A extensa correspondência de Borba Gato ao governador da capitania do Rio de Janeiro é significativa por envolver os ranços existentes nas disputas pelo poder.⁸⁶ Não era apenas uma denúncia epistolar contra as atividades clandestinas de Manoel Nunes Viana pelos caminhos da Bahia, a sublevação em si, a defraudação do erário régio. A denúncia envolvia outros interesses. Borba Gato e Mascarenhas já tinham noção da generalização do contrabando e da sonegação de impostos nas minas. Pelo menos é o que se deduz quando ele menciona indiretamente a “necessidade” de se confiscar os bens contrabandeados de seu desafeto. Golgher observou que as justificativas expressas no edital de outubro de 1708 eram “fracas” e que a expulsão, sem margem de dúvidas, foi arbitrária e se tratava de algo que não poderia fazê-lo por não contar com força suficiente para executá-la. Tanto que, na mesma medida, Viana tem atitude tão enérgica quanto aquela porque sabia que não poderia ser punido. Borba Gato “recorreu a este estratagema à falta de outro para conseguir se livrar do terrível chefe dos Emboabas que ameaçava arrebatá-lhe o poder”.⁸⁷

Portanto, seu autor amparava-se na “providência divina” para denunciar por parte de Manoel Nunes Viana a semeadura das discórdias nas minas, a sedução da população mineira em torno dos seus propósitos, e a perseguição àqueles que o incomodavam, os paulistas. Para ele era uma heresia Viana expulsar os paulistas e desobedecer a decisões régias. Desse modo, “são justos juysos de Ds. que para se porem, e oporem contra as ordens de seu Rey a quem tanto amor devem, dizião que os Bahienses não herão so seus amparados senão seus filhos o de que me fico lastimado [...]”.⁸⁸

E não é difícil admitir que as “desuniões” entre paulistas e emboabas foram alimentadas pela Metrópole porque isso lhe era interessante, pois os tornava dependentes das decisões reais para as causas que pleiteavam. Como procurei enfatizar até aqui, os ressentimentos manifestaram-se em vários níveis, entre os paulistas, entre os emboabas, entre paulistas e emboabas, entre seus “agregados” ou escravos, tanto para dentro quanto para fora do grupo. Alguns desses ressentimentos manifestaram-se em Portugal, estabelecendo um

⁸⁵ Ibid., p. 230.

⁸⁶ Carta de Borba Gato ao governador da Capitania D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastre. Minas do Rio das Velhas. 29 de novembro de 1708. In: MELO, José Soares. **Emboabas**. São Paulo: Governo do Estado, 1979, p. 232-237.

⁸⁷ GOLGHER, 1982, passim. É importante lembrar que o autor, assim como outros estudiosos, valorizaram excessivamente Viana. Ele chega a dizer que Manoel Nunes Viana tinha “personalidade extraordinária”.

⁸⁸ Carta de Borba Gato ao governador da Capitania D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastre, In: MELO, José Soares. **Emboabas**. São Paulo: Governo do Estado, 1979. p. 236.

clima de rivalidade entre a Secretaria de Estado e o Conselho Ultramarino motivadas por interesses corporativos, incompatibilidades pessoais, entre outros. O Conselho Ultramarino, por exemplo, só tomou conhecimento da Guerra Emboaba dois meses depois.⁸⁹

Para ter uma dimensão dos “ecos” e das distorções desses acontecimentos no século XVIII, note-se o que o médico, escritor e diplomata português Francisco Solano Constâncio escreveu sobre a Guerra dos Emboabas:

Os paulistas, estimulados pela cubiça, percorrerão então este districto em todas as direcções, e conseguirão em fim descobrir os thesouros por tanto tempo occultos, e que fizeram dar a este territorio a denominação de Minas-Geraes. No mesmo anno (1695) Arthur de Sá de Menezes foi nomeado governador d’esta rica provincia, onde acodirão milhares de indivíduos ávidos de riquezas e de distincções. Menezes chegou a S. Paulo a 15 de Outubro de 1697, e ao districto de Minas-Geraes em 1700. Com elle vierão bandos de aventureiros de diferentes capitánias, o que excitou o ciúme dos Paulistas, que se consideravam descobridores das minas, direito exclusivo a disfrutá-las, Votarão hum ódio irreconciliavel a estes homens, que denominarão forasteiros ou emboabas.⁹⁰

Assim, o que se pode averiguar na documentação, com algumas exceções, é a nítida preponderância de narrativas contra os paulistas, sempre considerados como gananciosos, rudes e intransigentes. Os decretos metropolitanos acabaram dessa maneira sobrepujando seus interesses e direitos, tornando esmaecidos os ressentimentos que eles nutriam pelos “forasteiros”. Mais tarde, no governo do Morgado de Mateus esses ressentimentos foram reavivados pelos historiadores paulistas e marcaram uma fase na qual ocorreu o fortalecimento da sensibilidade ufanista, embora ainda pairassem aquelas narrativas que os depreciavam.

⁸⁹ GOLGHER, 1956, p. 169-170.

⁹⁰ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. **Historia do Brasil desde o seu descobrimento por Pedro Alvares Cabral até a abdicação do Imperador D. Pedro I**. Paris: J.P. Aullaud, 1839, p. 46. Tomo II. Constancio nasceu em Lisboa (1777) e faleceu em Paris (1846); filho de Manoel Constancio, médico do rei de Portugal. Foi diplomata de Portugal em Paris (1820), e em Washington. Demitiu-se (1829) para se fixar em Paris. Entre suas obras destacam-se *O observador Lusitano em Paris* (1815), *Précis de La Révolution française de 1789 à 1830*, *Nouvelle grammaire portugaise à la usage des Français* (1832) e *Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portuguesa*. Traduziu vários clássicos da economia política como Ricardo e Malthus, por exemplo. Foi ainda membro das Sociedades de Medicina e de Historia Natural de Edimburgo, Linneana de New York e Paris.

3 A reação ufanista: a história e a literatura

LEITOR,

Eu te dou a ler uma memória por escrito das virtudes de um Herói que fora digno de melhor engenho para receber um louvor completo. Não é meu intento sustentar que eu tenho produzido ao Mundo um Poema com o caráter de épico; sei que esta felicidade não conseguiram até o presente aqueles homens a quem a fama celebra laureados na Grécia, na Itália, em Inglaterra, em França e nas Espanhas. Todos se expuseram à censura dos críticos, e todos são argüidos de algum erro ou defeitos; a razão pode ser a que assina um bom autor: inventaram-se leis aonde as não havia. Mas dou-te, que eu não te ofereça mais que uma composição em metro, para fazer ver o distinto merecimento de um General que tão prudentemente pacificou um Povo rebelde, que seguiu a Real autoridade e que estabeleceu e firmou, entre as diferentes emulações de uns e outros Vassallos desunidos, os interesses que se deviam aos Soberanos Príncipes de Portugal: dirás que é digna de repreensão a minha empresa? Na verdade não espero do teu benigno ânimo esta correspondência: e tudo o que não for injúria ou acusação será para mim uma inestimável remuneração das minhas fadigas.

Cláudio Manoel da Costa, 1768 (Prólogo ao leitor, Obras)

As contendas entre paulistas e reinóis não foram bem resolvidas nem durante e nem depois da Guerra dos Emboabas. Muitas questões ficaram em aberto na colônia e na metrópole. Resultaram em ressentimentos, às vezes dissimulados, às vezes manifestos, e em certo grau “refreados” pela coroa e pela administração colonial.

Mas havia outras nuances de ressentimento e ufanismo na colônia. Algumas serviram para a consagração histórica, para a valorização de atos ou coisas, ou mesmo para manifestar conhecimento e poder. Outras serviam para contestá-las, ou então para desvalorizar e destruir o “inimigo”. Portanto, ao final da Guerra dos Emboabas, a criação da capitania de São Paulo e “Minas do ouro” e o controle direto da metrópole não eliminou por completo aquelas sensibilidades em oposição.

Ao contrário, novas “pendências” foram desencadeadas. Mas com uma diferença: a tensão com os “rivais” não se manifestava apenas internamente. Os antagonistas estavam dentro e fora dos limites das “possessões” portuguesas, o que significa dizer que o ressentimento foi direcionado para os espanhóis, ao passo que o ufanismo tratava de valorizar o “chão” conquistado, metro a metro, visando garantir seu domínio exclusivo.

No plano interno vicejavam lutas pelo controle político das capitanias, e no plano externo constatava-se a constante ameaça espanhola. Assim, esse quadro das sensibilidades colocou a sociedade da segunda metade do século XVIII diante de novos níveis de

enfrentamentos que os historiadores e as ações dos governos coloniais souberam muito bem manipular.

Note-se que desde 1733, por razões estratégicas e de controle territorial, o Governador e Capitão General Gomes Freire de Andrada desejava ter autoridade sobre o Sul da colônia. Para tanto, manifestou a intenção de manter governos separados para as minas de Cuiabá e Goiás, o que, de certa forma, ocorreu em 1748, com a criação das capitanias de Goiás e Mato-Grosso. Além do mais, o litoral foi unificado à Capitania do Rio de Janeiro para melhor defender a colônia de Sacramento e o Rio Grande de São Pedro. A capitania de São Paulo ficou subordinada àquela jurisdição, e assim, viu-se “privada” de suas áreas mais ricas, e sem os privilégios da autonomia política. Considerava o rei, pelo mesmo Alvará, “ser desnecessário que haja mais em S. Paulo Governador com Patente de Capitão General”.¹

A extinção da capitania de São Paulo tinha motivações políticas e gerou outro tipo de embate: o povoamento dos interiores, um reforço às fronteiras ao Sul e a Oeste, a posse útil (*Uti Possidetis*) estabelecida no tratado de Madrid de 1750, a fiscalização dos caminhos e das minas, suas respectivas taxações, a proximidade daquela capitania às áreas mineradoras, a área litorânea e um porto de escoamento da produção aurífera, a posição de defesa e as áreas de jurisdição, (Ilha de Santa Catarina, o Rio Grande e Laguna) e, finalmente, centro dispersor de escravos para as minas. Outro motivo ainda apresentado para aquela divisão administrativa era o fato de a capitania de São Paulo não poder atender essas imensas regiões e suas frágeis ocupações.²

E se por volta de 1730 já havia a decadência econômica e a rarefação humana na capitania de São Paulo, dali em diante muitos paulistas partiam com suas famílias, agregados e escravos para “tentar a sorte” na exploração mineral em Goiás ou Curitiba, ou mesmo na criação e comércio de gado no Rio Grande do Sul.³ Os paulistas eram tidos como gente afeita a novas descobertas, ao ver de Marques de Angeja e do Conde de Assumar,⁴ mas ainda continuavam “rebeldes”. Como resultado desenvolveram atividades dentro e fora de sua capitania: a agricultura de subsistência, o abastecimento alimentar da região aurífera de Mato-Grosso através de expedições fluviais (monções), o comércio de gado entre o Rio Grande e as

¹ BELLOTTO, H. L. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial**: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1979, p. 29-30.

² *Ibid.*, p. 34 et seq.

³ NEME, M. **Um governador reformista no São Paulo Colonial**. Anais do Museu Paulista. São Paulo, 1970, tomo XXIV, p. 9-53. As atividades mais corriqueiras na capitania de São Paulo eram exceções: “faz-se alguma extração de cera e mel de abelhas, curtimento de couros, fabricação de marmelada, mas tudo em escala menor do que em outros tempos”, p. 10.

⁴ Ver BLAJ, Ilana. **A trama das tensões**: a mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). São Paulo: Universidade de São Paulo, 199, p. 264.

áreas mineradoras, além da abertura de caminhos para o Sul da colônia.⁵ E se os paulistas perderam as “Minas de ouro”, adentraram os sertões coloniais procurando novos veios auríferos em Cuiabá e Mato Grosso. Não obstante, conservou-se uma forma de ressentimento, uma mágoa pela desvinculação territorial motivada pelo jogo político.

A expressão escrita dessas manifestações ocorreu no segundo momento como forma de evocação do passado para a valorização de si e do território. Partiu-se, então da motivação do “rancor”, que se explica pela perda de privilégios para a construção de uma “imagem controlada” dos embates políticos do período. Nesse sentido, a valorização de si, ou seja, dos paulistas, de seus feitos e do território que conquistaram servia também para encobrir os sinais de fraqueza dos homens e de seu “país”. Isso não significa que o ufanismo com seu manto dignificante e aglutinador de uma identificação coletiva não trouxe consigo uma forma de violência conscientemente dirigida aos inferiores e aos rivais.

E como não considerar a divergência de idéias, o palco das operações entre paulistas, reinóis, espanhóis e comunidades indígenas? O que não se pode perder, não é nem a sua continuidade, ou outras formas de evocações, mas o que o embate suscitou a partir das oposições e a maneira como essas sensibilidades foram simultaneamente combinadas e divergentes. Sua consecução, de alguma maneira, estava ligada às complexidades do ufanismo enquanto representação literária.

A forma “amena” de luta foi intermediada pelas ações políticas de “Estado”, direcionando-se evidentemente para a cooptação dos historiadores às estruturas de poder, o que permitiu a vingança manifestada na escrita subjetiva e particular de uma história engajada e apologética. Mas não sem estar associada às motivações pessoais de seus articuladores. A manifestação consciente ou inconsciente do ressentimento e do ufanismo, a cumplicidade entre os historiadores e o Governo do Morgado de Mateus ocorreu tanto no sentido de amenizar as querelas internas quanto no de dirigir a hostilidade aos espanhóis que rivalizavam nos territórios a Oeste e no Sul da colônia. Essas sensibilidades foram manipuladas durante o governo de D. Luis Antonio Botelho Mourão, Morgado de Mateus. Contudo, não foram completas.

É reconhecida a mudança e os “novos tempos” na capitania de São Paulo entre 1764 e 1774, a intervenção do marquês de Pombal, a forma de governo e as medidas adotadas. Em 1761, a política européia, por efeito da Guerra dos Sete Anos, colocou em lados opostos

⁵ Ver PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 85 et seq.; KOK, Glória. **O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVII**. São Paulo: Editora Hucitec/FAPESP, 2004, p. 51-52; Belloto, 1979, p. 36-37.

Espanha e Portugal. D. José I não aderiu ao “Pacto de Família”, no qual os Bourbons da Espanha, Nápoles e Parma davam apoio a Luiz XV, em sua luta contra os ingleses. O efeito dessa beligerância se manifestou nas tensões em torno dos limites fronteiriços do Sul e do Oeste das possessões coloniais, o que também induziu Sebastião José de Carvalho (Marquês de Pombal) a promover a restauração da capitania de São Paulo, reforçando assim as possessões na América portuguesa.⁶

Os anseios metropolitanos estavam ligados à dinâmica da ocupação territorial, o que significa dizer que havia rivalidades externas e internas, ou seja, ressentimentos entre luso-espanhóis e ressentimentos entre grupos sociais no interior da colônia portuguesa que se relacionavam ao poder, status social, enriquecimento, privilégios e concessões reais.

Naturalmente a restauração da capitania de São Paulo deu-se num momento crucial para o estabelecimento das sensibilidades dissonantes, pois havia um espaço para a disputa política ao mesmo tempo em que se “reavivava” um passado marcado pela “derrota”, mas que precisava ser “reciclado”. E a nomeação de D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão como governador da capitania de São Paulo significou um novo momento na administração colonial. Suas metas eram a “exploração territorial, povoamento e urbanização, fomento econômico, fortalecimento militar para a defesa do sul contra a ameaça espanhola e sedimentação das fronteiras na região dos conflitos do Prata”.⁷

Contudo, como a atividade mineira havia entrado em decadência e, desse modo, o fluxo humano das minas redirecionou-se para São Paulo, que se tornara “centro comercial”,⁸ a questão que se colocou no âmbito das “sensibilidades” foi a das relações sociais que se estabeleceram na concentração desses grupos sociais na capitania e a possibilidade de exploração e ocupação territorial.

De qualquer forma, o ponto focal e de referência para os historiadores do final do século XVIII partiu do episódio da Guerra dos Emboabas para se estender para além dos limites da ocupação territorial portuguesa. Mas afinal de contas, por que esse período foi crucial para a gênese dessas sensibilidades? Quais foram as suas bases? De que maneira se desdobrou entre nós e para além de nós no período considerado?

Responder a tais questões significa rever os escritos históricos do período, suas tensões, antagonismos, bem como os argumentos que foram refutados ou acatados. Significa ainda considerar suas principais “personagens históricas”, as concepções de história e seus

⁶ BELLOTTO, 1979, p. 41; KOK, 2004, p. 52.

⁷ KOK, 2004, p. 52.

⁸ ABUD, 1985.

efeitos, as ações e reações dos indivíduos e dos grupos “subordinados” e “insubordinados” no conjunto dessas transformações. Significa, por outro lado, identificar pelo menos alguns desafetos com os grupos indígenas, e externamente com os espanhóis que colocavam em risco os limites territoriais estabelecidos na América.

No plano geral, certamente ficaram pendências pessoais, coletivas e nacionais como um depósito de combustível prestes a explodir à menor distração. Mas é notável, portanto uma série de considerações à administração do Morgado de Mateus, que sem a menor margem de dúvidas, deu novas conformações ao final do período colonial e às sensibilidades. A consolidação territorial e a constituição da identidade portuguesa na América, ao mesmo tempo em que eram construídas, já davam sinais de sua ruína.

Os ressentimentos decorrentes dos enfrentamentos históricos foram utilizados pelos historiadores oficiais, Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida Paes Leme, durante a restauração da capitania de São Paulo. E como já foi dito, essa tendência estava ligada a interesses particulares, uma vez que havia uma relação de parentesco com os antigos sertanistas e, por outro lado, vinculavam-se aos interesses políticos da metrópole no controle das áreas de mineração e nas fronteiras em litígio.

Antes de deter-se nos conflitos propriamente ditos, convém observar algumas especificidades das “letras” para o período em questão. E o que se constata é a ausência de uma escrita específica pelo “bandeirante minerador”, tanto pela falta de exigência de registros dessas explorações extra-oficiais, quanto pela “incapacidade” de escrever sobre si.⁹ Tratando extensamente do tema Kátia Abud explica que a ausência dos relatos também estava ligada a uma possível degradação da imagem dos paulistas, pois eles haviam praticado atos selvagens nas missões jesuíticas espanholas, provocando sua destruição e despovoamento:

somente quando as minas de ouro foram descobertas, o que se dá já no final do século XVII, começaram a surgir os primeiros documentos resgatando a História das Bandeiras, seja sob a forma poética, sob o intento da informação, ou como relatos. A descoberta das minas deu às bandeiras a legitimidade que elas não tinham conseguido, e possivelmente nem mesmo almejado, com o apresamento dos índios.¹⁰

⁹ ABUD, Kátia Maria. **O sangue itimorato e as nobilíssimas tradições**. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. Tese de doutorado, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 1985.

¹⁰ Ibid., 1985, p. 32.

Eis o “espaço em branco” da “proto-história bandeirante” no qual, mais tarde, a sensibilidade ufanista inseriu seus valores. Segundo Abud a vida intelectual em São Paulo era quase ausente, não havia pessoas ligadas a “movimentos literários”, com exceção de Diogo Garção Tinoco, que escreveu em 1690 (?) “Informação do Estado do Brasil e de suas necessidades”, cujos versos aparecem parcialmente em Cláudio Manuel da Costa, e de poucas correspondências como a de “D. Afonso VI a Fernão Dias Paes”, datada do final do século XVII.¹¹

Entre os letrados destacavam-se os advogados, contudo eram poucos. E o resultado era uma carência generalizada, principalmente porque os cargos públicos e administrativos possuíam como exigência ascendência nobre e riqueza, e as atividades jurídicas o letramento: “assim, como existiam poucos letrados na Capitania, o desempenho do cargo de Juiz de Medições recaía quase sempre nas mesmas pessoas, embora fossem incumbidas para trabalhar em diferentes lugares”.¹²

Ao considerar-se a colônia, de imediato constata-se, desde o início do século XVIII, a escassez de poetas e intelectuais. Mas isso não significa a inexistência de um “sentimento de separação”, de desvinculação da literatura lusitana. E, afinal de contas, é para ela que é preciso voltar-nos para entender tal processo construtivo. A “imitação” aos portugueses que se manifestou em poucos “escrevedores e versificadores – a fundação de academias literárias, como por exemplo, a Academia dos Esquecidos (1724), a Academia dos Felizes (1736), a Academia dos Seletos (1752) e a Academia dos Renascidos (1759) – marcou uma fase de transição para um tipo de literatura voltada para a colônia”.¹³ Neste sentido podemos identificar já no início dos setecentos uma produção, que a exemplo de Rocha Pitta, Nuno Marques Pereira, e depois com Pedro Taques de Almeida Paes Leme e Frei Gaspar da Madre de Deus, Cláudio Manuel da Costa, Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Alvarenga Peixoto, entre outros, apresenta uma tendência à valorização da colônia em relação à metrópole. A meu ver era uma tendência na qual se mesclavam percepções do mundo europeu e colonial, mas, sobretudo, eram relativas à colônia portuguesa. Mas, como afirmou Veríssimo, são autores da “expressão da nacionalidade”, ou “intérpretes de tal sentimento”, e desta maneira há em suas reflexões uma relação de proximidade e de distanciamento com o “ufanismo brasileiro”.

¹¹ Ibid., p. 17-20.

¹² RABELLO, Elizabeth Darwiche. **As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII**. São Paulo: Editora Comercial Safady, 1980, p. 96.

¹³ VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963, p. 87.

A velha tendência de apreço e garbo da terra, primeiro vagido de nosso brasileirismo, gosto e louvor não artificial e de estudo, mas natural e espontâneo, por inspirá-lo realmente a grandeza e opulência dela, tendência manifesta, como temos visto, desde os primeiros representantes espirituais do povo aqui em formação, aparecia agora na obra de Rocha Pita como que racionalizada, sistematizada na prosa túmida e florida do seu primeiro historiador publicado. E desde então esse feitio empolado e hiperbólico de dizer da nossa pátria (cansando-se, aliás, perfeitamente com o excesso da detração dela) seria um rasgo notável do nosso sentimento nacional.¹⁴

Na história da literatura brasileira o ufanismo está presente na narrativa dos tempos fabulosos e heróicos. Esse mito frutificou do barroquismo, fundamentando-se na literatura de viagens, explorações, reconhecimento da terra; seu pendor é a “exaltação ufanista da nova terra, coisas, homens e costumes”.¹⁵ Assim, como tendência da viragem do Barroco ao Rococó, o Arcadismo procurava temas bucólicos, de forma a encontrar no meio natural a simplicidade, a beleza e a graciosidade. E como a colônia exprimia seu caráter edênico, houve um momento em que a “arte poética”, como prática imitativa da tradição clássica, valorizava o contato com a natureza e as respectivas afeições humanas. Por outro lado, em meados dos setecentos, manifestou-se como uma crítica burguesa à nobreza e ao clero.¹⁶ As expressões desse tipo de literatura são marcantes em várias obras, como já destacou-se.

Manuel Botelho de Oliveira (1636-1711), por exemplo, materializou a sensibilidade ufanista em sua obra “Música de Parnasso” (1705), obra produzida em português, espanhol, latim e italiano. Em tal expressão, na qual realçou algumas nuances da poética renascentista, dirigiu-se à Anarda, musa européia inspiradora que tentou naturalizar “brasileira”. Mas o que se nota nessa ideação é a ausência de sentimentos, pois não havia uma correspondência profunda de sua metáfora poética com a natureza colonial, mesmo porque o sentido que ela tinha não passava “daquilo que a vista podia alcançar”. Então o que produziu não tinha relações com o ambiente colonial e nem com a mulher brasileira. Nesse tipo de ufanismo, que não fugiu do sensorial, prevaleceu o sentido visual sobre os outros, o que explica em certa

¹⁴ VERÍSSIMO, 1963, p. 87.

¹⁵ COUTINHO, Afrânio, FÁRIA COUTINHO, Eduardo de. **A literatura no Brasil**. Era Barroca, era Neoclássica. São Paulo: Global, 1999, p.126. v.2.

¹⁶ BOSSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994. Ver capítulos II, Ecos do Barroco, e III, Arcádia e Ilustração.

medida o culto à solidão, o fundo melancólico e contemplativo, advindos do barroquismo e da moral cristã do período. Ao analisar a obra desse autor Coutinho afirmou:¹⁷

Não se tratava é certo, de um simples tema literário; um fundo de melancolia dominava então a alma do homem, predispondo-o à vida contemplativa, ao ascetismo, como derivativo às suas ansiedades, às angústias, no afã de apaziguar-lhe a tortura de querer conciliar o voluptuoso gosto dos prazeres temporais com a sede insaciável de Eternidade.

O ufanismo daquele autor abrangeu apenas a Bahia, restringiu-se a particularidades visuais e gustativas. A natureza e a paisagem provenientes daquela parte do Brasil colonial foram substituídas por correspondentes europeus, em metáforas inspiradas em Camões. Contudo, apesar da precariedade da obra não se deve esquecer que exprimiu um momento no qual a sensibilidade ufanista e a sensibilidade ressentida estavam aflorando mais do que nos outros períodos.

Da mesma forma que Manuel Botelho de Oliveira, Nuno Marques Pereira (1652-1731) produziu a obra “Compêndio narrativo do Peregrino da América” (1731), uma das obras de maior relevância no Brasil do século XVIII, para tratar da Bahia. Contudo, como afirmou Rodrigues, “não era um livro sobre emboabas, mas um livro escrito por um emboaba”, e “[...] tem um grande valor para reconstruir o ambiente moral, as idéias sociais dos emboabas”.¹⁸

Suas elucubrações foram subsidiadas por associações ente os elementos naturais, coisas e homens; assim, quando emprega o termo pátria o faz de forma ampla e restrita, ou seja, referia-se a Portugal e ao Brasil colonial.

E de fato, seu texto ficcional, baseado nas pregações do padre Vieira, submete as coisas aos exemplos morais e espirituais, dados pelos “diálogos” entabulados entre o peregrino, um ancião e outras personagens em seu deslocamento. No peregrino advoga-se a combinação da riqueza com a virtude, a nobreza dos pobres, que não fica apenas nos dez mandamentos, mas em outras formas de redenção, e no estudo das artes, ciências e entretenimentos, que notadamente se voltavam apenas para as elites.

Então, é possível identificar nesses autores, de forma amena, a manifestação das sensibilidades em oposição, como se pode notar na seguinte passagem de Coutinho: “a experiência direta do peregrino, [...] compreende a região das minas de ouro, onde fervilhava

¹⁷ COUTINHO, 1999, p. 138.

¹⁸ RODRIGUES, 1979, p. 337.

um enxame de cobiça dos emboabas, mas estava obstinadamente inclinada para outro terreno: a fé religiosa”.¹⁹ Naturalmente, não resta dúvida dessa influência, e o que tem-se neste tipo de literatura é uma sensibilidade ufanista que toma por referência o “colonialismo” lusitano, que depois convergiu quase que inteiramente para um ufanismo interiorizado na colônia no final do século XVIII.

Tomou-se por base os exemplos “letrados” que trataram da imagem do sertanista e da capitania de São Paulo, pois foram elaborados pelos descendentes diretos dos primeiros povoadores da capitania. São eles Gaspar Teixeira de Azevedo (Frei Gaspar da Madre de Deus) e Pedro Taques de Almeida Paes Leme. Depois, trato de Cláudio Manuel da Costa. Como não reconhecer nele um processo de valorização de si e da terra? Contudo, sua ênfase partiu da região das Minas Gerais, e refere-se a outro tipo de manifestação da sensibilidade ufanista: a poesia como reflexão das atividades humanas enquanto ideal mítico para a colônia.

3.1 Pedro Taques de Almeida Paes Leme e as Minas de Ouro paulistas

Pedro Taques de Almeida Paes (São Paulo: 1714-1777) é considerado o primeiro historiador das “bandeiras paulistas” e, portanto, um dos mais influentes no governo de Morgado de Mateus. Em 1757 acrescentou “Leme” de sua avó paterna; até então assinava Pedro Taques de Almeida Paes Lara. Sua ascendência somada à sua formação intelectual permitiu-lhe atuar de forma decisiva em questões políticas na colônia a partir de 1765. Era filho do sertanista *Bartolomeu Paes de Abreu*; neto do fidalgo da casa real portuguesa e capitão-mor da capitania de São Vicente e São Paulo, *Pedro Taques de Almeida*; bisneto do descobridor das minas de Cataguazes, *Lourenço Castanho Taques*; tetraneto do secretário de D. Francisco de Souza (sétimo Governador Geral), *Pedro Taques*; sobrinho-bisneto de *Fernão Dias Paes*, e descendente, pelo lado paterno, de *Brás Cubas*.²⁰

A influência dos estudos genealógicos de Pedro Taques deve-se ao seu padrinho, o frei carmelita Luís dos Anjos, um aficionado pela matéria. Estudou no colégio de São Paulo,

¹⁹ Ibid. p. 153.

²⁰ TAUNAY, Afonso de E. *Súmula Biográfica*. In: MADRE DE DEUS, F. Gaspar. **Memórias para a história da capitania de São Vicente**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1956, p. 8-9. RODRIGUES, Edith Porchat. **Informações históricas sobre São Paulo nos século de sua fundação**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1956.

obtendo o título de Mestre em Artes,²¹ e admiravelmente para a época aprendeu latim e francês.

Por volta de 1737 assumiu a patente de Sargento-Mor do Regimento de Auxiliares das Minas de Paranapanema e Apiaí. Nessa época sua vida começou a tomar rumos difíceis. A morte de seu pai (1738) deixou a família em precária condição financeira, e depois, com a morte do irmão mais velho, “todos os bens da família foram à praça, para pagamento de dívidas”.²² Em 1748, em decorrência dessa situação, e de casar com Eufrásia de Castro Lomba, foi para as minas de Goiás tentar fortuna. Em 1750, o governador e capitão-general D. Marcos de Noronha – Conde dos Arcos – nomeou-o escrivão fiscal da *Intendência Comissária e da Guarda-Moria*, em Pilar, Crixás, Guarinos e Papuari; desempenhou com esmero sua função, permitindo o aumento da arrecadação do ouro e a diminuição da sonegação fiscal. Ali também foi “provedor de defuntos e ausentes”.²³ Em 1754, retornou a São Paulo devido às elevadas temperaturas, ao ambiente violento e de crimes, o que certamente influenciou a avaliação da situação social na colônia.

Logo em seguida foi solicitado a defender os direitos do sobrinho do Conde de Vimieiro - na disputa Monsanto-Vimieiro, isto é, entre o Marquês de Cascais e a Condessa de Vimeiro - à Capitania de São Vicente, pois cogitava-se que pertencia a um ramo familiar em Martim Afonso de Souza.²⁴ O resultado dessas aproximações foi a obra de encomenda “História da Capitania de São Vicente”, em 1772, “quando o cronista sofria os incômodos da doença que o paralisava”.²⁵

Em 1755 foi para Portugal com documentação que lhe permitia freqüentar os arquivos de Lisboa. Entretanto, o terremoto e os incêndios daquele ano destruíram sua casa, bens, documentos e “os originais de sua nobiliarquia” que iria imprimir. Antes de retornar à colônia, freqüentou arquivos, cartórios e biblioteca, pleiteando também o cargo de tesoureiro-mor da Bula da Santa Cruzada, “função que se estendia às capitanias de São Paulo, Goiás e Mato-Grosso – o que foi conseguido graças à influência pessoal de João Fernandes, que se responsabilizou como seu fiador”.²⁶ O objetivo da Bula da Cruzada era “coletar dinheiro destinado a promover a defesa dos lugares santos ameaçados pelos infiéis, propagar o Evangelho nas novas conquistas, e resgatar os cristãos cativos”.²⁷ Segundo Rodrigues:

²¹ ABUD, 1985, p. 68.

²² RODRIGUES, 1956, p. 76.

²³ RODRIGUES, 1979, p. 129.

²⁴ ABUD, 1985, p. 69; RODRIGUES, 1956, p. 77-78; RODRIGUES, 1979, p. 129-130.

²⁵ RODRIGUES, 1979, p. 132.

²⁶ RODRIGUES, 1956 p, 77.

²⁷ RODRIGUES, 1979, p. 130.

Desde então ele passa a ser um defensor da aristocratização das minorias dirigentes paulistas, a exigir e buscar a clareza da ascendência. Seus preconceitos aristocráticos acentuam-se e ele recrimina a miscigenação, defende a limpeza de sangue de toda a mácula judia, moura, negra ou índia. Desde então é com orgulho que exalta as justificações de nobreza, e condena inflexível, cheio de preconceitos, as misturas raciais inferiores. Ele anima parentes e amigos a requerer justificações de *nobilitate probanda* e se torna, com ouros, como Jaboatão e Borges da Fonseca, o defensor da linhagem da pequena nobreza portuguesa que constituiu os troncos de famílias já com duzentos anos no país.²⁸

Entre 1757 e 1762 ficou viúvo duas vezes, e no ano seguinte assumiu o cargo de guarda-mor das Minas da Comarca de São Paulo, além do cargo de tesoureiro-mor. Tornou-se, assim, membro do conselho consultivo do Morgado de Mateus, atuando nas questões de limites entre as capitanias de São Paulo e Minas, e procurador da Câmara da Cidade de São Paulo e das vilas de Pindamonhangaba e Cananéia (1767). Seu reconhecimento como grande estudioso teve repercussão em Portugal, o que de fato contribuiria para que ocupasse uma posição de destaque no governo do Morgado de Mateus.

A vida pessoal de Pedro Taques foi turbulenta, pois os desafetos pessoais interferiram em suas atividades administrativas. Suas inclinações amorosas fizeram-no agir como conselheiro e depois procurador universal da viúva d. Maria Ângela Eufrásia. Ela gastou a “fortuna herdada”, e Pedro Taques recorreu às suas posses e ao caixa da tesouraria. Contudo, ela não conseguiu devolver a quantia, o que o colocou numa situação insustentável, já que deveria informar e enviar as remessas à tesouraria do Rio de Janeiro, e depois a Portugal.²⁹

O advogado de D. Maria Ângela, desafeto de Pedro Taques, solicitou um balanço naquelas contas, o que culminou com a suspensão do historiador-linhagista de suas funções. Mesmo com a ajuda de Frei Gaspar e dos escassos recursos familiares não conseguiu repor o desfalque. Além do mais, transparece assim uma má gestão administrativa da Bula. Acabaram-se as posses e o romance, e mais uma vez, a situação de miséria foi recorrente; casou-se com Inácia Maria de Assunção e Silva, vivendo “[...] miseravelmente, com a mãe octogenária perseguida pelos credores, e as duas irmãs, cheias de preconceitos”.³⁰

Contudo, o próprio Morgado de Mateus confirmou-o no posto de guarda-mor das Minas em 1770, auxiliando-o a escrever “Informação Sobre as Minas de São Paulo e “Informação Sobre o Estado das Aldeias dos Índios da Capitania de São Paulo”.³¹ Antes

²⁸ Ibid., p 130-131.

²⁹ RODRIGUES, 1956, p, 78-79.

³⁰ Idem, p. 80.

³¹ ABUD, 1985, p. 70-71. Segundo a autora parte das obras de Pedro Taques se perderam, como por exemplo: “História de São Paulo”; “História de Jundiha”; “Elementos de História de Piratininga”; “Apontamentos”;

mesmo de concluir “História da Capitania de São Vicente” teve paralisia. Tentou em 1774, já em Portugal, reabilitar-se diante do Tribunal da Bula. Por intermédio de João Pereira Ramos (seu parente guarda-Mor da Torre do Tombo e desembargador da corte), aproximou-se do Marquês de Pombal, para conseguir ajuda de custo junto ao rei, mas foi tudo em vão. O máximo que conseguiu foi saldar algumas dívidas e ficar amargurado.

Como afirma Rodrigues E. J., Pedro Taques nacionalizou a história, foi - “nobre e digno no trabalho, não deixou transparecer o ressentimento de questões pessoais na *Nobiliarquia*”.³² Mas não é exatamente isso que se nota em seus escritos. É evidente que a manifestação de sua sensibilidade estava ligada ao ufanismo. Contudo, ela se construiu a partir da manifestação de seus ressentimentos pessoais para com um passado colonial (português acima de qualquer outra coisa), fundamentada nos preconceitos relacionados à miscigenação que já aparecia quando estava na metrópole, e por fim, nas questões pertinentes aos embates pelo poder na colônia.

Pedro Taques valorizou cada momento da história da capitania de São Paulo com o objetivo de engrandecer as ulteriores ações dos paulistas nos sertões. Só tinha sentido evidenciar a si mesmo pela vinculação familiar e pelo substrato da nação: a terra que se conquista com esforço e suor, e a exploração de seus recursos. Na época, a seu ver, a descoberta do ouro, da prata e das pedras preciosas e demais minerais é o fruto dos esforços dos paulistas que, acima de tudo, perseveraram no seu estado de subserviência ao poder metropolitano.

A obra “Informações das Minas de São Paulo e dos sertões da sua capitania...”, apresentada ao Morgado de Mateus em 1772, baseou-se em autores como Simão de Vasconcelos e Sebastião da Rocha Pita, e em documentos da Câmara de São Paulo, notas cartoriais, documentos da Ouvidoria de São Paulo, entre outros.³³ O texto trata da exploração mineral, da legislação mineira e da administração na colônia desde os tempos de Pedro Álvares Cabral até 1772. Entre outras coisas constatou-se algumas formas de ressentimento e a maneira como elas foram utilizadas para se transformar num outro sentimento, numa outra sensibilidade.

“Discurso Cronológico dos Descobrimientos do Brasil”; “Informação sobre o Estado das Aldeias de índios da Capitania de São Paulo”; “Vida de Martim Afonso de Souza”; “História do Levantamento de Minas Gerais”; “Demonstração Verdica e Cronológica”; “História da Conquista a que foram à Bahia os Paulistas”.

³² RODRIGUES, 1956, p. 80.

³³ PAES LEME, Pedro Taques de. A. **Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania**. São Paulo: Livraria Martins Editôra, 1953. As principais obras e Pedro Taques Cf. RODRIGUES, 1979, p.132-10 são: “História da Capitania de São Vicente” (1772), “Informação sobre as Minas de São Paulo e dos sertões de sua capitania desde 1597 até 1772”, “Notícia histórica da expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo em 1640” (1768), “Nobiliarquia Paulista”, “História e Genealógica”.

E a forma de enaltecimento pessoal vinculou-se ao passado. Trazê-lo de volta significava mudá-lo, atribuir conotações personalizadas aos seus antepassados que se sobressaíram sobre um fundo de desventura. E como essa situação é amarga aos paulistas que devassam os interiores coloniais com sacrifício, há uma forma de ressentimento contra os “superiores”. Há certa indignação histórica à ação de D. Pedro II de Portugal que encaminhava, em 1673, sem a menor necessidade, o espanhol D. Rodrigo de Castelo Branco “que se dizia grande mineiro de ouro e prata” para ocupar o posto de Administrador das Minas do Brasil. O castelhano foi ironizado várias vezes por Pedro Taques:

Apareceu na Côrte de Lisbôa Dom Rodrigo de Castelo Branco natural do Reino de Castela inculcando-se por ciênte, e experiente em matéria de Minerais de Ouro, Prata, Ferro, Estanho, etc., e pedrarias. Mereceu o Real agrado do Sereníssimo Senhor Dom Pedro, estando já Regente do Reino. Este Príncipe tomou por fidalgo da sua Casa ao Castelhana Dom Rodrigo de Castelo Branco, e confiando dele os descobrimentos das Minas do Sertão da Bahia em Tabaiiana, o despachou para o Brasil, enriquecendo-o com poderes grandes, e iguais Mercês pelo Serviço que vinha destinado. Estas Reais Ordens se achavam registradas no Arquivo da Câmara de São Paulo no livro de Registos tt. ° 1675 de fls. 23 até 29, e também no Cartório da Provedoria da Fazenda Real de Santos. Delas iremos fazendo menção por fiél cópia para melhor fio desta história e conhecimento do muito que os Senhores Reis de Portugal despenderam nas diligências dos descobrimentos das Minas que só tiveram efeito quando os Paulistas brilharam a aspereza dos incultos sertões a custa de imensos trabalhos, e da própria fazenda, e vidas sem o menor ordenado ou ajuda de custo da Fazenda Real. Quando saiu de Lisbôa Dom Rodrigo de Castelo Branco para o exame das Minas do Sertão de Tabaiiana na Bahia, já na Capitania de São Paulo estavam descobertas as Minas de Ouro de paraguá pelo Paulista Manoel Pereira Sardinha, que conquistou várias Nações de índios bárbaros, como se vê no Arquivo da Câmara de São Paulo, nos papeis e requerimentos de Pedro dela Guarda que nesta Conquista acompanhou cinco anos ao dito Sardinha, no liv. De Reg. tt.º 1675, pág. 114, na instrução que se lhe deu trazia ordem para depois da diligência de Tabaiiana passar a São Paulo para o exame das Minas de Paranaguá, Sabará, Sabarabuçu, no Sertão de Cataguazes, hoje chamados estes lugares: Minas Gerais e Sabará [...].³⁴

O historiador não admitia a luta encarnçada pelo poder entre reinóis e “brasileiros”, e muito menos com os rivais espanhóis, pois no primeiro caso a derrota tinha sido acrimoniosa e as possibilidades do confronto com os espanhóis eram imprevisíveis e suscitavam cuidados extremos. O período no qual a sua obra surgiu foi o das tensões com os espanhóis a Oeste e ao Sul da Colônia. Nem antes e nem depois admitia perdas. Os “merecimentos” de D. Rodrigo

³⁴ Ibid.p. 135 .

eram demasiados ao ver de Pedro Taques, pois o mesmo tinha “honras, privilégios, isenções, franquezas e liberdades”.

Por outro lado, se havia o exemplo de deslealdade como o de Ribeiro Dias que dissimulava o local correto das minas de ouro e diamantes (1591), não era o caso na Capitania de São Paulo, pois os paulistas eram fiéis aos seus governantes: “[...] fazendo éco esta perfídia chegaram às suas vozes, a ocupar os ouvidos dos Paulistas, que estimulados do ardor próprio em zelo do Rei, entraram na diligência de descobrir Minas de Ouro, de Prata, de ferro, e de outros metais, ou pedrarias”.³⁵

É como se os paulistas não levassem em conta os seus próprios desejos pelo ouro, mas os de seus governantes. Mas por que Pedro Taques preocupou-se com a questão das minas naquele momento? Por qual motivo salienta que os paulistas “sabiam respeitar aos seus Governos, e Ministros”?

O historiador mantinha boa reputação junto ao governo da capitania de São Paulo como já foi dito há pouco. A obra “Informações das Minas de São Paulo” não visava apenas dar um panorama histórico dos recursos minerais até a data de sua publicação, em 1772. Procurava-se na lenda indígena da serra resplandecente, ou de Sabarabuçu, informações que pudessem contribuir para com as expedições militares promovidas pelo Morgado de Mateus e seu primo, “que lhe pedira para seu conhecimento e uso”.³⁶

Assim, a narrativa oficial de Pedro Taques tomava o exemplo do período da restauração portuguesa para notabilizar que os esforços dos paulistas tinham tradição e eram de longa data. Durante a aclamação de D. João IV, os camaristas da época informavam-lhe “[...] que os sertões da Capitania de São Paulo eram ricos de haveres incobertos, e ficavam dispostos os Vassalos Paulistas a penetrarem-nas para os descobrimentos de Ouro, e prata, porque esperavam que Sua Majestade tivesse nesta América outro Potoci como a Coroa de Castela [...]”.³⁷ Essa é uma questão crucial, pois tais informações se misturavam às de Fernão Dias, na famosa *serra das esmeraldas*, um equivalente às lendas espanholas das minas de Potosí, que ao mesmo tempo estava ligado a uma tradição dos paulistas na ocupação colonial.

Em Pedro Taques não existiam apenas ressentimentos pretéritos. Os mais recentes iam além de uma disputa com os espanhóis e estavam atrelados a um plano interno que dizia respeito às administrações e à constituição das capitanias. Os paulistas se esforçaram além de seus respectivos governos coloniais, os quais não corresponderam aos interesses

³⁵ PAES LEME, 1953, p. 33.

³⁶ RODRIGUES, 1979, p. 134.

³⁷ PAES LEME, 1953, p. 40.

metropolitanos com os quais sempre estavam afinados. Mas, em 1772, a situação era outra. O interesse metropolitano e o colonial convergiam para um mesmo objetivo: ocupação territorial e descobrimento de riquezas.

A sensibilidade ufanista que se construiu em Pedro Taques, fundamentada numa sensibilidade ressentida, diz respeito ao sistema de poder na América Portuguesa. Ou seja, notam-se em seus escritos referências ao período em que os paulistas e sua capitania perderam seus direitos na exploração mineral após a Guerra dos Emboabas.

Claramente, a menção aos camaristas antes desse referido episódio evidencia as preocupações de Pedro Taques em mostrar exemplos do passado como forma de assegurar privilégios e acesso aos dispositivos de poder, pois os paulistas integravam o séquito real e, portanto, eram tidos nobres.

O governador e Administrador Geral sem embargo da providência, que tomou e a fez publicar pelo Bando referido, resolveu deixar o Serviço em que se achavam em São Paulo e passar ao Rio de Janeiro. Tendo os Paulistas estas notícias, congregaram as pessoas da primeira nobreza na Casa da Câmara, e a ela convocaram os Prelados das Religiões, ao Capitão Mor, e ao Ouvidor da Capitania, juntos todos se escreveu uma Carta, que assinaram ao dito Governador Administrador Geral, na qual lhe expuseram, que não era conveniente sair de São Paulo sem ordem de sua Majestade para o Rio de Janeiro em conjuntura tão funesta, com a de estar o povo daquela Cidade amotinados e de haverem negado a devida obediência, e o conhecimento de ser o Governador daquela Capitania, e das mais de que se fizera digno da aceitação de sua Majestade etc.³⁸

Não é sem motivo que Pedro Taques mostra os insucessos da exploração mineral, os descaminhos da descoberta do ouro e dos diamantes, o esforço em superar uma natureza hostil e o barbarismo dos índios carijós, e as questões políticas que envolviam o levante no Rio de Janeiro contra Salvador Corrêa de Sá e Benevides, nomeado para governador e administrador das Minas de São Paulo.

A imagem inicial é a da tragédia como fonte de superação e de valorização pessoal ou da própria linhagem. Note-se o contraste entre o valor que Pedro Taques atribui aos sertanistas e aos administradores coloniais. Assim, as frustrações de Pedro Álvares Cabral e Martim Afonso de Souza culminam com a “glória” da descoberta das esmeraldas por Fernão Dias Paes, que a seu dizer “morreu heroicamente” devido a uma peste do rio das Velhas. São

³⁸ PAES LEME, 1954, p. 48.

sinais de que a sensibilidade diz respeito às questões de seu tempo e de construção de uma concepção histórica.

Basicamente, as perdas dos paulistas com a Guerra dos Emboabas se manifestaram nessa obra, a ponto de seu autor denominá-la “Minas de São Paulo”. Os documentos apontados em “Informação das Minas” são variados.³⁹

Um dos mais interessantes é o “Regimento das águas, as quais se concedem ao mineiro o uso delas enquanto tem terras para trabalhar, e acabando o lavor tornam as águas para a repartição do Guarda-Mor, e por isso o mineiro empossado das águas sem ter concessão delas por escrito do Guarda-Mor, o que regularmente chamamos Provisão D’aguas”, de 1720. O documento trata da representação do Guarda-Mor Garcia Rois Pais ao governador e Capitão General de São Paulo e Minas, D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar sobre a apropriação das datas com recursos hídricos necessários às lavras. E de fato os ressentimentos ainda eram intensos entre os mineiros, obrigando a uma intervenção real na matéria:

[...] porque os mais poderosos se assenhoram delas e as derivavam para as suas lavras, e os que as não tinham para as suas, eram forçados compra-las por prêços exorbitantes, e as datas que tinham as não podiam lavar sem ter águas e que destas desigualdades resultavam contendas contínuas, bulhas e ódios, e outros vários efeitos prejudiciais ao meu serviço representando-me serem justos os requerimentos do guarda mor geral porque achaveis sem questão que as disputas maiores desse país eram sôbre as águas com que precisamente se minera, sobre que haviam pleitos gravissimos que precisamente deviam se evitar fazendo-se causas sumárias pelo prejuízo que recebem, não só o meu serviço mas também o de meus vassalos de estarem as terras empatadas e por este e por este respeito se não extrair o ouro delas por causa de apelações para a Bahia e talvez para este reino e intenderdes ser conveniente e igualmente justo que os guardas-mores repartissem as aguas conforme as possibilidades dos que mineram e que sentindo-se agravadas as partes se recorressem ao superintendente das Comarcas sômente e que fosses sumaria a causa [...]⁴⁰

Como constata-se em “Informação das Minas de São Paulo...” as relações diretas e indiretas com o ressentimento e o ufanismo, e por ter sido elaborada a pedido de D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, mostram a cooptação com as

³⁹ Os documentos são os seguintes: “Instrução e Regimento de Rodrigo de Castelo Branco”, 1673; “Alvará de D. Rodrigo”, 1677; “Carta Patente de Jorge Soares de Macedo”, 1677; “Regimento das terras minerais”, 1680; “Regimento de 1679”; “Instrução de 1679”; várias Cartas Régias; “Regimento das Minas”; “Cartas Reais e Regimento dos Salários dos Guardas-Mores e seus substitutos...”.

⁴⁰ PAES LEME, 1954, p. 221.

estruturas políticas e com as esferas de poder. Tanto a exploração do ouro, prata e pedras preciosas, a legislação mineira como forma de contemporização social e do desejo e da cobiça pelo metal, como suas ligações com o poder estabelecido na colônia chamam à atenção por comportar as bases do ufanismo tipicamente incrustado na colônia. Seu autor tinha a preocupação de salvaguardar um tipo de história que dominava e, portanto, era particular, ao mesmo tempo em que se transformava numa verdade plena e bem documentada.

3.2 Frei Gaspar da Madre de Deus e o combate às abomináveis “imagens” de São Paulo

Outro exemplo de interpretação letrada que construiu uma imagem da capitania de São Paulo e dos sertanistas foi a de Frei Gaspar da Madre de Deus, um dos descendentes de antigos povoadores, cuja genealogia remonta às famílias Lemes, Buenos, Carvoeiros e Pires.

Gaspar Teixeira de Azevedo (1715-1800) nasceu em Santos, de gênese fidalga - filho de Domingos Teixeira de Azevedo e Ana de Siqueira Mendonça -, entrou ainda jovem para a ordem beneditina, Mosteiro de São Bento, na Bahia, onde concluiu seus estudos, época em que passou a usar o nome Gaspar da Madre de Deus.⁴¹

Inclinado à teologia, à filosofia e à história, obteve os seguintes títulos e funções: grau de doutor em 1749; título de abade do Mosteiro de São Bento de São Paulo (1752), Definidor (1756), Abade do Mosteiro do Rio de Janeiro (1763), Abade Provincial em 1766. Viveu no Mosteiro de Santos, em 1769; voltou-se para os estudos de história, pesquisando nos arquivos de Santos e São Paulo, reunindo farta documentação referente a Salvador e Rio de Janeiro; cronista-mor da ordem beneditina de 1774 até 1798, entre tantas outras atribuições.

Entre seus trabalhos estão: “Memórias para a história da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo, do Estado do Brasil” (1797), “Relação dos Capitães Locotenentes da Capitania de São Vicente”; “Notas Avulsas sobre a Capitania de São Paulo”; “Dissertação e explicação sobre as terras de contenda entre o Mosteiro de São Bento e o Convento do Carmo, em Santos”; “Oração Fúnebre nas exéquias que, pelo Sereníssimo senhor D. José I, Rei Fidelíssimo de Portugal, mandou celebrar a Câmara de Vila do Porto de Santos, aos 14 de julho de 1777”; “ Parecer sobre um estudo genealógico”; “Carta endereçada ao Capitão-

⁴¹ RODRIGUES, 1979, 142.

General Bernardo José Lorena”; “Fundação da Capitania de São Vicente e ações de Martim Afonso de Souza”; “Catálogo dos capitães mores, generais e Vice-Reis que governavam a Capitania do Rio de Janeiro”; “Notícias dos anos em que se descobriu o Brasil e das entradas das religiões e suas fundações”, entre outras.⁴²

O texto de 1784, “Noticias dos anos em que se descobriu o Brasil e das entradas das religiões e suas fundações”, foi o mais controverso e alvo de polêmica, pois dizia comprovar com documentos que Colombo havia chegado aqui em 1490, o que era algo imaginativo, segundo Cândido Mendes de Almeida. Sobre a prova documental, Washington Luis Pereira descobriu tal documento nos papéis de José Bonifácio, o que comprovaria que o testamento de João Ramalho existia, embora a interpretação tenha sido desmedida. Debes informa que a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (8:552) valorizava a perspicácia de Washington Luis em desvendar pontos obscuros da história brasileira.

Uma delas é “O Testamento de João Ramalho” cuja cópia encontrou no “truncado arquivo de José Bonifácio, o Patriarca”, numa transcrição feita entre 1797 e 1803. Reproduz o texto, acompanhado de considerações em que demonstra a existência real dessa manifestação de vontade, posta em dúvida por alguns estudiosos, que a davam como produto da imaginação de Frei Gaspar da Madre de Deus.⁴³

Tanto Frei Gaspar quanto Pedro Taques compartilharam alguns preconceitos porque eram descendentes de uma pequena nobreza portuguesa que havia enriquecido na colônia. Assim, ambos foram condescendentes com o sistema colonial, preocupando-se “com a limpeza de sangue dos cristãos velhos, judeus, índios e negros” e, principalmente, levando em conta sua origem social, e acima de tudo seus desafetos. Enquanto Pedro Taques privilegiou os “indivíduos” integrantes das camadas superiores, promovendo-lhe uma blindagem, Frei Gaspar considera a miscigenação e a capacidade adquirida dos indígenas como o sentido de liberdade, coragem e rebeldia.⁴⁴

Das obras de Frei Gaspar da Madre de Deus interessa “Memórias para a história da capitania de São Vicente Hoje Chamada de S. Paulo”, por ser mais representativa ao que se quis evidenciar neste trabalho. A opção recaiu no fato de que o ufanismo ali presente estava ligado a várias formas de ressentimentos, mas porque havia uma necessidade de valorização

⁴² ABUD, 1985, p. 70-71.

⁴³ Ver DEBES, Célio. O historiador Washington Luis. In: LUIS, Washington. **Na capitania de São Vicente**. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 25.

⁴⁴ QUEIROZ, 1992, p. 81.

do ambiente afinada com propósitos metropolitanos de ampliar e ocupar a imensidão colonial, e por outro lado, por não ser devidamente considerada pela historiografia no que diz respeito à construção das sensibilidades e suas vinculações com a territorialidade no final do século XVIII. Sobre esse ponto nos deteremos mais profundamente nos capítulos subseqüentes.

E como ressalta Kátia Abud, os historiadores paulistas tinham uma ligação consistente no que se refere às perspectivas teóricas de pesquisa e uma concepção de história. E tal maneira de escrevê-la não estava voltada às idéias de Gianbatista Vico, Voltaire ou Montesquieu. A tradição de pesquisa era proveniente da França, contudo era mais antiga, advinha da erudição mabiloniana.⁴⁵ A história erudita do beneditino da Congregação de Saint-Maur, de Saint-Germains-des-Près, Dom Mabilon (1632-1701), manifestada em *De Re Diplomática*, era aquela que se preocupava com a crítica e com a autenticidade dos documentos, naquilo que viria a se constituir como a “ciência da diplomacia”.⁴⁶

Essa erudição estruturou os trabalhos de Pedro Taques e de Frei Gaspar, tanto no sentido de buscar os documentos na diversidade dos arquivos da colônia e da metrópole, verificar se eram verdadeiros ou não, como no “ato de transcrever e citar as fontes dos trabalhos”. Pedro Taques vinculou-se a uma tradição portuguesa como a da Academia Real de História e Frei Gaspar, por sua vez, à Academia dos Renascidos, e de uma tradição beneditina que remontava a Saint-Maur.⁴⁷

Frei Gaspar da Madre de Deus, monge beneditino, fez questão de valorizar os membros de sua estirpe, descendentes de linhagens nobres que se tornaram “senhores de terras e de escravos”. Segundo Taunay, “demonstra a ascendência do monge o seu parentesco com diversos dos maiores cabos de tropa do bandeirantismo: Fernão Dias Paes, os dois Anhangüera, Domingos Jorge Velho, Matias Cardoso de Almeida, além de muitos *calções de couro* de alto relevo como João Leite da Silva Ortiz, Bartolomeu Paes de Abreu, Estevam Raposo, Bocarro, etc.”.⁴⁸

Notadamente, os historiadores procuraram com essa particularidade da produção historiográfica transformar seus antepassados em heróis, ao mesmo tempo em que os relacionavam a uma pequena nobreza portuguesa. No fundo esse ufanismo era uma reação

⁴⁵ ABUD, 1985, p. 74

⁴⁶ Ver BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1985, p. 61-96.

⁴⁷ ABUD, 1985, p. 74-75 .

⁴⁸ TAUNAY, Afonso de E. Súmula Biográfica. In: MADRE DE DEUS, Gaspar da. **Memórias Para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo**. São Paulo: Martins Editora, sd., p. 9.

embasada nos ressentimentos do passado e, ao mesmo tempo, uma forma de acesso às esferas do poder, pois “o lugar da antiga elite era ameaçado pelos reinóis”.⁴⁹

Conforme mostrou Kátia Abud, os primeiros paulistas ligados às atividades comerciais eram provenientes de uma pequena burguesia, ao passo que a nobreza de sangue, a nobreza de linhagem, a alta burguesia permaneceram na Europa. A ligação com a nobreza, desde a Idade Média, permitia uma série de privilégios fundamentados em critérios jurídicos, os quais determinavam os comportamentos sociais. “Cada um ocupava nessa hierarquia uma posição definida, de acordo com a posse (ou não) e de títulos de nobreza, ou nobilitadores”.⁵⁰ Como esses valores eram incorporados e adaptados na colônia, as câmaras municipais desempenharam um papel preponderante no princípio dos “homens bons”, até as *Ordenações Filipinas* que estabeleceram parâmetros de equivalência e de submissão ao Estado português.

Em segundo lugar, essas reações que convergem para o ufanismo expõem, em vários momentos, subjetividades ressentidas. Tal mitificação encerrava a genealogia, as conquistas territoriais, os feitos militares como primeiros sinais de nobreza. Pedro Taques construiu uma imagem para os sertanistas, os chefes de tropas e “capitães do mato” que conquistaram índios e territórios, descobriram minas de ouro e seriam, portanto, nobres; ao passo que Gaspar da Madre de Deus procurou defender os paulistas das acusações de jesuítas como Montoya, dizendo que eles eram feitos mamelucos e que desafiaram uma natureza brutal, “enfrentando febre, chuva e, as feras da floresta”, por serem resistentes e inteligentes devido à miscigenação com o índio. Em Gaspar da Madre de Deus a imagem inicial da fundação da Vila de Piratininga que ele fez questão de explorar reforça outra idéia, não a de área desolada, mas ao contrário, a de “capital” propagadora da conquista territorial na colônia.

Sob os auspícios da Academia Real das Ciências de Lisboa, a Typografia da Academia Real das Ciências publicava, com ligeiras alterações no ano de 1797, em Lisboa, um de seus mais importantes trabalhos: “Memorias para a historia da capitania de S. Vicente, hoje chamada de S. Paulo, do estado do Brazil”. Suas acuradas pesquisas em arquivos e cartórios de São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e Salvador, iniciadas no mosteiro de Santos, em 1769, não foram só significativas pelo fato de desenvolver investigações documentais, mas também pela perspectiva histórica e pela narrativa que construiu junto com Pedro Taques. Além disso, como intelectual de alto prestígio, sempre lembrado nas diferentes esferas de poder, o frei beneditino destrói com facilidade as narrativas que depunham contra os paulistas.

⁴⁹ Ver QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo Paulista. In: **Revista USP**. Amazônia. São Paulo: CCS, 1992, n. 13, p 78-87, março-maio 1992.

⁵⁰ ABUD, 1985, p. 82

A narração de D. José Vaissette, “historiador célebre e sábio monge da Congregação Beneditina de S. Mauro, em França”, que escreveu “História Geográfica, Eclesiástica e Civil”, 1755, foi combatida intensamente. A do jesuíta Pierre-François-Xavier Charlevoix passa pela mesma situação. Sua História do Paraguai é inapropriada para Frei Gaspar da Madre de Deus; ele faz referências a Charlevoix apontando onde estavam impressas as suas idéias, *Livro VI*, e o ano de publicação, 1718, parte integrante da obra Notícias das coisas do Brasil, de Vasconcelos.⁵¹ Frei Gaspar mencionou que o material foi contaminado com informações descabidas e destoantes da documentação dos “arquivos” da colônia, “e bem se percebe que ambos beberam no mesmo charco”.⁵²

Daí resulta uma história “infiel” que os jesuítas escreveram sobre os paulistas. Ao mesmo tempo em que o frei beneditino reforça uma idéia positiva para a capitania de São Paulo, ratifica-a a partir de uma história baseada na verdade documental, minando as fontes de interpretações estrangeiras sobre os interiores coloniais em disputa e, portanto, objeto de interesses particulares entre portugueses e espanhóis.

Ele diz que não quer enganar os seus leitores, pois São Paulo e os paulistas mereciam uma história mais justa, sem enganos, para se chegar a “uma leve instrução verdadeira dos fatos antigos”,⁵³ principalmente naquele momento em que a capitania passava por uma fase de “desenvolvimento” com o governo de Morgado de Mateus.

Na perspectiva da organização territorial e dos assentamentos humanos na Capitania de São Paulo fluem da melhor maneira possível os aspectos mais notáveis da sensibilidade ufanista nesses autores que, de certa forma, comungavam dos mesmos interesses.

Frei Gaspar aponta para os prazeres da deliciosa paisagem campestre do planalto, diferenciando-a da paisagem litorânea, marcada pela vegetação exuberante em oposição aos campos. Às impressões também se somaram imagens literárias aglutinadas na construção imaginativa e sensível da paisagem idealizada, integrando suas experiências pessoais, sempre traduzidas em verdades absolutas.

⁵¹ Para maiores informações sobre Pierre-François-Xavier Charlevoix consultar as bibliotecas Gallica (França) e The Library of Congress (Estados Unidos), que disponibilizam on-line alguns documentos e fontes relacionadas, como por exemplo: “Illustrations de Histoire de l'isle espagnole ou de Saint-Domingue, écrite particulièrement sur des mémoires manuscrits du P. Jean-Baptiste Le Pers., A. Humblot, dess”; “Carte des bayes, rades et port de Plaisance dans l'Isle de Terre-Neuve”; “Carte des lacs du Canada / dressée sur les manuscrits du Depost des cartes plans et journaux de la marine et sur le journal du RP. de Charlevoix par N. Bellin”; “Histoire et description générale de la Nouvelle France, avec le Journal historique d'un voyage fait par ordre du roi dans l'Amérique septentrionale / par le P. de Charlevoix”; “Historical journal of Father Pierre François Xavier de Charlevoix, in letters addressed to the Dutchess of Lesdiguières”, (Gallica) e “Histotical Collection of Louisiana” (The Library of Congress).

⁵² MADRE DE DEUS, Gaspar da. **Memórias para a história da capitania de São Vicente**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1956, p. 117.

⁵³ Ibid., p. 117.

O encaminhamento da descrição dos elementos naturais dos campos de Piratininga só poderia trazer como alusão imagens positivas alicerçadas em séculos de “memórias” paradisíacas:

Em cima da Serra de Paranapiacaba e debaixo do Trópico Austral, pouco mais ou menos, demora uma região deliciosa, a que os portugueses no princípio davam o nome de *Campo*, por distinção das terras de Beira-mar, que acharam cobertas de arvoredos mui altos, quando aqui chegaram, e por isso diferentes daquelas mais vizinhas de S. Paulo, as quais sem artifício não produzem árvores altas, senão em pequenos bosques distantes uns dos outros dispersos por tôda campanha, a qual é um terreno desigual, cuja produção, espontânea e mais ordinária, consiste em feno e arbustos rasteiros: *capões de mato* chamam no Brasil aos tais pequenos bosques. Pelo dito campo dos Antigos faz seu curso um Rio famoso, a que os títulos e cartas mais antigas dão o nome de Rio Grande e o de Anhambi as Sesmarias concedidas no princípio do século passado; e, hoje, todos vulgarmente o de Tietê. Nêle faz confluência um ribeiro que os índios da terra intitulavam Piratininga, ou Piratinim, como acho escrito em alguns documentos antigos e o lugar dessa confluência fica longe da cidade couza de meia légua. Em uma das margens do tal ribeiro estava situada uma aldeia, cujo nome era Piratininga, onde residia Tebirica, Soberano Guaianazes: ela tomou o nome de ribeiro, o qual se comunicou a todo o País, e êste se chamou Campos de Piratininga.⁵⁴

É interessante notar como as imagens de frei Gaspar da Madre de Deus sobre o tempo e o espaço na capitania de São Paulo são influentes e comportaram elementos reais e imaginários que lhe permitiram localizá-la com precisão.⁵⁵ Quando ressaltou que a família de João Ramalho fora a primeira a se estabelecer no planalto, o fato de os vereadores de São Vicente, mais a concessão de D. Ana Pimentel em enviar gente para lá com o objetivo de ampliar a povoação e melhor defendê-la dos ataques indígenas, mostrou que Martim Afonso de Souza não fundara a Vila de São Paulo: “Tinha ela seu assento no lugar onde agora existe a fazenda de S. Bernardo, pertencente ao Mosteiro de S. Bento da cidade de São Paulo, meia légua pouco mais ou menos distante da borda do campo”.⁵⁶

Esclarece o autor que depois de um crescimento populacional naquele local, o Governador Geral Tomé de Souza solicitara, em 1553, o entrincheiramento, baluartes para fins de proteção, cadeia e demais obras públicas. “Depois de tudo concluído, subiu a Serra Antônio de Oliveira, Loco-Tenente de Martim Afonso, acompanhado do Provedor da Fazenda

⁵⁴ Ibid., p. 119.

⁵⁵ Oficialmente, só em 1709 a capitania de São Paulo foi reconhecida e desmembrada da Capitania de São Vicente. Ver SILVA, Maria Bertriz Nizza da (Coord.). **História da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, 1994, p. 746-52.

⁵⁶ MADRE DE DEUS, 1956, p. 122.

Real Brás Cubas, e levantou pelourinho na Povoação de Ramalho, aos 8 de abril de 1553, em nome daquele Donatário, dando-lhe o título de Vila de Santo André”.⁵⁷

Por outro lado, apesar das imagens positivas Frei Gaspar salienta os motivos providenciais da escolha de um local pelos padres jesuítas para fundarem seu colégio. Eles refutaram a povoação de Santo André e a Aldeia de Piratininga. Escolheram um local entre os rios Tamanduateí e o ribeirão do Anhangabaú, local propício para o qual afluíam numerosos grupos indígenas. Certamente, as características físicas do planalto de Piratininga influenciaram na escolha do assentamento humano naquele local, mas também foram frutos de embates políticos e das sensibilidades.

Frei Gaspar da Madre de Deus criticou Vasconcelos esclarecendo que aquele exagerara nas rivalidades entre Santo André e São Paulo, e que a família Ramalho não era sediciosa ou rebelde ao Estado. Em Frei Gaspar notamos que as particularidades, a fisionomia paisagística, os elementos ligados à proteção e à conversão divina influenciaram na organização espacial do planalto de Piratininga e na construção de um ufanismo autóctone.

O argumento dos padres jesuítas evidenciou que os moradores de Santo André estavam desprotegidos e expostos aos constantes ataques indígenas, e o fato de faltarem sacerdotes para os sacramentos, “por ficar S. Paulo em lugar descoberto e livre de árvores que ocultam as marchas dos exércitos contrários”.⁵⁸ A questão de fundo era a de que aquela vila prejudicava a organização pretendida pelos jesuítas, de forma que um controle mais apurado poderia ser colocado em prática com a proximidade daqueles habitantes de Santo André.

Posteriormente, a influência do padre de Nóbrega junto ao governador Tomé de Souza, que estava de passagem por São Vicente, determinou que a Vila de Santo André se extinguisse e que o pelourinho fosse removido para a frente do colégio jesuíta, recebendo o nome de São Paulo de Piratininga. Com o adensamento populacional, os índios se retiraram para as aldeias de Nossa Senhora dos Pinheiros e São Miguel.

Evidentemente, esse conjunto de idéias viria a acentuar em Jaime Cortesão e Mário Neme a importância da coroa na fundação de São Paulo, relegando à religião um papel secundário, “num processo maior de conquista”⁵⁹. E o que se pode constatar dos inicianos era o desejo de melhor converter os índios à catequese, longe de uma convivência danosa: “não era o isolamento que desejavam, mas a criação de um povoado cristão serra acima

⁵⁷ Ibid., p. 122.

⁵⁸ Ibid., p. 123.

⁵⁹ TORRÃO FILHO, Amílcar. A cidade da conversão: a catequese jesuítica e a fundação de São Paulo de Piratininga. **Revista USP**. 450 anos de São Paulo, São Paulo, n. 63, p. 73-85, 1989.

próximo dos índios do sertão que se acreditava mais suscetíveis à conversão e que fosse próspero o suficiente para atrair colonos cristãos que pudessem servir de exemplo aos catecúmenos”.⁶⁰

A perspectiva de Frei Gaspar da Madre de Deus comporta vínculos entre acontecimentos pretéritos e de seu tempo, quando considera a fundação de São Paulo e o processo de exclusão social que podia constatar diante de seus olhos quando considerava os descendentes dos índios que foram realocados com a reorganização social no planalto de Piratininga. “Hoje quase nada possuem os miseráveis índios descendentes dos naturais da terra porque injustamente os desapossaram da maior parte das suas datas, não obstante serem comedidas as Sesmarias posteriores dos brancos com expressa condição de que não prejudicariam os índios, nem serem dêles as terras que se davam”.⁶¹

Sistematicamente, frei Gaspar desconstruiu não apenas os textos de historiadores que invocam um conjunto de imagens histórias e pessoais para São Paulo, mas também essas outras experiências pela América que são diferentes das suas, em que as interpretações do passado não tinham comprovação e eram, portanto, mais ficção do que realidade, pela ausência da análise documental. É uma contestação bem dirigida que refuta a versão estrangeira sobre a capitania de São Paulo e sobre os paulistas.

O frei historiador faz questão de mostrar os erros interpretativos; as falsidades nas colocações de Vaissete e Charlevoix eram, na maioria das vezes, “fúteis e ridículas”. Ao analisar os escritos de Vaissete constata uma série de enganos. A começar sobre a extensão da capitania e o uso errôneo do sistema de medidas em léguas francesas com o qual previa uma menor dimensão àquela capitania, cuja diferença era de 22 léguas, e mesmo aquelas referências amplamente empregadas por Vaissete como “capitania d’El-Rey”, a qual não teria o menor sentido. Segundo Frei Gaspar, aquele autor esquecera de mencionar a invasão das “missões e povoações castelhanas no sertão brasileiro”, e o que é pior, as referências aos recursos minerais e hídricos também passam pelo seu crivo, e restou-lhe dizer que Vaissete se enganou em dizer que havia minas de prata produtivas em Biraçoiaba (Sorocaba), em 1599, pois tais recursos explorados não foram expressivos.

O menor deslize é notado, como o título de vila e não o de cidade para São Vicente, a distância correta entre as localidades e a localização da capitania de São Paulo no sistema de coordenadas geográficas.

⁶⁰ Ibid., p. 79.

⁶¹ Ibid., p. 126.

Quando Vaissette afirmou que São Paulo originou-se de uma “tropa de espanhóis, portugueses, índios, mestiços e mulatos”, fugitivos refugiados, concentrados nas brenhas, frei Gaspar se rebelou, ressaltando que tal postura era indigna, pois tal tipo de história não se conhecia aqui ou em Portugal, e tais erros devem-se à influência dos relatos de jesuítas paraguaios, “inimigos acérrimos” dos paulistas.

Além do mais, diz que os estrangeiros não sabem o que ocorre em “países estranhos”. Os pressupostos de Vaissette são considerados como narração sem crédito, notabiliza a existência de uma República paulistana quando ela não existe de fato na câmara dessa cidade, a infâmia de considerar os paulistas “piratas cristãos”, e mesmo a existência de uma Congregação beneditina no Brasil, ou os problemas de fixação dos jesuítas em São Paulo. Para Frei Gaspar, uma outra versão para a história paulista foi construída por Vasconcelos, uma vez que seguiu os “apontamentos” de José de Anchieta e a narrativa estava mais próxima dos documentos que pesquisara.

A polêmica continuou e a detração dos paulistas pelo jesuíta Pierre-François-Xavier Charlevoix foi vigorosamente combatida. O que se desejava era uma imagem idílica. Da mesma maneira que Vaissette, aquele jesuíta entendia que a povoação portuguesa era obstáculo à conquista espiritual, embora já a considerasse fundada, ao contrário daquele.

Mas frei Gaspar argumenta que a Companhia de Jesus atendia aos interesses espanhóis, e o motivo de se atribuir aos “mamelucos” comportamento desordeiro, corrupto e selvagem, era a mistura da qual “sahiu huma geração perversa”. Segundo Charlevoix, isso ocorreu devido às qualidades militares daqueles homens, os quais haviam destruído trinta e uma “grandes povoações de índios, fundadas por jesuítas castelhanos nas dilatadíssimas Províncias de Guairá, Itati e Tapê”, pelo traquejo na lida nos sertões e, finalmente, por garantirem os limites do território português na América. Contudo, há o reconhecimento de que na origem da província a maioria dos homicídios era cometida por eles, a seu ver, gente sensível, rústica, desconfiada e sem escrúpulos. Contudo, para ele tais questões só ocorreram durante a fundação da capitania e no momento em que escrevia a realidade era bem outra.

A afirmação de Charlevoix de que “Espanhoes, Italianos, e Holandezes, que fugião perseguidos da justiça dos homens, e não temião a de Deos, se estabelecerão com elles: muitos índios concorrêrão, e occupando-os o gosto da devastação, elles se entregarão a elle sem limite, e encherão de horror immensa extensão do paiz” ,⁶² foi refutada. Frei Gaspar não concordou com a “novela dos fugitivos”.

⁶² CHARLEVOIX, apud MADRE DE DEUS, 1956, p. 132.

Para ele nem todos os paulistas eram mamelucos, e o fato de Tomé de Souza ter concedido o Fôro de Vila a Santo André e Mem de Sá ter ordenado a mudança do “Pelourinho, Insígnia, Ofícios públicos e moradores” não fora acertada, pois eles se intrometeram no que não lhes competia. Em conseqüência muita gente fugia desse “despotismo” de senhores de terras. Por outro lado, os estrangeiros estavam aqui, pois “El-Rei católico naquele tempo”, era soberano da Espanha, Portugal, Nápoles, Milão e Países Baixos, de modo que seus súditos poderiam viver em quaisquer de seus domínios.

Mas há um ponto em comum nesta polêmica fundacional de São Paulo. Frei Gaspar concorda com Charlevoix acerca do trabalho dos paulistas:

[...] suas conquistas, são verdadeiras, os quais trabalhos e fadigas melhor compreendeu este francês do que alguns portugueses ingratos e invejosos que afirmam não serem dignos de prêmio os descobridores das minas e sertões, com o falso e escandaloso fundamento de que os paulistas antigos se recreavam e faziam gôsto de discorrer pelas brenhas e terras incultas.⁶³

De certa forma, Frei Gaspar assume que no princípio de São Paulo houve esquecimento das leis divinas e humanas quanto à liberdade indígena; contudo, a sua causa deveria ser buscada no perdão e condescendência do Estado, que tinha interesses na descoberta de lavras de ouro. Em sua fala, deixa claro que tais abusos não eram exclusivos daquela capitania, ocorriam também nas do Maranhão e Pará. Em São Paulo, os paulistas tiveram o desprazer de serem objetos de escárnio dos jesuítas espanhóis, aos quais houve “rigorosa sujeição” indígena e, além do mais, dos espanhóis “infiltrados” na capitania de São Paulo, envolvidos na aclamação de Amador Bueno.

Como se pode notar, a polêmica envolve, de um lado, por parte dos jesuítas espanhóis, uma “lenda negra” acerca dos mamelucos e portugueses de São Paulo, enfocando suas atrocidades, massacres e apresamento indígena; de outro lado, por parte de Frei Gaspar Madre de Deus, ressalta-se uma “lenda branca”, que retrata os feitos heróicos dos “bandeirantes” paulistas na ocupação dos sertões.

Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida Paes Leme buscaram no passado de São Paulo uma epopéia para construir os fundamentos de uma identidade em torno da capitania de São Paulo, uma imagem fundadora e necessária aos empreendimentos metropolitanos nas décadas finais do século XVIII. “E a imagem harmoniosa da mestiçagem

⁶³ MADRE DE DEUS, 1956, p. 135.

luso-indígena, há a contra-imagem de uma sociedade manchada pela violência e exclusão social.”⁶⁴ De fato, a polêmica é relevante para entendermos que a apreensão da imensidão e do desolamento no interior da colônia estava ligada à cultura e ao “processo civilizacional”, o qual desencadeou um despovoamento indígena provocado pelo “bandeirantismo”, até que o seu controle pudesse ser estabelecido por uma política de aldeamento.

Assim, as imagens da paisagem de São Paulo surgem de textos antagônicos e a partir de memórias contrapostas em diferentes tempos e espaços. Em outros termos, manifestaram-se naquele momento as sensibilidades em convergência e oposição: ufanismo e ressentimento, cujo substrato físico se manifesta na valorização e desvalorização da natureza e da paisagem dos interiores coloniais.

As imagens históricas ou mesmo literárias do frei Gaspar da Madre de Deus são construídas pela comparação com outras épocas, como a da fundação de São Paulo e a dos autores jesuítas que escreveram muitos anos antes. E os jesuítas espanhóis também, por sua vez, construíram para si imagens referentes a São Paulo pelo mesmo processo de captura, congelamento e reedificação da paisagem memorial.

Pierre-François-Xavier Charlevoix, em 1720, por exemplo, havia visitado missões no Canadá, o lago São Lourenço, Illinois e o rio Mississippi, descrevendo a natureza americana, as maneiras e os costumes de povoadores e indígenas daquelas regiões. Escreveu várias obras, como “História de São Domingos”, “História da Nova França”, “História do Japão” e “História do Paraguai”. A imagem que elaborou para São Paulo é fruto de comparações com outros lugares da América. E dessa maneira ele salienta os aspectos míticos e profanos dessa paisagem paulistana em seus primórdios, o clima, a fertilidade da terra, o aspecto desolador, a libertinagem e a rusticidade dos homens. A beleza da natureza e a dádiva divina posta à prova diante do infortúnio de populações inteiras pelas ações dos portugueses nos campos de Piratininga:

[...] respira-se em São Paulo de Piratininga hum ar mui puro debaixo de hum céu sempre sereno, e hum clima mui temperado, ainda que por 24° de latitude Austral. Todas as terras são férteis, e dão muito bom trigo; as cannas de assucar produzem bem; nellas se achão muitos bons pastos, e assim não por outro motivo, que pelo espírito de libertinagem, e pelos

⁶⁴ MONTEIRO, J. M. O sertão e a identidade mística do paulista. In: **D. O. Leitura**. Caderno Paulista XXII. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001, n. 2, p. 6. fev., 2001. O autor esclarece que a demanda de força de trabalho indígena para suprir necessidades da economia açucareira, que aparece em alguns livros didáticos é equivocada, pois a documentação aponta que os índios capturados junto às missões espanholas acabaram ficando mesmo nas vilas de São Paulo e Santana de Parnaíba. Ver também MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

attractivos da pilhagem, he que elles por longo tempo concorrêrão com fadigas incriveis, e contínuos perigos, essas vastas regiões barbaras, que despovoarão de dous milhões de homens. Sem embargo que nada he tão miseravel como a vida, que elles passavão nos sertões, em que andavão ordinariamente muitos anos seguidos. Hum grande numero delles perecião e alguns achavão na sua volta suas mulheres cazadas com outros: em fim o seu proprio paiz estaria sem habitantes, se aquelles, que a elle não voltavão, não substituíssem os cativos, que fazião nos Sertões, ou os Indios, com quem tinhão feito amizade.⁶⁵

Essas diferentes percepções da paisagem do interior da capitania de São Paulo comportaram experiências que valorizaram cenas memoráveis, vinculadas ao cotidiano, imagens “literárias”, ou mesmo referentes ligados à história em elementos comuns a todos. É justamente nesse referente coletivo que o ufanismo se sobressai historicamente. Isto é, aparece na historiografia colonial, a partir dos ecos da literatura e do letramento daquele período.

Pesaram sobre tais encaminhamentos as relações políticas em Portugal e o conhecimento da história da colônia. Quando Frei Gaspar defendeu a formação da capitania de São Paulo ressaltou a importância da miscigenação naquele processo de ocupação territorial.⁶⁶ O seu comportamento, postura, origem social, posição econômica, conhecimento e funções religiosas desempenharam um papel preponderante em sua superioridade diante da “gentalha” da colônia, escondendo uma forma de ressentimento, como o ódio e repugnância aos inferiores, ou melhor, à gente não instruída da colônia.

3.3A Arcádia luso-brasileira de Cláudio Manuel da Costa.

As permeabilidades históricas e culturais dessas sensibilidades abrangem a obra de Cláudio Manuel da Costa. Mas em todo caso, a obra ou parte dela comporta uma sensibilidade ufanista e uma sensibilidade ressentida? Em que termos tais sensibilidades se manifestam nesse autor?

Algumas respostas foram buscadas em sua obra principal. Primeiramente porque alude ao período de 1768 e 1774; e, por outro lado, porque não se objetiva fazer um estudo mais

⁶⁵ Ver o documento **Historical journal of Father Pierre François Xavier de Charlevoix**, in letters addressed to the Dutchess of Lesdiguières, p. 119.

⁶⁶ Ibid., p. 142.

denso das obras de Cláudio Manuel da Costa. Importa inseri-lo no contexto das sensibilidades construídas em fins do século XVIII, não estabelecendo apenas um vínculo mais profundo com o contexto da construção da paisagem mineira, mas também com o governo de Mateus, e conseqüentemente do ufanismo, a partir da colônia; e, mais especificamente a partir da capitania de São Paulo. Por outro lado, trata-se, de certa forma, de um contraponto às idéias dos historiadores Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida Paes Leme, e uma outra valorização das ações dos paulistas.

Para aqueles historiadores o evento motivador não estava especificamente na natureza e na paisagem, mas nos acontecimentos nos quais eles perderam suas lavras e seus direitos de exploração aurífera. Notou-se no poeta uma manifestação ímpar sobre os acontecimentos nos interiores coloniais por ser uma expressão inusitada e complementar, compôs um conjunto de idéias que esclarecem mais sobre a gênese do processo de construção das sensibilidades.

Cláudio Manuel da Costa estava ligado ao que se definiria como “Escola Mineira”, o que não deixa de ser ponto de discordância entre os especialistas.⁶⁷ Nasceu em Vargem do Itacolomi, em 1727. Iniciou nas letras por volta de 1753. Contudo, foi em 1768 que apareceram de maneira mais sólida os ressentimentos dentro de um novo gosto literário para a época.

O neoclassicismo ou arcadismo no qual Cláudio Manuel da Costa estava mergulhado visava substituir o rebuscamento do seiscentismo (barroco literário), com a imitação dos clássicos latinos, uma vez que tendiam para a simplicidade e a imitação da natureza. “De um modo ou de outro, seriam a influência italiana, com a Arcádia e a ópera, e a da ilustração francesa, com o culto da razão, que explicam o setecentismo luso-brasileiro”.⁶⁸

O pioneirismo desse autor remete à Arcádia Ulissiponense ou Lusitana, e a seus integrantes Antônio Dinis da Cruz e Silva, Teotônio Gomes de Carvalho e Manuel Nicolau Esteves Negrão, que a criaram entre 1756 e 1757. É digno de nota que tal movimento era contra o barroco literário e, portanto, criticava o “cultismo” e o “gongorismo” de origem espanhola, colocando em destaque o “bom gosto” e o “bom senso”. “O objetivo era banir da poesia e da oratória portuguesa a linguagem conceituosa, hiperbólica, superornamentada e obscura, que por vezes confunde o entendimento e obstrui a livre expressão dos afetos

⁶⁷ SILVA RAMOS, Péricles Eugênio. **Panorama da poesia brasileira**. Parnasianismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1959. O tema “Escola Mineira” é problemático e gerou controvérsias. Destacavam-se também, Tomas Antonio Gonzaga, Alvarenga Peixoto, Basílio da Gama, Silva Alvarenga e Santa Rita Durão.

⁶⁸ Ibid. p. 14 .

humanos.”⁶⁹ Entretanto, tais marcas também estão presentes em suas obras, principalmente quando coloca em uso um repertório textual empolado, difícil de entender. Contudo, há clareza na maioria da produção claudiana.

A trajetória do sonetista foi bem sucedida no campo político, literário e profissional, mas terminou de forma trágica. Sua família era ligada à mineração, o que lhe permitiu iniciar seus estudos com os jesuítas no Rio de Janeiro. Aos vinte anos, por exemplo, já cursava Direito em Coimbra. Depois, tornou-se jurista de influência na colônia, chegando a exercer a função de Procurador da Coroa, desembargador e secretário de governo. Aos sessenta anos “envolveu-se” na Conjuração Mineira e morreu sob circunstâncias obscuras que levaram à dúvida do suicídio pela depressão manifestada na época, e pela impossibilidade de ter atentado contra a própria vida com “cadarços do calção”.

Segundo Alfredo Bosi, “Era ardente pombalino e certamente foi lateral o seu papel na Inconfidência Mineira; preso e interrogado uma só vez, foi encontrado morto no cárcere, o que se atribuiu suicídio”. As principais obras são “Culto Métrico”, 1749; “Minúsculo Métrico”, 1751; “Epicediu”, 1753; “Labirinto de Amor”, 1753; “Numerosos Harmônicos”, 1753; “Obras Poéticas”, 1768, “Vila Rica e Soneto”; “Entre o Velho e o Novo Mundo”.⁷⁰

O poeta não se contentou em apreender a natureza, em descrevê-la, antes de outra coisa, caracteriza-se pela *persona* poética capaz de senti-la não apenas com o olhar. E o bom gosto, por seu turno, centrava-se, dessa maneira, no que estava diante do indivíduo: o mundo exterior da percepção humana, local de introspecção, de contemplação, e que admite o simultâneo, o mau gosto, o sofrimento diante da desaprovação do percebido.

O poema Vila Rica - obra considerada defeituosa pelos cruzamentos narrativos entre o Drama de Garcia, a missão de Albuquerque e as lutas entre os revoltosos gira em torno da fundação de Ouro Preto, pelo seu governador, que a todo custo procurava estabelecer a ordem diante dos inúmeros conflitos decorrentes das descobertas de ouro e pedras preciosas.⁷¹ Cláudio Manuel da Costa via na figura de Albuquerque o mesmo heroísmo paulista, pois ele enfrentou a seu ver as adversidades, demonstrando “justiça e inteligência”. Os propósitos da coroa eram fixar a população em aldeamentos, pois havia um intenso deslocamento dos mineiros, de lavras em lavras, pela forma de extração mineral.

⁶⁹ ALCIDES, Sérgio. **Estes penhascos**: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas – 1753-1773. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 79.

⁷⁰ BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 61.

⁷¹ VERÍSSIMO, 1963, p. 115-116.

A coroa, ante as lutas que se agravam com o achado de ouro na última década do seiscentos, nas águas do Tripuí, resolve separar a região do mais objeto de devassamento, ocupação e lutas pelo poder. Assim, desliga São Paulo do Rio de Janeiro em 1709, criando a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Passa a haver movimento até aí desconhecido: as inúmeras corridas para o interior acirram a luta entre paulistas e os demais. A gente de São Paulo, se não foi a primeira a chegar, foi a primeira a se estabelecer de fato.⁷²

O poeta rende homenagens ao herói que funda Vila do Carmo, Vila Rica e Vila do Sabará, em 1711 - que inicialmente acrescentava o nome do fundador a uma delas (Vila Rica de Albuquerque) -, e à natureza cristalina de um rio que o inspira e o transporta para o mito arcadiano; mas apenas transporta:

Cantemos, Musa, a fundação primeira
Da Capital das Minas, onde inteira
Se guarda ainda, e vive inda a memória
Que enche de aplauso de Albuquerque a história.

Tu, pátrio Ribeirão, que em outra idade
Deste assunto a meu verso, na igualdade
De um épico transporte, hoje me inspira
Mais digno influco, porque entoe a Lira,
Por que leve o meu Canto ao clima estranho
O claro herói, que sigo e que acompanho:
Faze vizinho ao Tejo, enfim, que eu veja
Cheia as Ninfas de amorosa inveja.

[C. M. da C. Canto I, de 1773, *Sedução do Épico: Vila Rica*, p. 199]

Cláudio Manuel da Costa retrata portanto, de maneira subjetiva, a partir das “Minas Gerais”, a Guerra dos Emboabas, a permanência dos conflitos, a tentativa da Coroa de criar vilas parra amenizar as tensões. Contudo, os ressentimentos ainda estavam presentes, principalmente em relação aos impostos. Foi com esse sentido que em 1720 a capitania de Minas Gerais foi criada: para melhor controlar a extração aurífera e evitar os desvios do ouro nos interiores coloniais. Contudo, para Pedro Taques de Almeida Paes Leme, é uma questão histórica que se encerra nas motivações pessoais, nos embates entre paulistas e reinóis.

A estrutura dos sonetos de Cláudio foi inspirada nos motivos bucólicos trazidos pela Arcádia Lusitânia, na “cadência” de Camões e no processo petrarquiano das frases e ritmos.

⁷² IGLÉSIAS, Francisco. **Melhores Poemas**: Cláudio Manuel da Costa. São Paulo: Editora Global, 2000, p. 15.

E como se pode conjecturar, estava ligado a José Basílio da Gama e a uma tentativa que não deu muito resultado, de fundar na colônia uma “Arcádia Ultramarina”.⁷³

A natureza como forma de pensar as ações humanas sensivelmente, a possibilidade poética de novamente trazer para a margem da realidade as reminiscências do passado, principalmente aquelas de fundo melancólico, não o caracterizam como um pré-romântico, como ressalva Alfredo Bosi.⁷⁴ É como se essa sensibilidade evidente no poeta se assemelhasse ao amor platônico pelo próprio chão, pois “as delícias do Tejo, do Lima e do Mondego” não se materializam na paisagem. Nas Minas faltavam o pastor, as ninfas e a tranqüilidade da vida no campo. O que havia era o excesso do mineiro, das intrigas e ressentimentos na busca pelo ideal de enriquecimento rápido e fácil.⁷⁵

Em “Sonetos”, transparece a *persona* poética do autor em suas relações com o “chão” brasileiro e com a estrutura de poder da metrópole. Fica claro também um estado de insatisfação do poeta com o que ocorria nas Minas Gerais, numa paisagem que não se sobrepunha à região imaginária da Arcádia virgiliana, nem com grande esforço da imaginação.

Entre suas produções, o soneto II, da obra Sonetos, expressa de maneira clara o vínculo afetivo com a terra natal, e os atributos minerais que ela continha, levando os homens a um estado de desafeição à colônia para satisfazer sua cobiça:

Leia a posteridade, Ó pátrio Rio,
Em meus versos teu nome celebrado;
Por que vejas uma hora despertado
O sono vil do esquecimento frio

Não vês nas tuas margens o sombrio,
Fresco assento de um álamo copado;
Não vês ninfa cantar, passar o gado
Na tarde clara do calmoso estio.

Turvo banhando as pálidas areias
Nas porções do riquíssimo tesouro
O vasto campo da ambição recreias.

Que de seus raios o planeta louro,
Enriquecendo o influxo em tuas veias,
Quanto em chamas fecunda, brota em ouro.

[C. M. da Costa, ed. 2000, Sonetos II, Melhores Poemas, p. 31]⁷⁶

⁷³ MASSAUD, Moisés. **História da literatura brasileira**: das origens ao Romantismo. São Paulo: Cultrix, 2001, p. 223-224. vol.I.

⁷⁴ BOSI, 1994.

⁷⁵ SILVA RAMOS, 1959.

⁷⁶ Passo a citar sempre o texto desta edição, e daqui para frente apresento o título e segmento e número de página da obra deste autor.

Segundo Antonio Cândido, Cláudio Manuel da Costa é “de todos os poetas mineiros [...] o mais profundamente prêso às emoções e valores da terra [...]”. E ainda há a presença de uma “imaginação da pedra”, uma sensibilidade ligada aos alicerces que procurou em sua vida, que são também resultados dos embates em torno do chão escavado e do metal e pedraria preciosa que se podia moldar ou lapidar.

Em “Manuscritos”, dedicou o soneto IX (I e II quarteto) ao Marquês de Pombal, ressaltando subjetivamente a necessidade de afirmar o controle sobre os homens que transformam a natureza e a si mesmos, de forma brutal, construindo uma paisagem angustiante, pois não era a mesma que vira em sua infância, nas penhas de Vargem do Itacolomi e que precisava ser como a da Europa, ou seja, faltava-lhe a civilização:

Cingida a testa de mimosas flores
Firme na branca mão a tocha acesa,
Corre a Fidelidade Portuguesa,
A entoar sobre vós castos louvores.

Sabe que, malogrados os furores
Da perfídia, triunfais; que atada e presa
Levais ao carro por troféu da empresa
A ruína dos bárbaros Traidores.
[Manuscritos, IX, p. 147]

No texto “Memoria Historica e geographica da Descobertas das Minas”, Cláudio ressalta as obras de diversos governadores até o período de 1768 mas, por outro lado, afirma que apesar de os paulistas serem rústicos davam mostras incontestáveis de fidelidade aos seus soberanos, num esforço incrível para penetrar os sertões, apresiar índios e descobrir ouro.

Como seria sumamente extensa uma relação individual de todos os nomes, da multiplicidade dos que se gloriam de descobridores, vom como dos rios, córregos e serras, que por sua ordem se foram descobrindo; ainda que de tudo isto tenhamos a verídica e suficiente informação, contentar-nos-emos de fazer ver ao leitor pelas datas dos tempos, quais foram aqueles que deram ao manifesto, as mais ricas faisqueiras, em que hoje se acham criadas as vilas de Ouro Preto, do Sabará, da cidade de Mariana, as vilas do Caeté, de São João d’El Rei, do Príncipe no Serro Frio, que fazem as cabeças das quatro comarcas da capitania de Minas Gerais.⁷⁷

⁷⁷ COSTA, Cláudio Manuel da, apud RODRIGUES, 1979, p. 178-79.

Como não notar o ufanismo em Cláudio Manuel da Costa quando se debruçou sobre as terras mineiras e, por outro lado, valorizou as conquistas, reconheceu o esforço “bandeirante”, mesmo quando a força das invocações das paisagens lusitanas em seus sonetos o tenham levado a ser visto como alguém que desprezava o próprio chão que pisava? Algo inicial, não resta dúvida. De qualquer forma, o poeta precisava de um referencial, mesmo que fosse buscado em suas memórias e no contato com a realidade européia. E assim, o ribeirão do Carmo, mesmo com as comparações externas, foi sensibilizado como o “pátrio rio”, evidenciando uma preocupação poética com a natureza brasileira que, de alguma forma, mantinha vivas as fábulas ovidianas em suas expressões poéticas.

Contudo, a paisagem construída pelo poeta, de certa forma, beira um profundo ressentimento, uma vez que o mito arcadiano não se transfigurava na paisagem colonial. O que ele manifestou foi a sua melancolia no cenário da época. Melancolia essa que também é uma constante entre aquelas pessoas que não estavam acostumadas com a imensidão colonial e eram obrigadas a adentrá-la para atender aos propósitos da coroa portuguesa.

Em parte de sua obra isso fica bastante claro:

Onde estou? Este sitio desconheço:
 Quem fez tao diferente aquel prado?
 Tudo outra natureza tem tomado;
 E em contemplá-lo tímido esmoreço.

Uma fonte aqui houve, eu nao me esqueço
 De estar a ela um dia reclinado:
 Ali em vale um monte está mudado:
 Quanto pode dos anos o progresso!

Árvores aqui vi tão florescentes,
 Que faziam perpétua a primavera:
 Nem troncos vejo agora decadentes.

Eu me engano: a região esta não era:
 Mas que venho a estranhar, se estão presentes
 Meus males, com que tudo degenera
 [Sonetos, VII, p. 37]

A ênfase “psíquica” de Cláudio Manuel da costa foi a terra natal, tanto que buscou na rocha a identificação das metáforas pessoal e geográfica, nas quais se se fundiram o passado e a emoção. Desse modo, num outro plano preocupou-se com as relações entre a cultura e a natureza. As invocações telúricas e aquáticas – Ribeirão do Carmo – contrastam com a corrosão interna de sua vivência perceptiva aqui e na metrópole.

Sua rusticidade e sua formação letrada foram utilizadas para a elaboração de um referencial que o equiparasse aos reinóis. E como afirma Antônio Cândido, há nele dupla fidelidade. Afetiva e estética. Mas sua sensibilidade relaciona-se às raízes emotivas e ao objeto dos desejos humanos. Portanto, estavam ligadas aos problemas de seu tempo: o devassamento das imensidões coloniais, seu povoamento, os conflitos sociais, a decadência da mineração e conseqüentemente a degradação das paisagens e da natureza, além dos problemas fiscais que motivavam os descontentamentos. “Aliás, o tema da chegada e da partida; a melancolia ante a transformação das coisas e das pessoas, perpassa nos sonetos e pastorais, acentuando aquela referida oscilação moral entre duas terras e dois níveis de cultura”.⁷⁸

Ainda que tais interpretações letradas manifestadas em Pedro Taques de Almeida Paes Leme, Frei Gaspar da Madre de Deus e Cláudio Manuel da Costa evidenciem sensibilidades aproximativas, e ao mesmo tempo, em ordem de afastamento, como é o caso do ufanismo e do ressentimento, não expressam todos os embates em sua elaboração na história brasileira.

Isso quer dizer que é necessário sair deste centro de visualização que parte do meio “urbano” na colônia - um pano de fundo aos conflitos humanos em São Paulo ou Minas Gerais - e acompanhar os antagonismos pelos sertões coloniais. E neste caso, detenho-me na capitania de São Paulo, pois é justamente nas experiências diretamente ligadas à exploração dessas imensidões que podemos identificar melhor outros desencadeamentos destas sensibilidades que ainda não foram exploradas pela historiografia.

Contudo, esse é apenas um aspecto positivo da questão, pois para além do indivíduo e dos resultados das construções letradas onde figuram os embates, residem outras formas de resistência. E considerando o tema proposto, é sobre esses campos de batalha que abrangiam a imensidão, que grupos subordinados e indígenas alimentavam-se, simultaneamente de sensações ufânicas e ressentidas de que trataremos em seguida.

⁷⁸ CÂNDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1980, p. 91.

4 Ambição, nostalgia e ressentimento

D. Luis Antônio de Souza Botelho Mourão Morgado de Mateus, fidalgo da casa de Sua Majestade e do seu conselho, senhor donatário da Vila de Orelha do Marão; alcaide-mor, e comendador da Comenda de Santa Maria de Vimoso, da Ordem de Cristo, governador actual do Castelo da Barra de Viana; governador e capitão-general da Capitania de São Paulo, etc. Faço saber, que sendo Deus servido por sua infinita misericórdia abençoar as minhas disposições, permitiu que se descobrisse, e penetrasse o grande sertão do Tibagi vencendo dificuldades insuperáveis; e porque desta diligência se podem seguir grandíssimas utilidades, não só pelo que respeita ao real serviço de Sua Majestade Fidilíssima mas também pelo que toca ao bem comum de seus fiéis vassá-los: Exorto a todas as pessoas geralmente de tôda condição, e estado roguem a Deus pela conservação, e aumento desta felicidade, e declaro que eu franqueio os sertões desta capitania dando licença ampla, para nêles se procurar ouro, dando ao manifesto, para se mandar repartir conforme as ordens que há nesta matéria; e especialmente franqueio o grande sertão novamente descoberto, a que dou o nome de M ordens de Sua Majestade com muitas franquezas, privilégios, e despachos honoríficos, e de conveniência conforme merecimento dos serviços, que fizer.

(D. Luis Antônio de Souza Botelho Mourão – Bando que se fez publicar na cidade de São Paulo a respeito de se franquear o sertão do Tibagi).

A sensibilidade ufanista foi consagrada em finais do século XVIII na capitania de São Paulo. Mas sua aparente superioridade não suprimiu os ressentimentos interiorizados entre os membros das expedições militares e os civis que foram obrigados a povoar os confins dos sertões paulistas. As tensões do início do século XVIII que afetaram quase toda a população da colônia na região das Minas Gerais ficaram circunscritas, entre 1765 e 1774, a uma parcela menor da sociedade brasileira. Mas levaram em consideração um espaço significativamente importante para a época, o Sul do Brasil. Apesar de haver diferenças não resolvidas entre “brasileiros” e reinóis, nesse último momento, a imensidão do território, a presença espanhola nas imediações dos domínios portugueses, e grupos indígenas hostis que precisavam ser civilizados, foram os catalisadores de novos comportamentos. Foi justamente nesse momento que a sensibilidade ufanista se sobrepôs ao ressentimento, tornou-se “superior”, não apenas no plano das idéias, mas também no plano prático.

Os interesses da coroa portuguesa e da nova administração voltavam-se para os interiores coloniais. A crise que se manifestava na América luso-espanhola era originária de embates antigos na Península Ibérica, entre 1580 e 1640. Da união ibérica até a “restauração” houve revolta popular, “conspiração de fidalgos”, a manifestação “nativista”, o “messianismo sebastianista”, e finalmente, culminou com a aclamação de D. João IV.¹ E como a rivalidade

¹ Ver CARNEIRO DA CUNHA, Pedro Octávio. Política e administração de 1640 a 1763. In: HOLANDA, S. Buarque de. (Org) **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, p. 9-48.

vinha de longa data, a importância da capitania de São Paulo foi valorizada por ser centro econômico e estratégico na medida em que permitia o acesso facilitado aos “interiores”. Assim, podia-se guarnecer de forma eficiente os domínios já consolidados, ou ainda, avançar sobre outros. De tal direcionamento só poderia resultar a valorização do território e das ações militares. E junto com ela uma profunda “mágoa” aos desafetos espanhóis. Daí a necessidade de levar em conta a sensibilidade ufanista para introjetar valores, motivar tropas e homens para que reconhecessem e colonizassem esses espaços, rechaçando definitivamente os inimigos. A coexistência entre as sensibilidades ufanista e ressentida resultou em formas diversas de perceber a “existência humana”, a natureza, a paisagem dos sertões coloniais, as ações de espanhóis, os comportamentos indígenas, e do aparato político-administrativo na colônia e na metrópole.

De qualquer maneira, colocadas essas questões fica claro que as escaramuças não tinham apenas “lugar comum” no mundo letrado, fosse ele o da história ou o da expressão poética. Indubitavelmente figuravam as ações contra os espanhóis e o cotidiano das pessoas que adentravam esses ambientes insólitos para defender a colônia portuguesa. Antes disso, essas pessoas tinham que assegurar a própria vida, enquanto ia-se de arrasto à política externa colonial que interferia diretamente nos comportamentos dos militares e na participação forçada de pessoas comuns nesses empreendimentos.

Inicialmente procurei identificar um dos elementos primordiais da valorização do ufanismo que toma forma a partir da capitania de São Paulo, o espaço físico através do qual foi possível “vangloriar-se de si e do que se *dispunha*”.² Depois, em outro momento, adentrei algumas particularidades do ressentimento durante a colonização dos sertões do Tibagi e da produção de um romance histórico sobre o tema. Em ambos os casos procurou-se esclarecer sobre os “dispositivos afetivos” que compunham tais sensibilidades.³

² **Diccionario de la lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua.** Madrid: Real Academia Española, 1739, p. 384; **Diccionario de la lengua castellana por la Real Academia Española.** Madrid: Imprenta de los Sres. Hernando y compañía, 1899, p. 994. Ver capítulo 1, p. 29. A alteração é minha.

³ Ver CORBIN, Alain. **Le temps, le désir et l'horreur: essais sur le dix-neuvième siècle.** Paris: Aubier, 1991. O autor usou essa expressão ao tratar da contribuição inicial de Lucien Febvre para uma história das sensibilidades - “*Combates pela história*” - e da constituição de uma antropologia sensorial, cujos objetivos também se estabeleceriam nas análises da hierarquia dos sentidos estabelecidos no tempo pela cultura de uma sociedade.

4.1 A vastidão do desejo

A gênese do ufanismo brasileiro estava nas Minas Gerais como demonstrou Abud (1985). Contudo, mesmo considerando a típica obsessão (1768-1774) por esse passado primordial no qual se valorizavam os homens, o território paulista e os propósitos metropolitanos, enfatizou-se que desde o princípio a sensibilidade ufanista era simultaneamente complementar e correspondente ao ressentimento. E se falamos nas sensibilidades e o que elas implicam é importante considerar que a questão territorial tinha um peso menor em seu momento inicial. Isto porque não havia disputas territoriais que envolvessem as Minas gerais, e mesmo porque a ameaça externa no início do século XVIII estava nas incursões francesas no litoral do Rio de Janeiro, e não necessariamente no interior. Nas Minas Gerais, valorizou-se, acima de tudo, aquilo de que se “dispunha”: os recursos minerais que levaram aqueles homens a mergulhar nessas sensibilidades contraditórias. Foi a partir da segunda metade do século XVIII que ocorreu uma mudança comportamental, principalmente em relação ao ufanismo e à valorização dos espaços meridionais da colônia. Eles se tornaram fundamentais aos empreendimentos lusitanos na América. Como apontam Machado (1993) e Kok (2004), a política de Sebastião José Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, em demarcar e ocupar as “fronteiras móveis e provisórias”,⁴ admitia a soberania territorial como elemento indispensável e imanente à idéia de formação nacional.⁵

O ufanismo “brasileiro” ampliou-se em fins do século XVIII no governo do Morgado de Mateus incorporando aqueles valores adotados pelo despotismo esclarecido português. Isto ocorreu graças à vinculação daquela administração colonial com a produção historiográfica, por problemas decorrentes entre reinóis egressos das minas e paulistas e, finalmente, por causa das disputas territoriais. Era necessário, portanto, que essa administração tivesse conhecimento e valorizasse as produções cartográficas que continham informações sobre as áreas extremas. Assim, diferentemente da região mineira, os sertões ganhavam novos significados, uma vez que estavam diretamente ligados ao conceito de pertencimento e de

⁴ Ver MELLO E SOUZA, Laura de. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: MELLO E SOUZA, Laura de (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 41-81.

⁵ Ver MACHADO, Lourival Gomes. Política e administração sob os últimos Vice-reis. In: HOLANDA, S. Buarque de. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, p. 355-379; KOK, Glória Porto. **O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII**. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2004.

nacionalidade. A ligação entre o território, os indivíduos e as valorações a ele atribuídas ao longo do tempo é bastante perceptível nos documentos que selecionei para análise.

A área de maior interesse na administração do Morgado de Mateus eram os sertões do Tibagi, situados a Oeste da capitania de São Paulo. Mas é importante não esquecer que o Sul do Brasil merecia atenção especial, uma vez que era objeto de litígio com os espanhóis desde o início do século XVII. Portanto, da mesma maneira pela qual buscou-se nas Minas Gerais a gênese do ufanismo brasileiro, os aspectos ligados à valorização territorial foram tracejados pelo poder metropolitano, especificamente pelas “mãos” do Morgado de Mateus, pois ali se acentuava cada vez mais a importância daqueles elementos à constituição dos limites da colônia portuguesa.

Os projetos de Francisco Tossi Columbina para alcançar a imensidão da colônia portuguesa, especificamente o vale do rio Tibagi,⁶ num momento de pleno desenvolvimento da exploração mineral e da política colonial portuguesa de ampliação dos domínios geográficos, por volta de 1750, foram imprescindíveis ao Morgado de Mateus. Trata-se de uma documentação oficial composta por cartas e de um planejamento, que dão conta do descobrimento e da colonização dos sertões de Tibagi. Esse “material” faz parte do Catálogo da Exposição de História do Brasil; também aparece no Catálogo de Manuscritos sobre o Paraná existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com organização de José Honório Rodrigues. Segundo Moreira Neto (1974), esses documentos, também publicados pela Universidade de Maringá durante a implantação daquela instituição e do Museu da Bacia do Paraná, são complementares à documentação relativa às explorações militares aos sertões do Tibagi entre 1768-1774.⁷ Como a documentação está diretamente ligada ao período pombalino e ao tratado de Madrid, significa dizer que as características da espacialidade na colônia foram reportadas ao Marquês de Pombal, e conseqüentemente acabaram chegando às mãos do Morgado de Mateus que as aplicou para ocupar e colonizar aqueles sertões.

Mas até que ponto a valorização de Francisco Tossi Columbina para o território “desconhecido” dos sertões de Tibagi dizia mais respeito aos projetos pessoais do que aos do poder metropolitano? Não é esse o motivo de o Morgado de Mateus aproveitar parte de seus princípios e preencher o espaço dessa ausência para consolidar um projeto que não foi

⁶ LEÃO, Agostinho Hermelino de. **Índice Paranaense**. Dicionario Historico e Geographico do Paraná. Supplemento. Curitiba: Imprensa Paranaense, s.d. p. 192-93. Segundo Hégréville apud Leão, o rio Tibagy “Nasce na Serrinha, e desenvolve o seu curso, com um desenvolvimento de cerca de cem legoas, afluindo no rio Paranapanema”. Além do mais, havia também a vila de mesmo nome, criada em 16 de março de 1846, próxima à cidade de Castro (PR) e uma colônia (Tibagy e D. Luiza), em Ponta Grossa.

⁷ Estes documentos foram organizados e publicados nos Anais da Biblioteca Nacional, volume 76, cuja interpretação e análise se fará nos próximos capítulos.

executado em meados do século XVIII? Procuo responder estas questões em seguida, buscando nos dispositivos afetivos uma razão para a manifestação de valores ou idéias acerca dos sertões da capitania de São Paulo, e conseqüentemente a consagração de uma sensibilidade sobre outra.

Não se sabe precisamente quando o cartógrafo e engenheiro militar Francisco Tossi Columbina chegou ao Brasil. Pela sua correspondência, estima-se que estava em Paracatu, em 1743, a serviço do Governador da Capitania de Goiás, D. Marcos de Noronha, Conde dos Arcos (1749-1755). Com a descoberta de ouro nessa localidade, foi inevitável a abertura de um caminho entre os currais do alto São Francisco e as jazidas auríferas, o que possibilitou àquele alcaide criar casas de fundição em Vila Boa e São Félix.⁸ O professor de geografia do “Colégio dos Nobres, de Lisboa”, ficou incumbido de elaborar o Mapa da capitania de Goiás e definir os limites daquela província com Mato Grosso, Pará, Maranhão, Pernambuco e as capitanias localizadas ao Sul.⁹ Notadamente, realizou inúmeras viagens ao Brasil, o que fez Jaime Cortesão supor que estava a serviço da Coroa, em “missão oficial de estudos geográficos”, o que assinala ainda mais sua importância no reconhecimento territorial da colônia portuguesa.

Em 16 de novembro de 1750, o Conselho Ultramarino emitiu um parecer para a requisição de Francisco Tossi Columbina acerca da abertura desse caminho, ouvido também o provedor da Coroa Serventuário, o Desembargador João Antônio de Oliveira. O regime de urgência da correspondência de Columbina e seus sócios explicava-se pelo fato de não se desanimarem e por ser tempo ideal para a execução da estrada que ia de São Paulo e Vila de Santos até Vila Boa de Goiás, e dali até a Vila de Cuiabá. O parecer esclarece que o caminho, ao contrário dos outros, era planejado e seria plano, facilitaria o transporte cômodo de “carros e carretas”. No documento justificava-se a concessão do uso dos caminhos e das sesmarias para poderem construir casas, plantar roças e “os pastos necessários para os gados e cavalos”. O parecer foi favorável ao projeto; era algo útil e admissível aumentaria as rendas da coroa, desenvolveria o comércio, as viagens seriam mais confortáveis e menos dispendiosas. O que chama à atenção no documento é a discussão que se faz em torno da ausência do transporte de

⁸ CALMON, Pedro. **História do Brasil**: Século XVIII (conclusão: riquezas e vicissitudes). Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p. 1318-20.

⁹ *Ibid.*, p. 1318. Fazendo referência a Alberto Lamago, em *Mentiras Históricas*, descreve as ordenações do Conde dos Arcos ao cartógrafo: “Mandou também fazer-lhe o mapa pelo Padre Francisco Tossi Columbina”; Segundo MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Francisco Tossi Columbina**: descobrimento das terras do Tibagi. Manuscrito inédito do século XVIII. Maringá: UEM/ Imprensa Universitária, 1974, p. 2. Para este autor Calmon caracterizou de forma incorreta o fato de Columbina ser padre e de ter relações com a Companhia de Jesus em atividades astronômicas, e cartográficas na demarcação de limites em Goiás.

“fazendas” (presumidamente peças de tecido) em “carros ou carretas” na colônia, prática que na época já era bastante comum nas “Índias de Espanha”.

Contudo, consideradas as ponderações do desembargador João Antônio de Oliveira sobre o assunto, reconhece tal necessidade, que o pedido não era exorbitante, e as vantagens da minimização dos custos reais e a verificação da “tomadia dos descaminhos”, ou seja, o mapeamento por onde os transgressores desviavam ouro e diamantes. Considerou-se importante essa iniciativa, já que se ampliariam os dízimos com o uso desses caminhos, proporcionariam viagem mais suave sem muitas possibilidades de ataques indígenas e, em vários trechos desse caminho, haveria suprimentos necessários às longas jornadas. Mas as concessões de dez anos para os caminhos e as sesmarias deveriam ser comedidas. As sesmarias deveriam ser ocupadas depois desse prazo regulamentar, seria um “prêmio para o serviço” executado. Houve preocupação com os preços dos fretes, que não deveriam ser superiores àqueles do transporte por “bestas”, a regulação dos preços dos mantimentos, a concessão de pedágios para os rios por parte de rendeiros dos caminhos antigos. E o parecer do Conselho Ultramarino seguiu a mesma idéia do desembargador, aprovando a petição, mas com algumas restrições:

Ao conselho parece o mesmo que ao Procurador da Fazenda, declarando o ponto das sesmarias que os Suplicantes pedem, porque na forma das ordens de Vossa Majestade se não pode dar a cada povoador, nas terras das Minas e nos caminhos para elas, mais do que meia légua de terra em quadra a cada pessoa, e não é isto que os Suplicantes pedem, nem também lhe serve darem-se-lhes sòmente tôdas as sesmarias que pedem; porque seria embaraçar povoarem-se as terras dêste caminho por ser impossível que os Suplicantes possam povoá-lo; e assim parece que Vossa Majestade lhe faça mercê de conceder aos Suplicantes vinte sesmarias, cada uma de meia légua, dez delas desde São Paulo até Goiás, e outras dez desde Goiás ao Cuiabá, na distância que parecer ao Governador reparti-las, com declaração que findos os dez anos do privilégio ficarão os Suplicantes senhores das sesmarias que tiverem povoado sòmente, o que não tira que possam fazer a dita venda, ficarão devolutas para os Governadores as poderem dar conforme as Ordens de Vossa majestade, conservando sòmente os ditos suplicantes as vinte, pois as outras já então lhe serão desnecessárias para o sustento dos gados, e execução dêste projeto.

10

¹⁰ Parecer do Conselho Ultramarino sôbre um requerimento de Francisco Tossi Columbina e outros sócios, que pretendem abrir um caminho desde Santos e São Paulo até Vila Boa de Goiás e daí até Cuiabá, 16 de novembro de 1750. In: **Antecedentes Históricos: 1549-1896**. Rio de Janeiro: Presidência da República – Serviço de Documentação, 1960, p. 99-103. Coleção Brasília. Na introdução deste documento informa-se que o Governador da Capitania de Goiás, D. Marcos de Noronha, encaminhou correspondência sobre esse assunto.

Como resultado, o minucioso trabalho de 6 de abril de 1751 apresenta uma unidade cartográfica que englobou caminhos terrestres e fluviais, revelando um talento profissional, a capacidade de “coleccionar” e incorporar às representações, roteiros de viagens coletados pacientemente entre sertanistas.¹¹ Em sua correspondência ao capitão-general de Goiás explicou as convenções adotadas no mapa, como por exemplo: “Os pontinhos pretos desde Ararautaguaba até Cuiabá pelos Rios Tieté, Rio Grande, Rio Pardo, Camapuão, Cuchim, Taquari, Paraguai, Cheené, Porrudos demarcam os caminhos das canoas que servem de comunicação com a costa do mar de Santos e Rio de Janeiro e o povoado de São Paulo”; ele lembra que as informações de La Condamine sobre o curso do “Rio das Amazonas até o Grão-Pará” foram fundamentais.¹²

Columbina intuiu sobre a importância de uma rede de caminhos para a afirmação política e de uma unidade geográfica na colônia. Esse conhecimento, mais as contribuições dos historiadores paulistas, foram vitais às explorações do Tibagi pelo Morgado de Mateus, pois reunia informações preciosas dos sertões, datadas do início do século XVII:

- I.de Santos e São Paulo até Vila Boa e Natividade;
- II.regresso de Natividade a Vila Boa;
- III.de Cuiabá a Mato Grosso, por terra;
- IV.de Cuiabá a Mato-Grosso, de canoa;
- V.de Santos e Rio de Janeiro a Cuiabá, de canoa;
- VI.de Cuiabá, pelo Sepituba, Sumidouro e Tapajós a Belém;
- VII.de Belém, pelo Amazonas, Madeira e Guaporé a Mato-Grosso;
- VIII.de Cuiabá pelo Arinos a Belém
- IX.de Natividade, pelo Tocantins a Belém;
- X.de Vila Boa pelo Araguaia, a Belém;
- XI.de Vila Boa pelo Urubú, Rio das Almas, Tocantins a Belém

Destes onze caminhos oito são por via fluvial e abrangem:

- I.a chamada estada das monções, entre São Paulo e Cuiabá, que datava de 1721;
- II.três caminhos entre Vila Boa e Belém, pelo Tocantins;
- III.dois caminhos entre Cuiabá e Belém, pelo Tapajós e, finalmente
- IV.o caminho pelo Madeira-Guaporé, entre Mato Grosso e Belém.

¹¹ ADONIAS, Isa. **A cartografia da Região Amazônica: catálogo descritivo**. (1500-1961). Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisas/Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963, v. I, p. 298 e 501. O volume II do catálogo informa sobre as coordenadas geográficas estipuladas pelos padres Diogo Soares e Domingos Capacci para Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (1750); plantas gerais da Capitania de Goiás (1753 e 1758) e Prospecto de sua capital, Vila Boa, em 1753; Coleção cartográfica do Conselho Ultramarino.

¹² COLUMBINA, Francisco Tossi. Correspondência ao governador Dom Marcos de Noronha. In: **Antecedentes históricos**: 1549-1896. Rio de Janeiro: Presidência da República – Serviço de Documentação, 1960, p. 104-105.

Segundo Jaime Cortesão,¹³ o estilo laboral de Columbina era bastante precário e deixava a desejar, suas bases estavam assentadas num empirismo e, embora possuíssem um sistema de coordenadas geográficas, nas quais as latitudes e longitudes são imprecisas, não deixava de “divagar”, sentindo-se, ao mesmo tempo, um historiador e geógrafo que dava a si mesmo a permissão para falar dos erros e incoerências alheias. Não obstante essas particularidades e aquelas levantadas entre “mineiros e exploradores”, constitui-se um esforço em apresentar um panorama territorial, uma cartografia que pela primeira vez reconhecia a importância da rede fluvial e de caminhos para o interior da colônia, “traçou um mapa da formação natural” do Brasil. O geógrafo termina desta maneira a correspondência de 6 de abril de 1751:

a derrota do Pontal da Natividade pelo Rio Tocantins e canais chamados Guarupés até o Grão-Pará é informação do Capitão Francisco de Almeida, descobridor das minas de Arayas, que fez tal viagem; o mais é por outras informações e o mais interior não se sabe ainda que muito confusamente; mas que o pertence a esta Capitania brevemente darei a V. E. um mapa em ponto maior, e com maior individuação, e que farei também, se, como suponho, me vier a ordem para a abertura do novo caminho desta Vila Boa à Cidade de São Paulo e vila de Santos, e nisto e naquelas se me devem perdoar os erros, porque não são partes da minha presunção, mais sim abortos da minha obediência submetida a V. C. que Deus guarde ms. as.¹⁴

A correspondência que encaminhou a Tomé Joaquim da Costa Corte Real, na qual aproveita para felicitar sua escolha como secretário de Estado de Ultramar e Marinha de Sua Majestade, em 9 de dezembro de 1756, de Funchal, ilha da Madeira, onde expressa valores ufanistas, esclarece sobre alguns motivos das imperfeições cartográficas de seu trabalho denominado “Mapa geral do interior de Nossa América”.¹⁵ A recomendação é clara para os valores territoriais e para as limitações de sua cartografia: que se olhe “só para o que eles tem de bom, se é que tem alguma coisa”. Nessa correspondência, Columbina aproveitou para mencionar que não tinha todos os instrumentos necessários para fazer um trabalho mais preciso e, aproveita para destacar o seu trabalho perante o de “Mr. Anville”. Tal situação se explica como uma justificativa antecipada para um possível fracasso em seus empreendimentos.

¹³ CORTESÃO, Jaime. Mapa das comunicações entre o Prata e o Amazonas de Francisco Tossi Colombina (1751). In: **Antecedentes históricos: 1549-1896**. Rio de Janeiro: Presidência da República – Serviço de Documentação, 1960, p.107.

¹⁴ *Ibid.*, p. 105.

¹⁵ O grifo é meu.

Porém a expedição que Columbina planejara para os sertões do Tibagi não saiu do papel, não foi concretizada por motivos econômicos, políticos e diplomáticos.¹⁶ Motivos esses ainda obscuros, uma vez que a correspondência de Diogo de M. Corte Real, datada de 23 de outubro de 1753, de “Bellem”, cita o decreto expedido pelo Conselho Ultramarino e carta ao governador da capitania onde se recomenda: “(...) VM. ^{ce} de cumprimento atudo oque nella se contem namesma forma que ao mesmo General se ordena”.¹⁷ Nas correspondências anteriores Columbina explicava a legenda de seu “Mapa geral do interior de Nossa América”; refere-se às marcações em verde: “(...) a viagem que intentava fazer para o Descoberto, e Povoação do Tabagi para depois seguir par o Poente até o Salto Grande, e para o Norte a examinar a Campanha”.¹⁸ É interessante apontar como as referências sertanistas conferiam certa precisão ao seu relato e uma perspectiva paisagística para o interior da colônia, pois, ao referir-se ao Salto Grande, possivelmente estava se referindo ao rio Paraná e às Sete Quedas, o que o fez imaginar a paisagem desse ambiente de forma arcaica, uma vez que não se tratava de uma cachoeira qualquer. Em 19 de setembro de 1753, a recomendação de Sua Majestade, D. José I - *O Reformador*; Dinastia de Bragança - a Francisco Tossi Columbina foi enfática: declarava que aquela área fosse sujeita ao seu domínio, concedia-lhe uma “promoção” em sua patente e o conseqüente aumento em seu soldo e demais determinações a seus ajudantes:

sendome prezente a conveniensiã que se podia Seguir aos meus Vassallos de se descobrirem, e povoarem as Terras do Tabagi, e que esta utilid. ^o seria maior a respeito dos moradores da Comarca de S. Paulo, e por dezejarem favorecelos, como eles merecem: Sou servido mandar queseintente logo este descobrimento, e encarregar esta expedição a Francisco Tossi Columbina com as Patentes de Capp. ^{am} Engenheiro, e de meu Geógrafo que o meu Cons. ^l lhe mandara logo passar com a declaração de que com estes empregos não venserã Soldo algum, e debaixo das Ordens do Governador do Rio de Janeiro naforma que se lhe participa pela Secretaria de Est. ^d e para que assim o d.º Francisco Tossi Columbina, como as mais pessoas q. entrarem nesta diligencia procurem com maior cuidado a Sua Feliz conclusão.¹⁹

¹⁶ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo, 1974, op. cit., p. 23 et. seq.

¹⁷ Correspondência de Diogo de M. da Corte Real. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Francisco Tosi Colombina**: descobrimento das terras do Tibagi. Manuscrito inédito do século XVIII. Maringá: UEM – Imprensa Universitária, 1974, p. 23.

¹⁸ CORTESÃO, Jaime. Mapa das comunicações entre o Prata e o Amazonas de Francisco Tossi Colombina (1751). In: **Antecedentes históricos**: 1549-1896. Rio de Janeiro: Presidência da República – Serviço de Documentação, 1960, p.110.

¹⁹ Correspondência de D. João I. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Francisco Tossi Colombina**: descobrimento das terras do Tibagi. Manuscrito inédito do século XVIII. Maringá: UEM – Imprensa Universitária, 1974, p. 24. Em razão da precariedade documental, pode-se admitir que a data da correspondência seja esta.

As correspondências de Diogo de M. Corte Real apresentam algumas informações complementares para a expedição aos sertões do Tibagi, proposta por Francisco Tossi Colombina. A carta de 23 de outubro de 1753 salientava a pouca distância dessas terras da Comarca de São Paulo, a preciosidade das informações dos sertanistas e os meios necessários à execução daquela atividade, como “suprimentos bélicos”, o estabelecimento de aldeias indígenas e a formação de “húa companhia de 25 soldados aventureiros, sendo seu Cabo João Godoy da Silv.^{ra} Preto, p.^a acompanharem as pessoas q. vão a expedição sobreditta”.²⁰ A outra correspondência, de 8 de novembro de 1753, solicitava ao Governador e Capitão-General do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, o perdão para criminosos que se incorporassem à expedição “epovoar aquellas terras”.²¹

É interessante verificar como as idéias presentes nesse documento evidenciam um conjunto de sensibilidades particulares em relação aos espaços considerados “incógnitos” no interior da Colônia, e como elas estavam ligadas a outros exemplos de manifestação sensível para aquelas áreas afastadas da “marinha”.

Na perspectiva de Columbina, a ocupação do sertão de Tibagi não exigiria muitos esforços, desde que se colocassem em prática algumas de suas recomendações. Dessa forma, não bastava apenas “Companhia de soldados ventureiros, ou Pedestres de Bastardos, Mulatos, e outros acostumados à sertanejar”.²² Eram imprescindíveis armas, pólvora, chumbo e a necessidade da contrapartida financeira e de concessões da realeza, pelos gastos de dez anos em Goiás e pela futura expedição àqueles sertões. Desejava para si poderes e comendas como a “Superintendência Geral dos Caminhos das Terras”, juiz cível e criminal, ouvidor da comarca, geógrafo régio e a patente de “sargento môr engenheiro”. As experiências anteriores do cartógrafo em suas missões na Prússia e Itália, somadas ao conhecimento adquirido no interior da América, mais as narrativas que incorporou sobre os sertões permitiam-lhe redigir um plano de ocupação e assentamento no vale do Tibagi. É notável, portanto, a sensibilidade espacial, sua idéia de região, a localização e estimativas das bacias hidrográficas no interior da Colônia: “Este novo caminho deve ter muitos Rios, que o atravesse, mais que no que vay a Curitiba, e mayores, pórque todas as vertentes, que nascem da Serra da Costa do mar, correm

²⁰ Correspondência de Diogo de M. Corte real a José Antonio Freire de Andrade. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Francisco Tossi Colombina**: descobrimento das terras do Tibagi. Manuscrito inédito do século XVIII. Maringá: UEM – Imprensa Universitária, 1974, p. 29-30.

²¹ *Ibid.*, p. 28.

²² Correspondência de Francisco Tossi Columbina a D. José I. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Francisco Tossi Colombina**: descobrimento das terras do Tibagi. Manuscrito inédito do século XVIII. Maringá: UEM – Imprensa Universitária, 1974, p. 31-37. O autor rotula esta correspondência como “Informação dada por Francisco Tossi Columbina em que expõe o modo prático de levar a efeito a expedição de exploração e povoamento das terras descobertas”.

para o Nord à buscar o Rio Paraná (...).²³ Propositamente suas informações seriam utilizadas mais tarde, principalmente no que se referia ao contato com populações ameríndias. O discurso de Columbina apresenta situações nas quais já se previa essa mediação e seu respectivo aldeamento, e enfim o que se desejava deles:

e para senhorearse com facilidade dessas terras do Tabagy que agora estão ocupadas do numeroso gentio Guyanã, entre os quaes se achão muitos daquelles, que tendo sido algum tempo sujeitos aos Paulistas, para lá se refugiaram, e promettem descubertos de ouro, tendo experiencia disso, quando os assegurem de não os cativar, hum dos melhores meyoos hé transportar huns Casaes dos índios mansos que se achão nas dez aldeãs de São Paulo e lá Aldealos, e gornvalos no modo, que em outra parte tenho apontado.²⁴

Tais elocuições expressas nos documentos fornecem pistas interessantes para compreendermos parte das sensibilidades que envolvem a pessoa de Francisco Tossi Columbina, principalmente aquelas ligadas às sensibilidades. Notadamente, suas idéias refletem preocupações econômicas, sociais e políticas, para si ou mesmo para os membros da pretensa expedição. A meu ver, as que se referem ao mito do paraíso perdido e do Eldorado permite-nos compreender parcialmente esses mecanismos. Por outro lado, é perceptível na documentação em questão, como se verá mais à frente, que os objetivos “secundários” eram encontrar e explorar novas lavras auríferas.

A história brasileira assinala inicialmente o fato de os portugueses não se preocuparem com uma geografia fantástica.²⁵ Enfatizavam uma visão pragmática, baseada na descrição e nas peculiaridades das rotas marítimas.²⁶ Assim, mascararam-se as intenções e objetivos da colonização ao mesmo tempo em que se via a possibilidade e necessidade de uma reorientação moral e espiritual do “Novo Mundo”.²⁷ Nessa dimensão cultural e histórica, as transformações nas formas de relacionamento com as coisas e seres de um “mundo considerado desconhecido, há ausência do “gosto da maravilha e do mistério” na literatura de viagem seiscentista, situação que podia ser explicada pelo fato da insensibilidade dos portugueses diante de inúmeras experiências com a navegação e com aquilo que era considerado exótico, ou então, pela crescente ênfase e interesse na cultura oriental.

²³ Ibid., p. 36.

²⁴ Ibid., p. 37.

²⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

²⁶ Ver BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes**. São Paulo: Objetiva/Metalivros, 1999.

²⁷ CASTELLO, José Aderaldo. **A literatura Brasileira**: manifestações literárias da Era Colonial (150-1808). São Paulo: Cultrix, 1979. Consultar também RODRIGUES, José Honório, op. cit., 1979.

Muitos comportamentos europeus foram incorporados no Brasil. Como se pode notar, os efeitos dos tempos medievais que se encerravam de alguma maneira manifestaram-se nos textos de cronistas e marinheiros, e o mais comum era um sentido aguçado para as experiências imediatas: “podiam admitir o maravilhoso, e admitiam-no até de bom grado, mas só enquanto se achasse além da órbita de seu saber empírico. Do mesmo modo, em suas cartas náuticas, continuarão a inscrever certos topônimos antiquados ou imaginários, até o momento em que se vejam levados a corrigi-los ou suprimi-los, conforme o caso”.²⁸

O discurso de Columbina estava encravado nesses mitos. Assim ele realça a terra, os assentamentos humanos, o privilégio exclusivo da exploração mineral e o controle das populações indígenas em locais idealizados. O controle da natureza e o planejamento das ações humanas eram profundamente marcantes e entrelaçados ao passado, enquanto que as probabilidades de sucesso estavam alicerçadas no desejo projetado para outro tempo. Em tais oscilações imaginárias e reais cruzaram desejos e esperanças, incorporando variáveis temporais, intercalando passado e futuro, para compor uma situação do tempo presente, no qual ocorre a percepção da decadência da economia mineira na capitania de Goiás: “parecia inesgotável a riqueza de Vila Boa. Durou, entretanto muito pouco”.²⁹

A partir de sua cultura e a exemplo das descrições do paraíso terreal considerou os sertões de Tibagi como área inculta,³⁰ desabitada como nos primórdios da humanidade, e a única maneira de torná-la útil e produtiva era a semeadura civilizacional. Inicialmente a expedição, como uma semente em solo fértil, deveria “examinar se há nellas aquella grandesa de ouro que prommettem as experiências dos velhos sertanistas (...)”. O texto é preciso, contundente, evoca argumentos consistentes, polemizando que as chances de encontrar ouro naqueles sertões compensariam rapidamente os esforços e investimentos, demonstrando que da natureza podia-se esperar toda sorte de desígnios divinos. As concessões reais, além de garantirem a sobrevivência humana, estimulariam significativamente não só a realização da expedição, mas também ampliariam os domínios coloniais da coroa portuguesa e “se devaneceria a má opinião de que todos os descobridores de Minas ficam perdidos”, “vivendo

²⁸ HOLANDA, 1994, p. 5.

²⁹ Calmon, 1959, p. 1318.

³⁰ MARTINS, Urbano Borges. Significado da palavra Tibagi. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. 62, p. 95-102, 1980. Segundo o autor a denominação para o termo sertão notabiliza o empréstimo do linguajar indígena para designar um espaço contíguo e desconhecido na Colônia e admitia várias grafias e significados. Conforme Mercer, Tiba, muito e gy, cachoeira; para Michaele, muita água; Drenkpol apud Prazeres Maranhão (1845), tyba significava feitoria e gy, machado, mas ele não concorda com este significante devido à influência portuguesa, sendo mais precisa a influência espanhola. Para Theodoro Sampaio Tyba g y significava “rio do pouso”. Contudo, na aceção espanhola, de acordo com Caetano, significava algo como “água ruim” devido às dificuldades que Cabeza de Vaca encontrou em atravessar esse rio no século XVI.

pobremente em suas casas”. Mas deve-se ir além do jogo de aparências que envolvem seus escritos, a atenção deve voltar-se para os desejos manifestados, para os anseios expressos de forma quase subjetiva e que comportam valores ligados a idéias comuns de privação, dificuldades e sofrimento. O que importava ao cartógrafo não era o ouro em si, porquanto ele ainda não estava em suas mãos, era algo imaginativo, mas havia algo com o que ele podia contar, o desejo pela posse do metal e o que ele poderia lhe proporcionar futuramente.

Esse apego sentimental, esse desejo que Columbina construiu é paradoxal, e seus fundamentos, contudo, são delineados pela percepção dos acontecimentos ao seu redor, por certa constatação da realidade, das condições miseráveis dos exploradores e dos mineiros diante das diferenças sociais e do aparato jurídico e tributário imposto pela metrópole às lavras. Em Minas Gerais, por exemplo, as festas religiosas como a do Triunfo Eucarístico, em Marina (1733) e a de Áureo Trono Episcopal, em Vila Rica (1748) evidenciam um controle e manipulação social, porque ressaltam o inverso do real. São exemplos particulares que passam longe da idéia de decadência e pobreza nas áreas mineradoras.

O que está sendo festejado é antes o êxito da empresa aurífera do que o Santíssimo Sacramento, e nessa excitação visual caracteristicamente barroca, é a comunidade mineira que se celebra a si própria, esfumando, na celebração do metal precioso, as diferenças sociais que separam os homens que buscam o ouro daqueles que usufruem o seu produto.³¹

Dessa maneira, contraditoriamente apresenta-se a idéia de riqueza e de opulência, disfarçando ou minimizando, quando necessário, a idéia de miséria ou de fome. O pauperismo era notório e universal, assolava hordas de homens que vieram de todas as partes, da Colônia e de além-mar e não podiam sair desses locais “ermos” pela própria condição financeira; a ênfase na exploração mineral não dava margem ao desenvolvimento da agricultura que, por ser escassa, resultava na falta de alimentos. Assim, ao contrário do que parecia, eram inúmeros os casos de insucesso e infortúnio.³²

³¹ MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, p.21.

³² Ibid., p. 30. A autora investiga a noção de decadência nos documentos de Minas Gerais, e como ela assumia mais um caráter tributário e de concessão exploratória sobre os *mineiros* do que a própria produção em si. Tal percepção de decadência e pobreza é direcionada posteriormente para os motivos que a originaram e o mal que a atividade mineira causava à metrópole, surgindo a necessidade de justificá-la, como o contrabando, a técnica exploratória, e pelo fato de as atividades mineiras não se caracterizarem como trabalho, uma vez que este é “como praga bíblica; penoso, demorado, difícil, é provação necessária para a obtenção de felicidade”. (p. 37).

Diante desses fatos, perante tais “contingências” o cartógrafo tentou o caminho mais curto para a felicidade, prenunciou alternativas e construiu sonhos. E quando esses se mostravam improváveis, admitiu outras formas brandas de rendimentos, tais como “o que renderem as passagens dos rios”. Diante da impossibilidade de seu plano partiu para outras “aventuras”. No ano de 1756, encontra-se exercendo a função de engenheiro, na Ilha da Madeira, com a patente de capitão, e depois, em 1758, na Índia, como sargento-mor de infantaria.³³ As referências que Columbina apontou em suas correspondências referem-se a apreensões sensíveis em torno de paisagens específicas do sertão luso-brasileiro. São correlações entre paisagens reais e cenários imaginados, nas quais o peso dos relatos transmitidos pelos sertanistas com os quais conversou, ou mesmo suas outras fontes, foram o resultado da propagação de roteiros e notícias acerca das riquezas na região do Guairá.³⁴

Dessas bandeiras, que levaram a terrenos auríferos, guardavam-se com reserva e transmitiam-se os roteiros, às vezes de geração em geração, como bens preciosos de família. Num códice da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, referente às explorações do século XVIII, nos sertões do actual Estado do Paraná, conserva-se um MEMORIAL, acompanhado de um roteiro para alcançar rapidamente certo lugar, situado entre o Alto Tibagi e o Alto Ivaí, onde existia ouro, em abundância. Aí se refere como certa bandeira, aqui chegada em Março de 1644, encontrou entre os índios muitos braceletes de ouro e chumbeiras de linhas de pescar e burnidores de panelas, de que todos se aproveitaram fora eu, por estar em este tempo de sentinela a corrente. A localização da região aurífera, muito minuciosa no roteiro, coincide com a de mapas e expedições posteriores, como a de Tossi Columbina. Seria por demais longo esse estudo, que excedia os nossos propósitos, por agora.³⁵

As “aventuras” de Francisco Tossi Colombina no “coração” do continente americano contrastam, portanto, com a fixação humana junto às franjas litorâneas, pois elas marcaram um cenário histórico de relações sociais e culturais entre um mundo conhecido e outro sem nuances. O ambiente selvático, objeto de controle e conquista, era oposto ao litoral e, por isso, estimulou um ponto de vista privilegiado, o da valoração da paisagem litorânea em detrimento das cenas da natureza selvagem do interior. Foi um aprendizado secular diante de um continente vasto que ia aos poucos sendo explorado e ocupado a partir do litoral. É importante ressaltar que esse avanço português pelos sertões aumentou as tensões com os seus rivais

³³ VITERBO, F. Marques Souza. **Expedições científico-militares enviadas ao Brasil**. Lisboa: Ed. Panorama, 1962, p. 112. Seria interessante estudar melhor Columbina e as sensibilidades alargadas entre estes diferentes mundos e paisagens que explorou, ou seja, seus anseios desejos, angústias e motivações.

³⁴ Conforme LEÃO, s.d. p. 102, Guairá também se refere à “Antiga villa, situada a margem esquerda do rio Paraná, aos 24°, 35’ de latitude. Foi fundada pelos hespanhões com o nome de Ciudad Real e destruída pelos paulistas em 1631”.

³⁵ CORTESÃO, Jaime, 1964, p. 310, apud MOREIRA NETO, 1974, p. 1.

espanhóis e ampliou o desejo pelo controle e manutenção de espaços em disputa e sua respectiva valoração, principalmente através do ufanismo do final do século XVIII.

Assim, apesar da ampliação da sensação de desvendamento das particularidades do “interior” inóspito da Colônia portuguesa e sua mediação sensível com o ambiente litorâneo e civilizado, o sertão era considerado como zona anecúmena.³⁶ De modo geral, o reconhecimento do espaço brasileiro foi secundário e um sentimento de repulsa e desprezo às áreas interioranas sempre se mantinham, apesar de novas apreensões dessa realidade considerada distante. A cartografia delineou muito bem aqueles objetos da realidade que eram, num primeiro momento, irreconhecíveis à cultura européia; contudo, a constatação da necessidade de o homem se impor sobre a natureza projetou idealizações mítico-geográficas, produzindo outro efeito, o desprovimento civilizacional do outro em detrimento de si.

A paisagem americana era “inventada” e disputada pelas aspirações e ambições lusitanas e espanholas, era objeto de “desejos” imaginativos e edificadores da civilidade européia na qual se inclui Francisco Tossi Columbina. Dessa forma, o homem e a paisagem são personagens vigorosos que interagiram no imaginário social, no qual surgiram sentimentos ou sensibilidades às coisas, situações e “seres” e, depois, transformaram-se, mas não sem algumas permanências; a coexistência dessas relações e intercessões também foi impregnada pela idéia da conquista territorial, como se pode constatar.

Conclui-se, portanto que Francisco Tossi Columbina valorizou parcialmente o território brasileiro, incorporando também desejos de sua época, o enriquecimento rápido numa região ainda desconhecida: o vale do Rio Tibagi e suas imediações. Contudo, a obsessão por esse lugar ameno e idealizado conduziu-o à tristeza e à ausência de laços identitários mais fortes com a terra, num projeto que não passou de um sonho mirabolante, mas que foi utilizado pelo Morgado de Mateus, principalmente porque dava uma idéia de conjunto dos interiores coloniais e assim permitia ações estratégicas para o seu completo domínio.

³⁶ Segundo RODRIGUES, J. Honório. **Teoria da História do Brasil**: Introdução metodológica. São Paulo: Nacional, 1957, p. 264, seg., tratando da História Regional e da Formação Territorial brasileira, esclarece que a obra de Capistrano de Abreu “Os caminhos antigos e povoamento do Brasil” promoveu uma transformação significativa em nossa historiografia, pois foi um dos primeiros a direcionar seu olhar para o interior do continente, para os sertões esquecidos do Brasil. “A investigação das bandeiras sofreu desde esse momento capital um novo impulso decisivo e o nosso saber histórico alargou-se profundamente”. (Rodrigues, 1957, p. 266).

4.2 A nova administração colonial e seus problemas

Pode-se constatar a sensibilidade ufanista entre civis e militares que se dirigiram para os interiores coloniais? O que dizer dessas tensões, já que havia o predomínio da sensibilidade ufanista? Quais foram seus desencadeamentos entre esses grupos e mesmo fora deles? Tais indagações podem ser obtidas sob a luz da interpretação de um conjunto de documentos publicados pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Trata-se de “Notícia da Conquista e Descobrimento dos sertões do Tibagi, na Capitania de São Paulo, no Governo do General Dom Luis Antônio de Souza Botelho Mourão conforme as ordens de sua Magestade”.³⁷

As afrontas e a luta pelo território colonial arrastaram-se desde o Tratado de Madrid, em 1750, até a ampliação das tensões, entre os anos de 1761 e 1765.³⁸ Assim, as raízes do ufanismo não se encontram apenas nos embates internos entre os paulistas e portugueses, mas nos conflitos com os espanhóis e, relacionam-se às formas de ressentimento enraizadas. Entre tais posições havia o indígena que figura como uma massa inerte em meio a este processo, mas indispensável ao projeto civilizatório lusitano. A ênfase do Marquês de Pombal estava nos domínios ultramarinos, e desse modo, levou adiante um “nacionalismo” liberal que trazia consigo a idéia de “progresso” e de “felicidade” às “populações subjugadas”.³⁹

O novo momento administrativo e militar na capitania de São Paulo trazia das construções letradas as sensibilidades ufanista e ressentida. Note-se que Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus tinham aproximações com D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão e, por outro lado, Cláudio Manuel da Costa tinha afinidades com o Marquês de Pombal e com o Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Albuquerque Coelho de Carvalho; além do mais o marquês de Pombal tinha relações diretas e também truncadas com o Morgado de Mateus.

As recordações dos tempos gloriosos das aventuras dos paulistas em desbravar áreas inóspitas e desoladas, apesar grupos indígenas, encontrar ouro, influenciou não só a escrita dos “documentos” militares, mas também a intenção de obter promoções, honrarias, créditos, concessões e enriquecimento. Principalmente quando o caminho para a ascensão social se dava a partir dessas estratégias. Mas o sucesso dependia das ações durante as expedições

³⁷ A documentação organizada por J. Carlos Lisboa, em 1962 é variada: é composta de ordenações, correspondências e relatórios militares.

³⁸ Ver BALHANA, Altiva Pilati; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

³⁹ CARNEIRO DA CUNHA, 1993, p.. 41.

militares, eficiência no comando das tropas, o fiel cumprimento das determinações reais e do Capitão General da Capitania de São Paulo, e enfim, a própria superação em relação aos oficiais de mesma patente.

As sensibilidades e emoções que submergem nos relatórios das missões de exploração dos sertões do Tibagi revelam as aspirações e desejos pessoais, fracassos e desânimos, que ora se direcionam para o interior da corporação militar, e ora para os espanhóis e para os grupos indígenas. Elas foram mais intensas, pois tratava-se de confrontos diretos e, portanto reais, ao contrário da retórica histórico-poética.

O desdobramento do ufanismo nos interiores da colônia e a perspectiva do seu oposto, ou seja, a do ressentimento, manifestou-se em planos de ocupação desses “espaços” entre os membros das expedições militares durante a exploração dos sertões do Tibagi, e também em suas relações com o poder metropolitano.

A ambiciosa missão de reconhecimento de espaços ignotos na Colônia estava a cargo de D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão (1722-1798), Morgado de Mateus, que assumia o posto de Capitão General e Governador da Capitania de São Paulo. Sua iniciativa modernizadora e “reformista” foi ousada; seguiu seus próprios propósitos e acabou pagando caro por isso, pois suas idéias admitiam certa independência das decisões metropolitanas, e dos sistemas de poderes na colônia.

Notavelmente os laços familiares da Casa de Mateus à coroa portuguesa se estabeleceram nos campos “militar, administrativo e cultural”. D. Luis Antonio de Souza herdara a nobreza, e por influência de seu Avô, D. Luis de Souza, uma tradição militar. Se aos três anos de idade já era soldado, aos treze era promovido a Sargento-Mor de Batalha e, aos 16 reconheciam-se seus serviços na Província de Entre Douro e Minho, na Guarnição do Castello de S. Thiago da Barra da Villa de Viana. No ano de 1749 foi nomeado Mestre de Campo de Auxiliares do Distrito de Porto. Casou-se com Dona Leonor Ana Luisa José de Portugal em 1756. Contudo, o Mestre de Campo teve o reconhecimento e prestígio na corte com o episódio da Guerra dos 7 anos, em 1762, quando Portugal não aderiu ao “Pacto de Família” Bourbon. (BELLOTTO, 1979).

Os avanços franco-espanhóis sobre Portugal foram intensos sobre a região de Miranda do Douro, Bragança e Chaves, as quais capitularam. Contudo, no avanço para Vila Real, houve resistência popular que praticamente mobilizou a incursão militar inimiga, o que mostrava o despreparo militar português, e deu a oportunidade de o exército português se reorganizar. D. Luis Antonio de Souza participou da resistência ao Norte. Ele retomou Vila

Real e as passagens de Homezio e Rio Tua, terminando por expulsar as tropas do Márquez de Sarriá do território luso.

Foi promovido a Coronel de Infantaria e, acumulou os títulos de Morgado de Mateus (Moroleiros, Sabros e Cumieira), de Fidalgo da Casa de Sua Majestade e de seu Conselho, Senhor Donatário da Vila de Ovelha do Marão, de Alcaide Mor da Cidade de Bragança, de Comendador da Comenda de Santa Maria de Vimioza da Ordem de Cristo, e de Governador do Castelo da Barra de Viana.⁴⁰

Certamente o desempenho no episódio militar contra os franco-espanhóis foi crucial para seu prestígio na corte, principalmente quando o exército português precisava de bons exemplos. Mas deve-se acreditar que também pesaram o prestígio de seu avô, e as influências da família de sua mulher (Souza Coutinho), a nobreza política e a nobreza hereditária, para que o Morgado de Mateus assumisse a administração da Capitania de São Paulo. Ainda mais quando havia um estado de beligerância com os espanhóis na colônia.

Disto resultará o retrato de um caráter autoritário, com um sentido de autoridade e hierarquia levado às raias do exagero no qual a tenacidade em relação aos desafios caracterizar-se-á por uma coerência a toda prova. O moralismo e o ritual cotidiano de piedade e religião – entendamo-los dentro de sua época; a disciplina e o autoritarismo, na sua formação fortemente eivada do militar; a tenacidade, a teimosia e a inflexibilidade, ao transmontano. E este temperamento, se de um lado podia servir da melhor forma à causa do centralismo, por outro lado, chocar-se-ia, inevitavelmente com a maneira de ser dos paulistas.⁴¹

Os sertões do Tibagi eram áreas indefinidas entre os domínios português e espanhol na América e, permanecia como “terra de ninguém”. Sem delimitações precisas a região tornou-se objeto de diferentes interesses. Desse modo, a valorização territorial passou a ter grande peso nos discursos militares. Como os conflitos ainda estavam mornos no Iguatemi, e mais intensos no Sul da colônia, D. Luis Antonio colocou em prática a estratégia de “incomodar” os espanhóis nessa área confinante. A armadilha foi denominada “diversão pelo Oeste”.

⁴⁰ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial**: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, p. 65.

⁴¹ *Ibid.*, 1979, p. 65.

Para D. Luis, esta tomada de posição em relação ao Oeste podia ser um paliativo para a ação agressiva no rio da Prata, já que esta lhe fora desaconselhada por seus superiores. Não interessava Portugal tomar, na América, atitudes contrárias às que ocorriam na Península Ibérica, onde as coroas procuravam contemporar a respeito de suas divergências.⁴²

O Morgado de Mateus reuniu-se com o Vice-Rei Conde de Cunha para estabelecer estratégias de ocupação territorial, e ordenou-se a ocupação do Iguatemi pela Serra de Apucarana. Em 1767, por exemplo, determinou-se ao Coronel Francisco Pinto do Rego “que adentrasse pelo sertão de Guarapuava, que fazia frente à Serra de Apucarana e ocupou-se essa região”.⁴³

Notadamente, as informações sobre o Coronel Francisco Pinto do Rego são ambíguas, e revelam as tensões do período nos limites da capitania de São Paulo. Machado D’Oliveira informa sobre sua nomeação e sua disposição para reconhecer aqueles sertões; contudo, ele não a realizou, pois “como se lhe não provesse dos meios de leva-lo a effeito, e não os tivesse próprios para esse mister, foi dispensado de semelhante comissão”.⁴⁴

Tudo indica que o Coronel Francisco Pinto do Rego recusou-se a explorar os sertões do Iguatemi por ser indiciado numa suposta conspiração contra o Morgado de Mateus. O juiz de Santos, José Plínio Gomes de Moraes, movia contra ele um processo por suspeitar que fosse cúmplice do capelão de Sant’Ana, Francisco Xavier Garcia. O abastado coronel já havia organizado uma comitiva com mais de trezentos homens, mas a expedição não se realizou mesmo depois de lhe ser concedido o perdão pela conjuração.

O Morgado de Mateus não aceitou bem a situação. Em suas analogias superficiais e generalizantes afirmou categoricamente sobre essas motivações pessoais carregadas de engrandecimento, isso sem esquecer os aspectos relacionados à historicidade paulista: “elle se vale da devassa para não realizar a expedição prometida, do que venho de concluir que as idéias destes homens são como as pirâmides do Egyto, que se admiram muito com a grandeza e nada mais”.⁴⁵

Dessa maneira sob as orientações de D. Luis Antonio ordenou-se uma série de expedições ao Iguatemi, Ivaí, Tibagi e Guarapuava, a fim de conquistar os territórios além do

⁴² Ibid., 1979, p. 119.

⁴³ FRANCO, Carvalho. **Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo**. São Paulo: Nacional, 1940, p. 292.

⁴⁴ MACHADO D’OLIVEIRA, J.J. **Quadro Histórico da província de São Paulo**. Governo do Estado: 1978, p. 157.

⁴⁵ FRANCO, 1940, p. 292.

rio Paraná, “pertencentes ao Paraguai”.⁴⁶ Entre seus assessores, também estavam os Sargentos-Mores D. José de Macedo Souto Mayor e Castro, Manoel Caetano Zuniga e os respectivos Ajudantes, Teotônio José Juzarte e Manoel José Alberto Pessoa, que seriam, por larga parte de seu governo, seus lugares-tenentes, principalmente na empresa de penetração do sertão.⁴⁷

O sobrinho do Morgado de Mateus, Afonso Botelho de Sampaio e Souza, ajudou-o nesta tarefa de ampliar os domínios portugueses, fazer frente aos espanhóis e converter as populações indígenas aos propósitos cristãos e metropolitanos. Ele também participara da guerra contra a Espanha, e chegava à colônia, em 1765, como ajudante-de-ordens. Depois, foi promovido ao “posto de alferes”, em 1766. Sua atribuição era realizar “entradas” para os sertões do Tibagi.

No ano seguinte, Afonso Botelho foi promovido a tenente do Regimento de Infantaria de Santos, e dirigiu a construção da fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres em Paranaguá. Foi responsável pela fundação de quartéis e de igrejas como a de São José da Marinha (Araripa), Santo Antonio do Registro (Lapa) e Sant’Ana do Iapó (Castro). Comandou onze expedições para os sertões da capitania de São Paulo, das quais pessoalmente a 10^a. (1771) e a 11^a. (1773), após a notícia da descoberta dos “Campos de Guarapuava”. Em 1774, o Morgado de Mateus o promoveu ao posto de Tenente-coronel.⁴⁸

Com o final do governo de Mateus, Afonso Botelho foi destituído de suas patentes e, desgostoso, retornou ao reino, momento que lhe foi oportuno para redigir suas memórias e reabilitar sua imagem perante a corte portuguesa. Para remediar tal situação de constrangimento, escreveu correspondência à rainha de Portugal, D. Maria I – *A Piedosa, A Louca*-, filha de D. José I, O Reformador, dinastia de Bragança,⁴⁹ junto com um elaborado e minucioso documento intitulado “Notícia da Conquista, e Descobrimento dos Sertões do Tibagi da Praça de Santos, para cujo efeito passou à Vila de Curitiba e pessoalmente assistiu a todas as entradas e mais diligências, que se fizeram para o dito fim”. Em 1778, ele teve o

⁴⁶ LEITE, Aureliano. **História da Civilização Paulística**; enriquecida de vasta bibliografia sobre cousas e pessoas de São Paulo desde 1502 a 1945. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960.

⁴⁷ BELLOTTO, 1979, p. 105.

⁴⁸ GARCEZ FILHO, João Moreira. Notas biográficas sobre Afonso Botelho. In: **Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII**. São Paulo: BNPO Paribas, 2003, p. 24-25.

⁴⁹ MATOSO, António G. **Compêndio de História de Portugal**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1942, p. 324-367. Com a morte de D. José I, em 24 de fevereiro de 1777, assumiu sua filha D. Maria I. A nova rainha precisou tomar uma série de medidas a fim de remediar as situações do período anterior e dar continuidade às medidas econômicas, sociais, artísticas e pedagógicas iniciadas por D. João V. Ela também anistiou vários presos políticos. Contudo, não anistiou os jesuítas e abriu processo, em 1781, contra o Marquês de Pombal, “réu merecedor de exemplar castigo”, perdoando-lhe castigos físicos.

reconhecimento de sua patente e de suas atividades à coroa pela rainha, além de ser agraciado com a “comenda da Ordem de Cristo e o comando do Terço de Auxiliares de Vila Real”.⁵⁰

Na abertura do documento encaminhado à rainha D. Maria I, Afonso Botelho ressalta as virtudes do trono português, a honra em desempenhar tão nobre tarefa nos “espessos e nunca pisados sertões”. Fica clara também a valorização das expedições, consideradas “incômodas e arriscadas” sobre áreas inóspitas, seguindo o objetivo de “plantar” a fé cristã, ampliar os domínios territoriais, explorar o ouro nas serras de Tibagi e Apucarana, ampliando as riquezas metropolitanas. Notavelmente, também estava ali o zelo descomedido da sensibilidade ufanista.

Num momento em que precisava retomar suas titulações e prestígio, valorizou seu passado e suas atividades militares na exploração das terras na América do Sul, sendo que sua “(...) conquista se tentou tantas vezes”, e só ele a conclui “no governo do general D. Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, debaixo de cuja disciplina” serviu, o qual franqueara os sertões, denominando-o de “Mina dos prazeres do Tibagi”.⁵¹ Seus propósitos eram os de enfatizar o seu “desejo de ser útil à pátria” e cooptar com ela manifestando-se pela plena felicidade de seus soberanos. Originalmente, isso leva-nos a pensar que as raízes desse ufanismo não estariam apenas aqui, mas também do outro lado do Atlântico, nas terras portuguesas. Salientamos anteriormente que as sensibilidades são opostas e convergentes, embora não expliquem plenamente tais valorações.

“Notícia da Conquista...” é composta por correspondências, relatos militares, sonetos, pinturas, listas de mantimentos e de pessoas, entre outros. Mas é proposital dizer que esses documentos diversificados possuem referências às “apreensões” sensíveis e intelectivas desses espaços. Elas apresentam um conjunto de sensibilidades e valorações aos sertões e às ações transcorridas. Notadamente, o que transparece nos documentos são manifestações objetivas e técnicas, de forma que as sensibilidades, na maioria dos casos, foram subjetivas e, apresentaram-se quase como impressões táteis. São como um pano de fundo que evidenciou particularidades e generalidades da condição humana em torno das disputas territoriais, valorizações pessoais e coletivas.

No documento encabeçado por Afonso Botelho há breve referência à gênese da capitania de São Paulo; segundo ele uma das “maiores da América”, o seu desmembramento

⁵⁰ GARCEZ FILHO, 2003, p. 24-25.

⁵¹ SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. Notícia da conquista, e descobrimento dos sertões de Tibagi, na capitania de São Paulo, no governo do Governador, e capitão-general Dom Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, conforme as ordens de sua majestade. **ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. Vol. 76. Citarei daqui para frente apenas o título abreviado. Trata-se de uma correspondência sem datação encaminhada à rainha de Portugal, D. Maria I.

para formar as capitanias de Minas Gerais, Goiás, Cuiabá, Mato Grosso e Rio Grande, ou seja, fala de seu “florescimento” e de sua decadência, do estado em que estava a capitania até o novo momento em que ocorreram transformações significativas, as quais ofuscaram os atos dos governos anteriores, ou seja, criticou a substituição do governo do Morgado de Mateus.

Mas Afonso Botelho não se esqueceu do peso da tradição, da densidade do passado e dos seus mais notáveis acontecimentos. Na seqüência do documento, faz menção honrosa ao passado dos bandeirantes paulistas, não esquece “as pisadas dos nossos maiores nos seus descobrimentos” e, procurando sempre a verdade como o único “alvo”, apresenta as memórias das onze expedições militares que se dirigiram para a imensidão da capitania de São Paulo.

A situação de D. Luis Antonio foi bem diferente. Ele também passou pelo processo de reivindicação de suas titularidades e prestígio ao final de seu governo. O reconhecimento de suas atividades na colônia só veio com muito custo, mas não como desejava. As críticas à sua administração centravam-se na sua forma de governar, na obstinação pelo projeto no Iguatemi, estratégias essas que sem margem de dúvidas abalaram os sistemas de poderes na colônia e metrópole. As intrigas com o Provedor Valadares e Alborin, o Bispo Manoel da Ressurreição, o Secretário de negócios da marinha, Martinho de Mello e Castro, e o ouvidor da comarca, Salvador Pereira da Silva colocaram-no em situação delicada a todo “instante”. As autoridades o acusaram de nepotismo, de apropriação dos recursos da coroa, e do desastroso empreendimento no Iguatemi. Segundo Bellotto,

a ligação entre elementos da ‘aristocracia’ local, os camaristas e os oficiais de justiça representaria, para o governador, uma sólida trama a entravá-lo não só o bom andamento da administração colonial, mas todo o sistema administrativo colonial. Desta visão que tinha o Morgado de Mateus desses elementos locais de poder, originara-se provavelmente, a sua constante má vontade para discutir, em bons termos, as questões que se levantaram entre eles.⁵²

As intrigas escondiam, portanto, a troca de acusações e interesses pessoais; no caso do Morgado de Mateus, a arrematação de contratos reais. Com a nomeação de Martim Lopes, em janeiro de 1775, o Morgado de Mateus procurou através de seu cunhado D. Francisco Inocência, ex-governador de Angola, volta honrosa à metrópole. Mas foi infeliz no intento.

⁵² BELLOTTO, 1979, p. 313.

Ao final do mandato, elaborou - como era de praxe - um “testamento administrativo” apresentando um panorama geral da colônia. No início, reconheceu a importância da Guerra do Rio Grande e São Paulo, a necessidade estratégica da conquista do Iguatemi, a necessidade do povoamento e da mineração no Tibagi, o uso de indígenas na colonização; depois distinguiu e justificou os gastos em seu governo, apontou as condições das tropas e a dificuldade de recrutamento, descreveu as edificações, a elevação de vilas, a urbanização, concessão de sesmarias, a criação de casas de fundição, entre outros. Ao final do documento, o Morgado de Mateus apresentou suas impressões sobre as justiças, as câmaras, o clero e sobre os paulistas. Tais questões foram rebatidas veementemente pelo novo governador, que fazia questão de dizer que a situação na capitania de São Paulo era lastimável, a população estava amedrontada, as vilas despovoadas, e que o projeto do Iguatemi tinha sido um grande engano.⁵³

Somente após a deposição do Marquês de Pombal tentou retomar seu prestígio, encaminhando uma petição à rainha. E em 1781, iniciou-se o processo de sindicância na capitania; e como a maioria dos depoimentos eram de pessoas que haviam lhe servido ou estavam muito próximas, como Teotônio José Juzarte (em geral eram militares e oficiais da justiça), todos eram uníssonos em afirmar a “limpeza de mãos, inteireza e honra” de D. Luis.⁵⁴ Em razão desses resultados requereu a patente de Brigadeiro como forma de reabilitação, titulação que só recebeu em 1791, e em razão de seu estado de saúde e tempo de serviço. Sua grande estudiosa, Bellotto (1979) esclarece que o Morgado de Mateus voltou para Portugal ressentido, desejava reabilitar-se moralmente, mas não conseguiu, pois seu espírito era dinâmico; queria voltar ao serviço real, e no final de sua vida passou como senhor rural, fato que lhe provocou amargura, terminando seus dias em 1798, solitário em seu solar.

Aqueles trabalhos de encomenda solicitados pelo Morgado de Mateus aos historiadores paulistas tiveram grande influência sobre os documentos da época, principalmente em “Notícia da conquista...” e sobre os comportamentos sociais, como se verá depois. A entonação discursiva propensa à veracidade das informações, a fidelidade aos fatos também admitia receios, temores, e idealizações sobre uma vida idílica cheia de encantos. Mas antes de se construir imaginativamente esse ambiente - a mina dos prazeres do Tibagi - ele se caracteriza por situações em que afluíram “prazeres fugidios” e “infortúnios”. Daí o peso do conjunto das informações objetivas e subjetivas para a constituição de uma história das sensibilidades.

⁵³ Ibid., p. 333 et seq.

⁵⁴ Ibid., p. 344.

4.3 Viagem e povoação, nostalgia e ressentimento

A construção das sensibilidades a nostalgia em torno da terra e da vida passada comporta, simultaneamente, relações entre o ufanismo e o ressentimento. Enquanto a saudade da pátria ou do lugar de nascimento comporta valores ufanistas, o sentimento de abandono – momentâneo ou definitivo – associa-se a valores típicos do ressentimento pela impossibilidade do regresso e a repulsa às novas situações e ambientes.⁵⁵

As sensibilidades admitem, portanto, um sentimento de identidade desfocado diante de novas experiências vividas. Em tal sentido, essas trajetórias de abandono e distanciamento das coisas concretas produziram também o “desapego à terra” ou aos sertões, e novas experiências e reconstruções. O “Diário da Navegação do Rio Tietê, Rio Grande, e Rio Gatemi” do Sargento-Mor Theotônio José Juzarte, é um destes documentos onde tais sensibilidades são expressas com certa clareza. Mesmo porque a “terra” para a qual se obrigou a ir um número significativo de pessoas não foi o paraíso sonhado, mas um lugar de desilusão, local de desafios, de tristeza e de morte, pois o governo de Mateus “intentara o descobrimento do Tibagi, para o qual obrigou o povo a ir, o que provocou grande mortandade”.⁵⁶ E de fato a morte na acepção de Elias “é um problema dos vivos”.⁵⁷

Trata-se de matéria-prima para entender, em seu conjunto, as diversas sensações e emoções - “dispositivos afetivos” - que estavam ligadas à construção das sensibilidades no final dos setecentos. Diga-se de passagem, as informações de como a gente comum percebia esses espaços, a percepção de si mesmas e os vínculos com a nação portuguesa foram únicas. O documento dispõe de um conjunto denso de apreensões sobre os sertões coloniais e a tentativa de seu controle absoluto através da colonização. Foi uma viagem impressionante e trágica devido a suas proporções e resultados. Glória Kok (2004), ao detalhar a importância das expedições aos interiores coloniais para seu respectivo conhecimento, expansão e conquista, informa sobre a “empresa” do Iguatemi:

⁵⁵ BENEEDUZI, Luis Fernando. Epifania, recriação e ressentimento: fragmentos narrativos sobre a experiência da viagem na imigração italiana no Brasil. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, n.7, 10 maio, 2007. Beneeduzi (Università degli Studi di Bologna e da Universidade Luterana do Brasil) não estudou a relação ufanismo/ressentimento. Sua perspectiva foi a da imigração italiana no Brasil do século XIX a partir da obra “Sull Oceano” de Edmondo De Amicis, na qual verificou o ressentimento em relação à terra abandonada, a nostalgia e recriação das experiências sensíveis num novo mundo, o Brasil. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/document3999.html> Consulta em 12/11/2007.

⁵⁶ RODRIGUES, José Honório. Historiografia paulista. In: **História da história do Brasil**: historiografia colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1979, p. 152.

⁵⁷ ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

desenhando-se simultaneamente como local de defesa, de conquista, de povoamento e depósito da população miserável, o plano de ocupação da fronteira do Iguatemi, posto em prática a partir de 1766, demonstrou ignorar totalmente as imposições da natureza e da geografia daquelas paragens, além de se mostrar alheio às necessidades básicas dos povoadores cuja sorte não se desviou de uma aguerrida luta pela sobrevivência.⁵⁸

Era um segundo grupo de colonizadores que se enviava àqueles limites dos sertões coloniais. A primeira leva expedicionária ao “Ivaí-Iguatemi” foi designada a João Martins Barros; ela levou aproximadamente um ano para se preparar. Em meados de 1767, seu executor e trezentos e vinte homens fundaram a Praça de Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula de Iguatemi; planejava-se uma fortaleza no estilo de Vauban para abrigar mais de quatrocentos homens, combater as forças espanholas e proteger o território português.⁵⁹ Segundo Franco Carvalho:

era uma colônia militar à margem esquerda do rio Iguatemy, cerca de cento e vinte quilômetros acima da sua foz, no rio Paraná. O local escolhido era o mesmo em que o brigadeiro José Custódio de Sá Faria fizera estacada, quando fora da execução do tratado de limites, em 1755.⁶⁰

A terceira expedição ao Iguatemi, comandada pelo ajudante das tropas auxiliares, Manuel José Alberto Pessoa, ocorreu em 1769. Houve deserção, pois o isolamento, as imposições do governo do Morgado de Mateus e o seu descaso com aquela gente traziam imagens de sofrimento e privação. O alistamento forçado e a derrama de alimentos para auxiliar na expedição com provisões de farinha, feijão, toucinho e aguardente causaram pavor à população da capitania de São Paulo.⁶¹ Outras pessoas dirigiam-se para aqueles interiores em busca de privilégios, tais como doação de terras, perdão de dívidas, isenção do serviço militar. Para a terra do exílio, além de mulatos e negros também eram enviados desertores e amotinadores. Depois de 1770, era a vez de se encaminhar para aquelas paragens “criminosos, vadios e prostitutas”.⁶²

A situação no lado paraguaio era problemática e o amotinamento ocorrido por volta de 1766, na vila de Curuguaiti, desencadeou o processo de ocupação dos chamados sertões do

⁵⁸ KOK, 2004, p. 193.

⁵⁹ Ibid., p. 193-195. O romance *Pioneiros do Iguatemi* de FERNANDES, 1966, trata dessa primeira corrente povoadora aos sertões do Iguatemi e Ivaí, nos sertões do Tibagi.

⁶⁰ FRANCO, Carvalho, 1940, p. 295.

⁶¹ KOK, 2004, p. 203.

⁶² Ibid., p. 202.

Ivaí, o que mostra um alto grau de ressentimentos entre os espanhóis que chegaram a limites extremos, na forma do “ciúme assassino”, e mesmo o desejo de vingança enquanto interiorização do ódio aos superiores, e vice-versa.⁶³

Os insurgentes liderados por D. Maurício Vilalba afogaram o loco-tenente do governador do Paraguai no rio Iguatemi em razão de sua forma tirânica de governar. Como o Morgado de Mateus tinha informes secretos do ocorrido, dava início à “empresa do Iguatemi”, preocupando-se em ocupar a área a partir de fundamentos históricos, geográficos, políticos e econômicos e, ao mesmo tempo, também podia contar com os refugiados e a simpatia de inúmeros paraguaios daquela vila.⁶⁴

A artimanha do Morgado de Mateus consistia em enviar aos sertões do Ivaí, e principalmente à foz desse rio, ainda nos domínios geográficos portugueses, indivíduos “delinquentes” para justificar que a exploração se devia à desobediência desses homens e eram, portanto, alheias à sua vontade. Além do mais, enviavam-se simultaneamente duas expedições, a fim de ludibriar os espanhóis, e ordenações sigilosas para dissimular os reais objetivos de conquista territorial. Dizia-se que aquelas andanças eram desordenadas e exploratórias, mas seu objetivo era a ocupação e a colonização daquela área.

A primeira averiguação da sublevação curugaitiana foi levantada por Antonio França Pinto; seu objetivo era plantar roças para abastecer futuras expedições. Retornou a São Paulo no mesmo ano, em 1766, com os líderes D. João Vilalba e D. Maurício, que foram reenviados ao presídio do Iguatemi, em 1767 e 1769, respectivamente. “O morgado de Mateus tinha grande receio que esses espanhóis se comunicassem com seus patrícios no Paraguai, revelando-lhes pormenores na fundação do Iguatemi”.⁶⁵ A empresa do Iguatemi principiava, portanto com a fundação do Presídio Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula, um povoado, e tentativas de manutenção dessa povoação.

O “Diário da Navegação” do Sargento-Mor Theotônio José Juzarte é, portanto, um documento representativo para entender as perspectivas geradas em relação a esse espaço pelo poder metropolitano, e também para adentrar os sistemas de valorações acerca de si, do trajeto pelas paisagens fluviais e o estabelecimento humano nos confins dos sertões da capitania de São Paulo. Serve também para compreender a amplitude das fragilidades humanas diante de imprevistos e situações extremas.

⁶³ Ver ANSARAT, 2004.

⁶⁴ BELLOTTO, 1979, p. 121.

⁶⁵ FRANCO, Carvalho, 1940, p. 295.

Segundo o documento do Sargento-Mor Theotônio José Juzarte, aproximadamente oitocentas pessoas, entre “homens, mulheres, rapazes e crianças”, soldados, marinheiros, animais domésticos e de criação, partiram do rio Tietê para se estabelecerem às margens do Rio Iguatemi.⁶⁶ No trajeto que durou quase dois anos – 10 de abril de 1769 a janeiro de 1771 – passaram fome, foram atacados por grupos indígenas, animais e insetos. A maioria dessas pessoas não resistiu às doenças tropicais. Segundo Rodrigues, em 1770 não passavam de quarenta pessoas: “Lá ficaram os que sobraram até a guerra de 1777, quando os espanhóis entraram na praça, tomaram o que sobrava de munições e apetrechos, conduziram os que quiseram e o mais povo fugiu, dando assim fim ao estabelecimento de Iguatemi”.⁶⁷

Apesar de o diário apresentar situações estarrecedoras aos olhos do historiador, elas comportam sensibilidades peculiares para a natureza nos sertões da América luso-espanhola e para os próprios comportamentos sociais. Considerando as especificidades geográficas exploradas, o diário do Sargento-Mor Teotônio José Juzarte pode ser dividido em três partes: a navegação no rio Tietê, entre os dias dez de abril de 1769 (10/04/1769) e seis de maio de 1769 (06/05/1769); a navegação no Paraná e Iguatemi, entre os dias sete de maio de 1769 (07/05/1769) e onze de junho de 1769 (11/06/1769); e o povoamento no Iguatemi, entre os dias doze de junho de 1769 (12/06/1769) e janeiro de 1771, abrangendo paisagens flúvio-ribeirinhas e de planície. A estrutura do diário é interessante e traz à tona uma importante questão: a saudade do lugar que se deixou para trás e as reconstruções das experiências vividas.

O volume de informações sobre a expedição fluvial nos rios Tietê e rio Paraná é considerável, pois ela é mais volumosa do que o detalhamento das situações ocorridas no assentamento do Iguatemi, uma vez que abarca o período de vinte meses. A princípio isto não significaria muita coisa. Mas qual é o principal motivo dessa fluência na escrita nos primeiros sessenta e um dias, e depois um esvaziamento da narrativa, ou seja, a diminuição no volume de informações? Uma leitura do percurso do sujeito-narrador que representa um grupo de exploradores, ou seja, Theotônio José Juzarte, permite compreender em que medida essas pessoas sucumbiram ao processo melancólico por um efeito devastador de inúmeras “perdas e ausências” na viagem para o Iguatemi e posteriormente em sua fixação nesse lugar?

⁶⁶ Teotônio José Jusarte (? – 1794) era português e serviu a marinha de guerra (1750); depois, no Brasil, em 1763, ocupava o posto de ajudante do Regimento de Dragões Auxiliares da Capitania de São Paulo, e depois em 1773, tornou-se Sargento-mor. Taunay, 1922, p. 144-45, citado por Kok, 2004, p. 198.

⁶⁷ RODRIGUES, José Honório. Relatos monçoneiros e sertanistas. In: **História da história do Brasil: historiografia colonial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Mec, 1979, p. 121.

Ao longo do documento Theotônio José Juzarte ressalta a severidade dos “trabalhos, fomes, necessidades, perigos e mortandade”. A concepção de espacialidade e a cautela como forma de sobrevivência permitiu o reconhecimento dos sertões do Iguatemi; a grandeza dos rios, os perigos e as populações ameríndias. Ele deu atenção especial à toponímia indígena e à zoografia tropical na medida em que se tornavam vitais à sobrevivência da expedição, ou por seu revés, quando tornava-se ameaçadora e colocava a existência humana em perigo.

Mas o ponto central a ser identificado em Theotônio José Juzarte manifesta-se na condição que se fez presente no transcurso dos acontecimentos: o comportamento exasperado e estressante a que foi submetido. A condição tornava-se mais aguda à medida em que a expedição avançava e se estabelecia “definitivamente” no “Iguatemi”. Em vários momentos o autor do diário manifesta essa condição psicológica, como, por exemplo, o fato de reunir todas as pessoas pelas “impertinências, trabalhos e incômodos”. Indício de que, mesmo antes de se começar a expedição, a situação não era desejada e, portanto, era contra a sua vontade em razão das imposições. Tanto que ao longo do texto raramente refere-se ao Morgado de Mateus, e assume que tinha consciência de que havia gente sem escrúpulos entre os colonizadores.

Temos que reconhecer que os recrutamentos forçados, gastos pessoais com expedições colonizadoras ou militares, conspiração, deserção, possíveis enfrentamentos com grupos indígenas e espanhóis, isso sem falar da carestia alimentar e do desconforto do sertão, eram situações extremas para todos. Em tais circunstâncias, as emanções sociais comuns na construção das sensibilidades para a paisagem e para a natureza americana foram constituídas por motivações externas - pela conjuntura histórica -, motivações internas, psíquicas ou orgânicas, nostálgicas e, finalmente, por uma “memória coletiva” estruturada a partir dos sentidos e valores atribuídos ao entorno e a suas próprias vidas.⁶⁸

As incertezas estimularam estados de atenção, como o de vigília, os quais provocaram quadros melancólicos.⁶⁹ Aquelas pessoas não estavam acostumadas a pernoitar no sertão, e muito menos compartilhar comportamentos da esfera privada com “desconhecidos” e, desse modo, estavam mais suscetíveis a fragilizações psicológicas e orgânicas: “mais uma vez,

⁶⁸ Isto quer dizer que os vários órgãos dos sentidos contribuíram para a apreensão da paisagem e da natureza nos sertões coloniais. Sobre o olfato ver, por exemplo, o trabalho de CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVII e XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁶⁹ Ver BLOCH, Vicent. Níveis de vigilância e atenção. In: FRAISSE, Paul; PIAGET, Jean. **Tratado de psicologia experimental.** Rio de Janeiro, 1969, p. 77-120. É interessante observar que entre o sono e o estado de excitação há níveis diferenciados de alerta e vigilância. Como os comportamentos estão ligados a mobilizações de energia, ela é “efetuada pelo organismo, nas situações de urgência que reclamam adaptação rápida e eficaz às mudanças do meio exterior” (p. 78). Assim, a ativação dos processos nervosos produz alterações nos estados de vigilância, sendo dessa forma ligada a elementos psíquicos e orgânicos. Melancolia é o sentimento de inutilidade, desvalorização pessoal, desânimo, languidez, perda de peso e culpa.

violou-se o caráter privado de atos íntimos, os doentes tendo de fazer suas necessidades corporais onde fosse possível, uns tentando se esconder nos matos, outros desfalecidos e sem poder se movimentar, tendo de ser carregados em redes ou removidos pelos sãos”.⁷⁰

No primeiro trecho da viagem, nas proximidades do rio Sorocaba, afluente do Tietê, no dia quinze de abril de 1769, Theotônio José Juzarte afirma:

soube que um homem se achava esmorecido, e que não comia havia três dias, o qual se achava escondido fora da comunicação das mais pessoas, o qual fiz conduzir, e consolando-o e fortificando-o com vinho, e sustento, foi tomando a si, e me disse que por acanhado, e melancólico esperava ocasião de se deixar ficar, e morrer naqueles matos, ao qual daí em diante me foi preciso pôr-lhe vigia.⁷¹

Outro sinal desse estado depressivo surgiu no dia dezessete de abril de 1769, na primeira fase da viagem, durante o encontro com Dom Antônio Barbosa, “diretor da povoação”, na barra do rio Piracicaba, quando um dos soldados pagos embrenhou-se na mata e se perdeu. Encontraram-no “trepado sobre uma árvore sem saber em que parte estava, e disposto a ficar a morrer naquele sertão” devido ao fato de fugir de uma vara de porcos do mato e de uma “onça de extraordinária grandeza”.⁷² Notadamente as motivações para esses estados de alteração eram mais profundas.

Na navegação pelos rios Tietê, Paraná e Iguatemi não se reconheceram apenas os problemas advindos dos perigos fluviais. A percepção da fauna colonial também remete a essas situações psicológicas de desconforto, uma vez que elas são freqüentes durante a jornada e, ao mesmo tempo, requeriam atenção dobrada. As serpentes do Velho Testamento se materializavam por todo lugar: “são estas cobras tão venenosas, que mordendo em qualquer pessoa instantâneamente fica sem vista, e entra a exalar sangue pelos olhos, bôca, e nariz, e pelas unhas, e o mais que dura vivo são vinte, e quatro horas”.⁷³

Em parte da narrativa Juzarte utiliza-se de metáforas para associar diversos comportamentos entre diferentes representantes do mundo animal: as lontras se parecem como os cães; os tuiuiús se assemelham, em tamanho, aos cavalos; as emas eram mais velozes

⁷⁰ MELLO E SOUZA, 2002, p. 71.

⁷¹ JUZARTE, Teotônio José. Diário da navegação ao do rio Tietê, Rio Grande Paraná, e rio Guatemi em que se dá relação de tôdas as coisas mais notáveis dêstes rios, seu curso, sua distância, e de todos os mais rios, que se encontram, ilhas, perigos, e de tudo o que acontecido neste diário, pelo tempo de dois anos e dois meses. Que principia em 10 de março de 1769. In: TAUNAY, Affonso de E. **História das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Melhoramentos, sd., p. 239-296.

⁷² Ibid., p. 250.

⁷³ Ibid., p. 247

que os cavalos; a anta dava tanta carne quanto um boi, e a “artimanha dos macacos” em busca de comida.

Mas nem tudo se inseria nesse mundo teratológico. Os animais eram perigosos, mas os insetos eram irritantes e persistentes. Alguns animais, mesmo enormes ou perigosos estavam lá para servir aos propósitos humanos, uma concessão divina para saciar a fome e curar os doentes. Era um mundo no qual os membros da expedição passavam por situações opostas e incomuns. Se não eram vitimados por peçonhas letais, eram martirizados constantemente pelos insetos:

os insetos que perseguem são chamados mosquitos chamados pólvora, borrachudos, pernalongos, e em tanta quantidade que se formam nuvens; além destes há os vermes que picando a cútis introduzem dentro um bicho negro gadelhudo à semelhança de uma lagarta de couve; há os carrapatos de várias qualidades e de uns miúdos à semelhança de piolhos de galinha que se forma em bolas do tamanho de nozes e estão pendentes nas folhas das árvores que caíndo uma desta sobre qualquer pessoas o enche de tal sorte, que para se tirarem é preciso despir-se nu, e outra pessoa correr-lhe todo o corpo com uma bola de cera da terra ou esfrega-lo com caldo de tabaco, ou sarro de pito.⁷⁴

Diante desse quadro de profunda irritabilidade e instabilidade “emocional”, a navegação pelo rio Tietê e as incursões por terra para traspassar obstáculos naturais influenciou decisivamente na apreensão dos interiores, tendendo principalmente para construções depreciativas, uma vez que não há o sentido de identidade, mas ao contrário, reserva-se apenas um espaço pra a nostalgia, pois ela os transporta para um lugar seguro do passado de cada um.

A natureza era apavorante, e tal situação revelava o profundo providencialismo cristão que não tardaria a provocar uma sensação de impotência diante dos acontecimentos e das circunstâncias da ordem natural. Eis aí outro desdobramento do ressentimento, a impossibilidade de fazer algo para amenizar a angústia e o sofrimento.

Os membros da expedição salvam-se mais pela “misericórdia divina” do que pela própria capacidade de enfrentar desafios. Assim para Juzarte a fúria da natureza se manifestava na violência das águas, nas corredeiras que escondiam pedras, e nas ondas que poderiam lançar as frágeis embarcações contra os paredões de rocha; ou mesmo nos redemoinhos que poderiam causar tragédias imergindo e despedaçando as canoas. Mas a violência também se manifestava no silêncio fluvial. As águas em seu estado de calma, os

⁷⁴ Ibid., p. 242.

chamados rios mortos, também significavam ambiente inóspito e inadequado à sobrevivência e bem-estar humanos, pois causavam sensações fétidas e sepulcrais.

No relato as tempestades externas refletiam-se nos temporais melancólicos dos indivíduos da expedição: “[...] e caindo dois raios que despedaçando, e desganhando grossas árvores nos vimos quase os últimos fins da vida entoando a ladainha de N. Senhora e cada um se recomendava ao Santo de sua maior devoção...”⁷⁵ A instabilidade do tempo, síntese da dinâmica climática, ampliava os efeitos psíquicos com a intensidade dos raios e das tempestades, tornando a noite ainda mais tenebrosa, principalmente porque todos ficavam molhados e os rudimentares acampamentos não asseguravam uma noite tranqüila.⁷⁶

Como bem frisou Paulo Prado: “No Brasil o véu da tristeza se estende por todo o país, em tôdas as latitudes, apesar do esplendor da natureza...”.⁷⁷ Contudo, a tristeza e a melancolia que se apresentaram nessa expedição desastrada foram provocadas pelas situações no transcurso da viagem.

Depois de vinte e seis dias de navegação no rio Tietê, entre 10 de abril e 6 de maio de 1769 – figura 1-, Teotônio José Juzarte elaborou uma síntese da viagem, na qual a paisagem ao longo daquele rio foi notabilizada por referenciais relacionados a acontecimentos corriqueiros, situações trágicas, de medo e perigo ocorridas com membros da expedição, elementos pétreos, características da flora e da fauna, elementos ligados à visibilidade dos lugares e aspectos do rio e de suas águas.

A navegação pelo rio Paraná, ocorrida entre os dias sete de maio de 1769 (07/05/1769) e onze de junho de 1769 (11/06/1769), marcou a segunda parte da viagem relatada pelo sargento-mor Teotônio José Juzarte. E nota-se o contraste construído pelo seu autor entre as paisagens fluviais, “o Tietê, de navegação acidentada, era considerado um rio saudável. Já o Paraná [...], quase sem cachoeiras, era sujeito a ventanias, a redemoinhos e sorvedouros fortíssimos e, principalmente, tinha fama de pestilento e doentio”,⁷⁸ evidenciando dessa maneira que além do isolamento, do sentimento melancólico e nostálgico, havia sensibilidades olfativas para as áreas alagadiças, ambientes de fermentações e de putrefação.

79

⁷⁵ Ibid., p. 248.

⁷⁶ Ibid., p. 256.

⁷⁷ PRADO, Paulo. **Província & nação; Paulística**; Retrato do Brasil: ensaio sobre a Tristeza brasileira. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1972, p. 196.

⁷⁸ MELLO E SOUZA, 2002, p. 73.

⁷⁹ Ver CORBIN, Alain. O ar e a ameaça pútrida. In: **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos XVII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 19-118.

Quadro 1: **Nomes das cachoeiras no rio Tietê e seus significados**

| | | | | | |
|----|---------------|--------------------------------|----|---------------------|---------------------------|
| 01 | Avarémanduava | Onde foi a pique um jesuíta | 18 | Avanhandava | Onde correm os homens |
| 02 | Itanhaém | Pedra que fala | 19 | Bracaé | Escaramuça de gato |
| 03 | Ixaxerica | Pedra que ferve | 20 | Itupanema | Cachoeira falhada |
| 04 | Itagaçava | Lage que atravessa o rio | 21 | Yaivapiru | Mato seco |
| 05 | Pirapora | Onde saltam os peixes | 22 | Icacoara-guaçu | Ondas Grandes |
| 06 | Bujuiquara | Buraco de cobra | 23 | Funil | Há duas deste nome |
| 07 | Dianguá | Pilões | 24 | Vacurituba | Onde há palmitos |
| 08 | Itapema | Pedra quebrada | 25 | Araçatuba | Frutas de araçá |
| 09 | Dugarcia | Perdeu-se êste homem nela | 26 | Araracanguara-mirim | Cabeça de arara pequena |
| 10 | Matias Peres | Perdeu-se êste homem nela | 27 | Araracanguaraguaçu | Cabeça de arara grande |
| 11 | Itabucava | Pedras de espingarda | 28 | Itupeva | Cachoeira rasa |
| 12 | Ipicu | Estirão comprido | 29 | Anhangaratá | Canal do inferno |
| 13 | Putunduva | Onde a vista se faz escura | 30 | Itupeva-mirim | Cachoeira baixa e pequena |
| 14 | Ibauru-guaçu | Onde se perdeu um guaçu grande | 31 | Itupiru | Cachoeira Baixa e seca |
| 14 | Barueri-mirim | Frutas Barueris pequenas | 32 | Itaipiranga | Pedra vermelha |
| 16 | Barueri-guaçu | Frutas Barueris grandes | 33 | Itapuaara-mirim | Ponta de pedra pequena |
| 17 | Guaimicanga | Ossos de velha | 34 | Itapura-guaçu | Ponta de pedra grande |

Fonte: adaptação da lista publicada por TAUNAY, Affonso de E. S.d. p.262-263.

Quadro 2: **Relação de cachoeiras perigosas relatadas por Theotônio José Juzarte**

| | | | | | |
|----|----------------|---------------------------|----|---------------|---------------------------|
| 35 | Decó | Da Roça | 41 | Da Ilha | Da Ilha |
| 34 | Do Cubas | Perdeu-se êste homem nela | 42 | Cambalhetuba | Hastes de Flechas |
| 37 | Uvauru-mirim | Perdeu-se nela um baú | 43 | Tabai | Vaso de mel cheio de água |
| 38 | Sapetuba-mirim | Tetal pequeno | 44 | Tambapiririca | Vaso de mel que ferve |
| 39 | Cogoanhan | Congonhas | 45 | Cambagevóca | Cana Rachada |
| 40 | Jacaré Popira | Sobrancelhas de jacaré | 46 | Ituperava | Cachoeira da Ferida |

Fonte: adaptação da lista publicada por TAUNAY, Affonso de E. S.d. p. 263.

O rio Paraná trazia recordações marítimas, “suas águas pestilentas e vermelhas” lembravam os odores desagradáveis da orla marinha. O sargento-mor assim se refere a essa atmosfera fluvial:

seu clima é mui doentio e sujeito a sezões dobres, e malignas é mui triste e estéril de Pássaros, é abundante de imundícies, bichos e insetos; tem pelas suas margens por dentro dos matos Lagoas de duas, três e mais léguas, as quais se enchem no tempo das chuvas crescendo êste Rio, e botando fora de sua madre, e depois abaixando ficam estas águas represadas, cheias de imundícies, bichos, e Caças mortas que apodrecendo tudo faz seu Clima ser doentio.⁸⁰

Além do mais, alguns rios são desconhecidos e suas águas são “denegridas”, embora, em suas margens, surgissem limoeiros e laranjeiras: “aqui nos aproveitamos desta providência principalmente dos limões azedos, que de muito nos serviram, para a cura dos doentes, principalmente os que já se iam tocados de corrupção”.⁸¹ Juzarte reconhece os afluentes, as dimensões e a orientação do rio Paraná entre Norte/Sudoeste e seu destino: Sete Quedas e o Rio da Prata. Os perigos também se diversificaram; não eram mais as cachoeiras, mas os redemoinhos que eram chamados de jupiaús, “e assim continuamente estão as águas nesta paragem à maneira de um homem que respira”. Ao aparecer no relato, a força dos elementos da natureza, a associação entre a água e o vento, a aflição e ansiedade delas decorrentes entre os membros da expedição, levando-os a invocações religiosas, constata-se sua força no “imaginário coletivo”.

Diante das circunstâncias impostas pela natureza, além da imagem depreciativa, o objetivo maior era livrarem-se dos maus vapores e das constantes tormentas que nem de perto se assemelhavam àquelas que enfrentaram no rio Tietê. O que colocava em perigo a expedição não eram as tempestades apenas, mas também os seus resultados, como por exemplo, a situação ocorrida na foz do rio Paranapanema:

[...] sentimos que pelo rio abaixo vinha um grande rumor fugindo a tôda pressa, e nos escondemos dentro das embarcações por detrás da dita ilha da Areia que fica na boca da Barra deste rio, e aí esperávamos de ver qual era a Causa de Tão grande rumor, a poucos instantes vimos que aquêlê grande Rio vinha coberto de grossas árvores, e paus se precipitavam com a correnteza de tal sorte que embrulhando-se umas com as outras causava uma bulha, que metia medo; aí estivemos vendo passar esta monstruosidade de madeiras mais de uma hora, e dando graças a Deus de termos escapado daquele perigo, porque se nos apanhasse dentro do Rio despedaçando-nos as Embarcações uma só pessoa não escaparia [...].⁸²

⁸⁰ JUZARTE, 1769, p. 272.

⁸¹ *Ibid.*, p. 263- 264, e 272, respectivamente.

⁸² *Ibid.*, p. 264; 270; 271.

Juzarte enquanto sujeito narrador compara a paisagem fluvial a “ruas de águas” e era notório que nesse avanço para o interior colonial ocorressem parcas lembranças de redescobertas do paraíso, pois quando exploravam uma lagoa ao longo do Rio Pardo, no mês de maio, os índios bororos que acompanhavam a expedição afirmavam “que ali nunca entrou ninguém”, e arremetia-os aos primórdios dos tempos. E como ressaltou Simon Schama, uma tradição pagã israelita, “longa e rica” via nas florestas o “nascidouro das nações”.⁸³ Num outro relato as lagoas do rio Iguapeí ressurgem das lendas sertanistas para amenizar as tensões: “havia canoas que dentro tinham pérolas, mas não foi possível coletá-las por receio de que quando os mergulhassem para apanhá-las sucumbissem diante das investidas de sucuris ou jacarés”.⁸⁴

Mas, num nível mais concreto a falta de identidade com o ambiente se manifestou numa forma radical de rancor. O falecimento de uma mulher solteira, em 21 de maio de 1769,

[...] a qual metendo-se dentro de um caixão que tinha servido de toucinho, enchendo-se de terra embarcando-se em uma embarcação para ir enterrar na Barra do rio Iguatemi, que não ficava já muito longe para mandarem buscar os Ossos, e trasladados a seu tempo para a dita Povoação, tudo isto a requerimento do Pai, e da Mãe a quem era preciso satisfazer, assim embarcamos a defunta [...].⁸⁵

Era uma renúncia ao destino coletivo, ao fim derradeiro e ao afastamento do “lugar de nascimento”. Isso porque na dramatização da morte percebe-se a necessidade do culto tumular em local que pudesse ser constantemente celebrado.⁸⁶ Segundo Ariès havia duas atitudes diante da morte: a resignação e a dramatização arrebatadora. A segunda, levando-se em conta as propensões do historiador psicanalista e o imaginário, inspirou nos séculos XIX e XX, “o culto dos túmulos e dos cemitérios”.

Entre os elementos coadjuvantes para a situação na colônia luso-brasileira podemos salientar então as fragilizações orgânicas ou psicológicas. A fome causava desespero e levava-os a atos extremos; no dizer de Juzarte, os mantimentos se acabaram e não se perdoava “macaco, capivara, ou outro qualquer bicho”.⁸⁷

Mas por outro lado, Elias nos faz pensar nas atitudes em relação à morte, na maneira de morrer enquanto transformações significativas que deixaram de ser socializadas para se

⁸³ SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995, p. 16.

⁸⁴ JUZARTE, 1769, p. 265, p. 268, p. 271.

⁸⁵ Ibid., p.273.

⁸⁶ ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003, p. 64.

⁸⁷ JUZARTE, 1769, p. 273-274.

tornarem particulares dentro de um processo civilizacional de mais de quinhentos anos. Contrapondo-se a Áries quanto à forma romântica de ver a morte em sua serenidade e tranqüilidade num passado ameno, levanta a idéia de que estas situações traumáticas nos levam a mitologizar “uma outra vida”, e a recalcar a morte em termos individuais e coletivos.⁸⁸

Portanto, tanto em termos individuais ou coletivos, como ocorreu neste caso, a melancolia estava presente em várias situações, da vida e nas atitudes diante de sua finitude. O sertão era atemorizante e levava aqueles homens para regiões “por onde nunca ninguém foi, nem pode ir”, e a situações adversas como a falta de vontade do comerciante cuiabano Luís de Araújo Moura em prosseguir para o Iguatemi. Ele havia ficado para trás, na cachoeira Pirapora, e trazia consigo “artilharia e, mais trem”. O Tenente Bento Cardoso o esperou naquele lugar enquanto a expedição avançava, pois era seu cunhado e, “com melhor razão o havia de persuadir, que seguisse o Caminho por aquela Povoação como havia prometido ao dito General”.⁸⁹

Outra referência apresentada no Diário de Teotônio José Juzarte que não pode passar despercebida é a apreensão da paisagem nas proximidades da foz do rio Iguatemi. A nota é breve, mas em termos de registro era inevitável apontar para o que se destacava diante dos olhos. A visibilidade se apresentava nas “terras altas”, ou seja, uma referência visual destoante da paisagem fluvial da planura fora da área de inundação do rio Paraná.

A terceira etapa da viagem da expedição de Theotônio José Juzarte ocorreu no “povoamento de Iguatemi”, entre doze de junho de 1769 e janeiro de 1771. O encontro com o capitão João Alves Ferreira elucida parte das construções textuais presentes no diário do Sargento-mor. Sua narrativa é clara: “e aqui se conclui uma viagem tão impertinente, tão perigosa, e tão dilatada”, informou sobre a idealização do “povoamento” por João Alves Ferreira, atendendo às ordens do Conde da Cunha, Vice-Rei do Brasil. A situação era precária, pois a construção do “presídio” não estava finalizada; faltava matéria-prima, mão-de-obra para executá-la, alimentos. Tudo era muito simples e rudimentar. Começava a fase de maior sofrimento no interior da colônia portuguesa.

Contudo, o volume de informações constante no diário é reduzido em relação aos outros dois trechos da viagem, uma vez que as situações a que foram submetidos colocava em primeiro lugar a sobrevivência, os embates com os espanhóis e indígenas. A descrição da situação daquelas pessoas, o assentamento humano e as ocupações espanhola e indígena são

⁸⁸ ELIAS, 2001, p. 10.

⁸⁹ Ibid., p. 269.

retratados no seu diário de forma cada vez mais amarga, à medida que há o isolamento e sucumbem perante o inimigo. “O exterior desta Povoação tudo é campanha com suas restingas de matos, seus pântanos, e acima desta Povoação obra de légua, e meia dá vau o Rio. Acha-se uma Povoação espanhola chamada Vila de Curuguaiti que dista desta Praça catorze léguas Espanholas, e daí a sessenta com pouca diferença fica a Cidade de Paraguai”.

90

Notadamente a insegurança aumentou e os perigos ficavam evidentes todos os dias; não se podia sair pelos “sertões” sem acompanhamento, pois sofriam com os constantes ataques dos índios Cauan. Juzarte os descreve minuciosamente, seus hábitos, armas, vestimentas e comportamentos; eram “bárbaros” “mui traidores” e “desconfiados”, vigiavam o povoamento do Iguatemi e promoviam ataques constantes. As considerações de Juzarte para o “gentio” Cauan são antagônicas: ora prevalecem aquelas menções ao “bom selvagem”, portador de um estado de inocência primitiva,⁹¹ pois “vivem estes miseráveis, nus, sem coisa alguma, que os cubra, sustentam-se de frutas e caças que matam a flecha, sua figura é proporcionada, suas carnes são fortes, sua cor é opaca atirando para o vermelho”; ora desmistifica as construções celebrizadas no século XVIII, não esquecendo as ações que eram capazes de realizar: “vinham estes bárbaros de uma terra de Espanha onde haviam feito grande mortandade; e alguns traziam pelos ombros as saias das mulheres que mataram ainda gotadas de sangue, outros traziam as camisas dos homens, com as roturas das flechas, e também untadas de sangue”.⁹²

Por essa razão a crise alimentar era constante e as atividades agrícolas ficaram comprometidas, desestabilizando o abastecimento do povoamento do Iguatemi. A epopéia trágica no Iguatemi contava ainda com inúmeras pragas, muito semelhantes àquelas do velho testamento. No mês de julho elas apareceram. Inicialmente foi a praga de ratos, muito catastrófica, “imundície de terra laboravam já muitas doenças, e amiudavam as mortes”; depois foram as pulgas, “em tanta quantidade, que não se podia dormir de noite, nem sossegar de dia”, em seguida “foram uns bichos grandes felpudos, nojentos, e muito moles que por tôda parte se trepavam e perseguiram a gente”, logo após, nuvens de baratas que entravam na boca das pessoas e caíam sobre a comida durante a noite, a dos grilos que “roíam as testas,

⁹⁰ Ibid., p. 280.

⁹¹ Ver MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. **O índio brasileiro e a Revolução Francesa**: as origens brasileiras da teoria da bondade natural. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1976. Segundo o autor o mito do bom selvagem levou muito tempo para ser construído, basicamente desde o processo de colonização. Contudo, foi no século XVIII que o mito da bondade natural passou de motivo literário, filosófico e jurídico para erigir um “princípio político” no século XVIII. p. 145.

⁹² JUZARTE, 1769, p. 285, p. 294.

narizes e pés dos que apanhavam dormindo”, e finalmente a praga dos gafanhotos, “que se levantavam em nuvens, que escureciam o sol; e pareciam coisas sobrenaturais”.⁹³

A situação se tornou crítica não só pelo ressentimento com os espanhóis de Curuguaiti, mas também pelo fato de aqueles encaminharem correspondências provocativas e por proibirem qualquer tipo de comércio ou troca de mercadorias com os portugueses, depois de algum tempo. Havia um profundo estado de tensão e de enfrentamentos entre os dois lados. Em quinze de novembro, por exemplo, chegaram munições e trinta e três bois de Curuguaiti; ao mesmo tempo chegava a notícia de que naquela vila se decretara a “pena de morte a todo espanhol que vendesse aos portugueses, gado, bestas, ou cavalos”.

A partir do mês de setembro o diário do Sargento-Mor Teotônio José Juzarte passou a ser redigido mensalmente, ao contrário do que fazia antes. Se na primeira fase da viagem, o campo de observação da paisagem era muito maior, o que resultou numa narrativa mais densa, o que se pode perceber, como já afirmou-se anteriormente é o estado de profundo desânimo, sentimento de impotência diante de tantas fragilizações e, vigorou também o desânimo na escrita.

A fala de Juzarte é expressiva, possui um tom “amargo e negativo” que contrasta com as “possibilidades” e o “desejo de um cotidiano agradável”; segundo Melo e Souza “[...] essa vida no meio do mato, em constante movimento, é eminentemente contraditória, construindo, no seio da vida grupal, elementos inegáveis de uma sensibilidade mais afeita ao isolamento, na qual aos poucos foi crescendo a valorização dos espaços íntimos”.⁹⁴

Epidemias, deserção e mortes caracterizavam o local de destino final. Entretanto, o que se pode notar no período colonial é a dramática luta contra as doenças e epidemias. Nas cidades e vilas as epidemias de “bexiga” eram sempre “resolvidas” pelos padres jesuítas, curandeiros, benzedeiros e cirurgiões. Mas nos sertões as condições de viagem e o estabelecimento no Iguatemi muitas vezes obrigaram esses homens a “beber água daqueles pântanos a qual era muito amargosa”. A varíola, lepra, icterícia e febre eram provocadas pelas condições alimentares e pelo consumo de água inadequada, como se pode constatar. Também havia superstições, como a que atribuía as epidemias “aos contínuos relâmpagos que freqüentemente se viram a cintilar por todos os meses”.⁹⁵

Os “impulsos” ou “comportamentos” sociais levaram as pessoas a tentarem suprir suas necessidades fundamentais, garantindo de forma precária a satisfação da vida da melhor

⁹³ Ibid., p. 282; 283; 284.

⁹⁴ MELLO E SOUZA, 2002, p. 80.

⁹⁵ BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**: arraial de sertanistas (1554:128). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954, p. 329. JUZARTE, 1769, p. 284.

maneira possível. O fato dessas condições mínimas não se realizarem imediatamente ampliou os quadros de “frustração” e “melancolia”, principalmente quando o desejado “suporte” da Capitania não chegava a tempo, obrigando-os a resolverem situações delicadas por si sós, dia a dia: “ali olhávamos uns para os outros sem se poder dar remédio”, “nos víamos cercados por todas as formas de inimigos bárbaros, e domésticos, de insetos, de pestes, de fome, e da grande mortandade”.⁹⁶ O que ficava em suspenso, o que permanecia no “ar” eram promessas da coroa em conceder “terras, ferramentas e gado”. Foi inevitável, portanto o sentimento de impotência sobre os acontecimentos e sobre a natureza do interior colonial, ao mesmo tempo em que se construíam imagens de exaltação das ações e do próprio território que suscitava idéias e imaginações contraditórias.

Dessa forma, podemos constatar na gênese do ufanismo brasileiro os desejos particulares, a cobiça pelo ouro, a exaltação das ações nos sertões, a valorização da conquista territorial através de seu mapeamento, o controle da coroa sobre as ações humanas na exploração de seus recursos minerais, e vários outros sentimentos que se manifestaram através do ressentimento em suas várias nuances, entre eles a angústia, a melancolia, sensibilidades olfativo-gustativas e o sentimento de impotência diante dos fatos e da própria vida. As questões individuais e coletivas se entrelaçaram profundamente nessas sensibilidades, trazendo para a discussão não apenas variáveis relacionadas ao letramento, mas também aquelas relacionadas ao conjunto do “pensamento” de pessoas comuns que participaram daquela expedição.

4.4 O ufanismo paulista e o paranismo

A sensibilidade ufanista do início do século XX ampliou-se para outras áreas do conhecimento. Mas como verificar seus efeitos e disseminação senão por onde se enraizou? Uma identificação desse processo é possível pelo viés da literatura e da história regional. E como assinala Ferreira, o “alargamento do campo da representação do passado” na modernidade e as chamadas incursões multidisciplinares trouxeram aos historiadores

⁹⁶ JUZARTE, 1769, p. 291.

paradigmas relacionados à representação e à interpretação da realidade.⁹⁷ A liberdade e a imaginação literária, desde o século XIX, romperam com os modelos explicativos da realidade, colocando em primeiro plano a renovação constante.

Para Chartier essa aproximação foi oportuna; renovou as possibilidades de análise dos documentos e ampliou os estudos acerca de novos campos como o da história das ciências, da história da arte e da história da literatura. É inegável, portanto que esses direcionamentos refletiram-se no pensamento historiográfico como formas de assimilação, apropriação e circulação de “idéias”. Os historiadores tomaram consciência de que a história pertence ao gênero literário. Mais ainda. Ao longo do tempo ignorou-se que a escrita da história pertencia à classe das narrativas. “Narrativas de ficção e narrativas de história têm em comum, uma mesma maneira de fazer agir seus personagens, uma mesma maneira de construir a temporalidade, uma mesma concepção de causalidade”.⁹⁸

Considera-se, portanto, a irradiação do ufanismo em seu sentido coletivo a partir das práticas ideológicas da “ilustração” e seu “desdobramento” em termos regionais. O Concurso Literário realizado pelo Centro de Letras do Paraná, realizado em 1959, é um exemplo da interação entre a história e a literatura, do contato dos procedimentos historiográficos com o da construção literária. O romance vencedor de Hellê Vellozo Fernandes, “Pioneiros do Iguatemi” foi estruturado com a técnica romancista de Samuel Shellabager, Lions Feutchwanger, Annemarie Selinko, e Mika Waltari. O procedimento, inovador para a época, enquadra-se na tipologia do “novo romance histórico”, e “procura divulgar a história através da ficção”, como afirma sua autora.⁹⁹

O romance histórico de tradição inglesa do século XIX espalhou-se pela Europa e pretendia a interação das personagens fictícias com os documentos históricos numa relação direta com o passado. Entre os elementos desse gênero literário, “iniciado” por Walter Scott, estão o “fundo” histórico, acontecimentos fictícios com personagens fictícios, o episódio amoroso, e o primeiro plano da narração fixando-se no episódio fictício.¹⁰⁰

⁹⁷ FERREIRA, Antonio Celso. História fast food (ou alguns problemas da teoria e da narrativa histórica neste fim de século). In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Unesp, 1995, p. 31-37.

⁹⁸ CHARTIER, Roger. **À beira da Falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRS, 2002, p. 14.

⁹⁹ FERNADES, Hellê Vellozo. **Pioneiros do Iguatemi**. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1966. p. 25. Vellozo escritora e jornalista. Entre suas publicações (contos, novelas e antologias) se destacam “fogueira nos Campos Gerais”, “O homem do disco”, “Camafeus”, “Incompreensão”, “Nos Campos dos Pinhais”, etc. A autora integra as seguintes instituições: Instituto Histórico, Geográfico e Etnológico Paranaense, Centro de Letras do Paraná, Academia José de Alencar, Associação Brasileira de Imprensa, Academia de Letras do Rio Grande do Sul, entre outras.

¹⁰⁰ GATO, Dante. Do romance histórico ao novo romance histórico: Paulo Setúbal e José Roberto Torero. In: **Revista Guairacá**, Guarapuava: Unicentro, 2003, n. 19, p. 31-55. Na esteira de Mata Induráin, Márquez

Considerando o “novo” romance histórico, e o enquadramento da obra de Hêlle Velozo nesse estilo, o romancista sugere, desse modo, “uma verdade outra ou diferente da verdade historiográfica”.¹⁰¹ A autora tomou como fato histórico a primeira expedição ao Iguatemi, ocorrida em 1767. As personagens fictícias Júlio Estevão Baião, seu filho mestiço Poracê, sua irmã Rosário, Bernardino Cerqueira, a índia Jahuri, o soldado Manoel Rufino, o capitão Jesuíno Morato, sua mulher Maria Rita, o Tenente Bento, o ex-escravo Joaquim, João Xiló, o engenheiro alemão Wilhelm Frank, a escrava Livina, os índios Nicayá, Uetem e Fudungri contracenam com personagens reais, como D. Luis Antonio de S. Botelho Mourão, Vice-Rei Conde de Cunha, Afonso Botelho, e o espanhol D. Maurício Villalba. Mas o que revela o romance histórico “Pioneiros do Iguatemi” além da influência ufanista de Cassiano Ricardo (“A marcha para Oeste”) e Afonso de E. Taunay (“Relatos sertanistas”, “Relatos Monçoneiros”, “História das bandeiras paulistas”)?

Inicialmente, a valorização do referencial ligado às construções dos historiadores paulistas explica-se não só pelo seu teor e expressões típicas - “homens decididos e de boa conduta”, “os tão famosos paulistas, esses imperadores dos sertões de ouro e pedrarias”, “feitos dos briosos paulistas, que se põem para o sertão, tal qual faziam seus avós, nos tempos passados” – mas pela existência de um passado em comum entre o Paraná e São Paulo.

Em segundo lugar, é preciso identificar o surgimento de uma variação da sensibilidade ufanista que levava em conta uma ideologia que procurava uma identidade regional para o estado do Paraná, daí o termo paranismo, ou movimento paranista. Com alguns elementos do ufanismo, esse outro movimento valorizava a terra, o homem e o progresso. O sentimento de injustiça, de abandono, de desprestígio do Paraná, desde a guerra do Paraguai, fez surgir um movimento embasado numa “antiga democracia-cristã”, no positivismo e no historicismo. Segundo Trindade & Andreazza, trata-se de uma construção simbólica da identidade paranaense a partir do “espetáculo da prosperidade” do início do século XX, marcado pelo crescimento populacional, pela educação obrigatória, reaparelhamento da administração pública, de novas formas de sociabilidades, da construção de novos espaços públicos, e da reorganização das atividades produtivas do território paranaense.¹⁰²

Rodríguez, Seymor Menton, o autor concorda que a gênese do romance histórico advém do pré-romantismo inglês, mas com práticas francesas e alemãs. É notória, no primeiro caso, a influência de Walter Scott; esse autor estabeleceu na obra *Ivanhoé* (1819), produzida pouco depois da queda de Napoleão I, as características primordiais desse gênero literário.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 53.

¹⁰² TRINDADE, Etelvina M. de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. A economia paranaense do início do século embasava-se na produção agrícola (erva-mate, café) e madeireira. O movimento abrangia a política, música, pintura, literatura, arquitetura, e a própria historiografia.

A carência de novas representações políticas e tradições regionais culminou com a construção de uma imagem progressista do estado do Paraná atrelado ao desenvolvimento nacional.¹⁰³ Era um movimento contraditório na medida em que oscilava entre a “modernidade” e o “conservadorismo”. Existiam divergências entre as elites locais e os imigrantes que eram incentivados a “povoar” o estado, mas não tinham a cidadania plena. A primeira preocupação do movimento era a integração social que se dava pelo trabalho e pela atuação da igreja católica junto a comunidades italianas e polonesas, nas quais estabeleceu-se a “manutenção da própria comunidade” e de “atritos com grupos locais”.¹⁰⁴

Em Romário Martins a reconstrução do passado e a mitificação de heróis atuavam como instrumentos pedagógicos que tinham por objetivo incutir entre os paranaenses a afetuosidade do povo pelo seu estado. Como sistematizador do paranismo esse autor entendia que a combinação do trabalho, ordem e progresso contribuiriam para o bem-estar de todos:

paranista é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense (...) Paranista é aquele que em terras do Paraná lavrou um campo, cedeu uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compoz uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou uma bondade, iluminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore.¹⁰⁵

Velozzo trilhou por dois caminhos, próximos; mas diferenciados. Da relação com o historiador e membro da Academia Paranaense de Letras Valfrido Piloto, e com o historiador Romário Martins a autora estabeleceu a base do contexto histórico que deu sustentação à trama. As cópias da correspondência do Morgado de Mateus trazidas de Portugal e os “Documentos Interessantes para a História de São Paulo”, do Círculo de Estudos Bandeirantes, permitiram uma contextualização aceitável. Como no romance histórico tradicional, o pano de fundo histórico está em segundo plano. Entre eles as tensões com os “castelhanos” no Sul, a exploração dos sertões do Ivaí, o governo autoritário de Morgado de Mateus, a sua impopularidade entre os paulistas, os projetos ocultos, o terror do alistamento

CARNEIRO LEÃO, Igor Zanoni C. **As desventuras do paranismo**. Curitiba: FAE, 1999, v.2, n.3, set./dez., p.9-20.

¹⁰³ Ver PEREIRA, Luis Fernando. **Paranismo: o Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

¹⁰⁴ TRINDADE & ANDREAZZA, 2001, p. 90.

¹⁰⁵ MARTINS, Romário. Paranística. In: **A DIVULGAÇÃO**. Curitiba, p. 91, fev/mar., 1946.

militar, a derrama de alimentos para as expedições militares, os desentendimentos com os espanhóis nas imediações do Iguatemi, e finalmente a obsessão pelos metais preciosos.

A autora era influenciada pelos projetos políticos desenvolvimentistas das décadas de 1950 e 1960. A abertura de novas fronteiras agrícolas no Oeste e Noroeste do Estado, o seu povoamento com novas levas de imigrantes, nos governos Moisés Lupion (1946-50; 1955-59) dava a idéia de que a prosperidade, reconhecida nacionalmente, amenizava as diferenças sociais. Mas a modernidade também trazia problemas relacionados à propriedade da terra e conflitos entre posseiros e grupos indígenas.¹⁰⁶

A personagem principal do romance, Júlio Estêvão possui nobreza e moralidade elevadas; seu sacrifício transcende ao estado português, pois não precisa de comendas ou favores reais. Assim como Peri de José de Alencar, conhecia a natureza e antecipava-se aos perigos iminentes e não percebidos pelos outros. Por outro lado, não tinha ambição pelo ouro, embora se valesse dele para preparar sua expedição aos sertões. No final da “história” o herói ajudou a estabelecer os limites da coroa portuguesa” nos interiores coloniais, lutando contra a “impertinência” e os desvios de caráter de portugueses e de espanhóis. A busca incessante pelo amor da índia Nicayá que, havia sido esfacelado por portugueses gananciosos, preadores de índios tem desfecho feliz.

Mas esse não era o caso da realidade das explorações dos sertões do Iguatemi, nem o da sociedade paranaense no século XX. Assim, Hêlle procura mostrar através da literatura as “feridas” sociais da integração étnica no Brasil e no Paraná, revelando ao mesmo tempo os conflitos sociais no século XVIII e os problemas de uma identidade étnica pluralista de sua época entre índios, estrangeiros e elites locais. É um romance que se assemelha ao romance de formação nacional de José de Alencar, evidenciando a subserviência dos índios ao processo colonizador. A autora acabou concordando com o indianismo de Alencar ao admitir o “mito sacrificial” e uma “imagem poética” do índio, buscando no passado uma maneira de se amenizar, ou mesmo de extirpar as diferenças. Tudo isto para fortalecer, no passado e no presente, a preponderância do Estado sobre sua população.¹⁰⁷ Assim como na análise de Alfredo Bosi para a obra alencariana, o maior problema de Velozo é a comunhão voluntária do índio com a comunidade paranaense, a visão utópica de integração através do movimento paranista, que passava a mitificá-lo a partir da história, da pintura, da literatura, e da escultura.

¹⁰⁶ ROLIM, Rivail Carvalho. A reorganização da polícia no Estado do Paraná nos anos 1950. Ponta Grossa: UEPG, **Revista de História Regional**, 2000, v. 5, n. 1, p. 153-166.

¹⁰⁷ BOSI, Alfredo. Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar. In: **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 176-193.

Como enfatiza Pereira (1997) enquanto a história preparava o discurso a literatura divulgava seus valores aos corações dos paranaenses.

Partindo destes fundamentos essenciais à construção historiográfica, verificou-se como estas expedições militares foram “abordadas” pela historiografia bem como suas implicações ideológicas. Vários historiadores debruçaram-se sobre o governo de Morgado de Mateus e sobre as expedições militares aos sertões da capitania de São Paulo. Contudo, não foram analisadas sob a perspectiva da história das sensibilidades, e muito menos ligadas a um movimento mais amplo dentro da história colonial que respondesse as questões aqui formuladas. Postas estas questões e direcionamentos, abordou-se apenas os trabalhos mais consistentes que tinham mais a ver com o encaminhamento dado à tese.

E não é necessário ir muito longe para verificar as mitificações, principalmente a dos historiadores sobre seus objetos de estudo e a relação mantida com o passado. Em Franco (1876-1979) a história relativa à capitania de São Paulo relaciona-se a uma história dos “lineamentos da nacionalidade”. Fundamento que tem ‘lugar’ específico: os “Sertões Curitibanos”. A fórmula utilizada usufruía da sensibilidade ufanista reconstruída pelos historiadores paulistas do século XX. Sua base era o espaço físico e as ações humanas. Mas não era um procedimento exclusivo, pois também admitia-se a influência paranista. E junto com ela a deflagração da luta política delineada pelo excesso da veneração à tradição familiar que estava acima das outras coisas. As ações de Diogo Pinto de Azevedo Portugal, trisavô do autor, foram consideradas como uma epopéia digna do registro histórico. E sem dúvida, excetuando-se a apologia, não há como negar que aquela personagem foi decisiva no processo de conquista e povoamento dos sertões paranaenses no início do século XIX.¹⁰⁸

Arthur Martins Franco, membro do “Círculo de Estudos Bandeirantes” e da Academia Paranaense de Letras foi influenciado pelas obras de Alcântara Machado, Capistrano de Abreu e Oliveira Viana. O que levou-o a ver na figura do “bandeirante” - termo que busca o correto sentido e utilização - a essência da nacionalidade. A invocação de valores ufanistas assentava-se no trabalho, na atividade heróica de homens que, estariam com “a foice em uma mão e a espada em outra”. Tudo em prol da civilização. Portanto, em Franco a figura mítica

¹⁰⁸ Ver WACHOWICZ, Ruy Christovam. Perfis de personalidades paranaenses. In: MICHAELE, F. A., RODERJAN, R. V., et al. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969, p. 259-331. Português de nascimento, (São Bartolomeu dos Barqueiros - 1750), chegou ao Brasil em 1771. No ano seguinte ingressou na carreira militar, e posteriormente como Tenente teve bom desempenho na defesa do território luso. Com a vinda da família real para o Brasil recebeu a incumbência de ocupar os Campos de Guarapuava. Segundo o autor, Diogo Pinto valeu-se de medidas drásticas, utilizando, por exemplo, moradores para abrir uma estrada até Guarapuava, sem remuneração. Entrou em conflito com o Padre Chagas Lima, pois o mesmo queria a convivência entre “índios e brancos”. O padre era contrário a estas idéias, pois a seu ver a ingenuidade indígena “facilitaria sua corrupção”.

do bandeirante é ambígua. Ele é português e paranaense, mas expressa-se tal qual ao modelo paulista que dava-lhe consistência. Era uma “raça de homens admiráveis, rijos de corpo, e rijo de alma, capazes de empresas homéricas”. E, por extensão, os curitibanos e parnaguaras também eram dotados das mesmas qualidades, e só poderiam valorizar a si mesmos e a nação portuguesa.

A relação entre o indivíduo e o Estado concretizava-se na imediata correspondência, nas necessidades recíprocas e irrefutáveis de um processo civilizador. O governo precisava combater a “invasão espanhola”, ocupar os sertões, enfrentar o indígena e as feras. E o Estado, mesmo sem muitos recursos, recorria ao “bandeirante”. A concretização deste ideal só se estabeleceu a partir das ações individuais. Isto porque havia nelas o sacrifício, o abandono de lares e a dilapidação de recursos próprios para atender aos interesses coletivos.

A partir destes direcionamentos Franco observou a importância das ações metropolitanas, considerou a administração independente à capitania do Rio de Janeiro e a indicação do governo de Morgado de Mateus como vitais a este processo formativo. Daí o louvor ao Estado e aos seus ilustres representantes. A exaltação da nova administração colonial era considerada como uma “fase nova de arrojadas realizações” que sobressaía-se à rigidez dos procedimentos metropolitanos. Assim, viu os laços de fidelidade entre Dom Luis e o Marquês de Pombal. Além do mais, a seu ver o dinamismo de Morgado de Mateus permitiu a consolidação do domínio português na América. E o resultado deste tipo de interpretação é a ausência de tensões particulares entre ambos, que constitui-se numa história idealizada e correspondente ao momento de sua produção no século XX. A administração de Morgado de Mateus foi espetacular e sem precedentes; ele prestara relevantes serviços [...] “[...] ao Brasil”, “[...] durante os 10 anos de sua fecunda gestão no Governo daquela capitania”.¹⁰⁹

O texto de Franco descreve de forma sintética as expedições militares aos sertões de Tibagi a partir da capitania de São Paulo: das primeiras que partiram de Ararituaba, no Rio Tietê, até aquelas que se dirigiram para os rios Iguatemi e Rio Grande do Registro. As explicações sobre as motivações exploratórias ao Rio do Registro foram sumárias. Pressupõe que o Morgado de Mateus sabia da presença de “fumos” e de indígenas nas imediações do Rio Grande do Registro (Rio Iguaçu), pois eles atacavam os tropeiros oriundos de Viamão. Esses indícios estimularam o Capitão-general a enviar expedições naquela direção. E de fato, essas motivações existiam, mas não as explicam unicamente. É conveniente lembrar que o Morgado de Mateus encomendara informações históricas sobre os interiores coloniais.

¹⁰⁹ FRANCO, 1943, p. 37.

Ao exaltar a figura de Dom Luis, seu “grandioso projeto de conquista territorial”, seu senso de justiça, Franco incluiu Afonso Botelho e as entradas que organizou aos sertões de Guarapuava. É claro que essas atividades foram fundamentais aos empreendimentos metropolitanos no controle do espaço colonial. Mas a afirmação de Afonso Botelho e da expedição que comandou pessoalmente aos Campos de Guarapuava também trilha os encaminhamentos estruturantes da historiografia paranaense. Os infortúnios do Capitão Silveira Peixoto, aprisionado pelos espanhóis serviu para valorizar aquelas ações individuais que os superiores consideraram desastrosa. E afinal de contas ele era um expatriado cujo heroísmo fora colocado à prova. O comerciante de Paranaguá colocou-se à disposição do Estado e perdeu todos os seus recursos, sacrificando-se pela formação nacional. Era necessário o reconhecimento, a promoção, a honraria, e por fim, o tributo histórico.

Franco fazia apologia ao Estado e aos seus representantes, dando novo sentido ao passado que, transformava-se em razão de um orgulho preterido, no qual raramente criticou as “baixas e deserções” que ocorriam durante as expedições. O autor ironiza sobre o desastroso fim das expedições militares, e conseqüentemente ao final do governo do Morgado de Mateus: “em obediência à Carta Instrutiva de 21 de Abril de 1774, cessa toda aquela agitação que o Morgado de Matheus imprimira às “bandeiras”, na conquista do Sertão e começa um período de profunda apatia que se estende por quase quatro décadas”.¹¹⁰ Em seguida, deteve-se na conquista e povoação do núcleo “civilizador” dos Campos de Guarapuava no início do século XX.

Outra obra que destaca-se pela interpretação crítica das explorações militares aos sertões da capitania de São Paulo é “Conquista pacífica de Guarapuava”, elaborada por Macedo.¹¹¹ A idealização do passado era intermediada pelo paranismo; considerou-se as explorações militares, principalmente aquelas sobre o Rio Grande do Registro (Rio Iguazu) como um preâmbulo para a conquista definitiva dos Campos de Guarapuava. E pode-se identificar as implicações pessoais e o aporte teórico que dava forma às suas idéias:

os autores desses estudos eram descendentes de Diogo Pinto, sendo bem provável que a necessidade de restauração de sua memória tenha assumido uma importância capital para o bisneto de Azevedo de Macedo e o trineto Arthur Franco, que, na época, eram sócios do Instituto Histórico Paranaense, o que explica a busca da valorização da história familiar: a identidade do grupo social a que pertenciam era definida pela idéia de nobreza, heroísmo e fidalguia [...].¹¹²

¹¹⁰ Ibid., p. 52.

¹¹¹ MACEDO, F. R. Azevedo. **Conquista Pacífica de Guarapuava**. Curitiba: GERPA, 1951.

¹¹² SILVA, Walderez Phol da. Reflexões sobre a influência de Romário Martins na historiografia paranaense. **Revista Guairacá**, Guarapuava, p. 99-109, 2001.

Macedo transportou do presente para o passado algumas condutas morais. Considerou as fontes orais e arquivísticas como ferramenta de combate às idéias que desqualificavam o heroísmo de Diogo Pinto. Os casos mais significativos foram os de Francisco Negrão, Eurico Branco Ribeiro, e por fim, Romário Martins. Mesmo assim, a interpretação das “feições psicológicas” dos antigos curitibanos e suas características essenciais como a religiosidade, cultura, preconceitos raciais, comportamentos festivos e familiares foram estruturadas a partir de Romário Martins, Arthur Franco, Alcebíades Plaisant, João Batista, Benedito Nicolau e Walfrido Piloto. O autor seguiu um dos clássicos sobre o assunto, *Chorografia do Paraná*, de Sebastião Paraná. Essa obra publicada em 1899 repetia exaustivamente os documentos organizados por Afonso Botelho. Posteriormente esse conjunto documental foi editado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.¹¹³

Portanto, em Macedo, o legado psíquico representado pelo herói manifesta-se no reconhecimento de um passado “original” e no que ele tinha de melhor: sua ligação com a construção da nacionalidade do início do século XIX. Em correspondência a Romário Martins, Macedo analisou a própria obra enaltecendo-a. Ele foi direto: “e nos campos de Guarapuava, em poucos anos de trabalho perseverante, construiu o alicerce imperecível em que se edificaria, em breve, um dos maiores e mais opulentos municípios do Paraná”.¹¹⁴

Entretanto, sobre o século XVIII Macedo se interessou apenas pelas últimas expedições aos Campos de Guarapuava. Essa tendência foi justificada pelo autor, pois aqueles acontecimentos antecederiam o processo civilizador que se ampliava com a vinda da família real para o Brasil. Deste modo, as ligações familiares e a relação de confiança entre o Morgado de Mateus e Afonso Botelho eram os melhores exemplos dessa orientação para a colonização definitiva.

Nesta mesma direção inclui-se o historiador, poeta e museólogo David Antonio da Silva Carneiro (1904-1990). Ele explorou profundamente a vida de Afonso Botelho e as expedições que ele organizou entre 1768 e 1774.¹¹⁵ Inclinado ao positivismo compreendeu

¹¹³ Ver WACHOWICZ, 1969, p. 260-331. Sebastião Paraná de Sá Sotto Maior (1864-1938) era professor, Juiz de Direito, Deputado Estadual (1902-1903) e Jornalista; ao combater na Revolta da Armada no Rio de Janeiro sagrou-se Capitão Honorário do Exército Nacional. No Paraná foi professor catedrático de Geografia e Corografia do Brasil (Ginásio Paranaense e Escola Normal). Ocupou também funções importantes na Biblioteca Pública do Paraná, na Secretaria do Interior e Justiça (1930) e na UFPR. Entre suas obras destacam-se também: “Esboço Geográfico da Província do Paraná” (1881), “O Brasil e o Paraná” (1903), “Os Estados da República” (1913), “Efemérides da Revolução de outubro de 1930 no Paraná”.

¹¹⁴ Carta de Azevedo Macedo a Romário Martins. Curitiba (1/02/1943). In: MACEDO, F. R. Azevedo. **Conquista Pacífica de Guarapuava**. Curitiba: GERPA, 1951, p. 251-253. Ver também, SILVA, 2001, p. 99-109.

¹¹⁵ CARNEIRO, David. **Afonso Botelho de São Payo e Souza**. Curitiba: Litero-Técnica, 1986. De família abastada procurou carreira militar no Rio de Janeiro (1922), mas desistiu; em Curitiba diplomou-se em

que os documentos organizados por Afonso Botelho continham verdades incontestáveis. Entre elas a de que as expedições militares foram fundamentais à formação nacional. A descrição e a rigorosidade documental foram marcantes; incorporaram o ideário paranista dos anos 1950. Além de buscar documentos no Arquivo Colonial de Lisboa, embasou-se também na obra “Governo de Morgado de Mateus”, de Américo Brasiliense Antunes de Moura, publicada em 1938.

A obra de Carneiro, “Afonso Botelho de São Payo e Souza” é informativa e bem documentada, embora seja de pouca densidade. A análise documental perde seu sentido na medida em que não explora profundamente o conteúdo da documentação de Afonso Botelho. Muitos trechos da obra, a exemplo de Sebastião Paraná, são apenas pincelados em vários capítulos. Nos estudos genealógicos deu destaque para a infância de Botelho no Solar dos Passos, próximo à Vila Real, capital da velha província de Trás os Montes. Depois tratou das suas relações com Dom Luís, o seu desempenho nas batalhas com os espanhóis, em 1762, e os preparativos para “servir” na colônia. Num segundo momento, o autor valorizou as ações de Afonso Botelho em Paranaguá e Curitiba, a melhoria das comunicações, incrementos à indústria, construções de vilas e fortalezas até a sua participação militar no “descobrimento” dos sertões de “Guarapuava”. E, finalmente, a luta de Afonso Botelho para resgatar sua dignidade diante da devassa que foi acometido.

No dizer de Tourinho, presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnológico Paranaense, prefaciador da obra de Carneiro, verifica-se a aglutinação daquelas idéias presentes em 1950, quando o estado do Paraná passava a ganhar relevância no cenário nacional e procurava-se uma identidade. Dessa forma Afonso Botelho de S. Payo e Souza seria lançara, segundo ele, os “fundamentos provinciais do Paraná”. Carneiro diria mais tarde que Afonso Botelho era um “grande homem”, e “hospedou o Paraná”. Mas não foi só isso, pois seu estudioso consagrou-o na historiografia, uma vez que, deu inúmeros exemplos a serem seguidos pelos historiadores e pelos paranaenses.¹¹⁶

engenharia (1928). Entre 1949 e 1953, dirigiu a Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Na década seguinte, assumiu na UFPR a cadeira de “Evolução da Conjuntura Econômica”. Posteriormente, foi professor titular da UNB, e em universidades norte-americanas. Entre suas obras se destacam: “O Cerco da Lapa e seus Heróis”, “Os Fuzilamentos de 1894 no Paraná”, “O Paraná e a Revolução Federalista”, “História do Período Provincial do Paraná”; “História da História do Paraná”; “História do Incidente Cormorant”; “Efemérides Paranaenses”; “Galeria de Ontem”, etc. O assunto predileto do historiador eram as bandeiras militares do século XVIII, daí a obra “A Vida e a Obra de Afonso Botelho Sampaio e Souza”. CARLOS DA SILVA, João. David Carneiro. In: LOMBARDI, J. C., SAVIANI, D., NASCIMENTO, M.I.M. **Navegando pela história da Educação brasileira**. Glossário de História, Sociedade e Educação no Brasil. Campinas, GRAF. FE, HISTEDBR, 2006. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/d.html>. Consulta em 12/03/2008.

¹¹⁶ TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. Apresentação. In: CARNEIRO, D. **Afonso Botelho de São Payo e Souza**. Curitiba: Litero-Técnica, 1986, p. VI.

Esta mesma narrativa também aparece na obra “Afonso Botelho de Sampaio e Souza: seu julgamento e seu papel na construção do atual Paraná”.¹¹⁷ Carneiro, profundo admirador de Afonso Botelho foi seduzido pelo seu objeto de pesquisa. Nessa interpretação a formação da nação portuguesa contribuiu para com a libertação nacional. Se verificarmos melhor seu pensamento não era o de uma nacionalidade que surgira como resultado do improviso ou da ganância, mas de um esforço secular. Curitiba e Paranaguá encaixavam-se nessa dinâmica e, portanto, só evoluíram com a chegada de Afonso Botelho, “esse homem extraordinário” que teria permitido, em 1853, a criação da província do Paraná.

O ideário paranista com o qual Carneiro analisa as ações botelhanas materializou-se numa metáfora da natureza. Afonso Botelho plantara semente que o tempo faria germinar, “semente para o florescimento após longa germinação, da futura província do Paraná”. Atrás desta perspectiva, e de forma amena, aparece a influência de Michelet e Voltaire, como “sementes” de seus estudos que poderiam “ampliar-se” entre os “novos” historiadores. Por outro lado, a crítica direcionou-se para aqueles “velhos” historiadores que não destacaram devidamente o papel de seu personagem na história nacional e regional, como por exemplo, Rocha Pombo, Ermelino de Leão e Sebastião Paraná. A valorização de Afonso Botelho explicava-se a partir de uma historiografia de primeiro grau, onde figuravam Francisco Negrão e Romário Martins. Além do mais, a partir do Congresso de História da Revolução Federalista de 1946, realizado em Belo Horizonte, considerou os três “Princípios gerais de julgamento Histórico” no qual Afonso Botelho enquadrava-se naturalmente: permitiu a constituição da província do Paraná; fundou vilas, constituiu serviço militar, delimitou os sertões coloniais, e “imortalizou-se” pela sua conduta moral.¹¹⁸

Em outra obra com temática mais abrangente que procurava vincular o Paraná à história do Brasil, e às primeiras incursões estrangeiras até a Campanha do Contestado, no início do século XX, David Carneiro reserva um espaço significativo para suas interpretações

¹¹⁷ CARNEIRO, David. Afonso Botelho de Sampaio e Souza: seu julgamento e seu papel na construção do atual Paraná. Curitiba, **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, p. 15-50, vol. V, fasc. 1-2, 1951.

¹¹⁸ CARNEIRO, 1951, p. 41. As leis eram as seguintes: 1ª. “A figura histórica a julgar, é inseparável do papel que houver representado nos acontecimentos, e o seu julgamento, é consequência daquele haurido dos fatos em que tomou parte”, 2ª. “Si houver a realização de papel histórico, ainda que secundário ou restrito, são ponderáveis a favor da figura histórica, a inteligência e a firmeza com que tiver levado a termo as soluções de antemão concebidas, ou as circunstâncias de momento houverem inspirado”, 3ª. “Na apreciação sintética da vida de figuras históricas, são ponderáveis a seu favor, a moralidade e a coerência da conduta, antes e depois dos fatos históricos em que se imortalizaram”.

sobre as explorações dos sertões de Tibagi, e sua conquista.¹¹⁹ Seu prefaciador, Romário Martins confirma seus pressupostos:

Por toda parte andaram as nossas armas e a nossa gente. E não somente andaram mas se afirmaram sempre audazes e bravas, nas lanças dos centauros curitibanos dos quais nos falam as preferências de dom Luiz Antônio, governador geral da capitania de São Paulo, na época das expedições militares firmadoras das conquistas territoriais do Brasil, frente aos castelhanos de Iguatemi, do Uruguai e do Prata.¹²⁰

Carneiro tratou rapidamente dos conflitos entre os mineiros de Paranaguá e Curitiba, e os “emboabas forasteiros de São Paulo” no processo de constituição das Companhias de Ordenanças e das fortificações militares no litoral. O objetivo era a proteção territorial. Percebe-se, nessa parte da colônia, a ocorrência de conflitos “semelhantes” aos existentes nas Minas Gerais na “Guerra dos Emboabas”. Em tal concepção de história Carneiro ignorou a participação dos “subalternos” e da gente comum na constituição da apregoada nacionalidade portuguesa. Estes indícios estão presentes em sua obra, como se vê a seguir.

A ausência de homens na formação Regimento de Cavalaria e Ordenanças de Curitiba provocou conflitos e uma “resistência da população ao trabalho público sem remuneração” durante a abertura de caminhos estratégicos para a defesa do Sul da colônia. Assim, o Sargento-Mor Manoel José de Aguiar efetuou perseguições e recrutamentos forçados, mandando prender “os vadios prejudiciais à terra por seu mau procedimento”.¹²¹ A suspensão do recrutamento em massa pelo Capitão-general da capitania, Rodrigo César de Meneses, não diminuiu o ímpeto vingativo de Aguiar contra os parnanguaras. Ele mandava-os em quantidade para assentarem praça em Santos, o que levou D. João a proclamar provisão (6 de julho de 1725), recomendando-lhe cautela para não deixar desguarnecidas aquelas povoações litorâneas.

A vila de Paranaguá era importante para as defesas do Sul, principalmente porque era possível a comunicação com a colônia de Sacramento, tanto que se realizou com sucesso uma expedição à Laguna em 1730, pelo Sargento-mor Souza Faria. Ao se considerar estes fatos constatam-se vários ressentimentos da população para as ações de militares portugueses que os obrigavam a construir picadas e fortificações. Como Paranaguá não sofreu uma invasão

¹¹⁹ CARNEIRO, David. **O Paraná na historia militar do Brasil**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. Ver os capítulos “Século da conquista definitiva do solo” e “Expedições e bandeiras curitibanas”.

¹²⁰ MARTINS, Romário. O Paraná na história militar do Brasil de Davi Carneiro. In: CARNEIRO, David. **O Paraná na historia militar do Brasil**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 15.

¹²¹ CARNEIRO, 1995, p. 55.

como acontecera com a ilha de Santa Catarina, o ufanismo de Carneiro não considerou suficientemente as tensões sociais: “não houve ocasião de se provar a eficiência do seu armamento nem o patriotismo e valentia de seus habitantes. [...] e se houvesse necessidade de resguardar o solo da capitania, seria ele defendido com ânimo no coração”.¹²²

Em 1763, o governador de Santos, Souza de Menezes ordenou recrutamentos em Paranaguá para compor tropas de linha, e novamente houve reação “queixosa e lamurienta” de seus habitantes, pelos homens que haviam sido “levados”. Na concepção de Carneiro estas questões são menores e inexpressivas; a vinda de Morgado de Mateus e de Afonso Botelho sanaria tais problemas, afinal de contas eles eram os grandes construtores do Paraná:

sob sua vara mágica, aparecem germes de futuras cidades, [...] e o Paraná, guiado pelo homem ilustre que foi Afonso Botelho de Sampaio e Souza, pode contribuir mais uma vez para a conquista do solo luso-americano, do futuro do Brasil, tal qual é hoje, mostando-se à altura do que dele exigia o *amor e fidelidade ao seu Rei e ao bem comum de sua Pátria*.¹²³

Carneiro entende, a partir de seu modelo de história, que começava uma nova era no final do período colonial. A inspiração na história greco-romana, a partir de E. Gibbon serviu para enaltecer o trabalho e a dignidade dos representantes do Estado português, pois eles teriam provocado resultados profundos e positivos, uma vez que, vinculava-os à formação nacional. A seu ver eles possuíam “ardor patriótico necessário para se jogar ao sacrifício sem nenhum lucro pessoal; e desde que a pátria lucrasse na empreitada, dar-se-iam eles por bem pagos”.¹²⁴ E assim, as expedições militares aos sertões foram entendidas como um “ciclo heróico de aventuras”, o que definitivamente elimina o lugar de manifestação das deserções e de conflitos. Ao contrário, há espaço apenas para a valorização da conquista territorial. Mas como esta conquista não ocorre definitivamente naquele momento, ela só foi definitiva no início do século XIX. As expedições tiveram que recuar perante populações indígenas porque tratava-se de uma luta estéril e, portanto, contrárias às idéias do Marquês de Pombal. Ao ser referir a Afonso Botelho, carneiro é ainda mais revelador:

¹²² Ibid., 58.

¹²³ Ibid., p. 63-64.

¹²⁴ Ibid., p. 68.

[...] se algum dia houver outro de sua envergadura, timoneando o barco administrativo nesta parte do Brasil, certo tratará de ir a Portugal, onde tantíssimos homens ilustres encheram sua história no século XVIII e onde mais um pouco de cinza não fará grande falta, e dessa terra de heróis que deu Vasco da Gama, Albuquerque, Camões e o admirável marquês de Pombal, há de trazer para culto dos venerantes, dos cultores do passado, os ossos sagrados do coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza!¹²⁵

As expedições que dirigiram-se aos sertões de Tibagi produziram diversas interpretações. Em Carneiro há uma distinção historiográfica. Os antigos historiadores consideravam sete delas. Posteriormente, com o estudo da documentação “botelhana” verificou-se a existência de treze missões, consideradas as suas especificidades e desdobramentos. Isto porque existiram inúmeras mudanças nas missões militares, e com elas incursões simultâneas por “diferentes lugares”.¹²⁶

Antes de analisar a documentação é preciso informar que outras obras “esbarram” nos assuntos aqui tratados: Vieira dos Santos (1850), “Memoria historica, chronologica, topographica e descriptiva da cidade de Paranaguá e seu município”; Sebastião Paraná (1899), “Chorographia do Paraná”; Hermelino de Leão (1929), “Diccionario Historico e Geographico do Paraná”; Romário Martins (1950) “História do Paraná”; Brasil Pinheiro Machado (1969), “História do Paraná: Morgado de Mateus, e expedições militares de conquista”; Jayme Antonio Cardoso e Cecília Maria Westphalen (1986), “Atlas histórico do Paraná”; Rui Wachowicz (1988) “História do Paraná”, entre outros. Recentemente os estudos sobre os sertões paulistas foram trabalhados a partir de várias interpretações, abrangendo a literatura, antropologia, história e história da arte.¹²⁷

¹²⁵ Ibid., p. 79.

¹²⁶ Ver RODERJAN, Roselys Vellozo. **Os curitibanos e a povoação de comunidades campeiras no Brasil Meridional** (Séc. XVI e XIX). Curitiba: Works Informática, 1992, p. 156-157.

¹²⁷ Refiro-me aos trabalhos de AMBIRES, Juarez Donizete. Aspectos do governo do Morgado de Mateus, na história de São Paulo. **Revista Histórica**, São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, n.15, p. 19-22, jul./ago., 2004; e **Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII**. São Paulo: BNP Paribas, 2003, que conta com textos de Nicolau Sevckenko, Marta Rosa Amoroso, Ana Maria de Moraes Belluzzo e Valéria Piccoli.

5 O ufanismo e o ressentimento nos sertões de Tibagi

Esta conquista em que tanto tenho trabalhado desde que vim para este Governo: Ja aliciando os ânimos dos Paulistas com as palavras e com as promeças, fomentando a sua vaidade: Ja levantando as tropas, e vencendolhes o orror aos exercícios Militares: Já propondolhes as riquezas, as mercês, e as honras; Caçando e debilitando o animo, e trabalhando com elles ate me desenganar, de q' nem as suas forças erão proporcionadas para ella, nem ainda que o fossem, seria útil qua a fizessem.

D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão e José Custódio de Sá e Faria, 1772.

Não resta dúvida que os discursos dos historiadores paulistas Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida Paes Leme influenciaram a sociedade colonial. Os argumentos foram convincentes e a poderosa mitologia construída em torno dos “bandeirantes” paulistas impregnou os relatórios das expedições militares que exploraram os sertões do Tibagi.

Percebendo as lacunas historiográficas em torno da gênese do ufanismo paulista, buscou-se a reinterpretação de uma documentação “abandonada” pelos historiadores, investigando-se seu lado obscuro. Nesta perspectiva, foram constatadas nas vivências humanas em fins do século XVIII as manipulações discursivas em torno do ufanismo e do seu oposto, o ressentimento, e, além da manifestação destas sensibilidades, considerou-se o substrato cultural que lhe deu forma. Isto foi decisivo para se chegar a vinculações mais profundas com a política, com a religiosidade e com a percepção dos sertões da capitania de São Paulo.

Com a convicção de que existiam formas “exaltação” e de resistência nas relações sociais e militares, foi analisada a documentação organizada por Afonso Botelho de S. Paio e Souza intitulada “Notícia da conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi, na capitania de São Paulo, no governo do General Dom Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, conforme as ordens de sua majestade”, privilegiando os “dispositivos afetivos” relacionados ao ufanismo e ao ressentimento.

Neste “núcleo documental”, constatou-se uma reconstrução das relações entre os homens e a natureza, ao mesmo tempo em que se procurava amenizar as tensões sociais. O conhecimento destas sensibilidades constantes em relatórios, correspondências, pinturas e sonetos do final do século XVIII são imprescindíveis para a reflexão de sua significação cultural, social e histórica.

É neste sentido que a discussão será orientada, pois a consagração do ufanismo explica, em parte, a repressão violenta aos ressentimentos. E essa enfática negação tinha vários motivos. Entre elas o fato de os ressentimentos serem considerados uma fraqueza, por não possuírem valores que pudessem ser vinculados à tradição e à nobreza. E, além do mais não podiam ser utilizadas como instrumento de consagração.

Entende-se que o ressentimento se fundamentava na cultura e seus valores tinham no “reacionarismo” uma forma de existência que podia ser projetada não só nas contingências da vida, mas também para fora da corporação militar. Nesta situação ambígua, é perceptível que os sucessos nas ações bélicas e as “impressões” de “mundo” levaram a um tipo de comportamento e exclusão social, criando por sua vez, necessidades “emocivas” em torno do poder e de uma identidade em torno do território luso-brasileiro.

5.1 Tropas Pagas, Auxiliares e de Ordenanças

Considerando o aspecto dual do ufanismo e do ressentimento não será retomada aqui uma historiografia militar, mas apenas parte dela. Recentemente este domínio da história tem chamado a atenção dos pesquisadores.¹ Assim, é impossível não ponderar sobre estas novas contribuições, ainda mais quando elas complementam este trabalho, que aborda brevemente alguns aspectos institucionais das forças militares.

Segundo a historiadora Ana Paula Pereira Costa, a maioria das pesquisas que resultavam em trabalhos “indiretos” perderam a idéia da complexidade do exército de Antigo Regime e suas influências na colônia, “seja enquanto força coercitiva seja enquanto força administrativa”.²

Em nossa perspectiva é fundamental conhecer os mecanismos de promoção e o processo de seleção para os postos militares no Império Português, para compreender como o

¹ MELLO, Christiane F. Pagano de. **Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII** – As capitâneas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-Sul da América. Tese de doutorado em história, Universidade Federal Fluminense, 2002.

² COSTA, Ana Paula Pereira. **Atuação de poderes locais no Império Lusitano**: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Ver também COSTA, Ana Paula Pereira. Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armados nas conquistas: a atuação dos Corpos de Ordenanças em Minas colonial. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 11, n.2, p. 109-162, 2006. A autora se refere aos trabalhos de Prado Junior, Faoro, Bellotto, Peregali, Mello, Mello e Souza e Anastásia.

seu “desmembramento” na colônia brasileira delineava não só novas práticas sociais, mas também novos modos de sentir e de se relacionar.

A gênese das tropas militares portuguesas remonta à cavalaria medieval e às lutas contra os mouros. Como não “havia uma distinção nas “tropas de Cavalaria”, entre Exército ou Milícias”, Jorge da Cunha Pereira recomenda que visitemos o período de D. João III e uma legislação “que inclui: 1. "Regimento", de 07/ago/1549; 2. "Lei de Armas", de 09/dez/1569; 3. "Regimento de Ordenanças", de 10/dez/1570; e 4. "Provisão de Ordenanças", de 15/mai/1574”.³

Estes dispositivos vigoraram sem muita alteração na segunda metade do século XVIII. A forma de recrutamento então empregada atingia a população masculina entre 18 e 60 anos que não estava incorporada na Tropa Paga ou nas Milícias; os homens privilegiados se excluíaam destes procedimentos.⁴ Portanto, o que importa para nós é a forma como esta tradição portuguesa criava um espaço de negociação nas disputas pelos postos militares, e ao mesmo tempo provocava embates que passavam do contexto civil para o militar.

Entre os séculos XVI e o início do século XIX, as Ordenanças ou “paisanos armados” eram tropas de 3ª Linha, ou seja, eram forças auxiliares das Tropas Regulares (1ª. Linha) e das Milícias (2ª. Linha). Tinham, portanto, um caráter local e, deste modo, não recebiam soldos, sendo convocados em caso de necessidades. Deste modo, não possuíam instrução militar, embora fossem utilizados em atividades marciais.⁵ Os postos de ordenanças eram: capitão-mor, sargento-mor, capitão, sendo oficiais inferiores os alferes, sargentos, furriéis, cabos-de-esquadra, porta-estandartes e tambores.⁶ Segundo Filho:

No século XVIII as tropas que havia no Brasil estavam organizadas em três (3) "Linhas" ou níveis: 1ª Linha = Regulares = Tropas Pagas; 2ª Linha = Auxiliares (depois de 1796, Milícias); e 3ª Linha = Ordenanças. No século XIX, no ano de 1824, essas tropas foram transformadas em: 1ª Linha = Exército; 2ª Linha = 2ª Linha do Exército (depois de 1831, Guarda Nacional); e 3ª Linha = Ordenanças (depois de 1831, Guarda Municipal Permanente).⁷

³ FILHO, Jorge da Cunha Pereira. Tropas militares luso-brasileiras nos séculos XVIII e XIX. **Boletim do Projeto Pesquisa Genealógica sobre as origens da família Cunha Pereira**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 12, p. 46-80, mar. 1998.

⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os conselhos e as comunidades. In: HESPANHA, Antonio M. (Org.). **História de Portugal: o Antigo Regime**. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, p 273.

⁵ COTTA, Francis Albert. **No rastro dos Dragões**: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Ver também FILHO, 1998.

⁶ FILHO, 1998, p. 46-80.

⁷ Ibid. p. 47.

Em Portugal, as eleições para os capitães-mores eram realizadas pelos camaristas juntamente com ouvidor ou provedor da comarca, quando o posto estava disponível, que escolhiam três pessoas do local “da melhor nobreza, cristandade e desinteresse”, para então encaminhá-los ao general local, o qual propunha ao Rei, em Conselho de Guerra, as pessoas mais convenientes. Seguia-se o mesmo modelo para sargentos-mores e capitães de companhia, mas quem indicava os nomes eram os camaristas, alcaide-mor ou capitão-mor, sendo a escolha final realizada pelo Conselho de Guerra, que expedia as patentes, o que implicava na eliminação das provisões.⁸ De acordo com Blateau (1712-1728, p. 106), “ordenança do exercito, & ordenança das batalhas, he o modo com que os esquadroens, batalhoens, & todas as mais cousas se ordenão, affim para marchar, como para combater”. Pelo que se nota, na época do Rei D. Manoel, a Milícia passou a se chamar de Milícia de Ordenança para que se pudesse ter uma idéia da força militar existente. Entretanto, foi no reinado de D. Sebastião, que o “Regimento” passou por reformas com vistas a disciplinar a população para as armas.

Ordenou que os Alcaldes mores & senhores dos lugares fossem Capitaens mores delles, & que onde os não houvesse, fossem eleytos em Camera pelas pessoas do governo, & do mesmo modo os Sargentos mores, os quaes depois com os votos da governança elegessem os Capitães, & officiaes das companhias, que o Capitão mor repartisse a gente do seu lugar, & termo em companhias de duzentos & cincoenta, & que cada Domingo sahissesem ao campo a se exercitar conforme as armas, que cada hum trouxesse, havendo prêmios para os mais destros, & penas aos que faltassem; & que os homens de cavalo fizessem cada mez resenha debayxo dos Capitães de cada lugar, & que cada anno se fizessem dous alardos géraes, hum pelas oitavas da Páscoa, & outro por dia de S. Miguel, & que se ajuntasse toda a gente do termo na cabeça da Capitania, onde pelo Capitão mor fossem ordenados, & se exercitasse assim a gente de cavalo como de pé.⁹

A passagem por diferentes forças militares, como nas das Tropas Pagas, Auxiliares e de Ordenanças, significava acúmulo de experiências e honrarias que serviam para a aquisição de outra patente de mais alto escalão na hierarquia; o que ajudava na disputa entre os concorrentes pelos postos militares.

⁸ SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 105-106.

⁹ BLATEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino, aulico, anatômico, architetonico**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p. 106.

Em Portugal, postos mais elevados eram determinados pela hereditariedade de uma nobreza de corte, pelo nascimento ilustre.¹⁰ Na colônia, os atributos necessários à promoção estavam atrelados à prestação de serviços à Coroa, de modo que pouco importava a formação militar em si, mas as atuações bélicas. (Quadro 1) Para a obtenção de mercês e promoções, eram necessárias atitudes ligadas à defesa da terra, pois elas também traziam um sentido enobecedor.¹¹

Destaque-se, também, os efeitos político-disciplinadores das Ordenanças, tanto na disseminação do poder régio quanto na ampliação do poder das elites locais frente às Tropas Pagas. Contudo, nesta relação complexa entre a Coroa e os poderes locais também significou, em certa medida, a “amenização” do poder absolutista, pois aglutinava comportamentos corporativistas ligados ao patrocínio, honrarias e solidariedade de classes.¹² Assim, admitia-se um poder estruturado em torno de autonomia político-jurídica destes corpos sociais, sendo o Rei seu representante máximo, que garantia a unidade societal e a manutenção do “foro”, “direito” e “privilégio”.¹³ Em tal articulação hierarquizada de poderes e de relações sociais havia o reconhecimento e a imposição de uma esfera de poder sobre as outras.

Segundo Hespanha, o Estado português não pode ser visto apenas na perspectiva centralizadora, mas também no de uma Monarquia Corporativa, onde as instâncias de poder como a “Igreja, Concelhos, Senhores, Família” se compartimentam e se complementam. Neste sentido, os deveres políticos eram subsidiados pelos deveres morais (como a graça, piedade, gratidão, misericórdia) ou afetivos (clientelismo).¹⁴ Nos domínios ultramarinos, percebeu-se como o poder régio era profundamente indissociado dos poderes das elites locais, e, desse modo, criaram-se vínculos interdependentes e complementares, pois havia correspondência entre a nomeação para os postos e cargos nas colônias, o reconhecimento e “remuneração” pelos serviços prestados. Estes entrelaçamentos criaram um ambiente periférico de poder ao mesmo tempo em que surgiram grupos locais com interesses próprios. Entre as estratégias de enobrecimento, ou nos termos de uma “economia moral do dom”, Bicalho aponta que:

¹⁰ MONTEIRO, 2003, p. 102-104.

¹¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

¹² MONTEIRO, 1988, p. 275.

¹³ HESPANHA, A. M. **Panorama Histórico da Cultura Jurídica Européia**. Madri: Editorial Tecnos, 1998, p. 61-63.

¹⁴ HESPANHA, A. M. A constituição do Império Português: revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F. & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa** (séculos XVI - XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 66-167.

[...] era prática institucionalizada pelas monarquias européias do Antigo Regime. Integrava toda uma série de poderes informais que agiam paralelamente às normas do direito oficial e às rotinas das instituições jurídicas, servindo igualmente como mecanismo de instauração da ordem e instrumento no jogo das relações políticas. Uma de suas manifestações mais usuais era a concessão de mercês por parte do Rei, em troca de serviços prestados por seus vassallos.¹⁵

Em relação à colônia, é preciso ressaltar a negociação entre estes poderes. E, neste sentido, a limitação dos poderes régios não só fortaleceu os poderes locais como possibilitou certa resistência, na medida em que a chamada “nobreza da terra” colocava em primeiro lugar planos e objetivos particulares valendo-se das instituições metropolitanas. As elites locais procuravam formas de obter honras, privilégios e distinções através do controle das Câmaras, as Ordenanças e Irmandades. Essas esferas de poder local garantiram uma convivência ordenada da população colonial.¹⁶

Desta maneira, Bicalho (1998), Gouvêa (1998) e Hespanha (2001) entenderam que havia uma “solidariedade” entre indivíduos e uma “economia de troca de favores”, mesmo porque a conquista territorial necessitava da constante defesa e exploração econômica. E foi justamente sobre estes elementos que se sustentou tanto o ufanismo quanto o ressentimento na capitania de São Paulo. No governo de Morgado de Mateus privilegiou-se a primeira sensibilidade em relação à segunda, não apenas por força da solidariedade ou mesmo da resistência, mas também em razão da constante necessidade de afirmação do Império luso-brasileiro.

5.2 Relatórios militares: as ilusões eletivas e a natureza

Pode não parecer, mas a leitura atenta dos textos incipientes e rígidos dos relatórios militares nos mostra como eles estão eivados pelo ufanismo. Portanto, é natural que a supressão aos ressentimentos seja bastante vigorosa e não lhe reserve espaço, principalmente quando ele era preenchido pela relação poderosa entre as ações humanas e os atributos da natureza. Sem dúvida, a natureza revolve não só desejos profundos subjetivados pelo “bem viver”, mas também

¹⁵ BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 251-280, 1998.

¹⁶ GOUVEA, Maria de Fátima Silva. Redes de poder na América Portuguesa: O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, 1790-1822. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 297-330, 1998.

propiciava a identificação com o território luso-brasileiro. O que não quer dizer que o ressentimento não possa ser identificado nesses textos. Ao contrário, ele aparece pelas forças das circunstâncias, sendo sempre reprimido quando possível.

No relato sintético da expedição militar dos tenentes Domingos Lopes Cascais e Bruno da Costa Filgueiras sobre os sertões de Tibagi, em 05 de dezembro de 1768, constam idéias “magistrais” da sensibilidade ufanista.¹⁷ A energia das concepções sobre os “bandeirantes” e as informações históricas auxiliaram D. Luis Antonio, o Morgado de Mateus, a planejar a ocupação dos sertões, valorizando simultaneamente as ações bélicas e o território conquistado. Embora a robustez daquelas concepções não significasse a eficácia suprema em termos sociais e hierárquicos, tinha certa correspondência entre os oficiais de mais alta patente em exercício.

As informações dos historiadores e, por conseguinte, os relatos “sertanistas” que traziam “detalhamentos” do rio do Registro e do rio da Prata, foram valiosos, mas de qualquer maneira eram inconsistentes para uma busca frenética que tomava conta do “imaginário” desde o século XVI, quando os antigos “bandeirantes” vislumbravam não mais “montes de cristais reluzentes” e a “existência de montanhas e serras resplandecentes, associadas aos metais e às pedras preciosas”, mas cidades inteiras no interior do Brasil, “cheias de riqueza e mistério”.¹⁸

Os oficiais e os soldados que adentraram aos Campos de Tibagi acharam “serem certas as notícias até o salto com os mesmos sinais, e rios notados pelos antigos até onde em alguãs partes achamos vestígios dêles”,¹⁹ mas reclamavam destas informações porque elas não detalhavam, tais como nos lugares descritos, a localização exata dos almejados veios minerais. Esses protestos não devem passar despercebidos, pois escondem coisas distintas como o desejo imoderado por patentes militares, pelo poder, pela riqueza, configurando aquilo que Peter Gay (2001) chamou de “sutis sentimentos mesclados”.²⁰

Ao mesmo tempo em que se explorava a imensidão dos sertões de Tibagi, desejando encontrar a serra resplandecente, rememoravam-se os feitos dos paulistas. Assim, eram citados, por exemplo, Manoel Preto, Nicolau Barreto, Pero Vaz de Barros, Sebastião Preto,

¹⁷ SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista, e descobrimento dos sertões de Tibagi, na capitania de São Paulo, no governo do Governador, e capitão-general Dom Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, conforme as ordens de sua majestade.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956, vol. 76. Ver figura Quadro geral das expedições, no final do capítulo.

¹⁸ LANGER, Johnni. A cidade perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império. **Revista Brasileira de História**, vol. 22, n. 43, p. 127-152, 2002.

¹⁹ Roteiro da Viagem que fez o Tenente Domingos Lopes Cascais, e o cabo Bruno da Costa Filgueiras, em que compriam as ordens que se lhes deram como atrás ficam registradas, copiado da mesma sorte, que mandou o dito capitão, hoje 16 de abril de 1769. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 73.

²⁰ GAY, Peter. **O cultivo do ódio. A expediência burguesa da Rainha Vitória a Freud.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 336.

Lázaro da Costa, Raposo Tavares e Manuel Preto, Fernão Dias Paes, Manuel de Lemos Conde, Zacarias Dias Cortes e Francisco de Souza Farias. Tratava-se de um rol de homens enaltecidos pela história que inspiravam uma nova geração de “heróis” a buscar fama e álibis para alimentar seus interesses.

O que transparece nas “ordenações” do Morgado de Mateus a Domingos Lopes Cascais é um trabalho cuidadoso e consistente no qual está fortemente arraigado um conjunto de princípios – entre eles os honoríficos - revestidos de um caráter marcial que se voltava para um “projeto civilizador” no interior da capitania de São Paulo.²¹ Segundo Santos, as instruções de Lisboa a D. Luis eram claras; “que ele facultasse *licença, ajuda e favor* para que os *aventureiros*, movidos pela cobiça do ouro, penetrassem em direção à serra de Apucarana”.²² Desse modo, constata-se um conjunto de intenções fundamentadas numa idéia de civilização que se projetou para o mundo ultramarino a partir de idéias religiosas, de relações políticas, das vivências coletivas e de “comportamentos” sociais como o ufanismo e o ressentimento.²³

A nomeação de Domingos Lopes Cascais e a designação de seus poderes exemplifica muito bem as práticas sociais da “nobilitação” que tinham como referência o “mundo” metropolitano. Assim, o alto escalão militar procurava cumprir suas ordens, satisfazendo simultaneamente aspirações “corporativas”, jurídicas e pessoais. Diga-se de passagem, que o motivo da escolha de D. Luis Antonio pela Coroa para assumir o governo da Capitania de São Paulo seguia os moldes de uma tradição fundamentada nos valores ligados à honra e à nobreza. Como já foi observado no capítulo anterior, o Morgado de Mateus possuía nobreza e uma tradição militar, cujo reconhecimento definitivo sobreveio com os sucessos obtidos durante a na Guerra dos 7 anos, em 1762. Mais do que isto, a partir da segunda metade do século XVIII, incorporava-se a noção de que a guerra era uma arte, ao mesmo tempo nobre e técnica: “neste contexto é que a afirmação do estatuto militar, o papel dos engenheiros militares, dos matemáticos da balística e das táticas aliadas a um discurso fundamentador de uma autonomia de saber, adquiriu peso ímpar”.²⁴

²¹ Ordens para cumprir o tenente Domingos Lopes Cascais. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 69-72.

²² SANTOS, Antonio César de Almeida. O desbravamento dos sertões da capitania de São Paulo e a presença portuguesa na porção meridional da América. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (Org.) **Plano para sustentar a posse da parte meridional da América Portuguesa** (1772). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, p. 3.

²³ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p.23. vol. 1. Este autor não estudou os conceitos de “cultura” e “civilização” no mundo português, mas permitiu-me refletir sobre as sensibilidades em oposição enquanto manifestações próprias das relações entre Portugal e sua colônia na América.

²⁴ COSTA, 2006, p. 119.

Consciente de seus atos e, seguindo algumas “recomendações” de Lisboa, as ações individuais de D. Luis procuravam refrear a exploração do ouro no litoral, estimulando o avanço para os sertões, revolvendo ainda mais a ambição dos paulistas com “notícias” acerca de um “eldorado” nos sertões de Tibagi. Enquanto o governo metropolitano visava reforços militares ao Sul, o projeto independente de D. Luis objetivava povoar e ocupar o Oeste da capitania de São Paulo pra fazer frente à presença espanhola naquelas imediações, uma vez que desde a anulação do Tratado de Madrid em 1761, os marcos territoriais eram guarnecidos por forças “militares”.²⁵ Desta maneira, além de outros elementos vitais à formação do território na América portuguesa do século XVIII, estava presente a associação com a riqueza da “terra”.

Nesse período, é notória a rede de negociações entre diferentes poderes locais e metropolitanos. Para não ter maiores problemas com a Coroa, D. Luis cumpria comedidamente instruções para reforçar Rio Grande de São Pedro.²⁶ Além de ter o acompanhamento de Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal), Francisco Xavier de Mendonça (secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos) e o seu sucessor, Martinho de Melo e Castro, ele também buscava justificativa para suas ações no trabalho do engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria, que participara como comissário da Terceira Partida Demarcadora, no Tratado de Madrid de 1750, e com quem elaboraria o projeto de ocupação da América portuguesa Meridional e o projeto do Forte de Nossa Senhora do Iguatemi.²⁷

No Roteiro de Viagem de Domingos Lopes Cascais, as “recomendações” expressavam as iniciativas privativas da “diversão pelo oeste” de D. Luis e a “obediência” compulsória dos subordinados. A auto-afirmação do Estado lusitano e as redes de negociação de poder na colônia estavam presentes nas determinações que passavam pelo comportamento militar, pela exploração territorial, pelo estabelecimento de “roças” para futuras provisões, pelo contato moderado com grupos indígenas e espanhóis, até o respectivo retorno com as

²⁵ KOK, Glória Porto. **O sertão itinerante**: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 55.

²⁶ Ver também SANTOS, Antonio César de Almeida. **Para viverem em povoações bem estabelecidas**: um estudo sobre a política urbanística pombalina. Tese de doutoramento, UFPR, Curitiba, 1999.

²⁷ SÁ e FÁRIA, J. C. e MOURÃO, Luis. A. de S. B. Projeto, ou plano ajustado por ordem de S. M. F. entre o Governador & Cap. ^m Gen. ^{Al} de S. Paulo. D. Luis Ant.¹⁰ de Souza & o Brigadeiro Jozé Custódio de Sá e Faria de todos os serviços que se devem obrar, & todos os socorros com q se devem sustentar nesta P. ^{lc} Meridional da America Portg. ^{sa} anno de 1772. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (Org.). **Plano para sustentar a posse da parte meridional da América Portuguesa** (1772). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, p. 31-59. Em 1777, tentou combater as forças de Pedro de Ceballos na ilha de Santa Catarina, mas capitulou. Temendo execução, desertou para o lado espanhol, contribuindo significativamente nos projetos arquitetônicos e de urbanização em Buenos Aires.

notícias das demarcações, devidamente registradas em um “diário por todos os dias, em que se dilatar”.²⁸ Além do mais, é preciso dizer que no “ciclo dos engenheiros militares” era comum a representação do territorial.²⁹ Eles seriam complementados com as observações *in loco* e, conseqüentemente, resultariam em novos mapeamentos em que se reconheciam localidades, regiões e, por fim, o território luso-brasileiro.

Podemos perceber na história da América portuguesa do século XVIII que a confluência e a divergência de “projetos pessoais” - como foi o de D. Luis Antônio - e de Estado resultaram de um processo intenso de negociação que exclui sua população, a qual se interpunha quando podia ao projeto do Morgado de Mateus. Neste sentido, considerando as forças políticas, segundo Mello “[...] a formação da força militar não deveria colidir com os respectivos interesses das elites locais e nem, tampouco, como os daqueles que desenvolviam atividades econômicas consideradas úteis ao Estado, como artífices, os lavradores e os comerciantes”.³⁰ Tais questões, dispostas no *Alvará de 1764* que “regulamentava” privilégios e isenções ao serviço militar, foram ampliados pela rede de relações personalistas na colônia.

31

Considerando o peso da tradição e o desenlace da sensibilidade ufanista no seio das disputas políticas dentro da corporação militar, havia um limite para a “promoção pessoal” na medida em que as elas se tornaram cada vez mais acirradas. Estas “diferenças”, dentro da rígida hierarquia militar, eram aquelas derivadas do meio social, na qual “grandes proprietários” e pessoas abastadas que podiam se manter nas Tropas Auxiliares ocupavam as mais altas posições de comando.³² Como notou Mello, uma posição na Companhia de Ordenanças significava uma rede de relações coercitivas no lugar de lotação na medida em que manifestava uma forma de poder pelo conhecimento das populações e pelo exercício da

²⁸ Ordens para cumprir o tenente Domingos Lopes Cascais. In: SAMPAIO E SOUZA, A. B. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...], [1768-1774] 1956, p. 70.

²⁹ Ver BELLUZZO, Ana Maria de Moraes, PICCOLI, Valéria. Desenho e conquista territorial. In: **Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII**. São Paulo: BNP Paribas, 2003.

³⁰ MELLO, Cristiane F. Pagano de. Os corpos de ordenanças e auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa. *História: Questões & Debates*, Curitiba, 2006, p. 30.

³¹ Alvará com força de lei, de ampliação, e declaração ao outro Alvará de 24 de fevereiro de 1764, sobre as Recrutadas dos Regimentos. In: **Systema ou colleção dos Regimentos Reais. Contém os regimentos pertencentes à Fazenda Real, Justiça e Militares. Agora novamente reimpressos e accrescentados com todas as leis, Alvarás, Decretos e Avisos, que ampliarão, limitarão, declararão, recomendarão, e derogarão os mesmos Regimentos nas partes, ou §§, que se abolirão: e também se lhe juntarão outros mais, que faltavão até o presente**. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789, Tomo V, p. 327 et seq.

³² MESGRAVIS, Laima. A sociedade brasileira e a historiografia colonial. In: FREITAS, Marcos C. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 51.

autoridade.³³ Portanto, esse aspecto derradeiro também estava na superação dos adversários de carreira e na “descoberta” dos interiores coloniais.

Por outro lado, ao considerar que o ufanismo traz em si o excesso e uma forma de violência, as ações do Morgado de Mateus e de Afonso Botelho mostravam a insubordinação aos projetos metropolitanos, ao mesmo tempo em que havia uma aversão da população àqueles projetos, dentro de limites aceitáveis da manifestação e da retaliação.

A historiadora Heloísa Liberalli Bellotto ressalta a resistência de D. Luis Antonio às instruções metropolitanas de enviar tropas ao Sul. “Oeste, sim, como conquista territorial, não como tática de guerra, modo de ‘sangrar’ aos exércitos espanhóis como pretendia o Morgado de Mateus”.³⁴ A resistência não era só da população, mas também dos próprios militares e mesmo de outros poderes na metrópole. A estratégia e os princípios do Morgado de Mateus foram hostilizados por Martinho de Mello e Castro, Ministro dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, que entendia que os esforços deveriam se concentrar no Sul e não no Iguatemi e Tibagi.³⁵

Considerando a complexidade destas ambigüidades, destaque-se a perspectiva da violência “branda” e dissimulada presente no roteiro de Cascais. A estratégia era conquistar os sertões com a ajuda de seus habitantes, dando a falsa idéia de que a sua integração à nação luso-brasileira seria fácil e amena. Nessa ótica, era necessário, portanto, tratar o gentio com “afabilíssimo mimo” para depois convertê-lo à fé cristã. Esse era considerado o caminho “natural” para que aqueles “povos” reconhecessem a coroa portuguesa.

O estratagema da amistosidade, assim, é emblemático e se apresenta de forma mais significativa nos termos que se seguem por admitir a ilusão da posse permanente da terra pelos índios: “sem os molestarmos, nem prejudicarmos nos direitos de suas terras”.³⁶ E o caminho que restava a estes grupos era a submissão, voluntária, já que a colonização e a submissão eram inevitáveis, e por assim dizer, irreversíveis. Como destacou a historiadora Deckmann Fleck, ao estudar as narrativas de cronistas, leigos, viajantes e missionários durante os séculos XVI e XVII, há uma profunda incapacidade de apreender as manifestações das sensibilidades indígenas.³⁷ No caso das expedições militares, que adentraram aos sertões

³³ MELLO, 2002, p. 27-28.

³⁴ BELLOTTO, 1979, p. 269.

³⁵ Ver PEREIRA, 2003, p. 14.

³⁶ **Ordens para cumprir o tenente Domingos Lopes Cascais.** In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], p. 71.

³⁷ FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Da negação à ressignificação: a sensibilidade indígena nas narrativas coloniais. **Estudos de História**, Franca, v. 10. n. 2, p. 43-63, 2003.

de Tibagi, observou-se a mesma incapacidade de perceber a cultura indígena e seus comportamentos.

O que é comum nestes documentos é a suposta alteridade, pois permitia-se aos índios “vir ver as nossas terras, e habitações para melhor capacitarem do trato, que com eles queremos”.³⁸ De outro lado, prevalece a desconfiança, pois as esquadras deviam evitar ataques traiçoeiros e atitudes imorais. Ao contrário do que assinalou Paulo Prado,³⁹ era como se esta moralidade existisse desde os primórdios da colonização. No pensamento dos historiadores paulistas a luxúria, o “apresamento indígena”, a escravidão, a violência e o “profundo ódio” aos espanhóis eram extirpados para dar lugar a um passado sem máculas.

E o que se reconhece nesses documentos são os estratagemas bem orientados a satisfazer fins específicos que não condizem com a realidade colonial. Aos membros da expedição ficava expressamente proibido, que se “durma fora do seu pouso, e sempre desconfiará do peor, que lhe pode acontecer” e também para evitar condutas ilícitas com as mulheres índias. A luxúria era algo desprezível para os comandantes das expedições, pois era um “vício” que poderia aniquilá-los. A maioria dos clérigos considerava-a um atentado contra a fé, e por isso ela deveria ser contida. Além do mais, seguia-se a bula papal “Immensa Pastorum principis”, de 22 de dezembro de 1741, de Benedito XIV, as leis régias de junho de 1755 e de agosto de 1758 através das quais se pregavam os princípios de liberdade aos índios. Mas essa liberdade, no entendimento do Morgado de Mateus e da Coroa, era algo imperativo, pois se estabelecia “não só aos Índios já associados, mas aquelles que pelo tempo futuro se associarem a viver livres. ^{te} na união geral dos Fieis Vassalos do mesmo senhor”.⁴⁰

Essa estratégia discursiva que tornava a realidade muito diferente do que era de fato tinha uma explicação; e não estava apenas vinculada à política indigenista do Marques de Pombal que seguia os preceitos religiosos, mas também na autodefesa diante de um processo “administrativo” que sofreria D. Luis Antonio após o seu governo.⁴¹ Mais tarde, em 1774, as inconsistências dessa brandura foram quebradas, quando já se sabia que os soldados de Paulo Chaves de Almeida revidaram ataques indígenas nos Campos de Guarapuava, e Martinho de Mello e Castro, inimigo do Morgado de Mateus, o recriminava:

³⁸ Ordens para cumprir o tenente Domingos Lopes Cascais. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774] 1956, p. 71.

³⁹ Ver PRADO, 1972, p. 66 et seq.

⁴⁰ SÁ e FARIA, J. C. e MOURÃO, Luis. A. de S. B. [1772] 2003, p. 115.

⁴¹ SEVCENKO, Nicolau. O ciclo de Miranda: utopia indigenista no Brasil pombalino. In: **Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII**. São Paulo: BNP Paribas, 2003, p. 15-23.

Diz VS.^a, que sem se usar de alguma força, não será possível reduzir os Índios, nem adiantar os Descobrimientos: Se VS.^a porem tivesse bem compreendido as sobreditas Leys, e Ordens de Sua Magestade veria nellas; que o mesmo Senhor não quer, e renuncia a todos os Descobrimientos, e Reduções, que custem huma só gota de Sangue aos miseraveis Índios.⁴²

Contudo, as ordens encaminhadas a Domingos Lopes Cascais tiveram efeito contrário e se transformaram em focos de insatisfação por parte dos soldados. Uma explicação plausível para estes “dispositivos afetivos” aflorarem estava diretamente ligada à descoberta do ouro nos sertões de Tibagi. No capítulo dez do “Projeto, ou plano ajustado” [1772], de D. Luis e Sá e Faria que prevê a civilização dos índios, D. Luis expõe claramente as motivações “capitais” de seus homens:

para facilitarmos este Projeto de nos Segurarmos na Barra do Rio do Registro, procuraremos como meyo muito eificaz; Ocupara a Serra de Apucarana, e Descobrir o ouro, cuja riqueza sendo como se diz, nos facilitará todos os obstáculos e dificult.^{es} que se opoem aos nossos Intentos. Porque atrahidos os homens com a suave violência da Sua ambição, fecharão os olhos a todos os perigos, a todas as incomodidades, e asperezas, e sem que custe o trabalho de os ajuntar, concorrerão de todas as partes com o designio de enriquecerse; e ficará povoado em pouco tempo todo aquelle vasto contintente .⁴³

Percebe-se que o ufanismo procurava valorizar um território que já se considerava legitimado pela posse, criando uma imagem positiva das ações luso-brasileiras, ao mesmo tempo em que camuflava a “realidade” numa pretensa “negociação” com a sua população, com os índios e com os subordinados. Notadamente, em tal projeto tinha-se por objetivo beneficiar e enaltecer seus executores diante de idéias que de alguma maneira lhes eram adversas, tanto no plano interno das disputas pelo poder, quanto no plano externo da disputa territorial com os espanhóis.

Entretanto, como se constata na documentação o ressentimento entre os soldados era profundo, mas nem sempre manifesto, exceto por algumas passagens inconscientes lançadas em relatórios e correspondências, sendo que, como a descoberta dos famosos veios minerais não aconteceu imediatamente, os problemas do cotidiano tiveram maior repercussão. Nessas circunstâncias, os soldados viam-se diante de recrutamentos forçados, da eminência de

⁴² Registro de minuta de correspondência a ser dirigida ao governador da Capitania de São Paulo – Coleções de registros de ofícios e minutas remetidos para o Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Gerais, St^a. Catarina, Rio Grande e Nova Colônia do Sacramento; AHU, Códice 1787. In: PEREIRA, 2003, p. 19.

⁴³ SÁ e FARIA, J. C. e MOURÃO, L. A. de S. B., [1772] 2003, p. 113.

embates fatais com os espanhóis, das dificuldades da demarcação territorial, da aparente “impossibilidade” de revidar os ataques indígenas, de conspirações dentro da corporação militar, de privações alimentares e de epidemias.

Sobre esse sentimento de aversão da população de São Paulo aos projetos de seu governador, Santos nos informa que a “obrigação de arregimentar esses voluntários estava ao encargo dos capitães-mores das vilas, que se defrontavam com grandes dificuldades, dada a constante recusa dos moradores em engajarem-se nos planos do governador da Capitania”.⁴⁴ E é impressionante como esta questão ainda persistia no século XIX. Em 1820, o “viajante” Saint-Hilaire construía mitos em torno de um paraíso no interior do Brasil, onde havia apenas homens brancos e a inexistência da escravidão. Mas também relatava que a população dos Campos Gerais ainda abominava os recrutamentos forçados, mesmo após a “conquista” dos campos de Guarapuava, no início do século XIX.⁴⁵

O ufanismo absorveu Domingos Lopes Cascais na medida em que se previa uma relação de intimidade e de apropriação da “terra” que deveria prevalecer sobre os espanhóis, desviando desta maneira o foco dos problemas internos: “não consentirá, que os castelhanos passem para as nossas partes, nem a expedição voltará para trás sem ordem para isso, vendo o comandante que tem partido, para se sobster na paragem, que se topar; e quando não, se virá retirando o mais devagar quê for possível, e dará parte de tudo”.⁴⁶ Para colocar em prática tal projeto, era necessária a “submissão”, o que quer dizer que a conquista definitiva dos sertões passavam antes pela “dominação” indígena. Nesse caso, tratava-se também de uma estratégia oportunista que não tinha nada a ver com um tratamento adequado aos grupos indígenas, mas com uma política de dominação territorial, e a ambição coletiva em torno dos veios minerais, de honrarias e promoções.

Numa perspectiva dual, na postura ambígua de Domingos Lopes Cascais - cujo entendimento de Martins o levou a ressaltar aquela expedição como penosa-,⁴⁷ destacam-se dois elementos imprescindíveis à compreensão das sensibilidades no século XVIII.⁴⁸ Trata-se da relação do indivíduo com a natureza instituída na apreciação estética, nos conceitos de monumentalidade e nos empecilhos que ela causava aos seres humanos.

⁴⁴ SANTOS, 2003, p. 11.

⁴⁵ SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Ed. da Universidade de São Paulo; Livraria Itatiaia, 1978.

⁴⁶ Ordens para cumprir o tenente Domingos Lopes Cascais. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774] 1956, p. 72.

⁴⁷ MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 186.

⁴⁸ Roteiro da Viagem que fez o Tenente Domingos Lopes Cascais, e o cabo Bruno da Costa Filgueiras, em que compriam as ordens que se lhes deram como atrás ficam registradas, copiado da mesma sorte, que mandou o dito capitão, hoje 16 de abril de 1769. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 73.

Os dois casos parecem instigantes e problemáticos, pois as dificuldades humanas diante da natureza poderiam ser destacadas, uma vez que era imanente à necessidade de construir um conjunto de imagens espetaculares que, associadas às ações individuais, remetesse ao projeto nacional. Seu uso poderia servir a uma valorização pessoal, principalmente quando as informações de antigos sertanistas transformavam-se num modelo de referência que os situava num ambiente em que as próprias disputas sociais e políticas eram determinantes ao sucesso ou ao fracasso. Para os “subordinados”, as seduções em torno da exuberância da natureza e da paisagem não surtiu muito efeito, ao contrário, serviram como justificativas ou álibis para não cumprirem suas missões e evadirem-se dos interiores coloniais, principalmente quando os resultados das “descobertas” minerais não eram tão naturais quanto as promessas alardeadas.

Note-se que os elementos aquáticos e a floresta subtropical que figuram na descrição de Cascais e Silva como empecilho às estratégias lusitanas tinham outro sentido. Se os aspectos náuticos incrementavam a construção daquele discurso, as frágeis canoas que partiam do porto de Caiacanga, amontoadas de homens e suprimentos, conferiam à narrativa o peso de uma epopéia ao mesmo tempo em que aludia ao pioneirismo lusitano na exploração marítima e fluvial da colônia. Os revezes colocados pela natureza e pelos parcos equipamentos foram sempre superados pela inteligência e pela determinação de seus comandantes. Dizia ele que foi realizada por apenas trinta homens em três canoas, “percorrendo a distância de setenta léguas”, “[...] não tendo sido até ali nunca navegado”.⁴⁹

Ao tratar desta expedição militar, o historiador Francisco Carneiro simplesmente a descreve no conjunto da documentação, destacando a figura de Afonso Botelho, que teria carregado “exclusivamente em seus ombros” a responsabilidade e o peso daquelas ações.⁵⁰ Certamente estas idéias têm uma correspondência, mas dever-se-ia considerar melhor o papel dos “soldados” em desbravar os sertões, em passar por uma série de exigências da vida e das funções exercidas, além daquelas querelas existentes dentro dos liames das disputas políticas de seus superiores.

A influência ufanista do século XVIII, transposta ao discurso militar, tentava estabelecer um vínculo profundo entre os indivíduos e o domínio territorial, criando laços identitários difíceis de serem ajustados.⁵¹ E, como percebera Francisco Tossi Columbina a

⁴⁹ SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774] 1956, p. 7.

⁵⁰ CARNEIRO, 1986, p. 107.

⁵¹ Ver DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil**: diagnóstico para a (n)ação. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 86. Segundo a autora no início do século XX era unânime entre os brasileiros a idéia de que a vastidão territorial alicerçara as várias “matizes” ufanistas, as quais insuflavam “o orgulho nacional”. Uma delas

partir de uma cartografia dos interiores da colônia, os “caminhos fluviais” tinham grande importância nesse processo, contudo, em seu caso, aqueles caminhos não lhe trouxeram a esperada riqueza dos sertões de Tibagi. De qualquer forma, não foi um desacerto optar por eles, embora não fosse prática corriqueira antes do século XVIII, porque os rios eram obstáculos ao povoamento da colônia e, além do mais, a contribuição portuguesa à navegação interior foi limitada, não acrescentando muita coisa aos conhecimentos indígenas, de maneira que se preferia a via terrestre.⁵²

É evidente nestes relatórios militares a valorização das ações pessoais, principalmente as do alto comando militar. Raras vezes o soldado aparece no texto, a não ser quando suas atitudes não são condizentes; desse modo, sua posição neste discurso é menor e chega a ser, em certos pontos, inferior a do indígena. Afinal de contas, ele estava lá cumprindo o seu dever e não deveria manifestar suas opiniões.

Em Cascais, o engrandecimento de si só poderia ocorrer a partir de referências abstraídas de um meio “aquático virginal” que figurativamente o desafiava enquanto o ouro não aparecia: “[...] isto é o que vimos nesta diligência até chegarmos ao porto, onde nos tínhamos embarcado, 3 meses menos um dia, sem em todos esses sertões vermos sinais alguns do gentio, nem são os matos capazes de os sustentar”.⁵³ Na alegoria, as restrições alimentares e as características de ambientes flúvio-terrestres foram fundamentais a um tipo de mensuração; a natureza era inóspita e perigosa, pois ela era repleta de “lajes”, “ilhas”, “paredões de pedra” e “contínuos penedos” que obrigavam os homens a marchar por terra.

Embora os elementos que levavam a uma depreciação da natureza e da paisagem só poderiam aludir a uma “terra” estranha, de alguma forma traziam como significado, distanciamento, solidão, aridez. Mas a ordem discursiva contornou tais problemas, na medida em que cogitava o argumento da necessidade de sobrevivência ao cultivo da terra, prevendo-se outras possibilidades menos imediatas para as ações transitórias nos sertões: “e porque sendo até ali os matos com demonstrações de infrutíferos, sempre por cautela, e por desejo de os experimentar, os mandei roçar com ânimo de plantar [...]”.⁵⁴

Assim, a escassez alimentar, a vegetação “carrasquenha” e “infrutífera”, levaram

era a de CELSO, Affonso de A. F. **Por que Me Ufano do Meu País: right or wrong, my country.** 12^a ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1943.

⁵² HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções.** Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1945. Segundo o autor, coube a Alfredo Ellis Júnior o mérito de mostrar que a expansão para os sertões da colônia não se deu exclusivamente pelas vias fluviais. Por outro lado, nas pilhagens que ocorreram no Guairá poucas vezes se recorreu ao rio Tietê e ao rio Paraná.

⁵³ CASCAIS, Domingos Lopes, FILGUEIRAS, Bruno. Relação de viagem, que fizemos pelo Rio do Registro abaixo. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 75.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 74.

Domingos Lopes Cascais a expressar da “boca para fora”, sentimentos de repugnância, angústia e monotonia quando estava diante de “charnecas” e serras “montuosas”. No fundo, o que havia era o exagero do relato que continha realidades distintas da “representação” e da contemplação, contrabalançadas pelas “irregularidades do terreno”. Não se tratava, portanto, de algo pleno ou absoluto, mas de uma simulação que o discurso produzia, o que não quer dizer que não existissem sensibilidades para o mundo ao redor.

A narrativa também era fruto de um direcionamento prospectivo de Afonso Botelho, pois era ele quem determinava como a paisagem deveria ser referenciada nos documentos, embora um pouco da perspectiva de cada um ficasse registrada. Os elementos sublimes e significativos da natureza, as experiências do grupo naquele ambiente fluvio-terrestre deveriam ser relatados com o máximo cuidado: “e tendo o comandante navegado três meses rio abaixo, ainda que não tendo chegado ao Paraná, fará alto em algũa parte mais notável, com a barra de um rio, ou morro, ou serranias, por onde se conheça que chegou, e voltará para cima a dar conta do que tiver visto, e feito”.⁵⁵

É importante considerar a correspondência entre as projeções paisagísticas desses homens à cultura portuguesa, mesmo porque é a partir dela que o ufanismo deste período absorveu sua essência e lhe deu amplitude. Embora as perspectivas pessoais fossem diferenciadas, existe algo em comum àqueles homens além das imposições de D. Luis Antônio. Desse modo, atente-se para os elementos que iam além das relações sociais e políticas na constituição do ufanismo.

As chamadas “águas virginais”, a complexa rede de rios caudais e os montes cobertos de matos” incorporam simbologias antigas em torno da água, da rocha e da madeira.⁵⁶ De acordo com Eliade, imagens e símbolos respondem às necessidades humanas e revelam, portanto, as maneiras mais íntimas de ser. A idéia da vida sexualiza o mundo ao redor, implicando a sexualidade, a fecundidade, a morte e o renascimento. Nessa perspectiva, rocha significa imobilidade e imutabilidade; água está relacionada ao sentimento, à movimentação, ao nascimento e ao renascimento; enquanto a madeira, ou a árvore, o arquétipo materno.

Como estas simbologias aludiam à essência da “terra mater” e à “origem” da territorialidade portuguesa, foram imprescindíveis na construção do ufanismo e na sua assimilação. As marcas impressas na madeira e na rocha significavam o domínio humano sobre a estabilidade da natureza na formação nacional: “[...] deixando no último lugar a que chegaram uma ua cruz lavrada em um pinheiro, e sobre a maior queda, que faz o rio em ua

⁵⁵ Ordens para cumprir o tenente Domingos Lopes Cascais. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 72.

⁵⁶ ELIADE, Mircea. **Herreros y alquimistas**. Madrid: Editorial Alianza, 1974.

grand pedra, que vira para o nordeste, lavrada outra com um picão, e por baixo nas letras V. R. P., e o mesmo em outra pedra onde finda o rio navegável [...]”.⁵⁷

E, nesse caso, o território nacional, referia-se a uma ambigüidade entre a colônia e Portugal, da mesma forma que as sensibilidades ufanista e ressentida estavam sendo construídas a partir de uma base pessoal, política e cultural. Nesse sentido, dentro da “dualidade sensível” deste período, a territorialidade e a natureza apresentavam sua duplicidade para as apreensões humanas. Apesar de bela e perigosa, a natureza deveria ser reconhecida para então ser valorizada e apropriada, integrando-se a uma idéia de nação uniforme e coesa, o que de fato ainda não existia completamente.

5.3 Entre o paroxismo e o dever

No decorrer da leitura dos documentos relativos às expedições militares aos sertões do Tibagi, ficaram cada vez mais nítidas as sensibilidades que, embora comportem um fundo cultural em comum, caracterizam a simultaneidade de sentimentos.

Essa incoerência dos discursos militares destacadas é recorrente na expedição que começou na segunda metade do mês de julho de 1769. A “entrada” de Estevão Ribeiro Baião partiu do Porto de São Bento, no rio Tibagi, com setenta e cinco homens de Curitiba e Campos Gerais, tendo dezenove instruções e os mesmos princípios norteadores da expedição anterior (Quadro 3).

Para além do plano pessoal, a estratégia da ocupação imediata dos sertões consistia em enviar as esquadras para diferentes rumos. Enquanto o tenente Francisco Lopes da Silva descobria o rio D. Luís (rio Ivaí), as outras esquadras eram reagrupadas e tomavam a direção daquele rio no final mês de novembro. O capitão Estevão Ribeiro Baião adoeceu nas imediações desse rio e, em seu retorno, faleceu em dezembro de 1769.⁵⁸ No porto que ali havia fundado, deixou o comando ao sargento Tomé Ribeiro; e em canoas, o tenente Francisco Lopes e o capelão Antonio de Santa Tereza do Espírito Santo partiram no início de dezembro até encontrar um grande afluente, denominado de rio Mourão.

⁵⁷ SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 7.

⁵⁸ No documento há outro anacronismo, no início do relato menciona-se que a expedição parte para os sertões do Tibagi, no ano de 1769 e, depois informa o falecimento do capitão Estevão Ribeiro Baião em 1768: “O capitão que tinha ficado doente na margem do Rio de Dom Luis, se lhe agravou a moléstia; saindo para fora faleceu ao terceiro dia que chegou à casa, no fim de dezembro de 1768”. (p. 8-9).

Olhando detidamente para as instruções de Ribeiro Baião, percebe-se a dimensão do projeto colonizador e as estratégias militares. Determinava-se o rumo a seguir (instrução nº 4); como elaborar o diário de viagem (instrução nº 3); o que deveria ser registrado a partir da observação da paisagem (instrução nº 2); a elaboração de canoas, os locais de acampamento (instruções nº 5 e nº 6); o objetivo principal - chegar até “as fronteiras do rio Paraná” (instrução nº 7); as ações diante dos espanhóis (instruções nº 8, 14 e 15); procedimentos a serem executados no contato com populações indígenas (instruções nº 9, 10, 11, 12 e 13).

Um dos pontos mais polêmicos era a instrução nº 10, uma vez que trazia uma série de ambigüidades que não eram admitidas pelos soldados e serviram como legitimação para toda “sorte” de intransigências: “[...] ainda que os índios, como bárbaros, lancem alguma surriada de frechas, deve o capitão ter instruído a sua gente, não atirem, nem façam mal, antes lhes batam palmas, e procurem fazer sinais, que fôr possível, para mostrar-lhes querem paz [...]”.⁵⁹

Mas há ainda outra incerteza, manifestada tanto no servilismo indígena, quanto na submissão dos soldados. Veja-se, por exemplo, a instrução que previa casamentos de membros da tropa com mulheres índias: “[...] se algum dos que acompanham ao dito capitão quiser casar com a filha dêle cacique, tendo-a, ou com outra qualquer índia, o consentirá, valendo-se de todos os meios, para com mais segurança continuar as diligências de que vai encarregado”.⁶⁰ Sem margem de dúvidas, eram atitudes controladoras que visavam manter a “autoridade” militar e a continuidade dos projetos metropolitanos.

É evidente que os princípios constantes nestas instruções seguiam as ordenações reais e de D. Luis Antonio e, embora seu direcionamento fosse organizado especificamente por Afonso Botelho, fundamentavam-se na mitificação construída pelos historiadores paulistas. Segundo Carneiro, a construção de fortalezas, fundação de vilas no litoral e no planalto, a organização das expedições militares “saíram do velho casarão onde Botelho e toda a direção do Real Serviço local, ter-se-ia instalado”, em 1768.⁶¹

O que é notável no documento é a constante preocupação do comando geral com a “moral” da tropa para que se levasse adiante a exploração militar. Na verdade, a

⁵⁹ Expedição que sai desse porto de São Bento do Rio Tibagi por ordem do ilustríssimo e Excelentíssimo senhor Dom Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, Governador, e capitão-general desta capitania de São Paulo, qual fica entre a barra do rio Pitangui, o que da parte do norte se mete no rio Tibagi e o rio Capiravi, que da parte do sul se mete no dito rio, para efeito de entrar a penetrar os sertões chamados do Tibagi, sendo comandante da dita expedição o Capitão de Auxiliares da Freguesia de São José, Estevão Ribeiro Baião, a quem se dão as ordens seguintes instruindo-o em tudo o mais, que deve obrar, e praticar na dita expedição. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 79.

⁶⁰ Ibid., p. 79.

⁶¹ CARNEIRO, 1986, p. 52.

reorganização militar da capitania de São Paulo foi problemática ao governador e à metrópole. (Quadro 2) O que havia na capitania de São Paulo era um Corpo de Tropas e companhias de Ordenanças, diferindo consideravelmente daquelas que existiam em Portugal. A formação de um Regimento regular era vital ao novo governo. E, como bem salientou Bellotto, a preocupação de D. Luis tinha justificativa: “se havia dificuldades para manter as Tropas pagas, como fazê-lo com aquelas, mesmo com soldo inferior?”.⁶² Não restava outro caminho ao Morgado de Mateus, mesmo diante da impopularidade daquelas ações, senão colocar em prática um método de recrutamento, onde se incorporavam índios, negros e mulatos, e vadios.⁶³

As notícias do sertão, as preocupações alimentares e o pagamento de soldos tinham um peso enorme na execução de um projeto que era considerado arriscado e precisava ser pensado em seus pormenores, mesmo porque tinha iniciativa própria e a consciência de suas repercussões.

Apesar desta “ênfase” na concepção em torno do Império português e de seus domínios, e mesmo no projeto pessoal de D. Luis, aos poucos as tensões foram surgindo nestes documentos, principalmente aqueles entre militares e “clérigos”.⁶⁴ Desde o início, o estabelecimento de Afonso Botelho em Paranaguá foi tumultuado; D. Luis Antonio afirmava: “estimo que Vossa Mercê desse a repressão aos padres que se alargaram no modo de falar contra as ordens e o serviço de sua majestade”. É conveniente lembrar que havia intrigas palacianas entre o governador da capitania de São Paulo e o Bispo Manoel da Ressurreição.⁶⁵

Inicialmente, o frei beneditino Antonio de Santa Tereza do Espírito Santo que acompanhava a expedição de Estevão Ribeiro Baião desempenhou importante “papel” nos processos litúrgicos e de enfermagem. Afinal de contas, desde a época das bandeiras, o capelão exercia um papel significativo; “afim de minimizar o medo da morte e encaminhar a alma para a salvação, a figura do capelão era obrigatória [...]”.⁶⁶ Mas Frei Antonio destacou-se mesmo pelas notas historiográficas que concebeu e pelo diário que pormenorizava a partida das esquadras militares de Inácio Mota, Francisco de Oliveira Franco e a do próprio Estevão Ribeiro Baião.⁶⁷

⁶² BELLOTTO, 1979, p. 103.

⁶³ PEREGALLI, 1986, p. 118.

⁶⁴ Esta expedição militar foi tipicamente fluvial. Partiu do Porto de São Bento, no rio Tibagi, na segunda metade do mês de junho de 1769, com setenta e cinco pessoas, em sua maioria oriundas de Curitiba e dos Campos Gerais.

⁶⁵ CARNEIRO, 1986, p. 51-52.

⁶⁶ KOK, 2004, P. 45.

⁶⁷ Antonio de Santa Tereza do Espírito Santo. Diário e marcha da companhia de que é capitão Estevão Ribeiro Baião. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 182-194. Há um anacronismo referente a essas datas, o

Entre os fatos importantes, ressaltou em sua visão “providencialista” o mal estar causado pela morte de seu comandante após sua incursão aos sertões; para ele os “préstimos” daquele militar à coroa portuguesa tinham sido exemplares: “o capitão Estêvão Ribeiro faleceu depois de três dias, que chegou a sua casa: eu o senti, e fiquei certo, que se não fosse a sua moléstia, havia de dar conta desta diligência, porém, já que Deus assim foi servido, permita tê-lo na sua glória, e a nós dar-nos vida para o servir”.⁶⁸

Na carta do frei Antonio, escrita em 20 de novembro de 1769, às margens do rio D. Luis, “pôrto de São Rafael”, encaminhada a Afonso Botelho, constatam-se essas idéias de cooptação com o governo da capitania. Mas não era algo fácil de administrar, uma vez que os conflitos abrangiam as esferas civil, religiosa e militar. Percebe-se claramente que cada um lutava encarniçadamente para obter as vantagens prometidas por Afonso Botelho, situando-se dentro de “redes de negociação”. O frei beneditino, antes de exaltar um cuidado especial com sua caligrafia, antes de falar das injunções da natureza sobre os “soldados”, mostrou indiretamente seu envolvimento neste processo conflituoso.

As escusas a Afonso Botelho começaram a aparecer como subterfúgio, como estratégia pelo fracasso em ocupar rapidamente os sertões e dar sentido ao projeto expansionista. Frei Antonio desculpou-se pelos erros de rumo cometidos durante o reconhecimento da hidrografia dos sertões de Tibagi, reclamou da falta de mapas, e da precariedade das informações dos sertanistas para mostrar que fazia muito mais do que lhe haviam determinado.

Além de se referir às “teimas” do Cabo-de-esquadra Inácio Mota, mostrou a sua insatisfação em não ter liberdade para explorar os sertões à sua maneira, mostrando com isto os problemas que havia entre ele e seu comandante. Por isso ele não via nada de notável diante dos seus olhos; não era ele quem comandava. É de se supor que o que queria na verdade era a descoberta do ouro que por si mesmo desejava encontrar. Contudo, isto não está escancarado no texto e só pode ser percebido ao longo de sua narrativa,⁶⁹ mesmo porque havia o reflexo dos conflitos da sociedade do Antigo Regime com a Igreja, principalmente no que se refere às diferenças entre “pedagogia” religiosa e laica. Além dos mais, o que chama a

frei beneditino menciona que dia 20 de julho de 1769 era uma quinta-feira e, logo depois, dia 21, refere-se a uma segunda-feira.

⁶⁸ Ordens que foram ao tenente Francisco Lopes da Silva em 2 de janeiro de 1770. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 101-102. Para MAACK, Reinhard. Contribuição à história das explorações geográficas e geológicas do Estado do Paraná. In: **Geografia Física do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981, p. 46, Estêvão Ribeiro Baião estava com malária. As fontes apenas indicam o termo moléstia.

⁶⁹ Cópia de uma carta e diário que o padre Frei Antônio de Santa Tereza, monge beneditino, escreveu ao Tenente-coronel Afonso Botelho de S. Paio e Souza. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 178.

atenção é o fato de o Alvará de 1765 prever punições aos clérigos, o que explica a energia com que Afonso Botelho os tratou, principalmente porque eles poderiam acobertar desertores:

Reconhecendo-se os sobreditos desertores em casas de alguns Eclesiasticos e constando que nellas lhes derão asylo: Hei desde logo por exterminados para quarenta legoas do lugar, onde o caso succeder, os que derem são perniciosos asylos pela primeira vez; pela segunda os hei por exterminados para a distancia de sessenta legoas dos mesmos lugares; e pela terceira vez os hei por desnaturalizalos dos meus Reinos, e Domínios.⁷⁰

No *Vocabulario Portuguez & Latino* menciona-se que, entre os gregos e romanos, os desertores eram condenados à morte. O aparecimento do termo na língua portuguesa data do início do século XVIII, tendo origem no termo francês “deserteur”, derivado do verbo latino “deferere, que quer dizer Deixar, Desamparar, & assim chamamos Desertor ao soldado, que sem licença do seu Capitão, se auzenta & se retira dos exercícios militares, ou assenta praça em outra parte”.⁷¹

Voltando aos documentos, a expedição ficou marcada pela desorientação espacial e por uma mescla de sentimentos de felicidade, medo e angústia. De modo geral, prevaleceram os sentimentos negativos. De qualquer forma, embrenhar-se no sertão não era uma tarefa tão segura assim, pois, “seguinto rumbo norte e tendo atravessado grandes serras, e matos estéreis, se julgavam de todo sem esperança de alcançar caminho, que promettesse saída [...]”. Esses elementos reforçaram idéias relativas à segurança das esquadras que se dividiram para explorar o sertão:

[...] e considerando perder-se a esquadra de Inácio da Mota, comandada pelo tenente Francisco Lopes, que se tinha apartado do corpo, procurando veredas por entre aquêles despenhados montes, voltaram êstes com a notícia do rio, a que poseram o nome de D. Luiz, e achando ser navegável, e o que se procurava, voltaram para onde estava o seu capitão, e mais corpo, de que houve muito gôsto, tanto pelas boas notícias, como pelos verem tendo-os julgados mortos.⁷²

⁷⁰ Alvará de 6 de setembro de 1765, em que se estabelecem as penas, com que dever ser punidos os Desertores de Tropas, e os que lhes derem asylo. In: **Systema ou collecção dos Regimentos Reais [...]**. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789, Tomo V, pp.337-338.

⁷¹ BLATEAU: 1712-1728, p. 38.

⁷² SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 8.

Por outro lado, o mal-estar não se restringia apenas às situações pessoais de Frei Antonio, mas também à maneira como as populações foram submetidas ao esforço de conquistar os sertões. O problema da militarização promovida pelo Morgado de Mateus causava pavor. Afinal de contas, havia ordens expressas para alistar toda a população masculina de “quatorze a sessenta anos” para servir nas Tropas Auxiliares “sem exceção de nobres, plebeus, brancos e mestiços”. Em troca desses “serviços”, o governador prometia-lhes “hábitos, tenças e outras mereces e privilégios”, o que significava uma forma de ascensão social, embora o governo não cumprisse efetivamente suas obrigações para com os soldados, pagando-lhes regularmente.⁷³

Dadas estas situações, o recrutamento era visto como uma forma de violência que obrigava muitos homens a se refugiarem nos confins dos sertões. Além do mais, este “estado de espírito” se ampliou quando seus familiares também passavam a ser perseguidos, principalmente pela imposição da lei;⁷⁴ a população também era obrigada a “derramas alimentares” para abastecer as tropas que iam para os sertões.⁷⁵ Dessa maneira, como esses ressentimentos não podiam ser manifestados imediatamente e, mesmo depois, resultavam em deserções ou justificativas que os soldados entendiam ser coerentes.

Considerando as narrativas dos diversos documentos que compõem o discurso geral, capitaneado por Afonso Botelho de Sampaio e Souza - *Notícia da Conquista, e Descobrimto dos Sertões do Tibagi* - fica evidente o papel desempenhado pela narrativa heróica a qual não reserva muito espaço para instabilidades emocionais. Mas elas existiram, e se aparecem com menos intensidade nos textos é porque são contrastantes com um discurso oficial que admitia a coragem e desprezava a covardia.⁷⁶

O “diário de campo” de Frei Antonio de Santa Tereza do Espírito mostra como as oposições eram declaradas e tinham diversas orientações. A propensão a uma história da Capitania de São Paulo esbarra numa possibilidade que não podia concretizar inteiramente, principalmente porque não estava aos pés da obra de outro beneditino: Frei Gaspar da Madre de Deus. Mas não era só este sentido de inferioridade que se manifestava naquele momento. Nas considerações de Afonso Botelho, o “arremedo” ou modelo de história de frei Antonio para as disputas territoriais entre portugueses e espanhóis e as ações de Gomes Freire de

⁷³ KOK, Glória. **O sertão itinerante**: expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 52-53

⁷⁴ SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil**: 1500-1820. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, p. 243.

⁷⁵ KOK, 2004, p. 53.

⁷⁶ Sobre o medo ver especialmente a introdução de DELUMEAU, Jean. In: **História do medo no Ocidente**: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Andrade eram desproporcionais aos fatos, tanto que tratou de corrigir as imprecisões no documento.⁷⁷

Apesar de a argumentação do frei Antônio de Santa Tereza ser bastante subjetiva e imprecisa, serviu como pretexto para exaltar o governo do Morgado de Mateus e seu projeto de ocupação dos espaços em litígio com os espanhóis:

por isto, pois, e talvez por outras circunstâncias, que a mim, nem ao vulgo convém indagar, manda o nosso Ministério povoar as raias, que se tinham demarcado no ano 17. Prevendo porém, acertadamente que melhor se podia executar este projeto pela Capitania de S. Paulo, a proveu de general, e tal que para o intento se não podia descobrir mais apto. No que despachou para este emprego se encontram com igualdade as qualidades necessárias a empresa tão árdua. Neste com igualdade se admira a prudência, e afabilidade, com as quais tem conseguido atrair todos os seus súbditos para voluntariamente seguirem bandeiras necessárias para o intento. Este é o Ex.^{mo} Sr. D. Luis Antônio de Souza Botelho Mourão. Este senhor, tanto que chegou, pôs em execução a primeira expedição, que foi a de Yvaú, ou Sete Quedas, a qual apenas se concluíra, quando já cuidava, e ordenava esta outra sem sentir-se o mínimo peso de algum verdadeiramente injusto gravame por alguns de seus súbditos.⁷⁸

Por outro lado, como Afonso Botelho acompanhava todas as entradas para os sertões sabia como coagir seus subordinados para atenderem às ditas “solicitações pátrias”. Para ele, podia-se padecer no sertão por doença e inanição, mas nunca deveria ocorrer a desonra, o retorno sem o cumprimento da missão. Na carta que escreveu ao Capitão Estevão Ribeiro Baião (11/08/1769), na qual havia a determinação de enviar uma “bandeira” para explorar as margens do Rio do Registro até chegar aos campos de Guarapuava, notabiliza-se aquilo que pregavam os historiadores paulistas acerca de si mesmos e de suas ações:

e bem sabe V. M.^{cc} que os paulistas têm feito os maiores descobrimentos nesta América, sem levarem mais sustento, que pólvora e chumbo e algum sal para as

⁷⁷ WACHOWICZ, Ruy Christovam. O papel dos índios na ocupação do Sudoeste Paranaense. Curitiba: **Boletim do IHGEP**, 1972, p. 53-71. É importante lembrar que a ação aludida por frei Antônio de Santa Tereza ocorre em 1752, na capitania do Rio Grande de São Pedro, durante delimitação territorial com os espanhóis, quando índios guarani, liderados por Nicolau Nhanguiru, apoderaram-se das canoas de fornecedores de mantimentos das tropas do Rio Grande, no Passo do Jacuí. Segundo Wachowicz, as milícias de Gomes Freire de Andrade “ludibriaram” os indígenas com uma trégua para recuperarem aquela passagem, para depois, em 1756, juntamente com tropa espanhola de José de Antonaegui, “eliminar” os guaranis liderados pelos caciques Nicolau Nhanguiru e Sepé Tiaraju, na Batalha de Caaibaté. Mas há também um espaço nesta narrativa para “louvar” a figura de Afonso Botelho, a seu ver “singular sujeito”, que soube “tirar acertos dos mesmos desacertos, que principiavam a desvanecer esta bandeira”.

⁷⁸ SANTA TEREZA, Antonio de. Diário e marcha da campanha de que é capitão Estevão Ribeiro Baião. In SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 179.

maiores necessidades. Se a gente da nossa expedição não tiver sofrimento para se pôr no mesmo uso, será quase impossível chegar ao fim, que pretendemos; pois bem pode considerar as dificuldades de poder sustentar a gente nesse sertão com abundância, que eles querem.⁷⁹

No referencial ufanista de Estevão Ribeiro Baião e do Cabo Inácio Mota que gira em torno de seus avanços cujos resultados as outras esquadras não haviam obtido, valoriza-se a monumentalidade das Sete Quedas, do rio Paraná e do Rio Iguatemi. O próprio Estevão Ribeiro Baião descobriu o rio Ivaí e a sua “desembocadura” no rio Paraná. Logo, as idéias de paisagem, região e território passavam a ter uma articulação, permitindo a idéia de consolidar não só os limites territoriais, mas também a própria idéia da grandiosidade da nação portuguesa. Assim, o ufanismo se manifestava na descrição da natureza, permitindo o aperfeiçoamento das capacidades de inteligência espacial, a manipulação de “formas e objetos” cartográficos e, por fim, a tentativa de um controle mais efetivo dos soldados.⁸⁰

A repetição destes termos nos documentos são indícios que revelam uma série de valores, entrelaçamentos políticos e comportamentos individuais culturalmente estabelecidos. E nessa orientação, em Ribeiro Baião e Inácio Mota também “revelava-se” a fraqueza humana: “falhamos sábado, 16, domingo 17, por fraqueza dos soldados”, “tanto pela fome, como por ver se achava caminho”.⁸¹

O ato perceptivo desta realidade permitiu aos militares obter informações à distância, reconhecer as singularidades do terreno e, simultaneamente, ficarem alertas para o impacto direto de suas explorações e necessidades. Assim, as coisas mais notáveis serviam para outras experiências.⁸² Ao mesmo tempo em que a paisagem era vislumbrada, atribuíam-se valores a seus elementos, pois só havia “serras, matas espessas e estéreis”, o que significava, em certa medida, que a natureza selvagem e hostil do interior da colônia era insignificante e não podia suprir as necessidades humanas senão pelo seu completo domínio através da civilização.

A interpretação da natureza e da paisagem nos sertões da capitania de São Paulo, estruturava-se na atribuição de valores e na denominação às coisas, lugares e situações a partir dos subsídios consagrados da cultura portuguesa. Pelo que ficou claro nas narrativas militares,

⁷⁹ Carta. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 83.

⁸⁰ ARNHEIN, Rudolf. *El Pensamiento visual*. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 197.

⁸¹ BAIÃO, Estevão. Diário. In SAMPAIO E SOUZA. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 203-208.

⁸² ARNHEIN, 1971, p. 16-17. No capítulo Inteligência da percepção visual o autor cita Piaget para salientar estas sensibilidades acima mencionadas: “el entero desarrollo de la actividad mental, desde la percepcion y el hábito hasta la representación y la memória, como tambien la mas elevadas operaciones de razonamiento y el pensamiento formal, es uma función de la distancia gradualmente crescente de los intercâmbios, del equilibrio entre la assimilación de realidades cada vez más remotas para el logro de uma acción pertinente y uma acomodación de esa acción a essas realidades”.

há um imenso campo de absorção dos elementos culturais. No relatório de Estevão Ribeiro Baião, por exemplo, a esquadra não deu continuidade às explorações mesmo precisando caçar pelo fato de “os homens terem medo” do dia de São Lourenço (10 de agosto de 1769), “que diziam ser aziago”, tanto que levantaram uma cruz e ouviram missa.⁸³

A interposição entre as instruções militares e um fundo cultural explica uma série de relações entre os acontecimentos e lugares: “Pinheiro Seco”, “Pouso dos Doentes”, “Pouso dos Enfermos”, “Serra da Chamusca”, “Pouso da Fome”, “Pouso da Queda” e tantos outros. As “nominatas” também seguiam um universo mental religioso.⁸⁴ “Chamou-se este pouso de S. Bartolomeu, por pousarmos aí em seu dia” (23 de agosto de 1769); “o capitão e eu chamamos a este porto de S. Rafael por chegarmos ao dito no dia dele à sua barra”; “na terça-feira, continuei a jornada, e indo por diante, achei o rio, que procurava, o qual julguei ser o mesmo que se procurava pelos sinais acima; e para satisfazer à promessa, que fiz à Senhora Santa Ana, logo rezamos a ladainha”.⁸⁵ Mas o que isto tudo quer dizer afinal de contas? Quer dizer que no final do período colonial a paisagem era organizada culturalmente, o que implica numa apreensão dinâmica no “processo cultural que lhe dá forma”.⁸⁶

Na “nominata” do Frei Antonio de Santa Tereza incluíam-se associações entre um “universo mental” e religioso antigos, com “lembranças” de paisagens da topografia portuguesa: “no dia 12 sábado, prosseguimos adiante por campestres, e passamos o primeiro braço do Ubaí, a que chamei de Rio da Ave em memória a outro de Portugal, e por se matar nele um pato”; “[...] chamei rio Tinto em memória de outro de Portugal”.⁸⁷ O referencial simbólico traz à tona o chão pátrio, o solo português cuja referência espelha a rocha original que dá origem aos “filhos”, e, portanto, a partir de seus mais “elevados” representantes portugueses estabelecidos na colônia, dava um sentido à dominação dos sertões enquanto extensão material, “ideológica e sensível” do Império luso-brasileiro.⁸⁸

A referência construída mostra como as sensibilidades eram complexas e a forma como o intelecto humano estabelecia relações entre a experiência do indivíduo em suas relações com as coisas, fatos, o passado e a “religião” em suas raízes mais profundas. A apreensão do “espaço geográfico” e a existência de um sistema de significados foram

⁸³ BAIÃO, Estevão Ribeiro. Diário e marcha da companhia de que é Capitão Estevão Ribeiro Baião. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 185.

⁸⁴ ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Ver o capítulo “A existência humana e a vida santificada”.

⁸⁵ Ibidem, p. 192.

⁸⁶ YAZIGI, Eduardo. A importância da paisagem. In: YAZIGI, e. (Org). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 11-28.

⁸⁷ SANTA TEREZA, Antonio de. Diário e marcha da campanha de que é o capitão Estevão Ribeiro Baião. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p.186.

⁸⁸ Ver Eliade, 1974, p. 30 et seq.

fundamentais à construção das sensibilidades, principalmente quando se leva em conta a relação entre o ufanismo e o território nacional. E, como afirma Arnhein, para compreender o todo em sua complexidade e conexões é preciso observar, apreender, distinguir e comparar as coisas ao redor, e mesmo assim, a realidade não é completamente dimensionada pelos indivíduos.⁸⁹

Voltando aos documentos e especialmente aos desdobramentos da expedição do Capitão Estevão Ribeiro Baião, percebe-se como o ufanismo provocou um contraste entre a bravura e a sua ausência. Nas “ordenações” da expedição militar comandada pelo Tenente Francisco Lopes da Silva, notam-se algumas normalizações que visavam diminuir as disputas entre comandantes. Isto ocorria porque aquele que avançasse nas explorações seria reconhecido junto ao Comando geral e pela coroa portuguesa, possibilitando fama e respeito:

e como ali poderá encontrar com a expedição, que vai adiante, de que é comandante Estevão Ribeiro Baião, com êle confirmará as notícias que tiver adquirido do sertão até a dita paragem, advertindo, que não deve um capitão intrrometer-se com o comando da tropa do outro; mas o primeiro que chegar ao lugar de destino, dará parte ao outro para o vir acompanhar, e fortalecer, para melhor segurança do lugar, que se procura.⁹⁰

Era preciso disciplinar os “ânimos”, o que de fato era conveniente para quem estava no comando geral das expedições e precisava manter sob controle a execução de um projeto sem precedentes na colônia até então. Assim, é apropriado pensar onde residiam os “ciúmes”, principalmente dos subordinados de menor patente em relação aos seus superiores, e mesmo entre estes últimos.

Como se pode constatar, o pagamento dos provimentos aos “soldados” tinha um propósito atenuador; procurava-se evitar a deserção porque os ressentimentos pessoais eram conhecidos e também para que aqueles homens não se ativessem aos garimpos. Esta situação estava presente no diário do tenente Francisco Lopes da Silva. Ele informa que oito soldados desertaram (27/10/1769), “incluindo-se neles dous guias, que por velhacaria já se tinham

⁸⁹ ARNHEIN, 1971, p. 59. Segundo o autor, “el privilegio de observar lo todo em relación, eleva la comprensión a más altos niveles de complejidad u validez, pero al mismo tiempo, expone al observador a una infinidad de conexiones posibles. Le impone la tarea de distinguir entre las relaciones pertinentes u las que no lo son, y observar alerta los efectos recíprocos que las cosas tienen entre si. La experiencia indica que es más fácil describir factores em comparación com otros que em si mismos. Esto, porque la confrontación subraya las dimensiones por las cuales los factores pueden compararse y, de esse modo, agudiza la percepción de essas cualidades particulares.”

⁹⁰ Ordens. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 84.

atrasado na marcha fingindo-se um deles de doente com pretexto de virem nos seguindo”.⁹¹ Sob o olhar dos “superiores”, o dia 18 de setembro de 1769 foi fatídico para a “moral” da tropa, como atesta o discurso militar. Três desertores daquela esquadra enganaram o capitão Estevão Ribeiro Baião mencionando que ele havia mandado buscar pólvora, chumbo e mantimentos, mas logo se percebeu a escaramuça e transpareceram as intenções ressentidas da soldadesca. Após a apuração daquele fato junto à esquadra do tenente, os desertores foram capturados pelo sargento Bartolomeu Franco:

[...] e todos por um teor diziam que eu era morto, e que todos os mais teriam fugido; porém, tudo nêles era velhacaria, porquanto, eles chegaram muito perto do porto, onde nós estávamos fazendo a canoa cousa de um quarto de légua, de onde voltaram a tempo que as picadas se percebia muito bem, e que juntamente sumiram o escrito que eu tinha mandado pôr na rectaguarda só porque o capitão não soubesse, onde estávamos.⁹²

Ainda aparece outra menção a essas questões, em 25 de novembro de 1769, momento em que “se achou no quartelamento a falta de 6 camaradas, que tinham desertado naquela noite sem mais causa...”. Essa recorrência também sobreveio à esquadra do sargento Tomé Ribeiro da Silva, no porto do rio D. Luis, o que indica um grave problema disciplinar que não foi inteiramente resolvido, mesmo com os exemplos de punições e enclausuramento.

Em relação aos índios, manifestam-se aquelas mesmas preocupações anteriores com a conversão religiosa, a prevaricação e as “traições”: “tenha o comandante grande cautela, para que pessoa alguma da sua companhia não tenha trato ilícito com as índias, e evitará toda ocasião de ofensa a Deus”, “[...] e ainda que os índios os tratem com grandes mostras de amizade, sempre desconfiará do peor, que lhe pode acontecer, para se acautelar”.⁹³ Como demonstrou Paulo Prado, a história brasileira também foi marcada pela manifestação do ideal renascentista no prazer de viver, na febre da descoberta, na fortuna rápida e na luxúria. O índio era considerado apenas como um animal lascivo que vivia à custa da satisfação dos

⁹¹ Diário do Pôrto de São Bento do Rio Tibagi para o Rio de Dom Luis e Praça de Guatimim, pelo Tenente Francisco Lopes da Silva, capitão hoje da Companhia, que está na Nova Vila Rica, que se descobriu no mesmo Rio de Dom Luis. Diário da Nova expedição de Tabagi pelo ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dom Luis Antônio de Souza, Governador e Capitão-general da capitania de São Paulo, Dirigida pelo Senhor Afonso Botelho de S. Paio e Souza, Ajudante-das-ordens do mesmo senhor. In SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p.164.

⁹² Ibid., p. 164.

⁹³ Expedição que sai desse porto de São Bento do Rio Tibagi [...]. In SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 80.

desejos carnavais, enquanto que, do outro lado, o colonizador era vítima da sedução do ambiente “paradisíaco”.⁹⁴

No período estudado, a estratégia sagaz foi complementada com o conhecimento dos hábitos indígenas para evitar surpresas e utilizá-los tanto na conquista do território, quanto na descoberta de ouro. Dizia o Morgado de Mateus: “São as armas com que podemos ampliar os Dominios de S. Magestade nestes Estados; e o seo Absoluto Dominio, as Forças e Riquezas com que nos podemos segurar e Defender naqueles vastissimos sertoes; propagando e povoando nossas fronteiras dezertas [...]”.⁹⁵

O final do diário do Tenente Francisco Lopes da Silva é surpreendente e revelador. Ao contrário da primeira parte, quando apresentou fatos repetitivos, esclarece vários acontecimentos ligados à povoação de Nossa Senhora dos Prazeres de S. Francisco de Paula no Iguatemi.⁹⁶ Deste modo:

depois de haver um mês que eu andava a fazer o dito caminho sobreveio ãa grande peste de sezões amalinadas em todo o povo de Guatimi, e vendo-se totalmente impossibilitado, e não havendo já quem pudesse meter guardas, quando recebi ãa carta no dia 5 de maio do capitão mor regente, em que me dizia da parte do serviço que me recolhesse ao arraial com todos os camaradas que me acompanhavam para vir fazer obrigação na praça, e também mandou vir mais 8 camaradas, e um sargento de outra companhia para o mesmo fim até que melhorassem os da praça, e viessem canoas do povoado para se nos impor para a nova povoação que pertedíamos.⁹⁷

Ao se referir às “bandeiras setecentistas” e, especificamente a Estevão Ribeiro Baião, o historiador Romário Martins engana-se ao mencionar que elas ocorreram em 1760.⁹⁸ Por outro lado, Carneiro, ao trabalhar mais profundamente a documentação, embora citando-a indiscriminadamente, infere que na época ninguém tinha “noção desta parte do sul do Brasil”,⁹⁹ o que não corresponde às idéias que já apresentamos aqui. Além do mais, outro historiador,

⁹⁴ PRADO, 1972, p. 77 et seq.

⁹⁵ SÁ e FARIA, J. C. e MOURÃO, Luis. A. de S. B., [1772] 2003, p. 114.

⁹⁶ Diário do Pôrto de São Bento do Rio Tibagi para o Rio de Dom Luis e Praça de Guatimim, pelo Tenente Francisco Lopes da Silva, capitão hoje da Companhia, que está na Nova Vila Rica, que se descobriu no mesmo Rio de Dom Luis. Diário da Nova expedição de Tabagi pelo ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dom Luis Antônio de Souza, Governador e Capitão-general da capitania de São Paulo, Dirigida pelo Senhor Afonso Botelho de S. Paio e Souza, Ajudante-das-ordens do mesmo senhor. In SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p.173.

⁹⁷ Diário do Pôrto de São Bento do Rio Tibagi para o Rio de Dom Luis e Praça de Guatimim, pelo Tenente Francisco Lopes da Silva. In SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p.176.

⁹⁸ MARTINS, 1995, p. 185.

⁹⁹ CARNEIRO, 1986, p. 109.

Hermelino de Leão, informa que, em 1756, Ângelo Pedroso elaborou um mapa onde se representava os campos de Guarapuava entre os rios Grande do Registro, Ivaí, Tibagi e Paranapanema.¹⁰⁰

Na urgência do reconhecimento do território e no âmbito das disputas “políticas” entre oficiais, a expedição do Capitão Francisco Nunes Pereira partiu em 12 de agosto de 1769 do porto de São Bento do Rio Tibagi. Tinha o objetivo de “animar e fortalecer” a expedição de Estevão Ribeiro Baião. Na classificação de Brasil Pinheiro Machado, esta era a segunda entrada que Afonso Botelho organizara a partir do rio Tibagi; e neste sentido, “o plano de D. Luis Antonio tinha sido executado com todo rigor e precisão”, permitindo o reconhecimento de todo o Paraná; ressaltando-se apenas um pormenor, a inexistência de incursões sobre o rio Paranapanema.¹⁰¹

Contudo, o alto comando dava novas instruções a Francisco Nunes Pereira a fim de articular melhor as explorações, evitando o atrito entre o comando das tropas, e com os soldados de mesma patente.

Tanto que o capitão tiver expedido a gente que há de navegar pelo rio acima, descerá êle pelo rio abaixo em canoas, ou por terra a procurar a barra, que o dito Rio Grande do Registro faz no Paraná, e se Deus fôr servido, que ali chegue, examinará a sua corrente e se informará dos estabelecimentos que nele houverem já feitos sôbre as terras, que ficam para a parte do nosso continente; e se não encontrar estabelecimentos feitos de considerável número de povoadores, ou outros embarços, que lhe suspendam o fim desta diligência”.¹⁰²

Aquela expedição partiu no encalço do tenente Francisco Lopes da Silva, procurando localizar seus vestígios. No rio Paraná, encontrou as embarcações provenientes da cidade de São Paulo, cujo destino era a Praça Nossa Senhora dos Prazeres, no rio Iguatemi. Como se pode notar, as expedições que partiram da capitania de São Paulo pelos rios Iguacu, Tibagi, Ivaí e Tietê tiveram um destino e uma estratégia comuns: chegar ao rio Paraná e descobrir os campos de Tibagi e Guarapuava.

Nesse caso, as informações que o Morgado de Mateus juntou foram fundamentais para o reconhecimento dos interiores. O rio Paranapanema não foi explorado por ser afluente do

¹⁰⁰ LEÃO, Agostinho Hermelino de. **Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná**. Curitiba: Graphica Paranaense, 1929, p. 804.

¹⁰¹ MACHADO, Brasil Pinheiro. Expedições militares de conquista. In: BALHANA, A. P. et al. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969, p. 79.

¹⁰² **Ordens**. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 85.

rio Tietê e porque os objetivos metropolitanos se centravam mais ao sul, visando à conquista de um espaço mais amplo determinado pela política metropolitana de definição territorial.

Isso ficou mais evidente com a “incursão” da esquadra de Inácio da Mota e frei Antonio de Santa Tereza do Espírito Santo. Depois de explorar as Sete Quedas e as correntezas do rio Piqueri, de ter notícia da morte do Capitão Francisco Nunes Pereira, de navegarem pelo rio Paraná, pelo rio Tietê, chegaram à cidade de São Paulo, em outubro de 1770. “Tendo entrado para o sertão em julho de 1769, gastaram um ano e três meses neste grande círculo, ficando assim reconhecido aquele grande sertão, e descoberta a comunicação daquela parte para a Praça do Iguatemi”. Com o falecimento dos capitães Francisco Nunes Pereira e Estevão Ribeiro Baião, suas respectivas companhias foram reagrupadas. E o então Capitão Francisco Lopes da Silva fundou, em três de março de 1771, a Vila Real do Rio Mourão, na foz do rio Mourão, afluente do rio Dom Luis.¹⁰³

Em D’Oliveira, um estudioso da história de São Paulo, há uma moral oriunda dos preceitos de Voltaire que servem para criticar as ações singulares nos sertões daquela capitania.¹⁰⁴ Ela partia do questionamento às ambições metropolitanas e do Morgado de Mateus pelas “prodigiosas riquezas minerais” das “espaçosas matas do Tibagy”.¹⁰⁵ E comprova-se que estas intenções ocultas mascaravam a “descoberta” e a “invasão” dos sertões, fazendo pesar sobre os “subalternos” “rígidos regulamentos” e punições; e sobre os inimigos espanhóis o impulso, a força e a perseverança portuguesa. Nessa lógica colocada por D’Oliveira, a do “soldado” representado por Francisco Nunes Pereira, que se fundamenta num conteúdo psicológico e moral construído historicamente em torno dos paulistas nas investidas que fizeram pelos sertões, e também lhe critica o sentido, há a “ruminação da dor” e a impossibilidade da reação. “Falleceu Nunes no paiz das suas excursões [...] sem que nos

¹⁰³ SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 11. A expedição estava diante dos vestígios de *Villa Rica Del Espiritu Santo*, estava diante de seus “grandes laranjais e bananais”.

¹⁰⁴ DÉBES, Célio. Introdução. In: D’OLIVEIRA, José Joaquim. **Quadro histórico da Província de São Paulo. São Paulo**: Governo do Estado de São Paulo, 1978, p. V-XV. José Joaquim de D’Oliveira (1790-1867) exerceu atividades militares, administrativas e políticas em várias províncias do Brasil, especialmente na de São Paulo. Como aficionado pela pesquisa histórica trabalhou com um dos assuntos mais valorizados pelos membros do IHGB, do qual era um dos fundadores, a temática indígena. E de fato esta orientação o levou ao cargo de diretor dos índios daquela província. Ganhou notoriedade e também desafetos dentro do IHGB com a obra “Memória Histórica sobre a Questão de Limites entre o Brazil e Montevideo”, onde criticou a política internacional do Império (Tratado de Limites de 12 de outubro de 1851) que “desnaturalizou” brasileiros que viviam nos “confins” da província de São Pedro. Na obra “Quadro Histórico”, destinado a um público avançado, elaborou uma síntese da história de São Paulo, embasando-se nas obras de Frei Gaspar, Pedro Taques, Manoel da Fonseca, Varnhagen, Aires de Casal, Saint-Hilaire, Simão de Vasconcelos, Robert Southey, nas Atas da Câmara Municipal, e no antigo Arquivo da Secretaria da Presidência da Província.

¹⁰⁵ Cf. ELIADE, 1974, p. 15-16, é importante lembrar que na arcaica tradição mineira, ainda presente na Europa do século XV acreditava-se na geração dos metais no seio da “mãe terra”, estabelecendo uma relação de aproximação mais profunda entre o homem e os elementos da natureza.

legasse sinão a memória de mais um intrépido paulista, que se sacrificara á insaciável ambição dos mandões da época”.¹⁰⁶

As ações de Afonso Botelho, porém, diante das notícias da fundação da Vila Real do Rio Mourão, não tinham apenas a finalidade de remediar a falta de edificações, “restaurar” ruínas antigas ou promover “desatinadas” formas de deslocamentos populacionais em áreas isoladas, e desvios de recursos régios como viam seus opositores. Também visavam evitar frustrações no interior da corporação militar e assegurar possessões. Assim, não teria sentido o Tenente Jeremias de Lemos e João Crisóstomo Pais deslocarem-se para lá, efetuando pagamentos e instruindo o Capitão Francisco Lopes a socorrer a Praça Nossa Senhora dos Prazeres dos ataques de forças espanholas, pois as tensões internas e externas só se “resolveriam”, parcialmente, após a “deposição” tumultuada do Morgado de Mateus.

5.4 Descoberta e enaltecimento

O significado do termo invasão dos sertões toma forma com o reconhecimento dos caminhos que interligavam a orla marítima, o interior dos campos de Tibagi e a Praça de Iguatemi ao núcleo da Província de São Paulo, porém não se tratava apenas de reconhecimento prévio, mas de um conjunto de experiências problemáticas relacionadas a uma seriação de incursões militares desencontradas onde prevalecia, em primeiro lugar, questões de ordem pessoal.

O diário do Tenente Bruno da Costa Filgueiras, apesar de breve, acrescenta informações sobre as sensibilidades aqui priorizadas. Essa expedição que entrava pelo Porto Nossa Senhora da Conceição de Caiacanga, no rio Grande do Registro em vinte e oito de agosto de 1769, tinha como objetivo “procurar caminho ou por terra, ou por água, por onde se possa chegar com mais comodidade até a barra, que êste rio Grande do Registro faz no Paraná”.¹⁰⁷

Pelo que foi levantado na documentação, a experiência de Bruno da Costa Filgueiras nos sertões foi significativa, pois participara como cabo na expedição de Domingos Lopes

¹⁰⁶ D’OLIVEIRA, 1978, p. 161.

¹⁰⁷ Ordens para cumprir Bruno da Costa Filgueira, comandante da expedição que entra neste porto de Nossa Senhora de Caiacanga pelo Rio Grande do Registro abaixo aos 26 de agosto de 1769. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 86-87.

Cascais, em dezembro de 1768. Contudo, a descoberta do sertão de Guarapuava também envolvia estratégias bem definidas para suprir as necessidades de abastecimento das tropas. Mesmo porque as explorações não se realizaram exclusivamente sobre o meio aquático; os “soldados” enfrentaram consideráveis percursos em mata fechada, além das irregularidades do relevo e da precariedade alimentar.

Bruno da Costa Filgueiras seguia com um agrupamento de vinte e cinco homens, entre eles mateiros e caçadores da vila de Curitiba (Quadro 4). A navegação em canoas por trinta léguas, a organização de um acampamento base na foz do rio Petinga, marchando-se “de dia, e de noite”, demonstram o estado de conhecimento dos interiores coloniais e a urgência de ações pontuais. Entre elas, a principal era procurar a partir de rio Verde, os “ignotos campos de Gorapuava”.

O que é significativo neste diário são as supostas imaginações de Bruno da Costa Filgueiras, nas quais se registravam os sons de “onças e tigres, que era gado que andava em campo”. Além do mais, a expedição “acreditou” que estava “abaixo dos saltos grandes do mesmo rio”, nos Campos de Putrebu, na Província do Paraguai e Missões. Aliás, isso pode ter sido algo proposital, uma vez que poderia seguir caminho mais interessante em seu julgamento, e lhe possibilitaria êxito em sua nova exploração. É menos provável que tenha ocorrido um erro estratégico, pois a expedição empreendeu caminho por terra, e depois de explorar o sertão por quarenta dias, acabou retornando ao Porto Nossa Senhora da Victória, no rio Grande do Registro.

A documentação está impregnada do rigor disciplinar do Antigo Regime português estabelecido por Afonso Botelho na capitania de São Paulo, mas mesmo assim, não há como olhar para estes documentos sem perceber um campo de “aparição” das sensibilidades em oposição. Nessa austeridade, considerava-se que Bruno da Costa não cumprira fielmente sua missão e “com três dias de volta encontrou a Bernardino da Costa, e José da Costa, seus irmãos, e outros mais, que iam socorrê-lo por ter entrado na quinta expedição, que se segue, e se uniu a esta, e continuou debaixo da ordem do comandante dela, o capitão Antonio da Silveira Peixoto”.¹⁰⁸ Nesse encontro, o Capitão em exercício, Silveira Peixoto considerou que a missão de Bruno da Costa não fora suficiente, e deste modo o encarcerou e o remeteu à Paranaguá.

¹⁰⁸ Ao observar a documentação “**Notícia da Conquista [...]**” constatei que na relação de Matrícula da gente da Expedição que vai pelo rio do Registro abaixo constam os nomes de apenas vinte e quatro (24) e não vinte e cinco (25), conforme aparece em outro trecho da documentação. A discrepância ocorre nas páginas 10, 87, 88.

Como a documentação não dá maiores detalhes sobre o assunto, é bem possível que Silveira Peixoto o tenha admitido como rival nestas explorações. Assim, ao menor desvio dos procedimentos militares tinha-se uma justificativa plausível para o encaminhamento jurídico do Alvará de 1765. Como se verá mais adiante, é bem provável que as informações de Bruno da Costa, tenham-no incentivado a avançar por “conta própria” para os limites das possessões luso-espanhola.

O historiador David Carneiro aderiu ao relato de Silveira Peixoto. Assentiu que Bruno da Costa permanecera “aquém da missão; e deveria ser tentado o encontro da barra do Iguaçu, no Paraná” e, mesmo considerando que Afonso Botelho era lacônico em suas “descrições” e que não “transmitia idéia das dificuldades e sofrimentos dos expedicionários”, justificou as ações contra Bruno da Costa. Na perspectiva historiográfica de Carneiro, consagra-se apenas o sucesso e o encantamento que os heróis irradiavam em torno de si. E este não era o caso de Bruno da Costa Filgueiras, pois a primeira expedição teve êxito, mas as outras duas traziam incertezas e infortúnios: “três expedições: três comandantes vitimados”.¹⁰⁹ Como Bruno da Costa não atingiu seus objetivos, mas era citado por seu “conhecimento e talentos”, Afonso Botelho interferiu junto a D. Luis, driblando os dispositivos jurídicos a fim de “dar-lhe nova oportunidade de glória e a sua almejada reabilitação”, contudo sem aquelas valorizações que lhe tinham sido conferidas anteriormente.¹¹⁰

5.5 Insuportável natureza e injuriosa masmorra

A expedição comandada pelo capitão Antonio da Silveira Peixoto sofreu uma das maiores adversidades nas explorações dos sertões da capitania de São Paulo, cuja repercussão ampliou as preocupações com os limites territoriais entre as coroas ibéricas. Eram duas esquadras, compostas de oitenta e cinco homens que partiram do porto de Nossa Senhora de Caiacanga (16-28/10/1769): a do Capitão Antonio da Silveira Peixoto e a do Tenente Manoel Teles. A esquadra do tenente Manoel Teles prosseguiu até o “primeiro salto”, onde estabeleceu o Porto Nossa Senhora da Victória, enquanto o capitão Antonio da Silveira Peixoto e quinze homens seguiam adiante. Ao se encontrarem com Bruno da Costa Filgueiras,

¹⁰⁹ CARNEIRO, 1995, p. 113.

¹¹⁰ Ibid., p. 114.

receberam “cartas, mantimentos e munições” e Antonio Silveira Peixoto não aceitou as desculpas de que aquela esquadra estivera em território espanhol.

O relato do Capitão Antonio da Silveira Peixoto não fugiu à regra “lançada” pelos historiadores paulistas. Tratou de valorizar suas ações mencionando as dificuldades de penetrar nos sertões: “vencendo as insoportáveis dificuldades, chegou a ver-se no maior perigo quebrando-se a canoa na violência de ãa cachoeira, e com dificuldade pôde pegar-se em uns ramos, e com socorro dos camaradas livrou a vida perdendo as armas, fato, e quase tudo o que ia na canoa”.¹¹¹ A expedição chegou ao rio Paraná, mas os resultados foram muito além desse reconhecimento espacial. Além do desânimo e desolamento da natureza colonial, demonstrou-se raiva aos “índios Tapes”, pois um membro da expedição morreria naquele contato.

No documento “Relação” resumiu-se os eventos considerados relevantes entre 18 de dezembro de 1769 e 2 de fevereiro de 1770.¹¹² Entre eles o estabelecimento do porto de Nossa Senhora da Victória, a construção de um armazém, um quartel e “um grande terreno para a praça”. Apesar de concisa, a “Relação” do Tenente Antonio da Silveira Peixoto contém informações sobre o desenvolvimento da expedição. Consta da nomeação de montes, afluentes, córregos, correspondências, o recebimento de mantimentos das tropas de apoio, a presença de cães e indícios de ouro no rio que foi denominado de Açungui.

As informações do Tenente Silveira Peixoto são escassas, pois ele foi encarcerado pelos espanhóis. Isto comprova que a documentação, organizada por Afonso Botelho, foi composta após aquelas circunstâncias fatídicas e envolvem questões pessoais relacionadas às disputas pelo poder e ao uso de dispositivos jurídicos específicos como mediadores sociais.

Dessa maneira, vislumbram-se os conflitos relativos ao comando militar e o desenlace trágico da expedição do capitão Silveira Peixoto. Na Carta de Afonso Botelho ao frei Antônio de Santa Teresa, datada de 29 de março de 1770, elucida-se, em parte, os desacordos e as “mágoas” entre os militares. Pelas correspondências, Afonso Botelho foi apelativo. Mencionava o fato de os comandantes Francisco Nunes e Bruno da Costa já terem chegado ao rio Paraná. E em tom incisivo afirmou:

Muita glória adquire quem primeiro rompe as dificuldades e abre os caminhos, por onde se esperam entre muitas felicidades, assim V. P. e o tenente foram os que

¹¹¹ SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 12.

¹¹² PEIXOTO, Antonio da Silveira. Relação de Antônio da Silveira Peixoto. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 08-11.

romperam primeiro os incultos Sertões do Tibagi e saíram ao mar do Paraná: de tão relevantes serviços esperamos muito fruto para o céu, e grandes utilidades para a nossa coroa, e podem ter esperança de serem atendidos, pois os seus merecimentos farão merecer atenção dos prêmios, de que se fazem credores, os que com tão louvável zelo se empregam no serviço de Sua Majestade.¹¹³

Em outra carta, datada de dois de abril de 1770, encaminhada a Silveira Peixoto, no Porto Nossa Senhora da Conceição, ressalta-se as desordens e os conflitos das tropas. Como resultado desses embates internos entre o alferes Antonio da Costa e o tenente Manoel Teles, Afonso Botelho determinou que o primeiro se integrasse à companhia de Bruno da Costa, e o segundo, à tropa do capitão Silveira Peixoto, recomendando-lhes em correspondência própria as devidas repreensões, “cominando-os com rigorosas prisões, se acaso não se emendassem”.

114

Em parte da documentação existem evidências de que Afonso Botelho “misteriosamente” infiltrou o tenente Manoel Teles “porque já ia suspeitando que o Silveira se queria retirar parar os castelhanos” e “o empenho de não levar consigo tenente nem alferes coadjuvava as suspeitas”.¹¹⁵ Tal circunstância culminou com a determinação velada de os soldados pagos prenderem-no, caso a suspeita se confirmasse, pois ele dizia cumprir com competência todas as funções, apesar de ser mal assistido. Pode-se presumir que Silveira Peixoto queria ter exclusividade no reconhecimento dos sertões, principalmente quando desencorajou seus homens acerca das riquezas minerais, a fim de manter oculto o objetivo principal das expedições militares: “há quem diga, é o afamado Inhanguera dos antigos mentirosos”.¹¹⁶ Por outro lado, parece que nesse caso, como também em outros trechos da documentação, confirma-se a contradição do franqueamento dos sertões e a concomitante preocupação com o contrabando dentro da corporação militar, entendido como o “crime de lesa Magestade”. Neste sentido é esclarecedor o Alvará de 1772, que complementava as legislações de 1755, 1757, 1760, 1769 e 1771 e disciplinava sobre uma “[...] estranha prevaricação das indispensáveis obrigações, que tem de auxiliarem os Magistrados, e Officiaes de Justiça, e Fazenda por Mim empregados na conservação da paz publica, e na arrecadação dos Direitos, e Impostos da minha Coroa, e com grave injuria da honra, e da reputação dos seus respectivos Regimentos”.¹¹⁷

¹¹³ Ibid., p. 110-111.

¹¹⁴ Carta de 29 de março de 1770. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 112.

¹¹⁵ Carta de 23 de março de 1770. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 114.

¹¹⁶ Ibid., p. 109.

¹¹⁷ Alvará de 14 de fevereiro de 1772 sobre os soldados contrabandistas. In: Systema ou collecção dos Regimentos Reais. Contém os regimentos pertencentes à Fazenda Real, Justiças e Militares. Agora novamente reimpressos e acrescentados com todas as leis, Alvarás, Decretos e Avisos, que ampliarão, limitarão,

Uma correspondência emitida em 21 de junho de 1770, - de autoria desconhecida - encaminhada a Silveira Peixoto retrata que parte da tropa de desertores chegara a Curitiba, confirmando a necessidade de extinguir este “mal”, uma vez que eram exemplos de falta de honra e lealdade com a coroa e, “assim por nenhum caso hajam de vir para cima”.¹¹⁸

Numa carta encaminhada ao tenente Manoel Teles Bitencourt, Afonso Botelho se referia à deserção como algo abjeto, os que acometiam eram “fracos e inúteis” e, dá a entender que os motivos eram a fome e a “desnudez, em que se viam”, como atestava o próprio capitão.¹¹⁹ Ao todo, eram 55 os desertores da esquadra do capitão Antonio da Silveira Peixoto. Estes homens reaperceberam-se ao capitão Miguel Ribeiro Ribas, em Curitiba, contudo, a decisão de Afonso Botelho foi a de reincorporá-lo. A explicação para a inobservância aos dispositivos jurídicos remete à perspectiva de ocupação imediata dos sertões.

Os depoimentos de quinze deles expunham argumentos plausíveis, embora não fossem aceitos pela cúpula militar: “[...] todos assentaram, que fugiram, por estarem nus, padecerem muitas fomes, e não poderem com o trabalho”; “[...] por estar acabando do tempo, que deveriam servir conforme promessa, que lhes haviam feito, quando os alistaram”. Também é importante salientar que, em 1778, os “delinqüentes militares” podiam ter acompanhamento jurídico em tempos de paz.¹²⁰ Como a situação na colônia era a da “paz armada”, justificou-se o julgamento sumário dos desertores. Em geral, as motivações para a deserção daqueles soldados tinham a ver com a indefinição do tempo de serviço, a quebra dos laços familiares, a situação econômica e social dos soldados, os baixos soldos e o atraso nos pagamentos, além do excesso das obrigações.

A maioria dos desertores foi obrigada a retornar em outras expedições aos sertões de Guarapuava, “pagando-se-lhe somente três meses de soldo, e o mais tempo perdido”. Contudo, eram necessárias atitudes exemplares. Os irmãos João de Lara, Narciso de Moraes,

declararão, recomendarão, e derogarão os mesmos Regimentos nas partes, ou §§, que se abolirão: e tambem se lhe juntarão outros mais, que faltavão até o presente. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789, Tomo V, p. 347-349.

¹¹⁸ Carta de 21 de junho de 1770. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 114.

¹¹⁹ PEIXOTO, Silveira. Relação de Antônio da Silveira Peixoto. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 114.

¹²⁰ Decreto de 5 de outubro de 1778, porque S. Magestade ordena, que aos Réos militares seja permitido em tempo de paz nomear hum advogado que os aconselhe; e que nos crimes capitães, depois de sentenciados os mesmos Réos, se lhes admittão huns embargos somente. In: **Systema ou collecção dos Regimentos Reais**. Contém os regimentos pertencentes à Fazenda Real, Justiças e Militares. Agora novamente reimpressos e acrescentados com todas as leis, Alvarás, Decretos e Avisos, que ampliarão, limitarão, declararão, recomendarão, e derogarão os mesmos Regimentos nas partes, ou §§, que se abolirão: e tambem se lhe juntarão outros mais, que faltavão até o presente. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789, Tomo V, p. 347.

Felipe de Lara, os cabos Inácio Gonçalves e Jerônimo Gomes, considerados mentores da sublevação, foram encaminhados para as “galés da Fortaleza de Paranaguá”.¹²¹

O Alvará de 1765, “em que se estabelecem as penas, com que devem ser punidos os Desertores das Tropas, e os que lhes derem asylo”, editado pelo Rei D. José I no palácio de Nossa Senhora da Ajuda em seis de setembro previa severas punições aos desertores e aos alcoviteiros, de modo que explica também o fato de ocorrerem “perseguições” aos familiares dos foragidos. Sua sustentação jurídica baseava-se no Regimento de 20/02/1708, no Regulamento de Infantaria, Regulamento de Cavalaria, Alvará de 1763, e declaração de 1773, e procurava “cessar hum mal de tão perniciosas conseqüências” que os regulamentos anteriores não haviam coibido.¹²² A deserção no Antigo Regime português era o crime militar mais grave, pois minava a “paz pública”, a defesa nacional e dos limites territoriais de ultramar, constituindo-se em ato de indisciplina. Assim, o afastamento das forças militares exigia passaportes de no máximo dez dias, sendo uma obrigação das autoridades das vilas, cidades e povoações conhecerem toda a população e aqueles que chegavam, denunciando a irregularidade. Se os desertores eram presos e perdiam suas posições ou patentes, aqueles que os acobertavam, perdiam seus postos, não podendo assumir novamente suas funções, além de serem penalizados financeiramente:

Ordeno que toda a pessoa de qualquer qualidade, e condição que seja, que nas suas casas, quintas, ou fazendas der asylo a qualquer desertor, ou receber no seu serviço, pague pela primeira vez duzentos mil reis de condenação por cada hum dos ditos desertores; pela segunda vez quatrocentos mil reis; Sendo tudo cobrado executivamente com seqüestros feitos pelos corregedores, e Ouvidores das Comarcas nas casas, nas fazendas, onde forem achados, ou constar que assistem os ditos desertores; sem que os ditos seqüestros se levantem até o inteiro pagamento das ditas condenações; as quaes serão applicadas ás caixas dos Regimentos donde se houverem ausentado os ditos desertores.¹²³

O desacerto nas andanças do capitão Silveira Peixoto começou com os índios Tapes, no local denominado Hervaes onde se recebia informações sobre a localização das aldeias. Sua ambição o fez subjugar a situação em que se encontrava, pois alguns dados o induziram a pensar que estava no rio Grande do Registro, ainda nos domínios de Portugal. E se a

¹²¹ Auto das perguntas, que mandou fazer o ajudante-das-ordens Afonso Botelho de S. Paio de Souza pelo tenente Joaquim Coelho da Cruz, serem inquiridos os desertores da expedição do rio do Registro de Curitiba. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 119.

¹²² Alvará de 6 de Setembro de 1765, em que se estabelecem as penas, com que dever ser punidos os Desertores das Tropas, e os que lhes derem asylo. In: **Systema ou collecção dos Regimentos Reais [...]**, 1789, p. 337.

¹²³ *Ibid.*, p. 338.

experiência nos sertões coloniais esbarrou numa insuportável natureza que lhe traía, os acontecimentos subseqüentes lhe foram trágicos porque em seu ponto de vista fôra esquecido pelos seus conterrâneos.

Depois de vários meses, as notícias sobre o capitão Antonio da Silveira Peixoto não foram provenientes de sua “esquadra”, mas da própria colônia, e atestavam que ele fôra preso de forma “aleivosa” por uma força paraguaia de 100 homens, em vinte de outubro de 1770, em Curuguateí e encaminhado a Buenos Aires, juntamente com Antonio da Costa que mais tarde viria a sucumbir naquele cárcere.

D'aqui a 4 dias de viagem encontrei com tres botes e varias canoas, com 100 homens hespanhões e índios, com uma ordem do seu governador para eu lhes fazer entregar dos índios que trazia e que me retirasse das terras de seu comando. Foi isto grande novidade para mim que pensava estar nas terras do rio do Registro. Depois de ter voltado cousa de uma légua, fizemos pouso, e o homem chamado commandante, muito acobardado, dizendo que eu tinha o corpo de gente perto, a tempo que sucedeu cahir um pão de noite, no monte próximo, deu a sentinela hespanhola por parte que ouvira um tiro de fuzil, motivo este para o commandante dar-me uma ordem para quao o acompanhasse todos á presença do governador d'aquela província, e como me achasse com o capitulo de minhas instrucções que dizia que se eu por acaso me encontrasse com alguns espahões, com elles não tivesse duvida, razão porque não quiz deixar de obedecer e juntamente porque havia mais de 6 meses que não comiamos cousa de povoado, e a gente que eu trazia já estava desesperada por falta de caça... cheguei a presença do governador no dia 2 de outubro de 1770, o qual me perguntou, depois de me receber civilmente, como eu tinha vindo parar aquelles logares, respondi que o motivo foi ter-me enganado... No dia seguinte mandou-me botar dois pares de grilhões nos pés, ao alferes que eu levava o mesmo e também aos soldados, e fez-se senhor de nossas armas e munições; pôz-nos sentinella á vista, sem admitir protestos nem requerimentos verbaes ou por escripto. No fim de oito dias ordenou-me que montasse a cavallo com toda a minha gente, e nos remeteu escoltados para Buenos-Aires, com os grilhões, marchando 180 leguas até o salto do Uruguay, onde foram os soldados atacados de bexigas, ficando cinco em perigo de vida. Aqui estivemos quarenta dias, sem nunca nos tirarem os grilhões, e embarcámos, chegando aqui em Buenos Ayres a 29 de dezembro de 1770. Eu e o alferes fomos encarcerados em um forte e os soldados em um carcere até hoje com sentinella á vista. O alferes deu-lhe uma maligna e falleceo no dia 11 de março de 1771, ficando eu só, sem te ao menos com quem fallar... Como nos furtaram a pouca roupa que traziamos, estamos nus; os soldados tapam as partes com pedaços de baeta, e eu esto quasi no mesmo.¹²⁴

Para Silveira Peixoto, os sentimentos desencadeados não poderiam ser outros, senão os de apreensão, isolamento, medo, consternação e revolta, pois essa não era mais uma situação em que se podia suprimir “sentimentos” recalcados. Em seu retorno, estes

¹²⁴ MARQUES, Manuel Afrânio de. **Apontamentos históricos, geográficos, biogeográficos e noticiosos da Província de São Paulo seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876**. São Paulo: Livraria Martins Editora, [1872], 1950, p. 84. Tomo II.

sentimentos deixaram de lhe ser exclusivos, principalmente porque perdera todos os seus “bens”, ampliando seu desconforto diante de inaceitáveis contingências da vida e das determinações régias, já que foi considerado desertor.

Para Afonso Botelho, ter conhecimento da presença espanhola significava uma corrida contra o tempo; os espaços lindeiros deveriam ser ocupados rapidamente. Tanto que em julho de 1770, por determinação sua, singrava do porto de Nossa Senhora da Conceição, no rio do Registro, a expedição comandada pelo Sargento-mor d’Auxiliares de Paranaguá, Francisco José Monteiro. Iam também o sargento Cândido Xavier de Almeida e o capelão Inácio Abraão Machado, para obter notícias do capitão Antônio da Silveira Peixoto, que estava desaparecido.

O impacto do Alvará de 1765 está presente em vários momentos dos relatórios militares, mostrando uma preocupação em seguir à risca quase todas as determinações. Deste modo, Francisco José Monteiro, homem de confiança de Afonso Botelho, deveria “remediar as ruínas” das expedições aos sertões, e para isso informaria as causas das discórdias entre tenente e alferes, o motivo pelo qual descumpriram as ordens reais, “as causas do Alferes fazer capítulos contra o Tenente em nome do Sargento”, os prejuízos gerais, averiguar o consentimento dos comandantes nas deserções, prender os insubordinados caso as suspeitas se confirmassem, e se possível “falar com o capitão Silveira, e Bruno da Costa” para consultar o meio mais fácil para atingir seus objetivos.¹²⁵

A preocupação de Afonso Botelho em ampliar estratégias, efetuando pagamentos para evitar mais “evasões” e manter firme o propósito da conquista territorial estava assentada Lei de nove de julho de 1763. Esta lei substituíra a de 1761, em decorrência da Guerra dos 7 anos (1762), quando Portugal não aderiu ao “Pacto de Família” Bourbon e as forças militares portuguesas enfrentavam problemas estruturais. “Por haver causado a complicação, escuridade, e morosidade [...] contrárias á urgência de tão indispensaveis pagamentos; mas também numerosos, e irremediaveis descaminhos dos cabedaes, que só deverião ter sido empregados nos referidos pagamentos”.¹²⁶ Pelo que parece, a remuneração também era uma estratégia de Afonso Botelho, pois ele a usava como “bem queria”.

Em decorrência de uma iminente ameaça espanhola, João Cardoso pagou os soldados e imediatamente Francisco José Monteiro “fez conselho de guerra”. Ouvindo seus

¹²⁵ Esta ordem foi passada por Afonso Botelho de S. Paio e Souza. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 116.

¹²⁶ Lei porque Sua Magestade attendento a urgente necessidade, com que instão os quotidianos, e indispensaveis alimentos das Tropas do seu Exercito; he servido estabelecer para o exacto, e prompto pagamento delas hum novo methodo, breve, claro, e expedito; abolindo os circuitos, e formalidades com que até agora se protelarão, a satisfação dos soldos, e das contas delles nas Vedorias, e Contadorias de Guerra. In: **Systema ou collecção dos Regimentos Reais [...]**, 1789, p. 281-282.

subordinados, obteve pareceres para definir procedimentos e colocou em votação os motivos da falta de notícias do capitão Silveira Peixoto. Com estes encaminhamentos, o soldado Manoel Pereira da Silva iniciou a votação, seguido do sargento José Lourenço das Neves. Nessa parte do relato, pode-se verificar a cumplicidade hostil no interior da corporação militar contra Silveira Peixoto e também contra os “castelhanos”.

Sobre as tensões no interior da corporação, os diferentes posicionamentos dos oficiais o atestam. Os argumentos apresentados pelo pagador da tropa João Cardoso da Silva foram ponderados. Ele não condenou Silveira Peixoto, mas antes levantou questões acerca das dificuldades exploratórias, a presença indígena nas proximidades das Quedas do Iguaçu; no seu entendimento, tais motivos teriam apenas desviado o curso de Silveira Peixoto.¹²⁷

Mas Cândido Xavier, o escrivão do Conselho de Guerra, foi mais contundente. Opinou “que o Silveira e o Bruno com todos quantos os acompanhavam, estavam prisioneiros” e, portanto não deveriam ser procurados, porque se estivessem bem, cedo ou tarde teriam notícias, caso contrário, se estivessem perdidos nos sertões, era inoportuno perder tempo, procurando-os. De qualquer forma, o discurso priorizava os interesses do governador da Capitania de São Paulo em detrimento dos assuntos e da conduta dos “soldados”.

Tais encaminhamentos envolviam motivos particulares, pois sugeriam que Cândido Xavier e uma tropa de 30 ou 40 homens marchassem por terra “por essa ponta de campo, que se descobriu, para ver se por êste meio se concluía a diligência que era objecto de todas as expedições”,¹²⁸ e, notadamente, como o líder já tinha boas relações com Afonso Botelho acabou obtendo não só êxito na descoberta dos sertões, mas também o mérito pela iniciativa.

Mais tarde, estas pendências internas se ratificam na expedição de Afonso Botelho aos interiores coloniais. Em relatório, confirmava-se sigilosamente o caso a Francisco Lustosa, pois ambos tinham um relacionamento de confiança.¹²⁹ As informações sobre o Capitão Antonio da Silveira Peixoto eram restritas pelo fato de manter o ritmo das explorações militares, evitando qualquer forma de desmotivação.

Tratava-se de uma correspondência, expedida por ele mesmo ao governador da Colônia, Pedro José Sarmiento, datada de 16 de abril de 1770. Francisco Lustosa dizia: “vi ãa cópia na mão do tenente-coronel Afonso Botelho, que me fez a mercê de a mostrar em segredo”. O conteúdo daquela correspondência foi parar no relatório de Francisco Martins Lustosa, onde se descreveu o penoso itinerário do Capitão Silveira Peixoto e os conflitos com

¹²⁷ Conselho-de-guerra, 11 de agosto de 1770. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 119-122.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 121.

¹²⁹ Relação. Afonso Botelho de Sampaio e Souza, 19 de dezembro de 1772. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 154.

os índios, com os “castelhanos” e a sua prisão. Ao relatar tais fatos, mostra com detalhes os possíveis motivos daquele “desvio de rota”.

As “ilusões” provocadas pela paisagem foram novamente apontadas como empecilho ao seu avanço, além da imprecisão cartográfica: “o motivo do seu engano foi ser o Paraná nesta parte quase da mesma largura do Rio Grande do Rezisto e o mapa por onde se governava, representar o Paraná larguíssimo, e muito menor que o rio do Rezisto, por onde navegava”,¹³⁰ mas a maior justificativa para o desacerto estratégico do capitão Silveira Peixoto recaiu na hostilidade aos índios, pois suas atitudes infiéis o levaram à ruína:

[...] e tendo viajado 4 dias topou com 3 botes e várias canoas, em que vinha cem homens castelhanos e índios, e traziam ordem do governador para os portugueses entregarem os índios, que tinham preso, e tudo quanto lhes tinham roubado, e logo se retiraram dos domínios de Espanha; porque os índios depois de falarem com os nossos, e os enganarem, foram ao seu governador e lhe disseram, que vinham portugueses pelo rio abaixo, e que os haviam prendido, e tomado tanto quanto tinham.¹³¹

A leitura dos documentos leva ao questionamento da maneira como Silveira Peixoto colocou as coisas a partir de suas decisões, uma vez que suas explicações não passam de pretextos para amenizar os erros que cometeu quando procurava se sobrepor a outros oficiais. Portanto, a correspondência “indica” que ele usou aqueles argumentos em benefício próprio, dando a desculpa de que sua intenção era a de mostrar aos espanhóis que estavam em terras de Portugal. Tanto quis fazê-lo que os levou para mostrar onde estavam os índios. Contudo, em sua versão, os espanhóis estavam assustados por levar em conta que poderia haver uma guarnição portuguesa nas imediações. Dizia ele que, durante o pouso, caiu “um pau muito longe, e a sentinela ouviu o estrondo e deu parte que ouvira um tiro de espingarda”, o que levou o comandante espanhol a encaminhá-los até seu governador.

Aparentemente, Francisco Lustosa pareceu concordar com aquelas explicações; embasado na correspondência, justifica os motivos de o capitão acatar as imposições espanholas, as ordens que seguia, o fato de a tropa estar sem “alimentos de povoado”, a carência alimentar nos sertões, cansaço e por que o capitão tentaria conseguir mantimentos

¹³⁰ Os campos, que Afonso Botelho de S. Paio e Souza, Ajudante-das-ordens do General de S. Paio, e Tenente-Coronel das Expedições do Tabagi, mandou descobrir pelo Guarda-mor Francisco Martins Lustosa, chamam-se campos de Guarapuava e Apucarana; e também as grandezas tão decantadas do Capivarucu que estão no sertão de Tabagi. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 214.

¹³¹ Ibid., p. 215.

para retornar. As iniciativas de Silveira Peixoto tinham sido exclusivamente suas, pois decidiu avançar por conta própria.

Em seguida, a documentação só reserva lugar para as atrocidades cometidas pelo governador que os obrigou a marchar 180 léguas “por todas as missões até chegarem ao Salto Uruguai”. A versão dramática de Silveira Peixoto foi admitida por Francisco Lustosa, como se lhe tomasse as dores pelos revezes que sofrera: a maioria morreu; estavam com grilhões e só tomavam um “caldo de carne de vaca”; estavam isolados no calabouço na cadeia de Buenos Aires. De qualquer maneira, Francisco Lustosa aproveitou aquela oportunidade para reafirmar seu ódio pelos espanhóis, dentro de um modelo ufanista que procurava detratar os rivais em tudo aquilo que pudesse: “são incríveis as tiranias, com que os castelhanos tratam a êstes miseráveis prisioneiros, os quais chegaram quase nus ao lugar das Missões, onde os prenderam, [...] quando se fez a carta, a qual foi escrita cinco meses, e meio depois de estarem presos”.¹³²

Independentemente daqueles fatos, a maior preocupação era a exploração e a colonização dos sertões de Tibagi. Assim, se no plano da colônia as raízes do ufanismo e do ressentimento estavam na Guerra dos Emboabas, no plano externo suas bases estavam nos embates da Guerra dos Sete Anos, nos conflitos com os espanhóis no Norte de Portugal e nos domínios ultramarinos.

Em “Notícia da Conquista...” ficou evidente o papel histórico de Candido Xavier de Almeida na exploração das adjacências florestais do rio Grande do Registro. Percebeu-se, a partir das informações de Silveira Peixoto, uma grande preocupação com os espanhóis na medida em que as estratégias de exploração se ampliaram.

Desse modo, não era sem motivo que as instruções para que as tropas seguissem próximas, uma pelo rio e outra por terra, “de forma que possam uns socorrer a outros em caso preciso”; que noticiassem os eventos “memoráveis” e não “molestassem” os índios.¹³³

Essas “ilusões” eletivas se ampliaram com novas expedições aos interiores coloniais. A primeira etapa estava concluída e, como os seus resultados não eram satisfatórios aos olhos do governo da capitania de São Paulo, geraram novas expectativas, porém o que ocorreu definitivamente foi o contato de “esquadras” militares com populações indígenas, permitindo a consolidação do ufanismo e a deflagração de ressentimentos no interior da corporação militar e para fora dela, como se verá a seguir.

¹³² Ibid., p. 216.

¹³³ SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 13. Durante a execução das instruções o tenente Manoel Teles e seu filho morreram afogados, obrigando seus subordinados a retornarem àquele porto.

Quadro1. **Processo de Preenchimento dos Postos de Milícias**

| POSTO | SELEÇÃO E NOMEAÇÃO |
|------------------------|--|
| Coronel | Escolha e nomeação por carta patente do Governador e Capitão General. |
| Tenente- Coronel | idem. |
| Sargento-Mor | Preenchido de duas maneiras: 1) pelo Coronel comandante, entre os oficiais das tropas regulares, de acordo com a experiência do candidato; 2) por "exames públicos" entre os Capitães, Ajudantes e Tenentes da tropa regular, e o Ajudante do próprio Regimento onde ocorreu a vaga. |
| Ajudante | Havia concurso de exames teórico e prático a que podiam concorrer Alferes, Sargentos, Furriéis e Porta-Bandeiras, da tropa paga ou regular. |
| Capitão (de Companhia) | Indicação do comandante do Terço ou Regimento, através de uma proposta ao Governador e Capitão General, que o nomeava. |
| Alferes (de Companhia) | Escolha privativa do Capitão comandante da mesma Companhia, que o indicava para nomeação. |

Fonte: FILHO, 1998, p. 61.

Quadro 2. **Corpos de Auxiliares de São Paulo - 1767/67**

| Nº | CORPO | COMPOSIÇÃO (UNIDADES) |
|----|---|---|
| 1 | 1 Corpo de Dragões de São Paulo e Vilas do Sul de Serra Acima | 12 Cias. de Cavalaria |
| 2 | 1 Corpo de Ligeiros de Guaratinguetá e Vilas do Norte Serra Acima | 6 Cias. de Cavalaria |
| 3 | 1 Corpo de Infantaria de São Paulo e Vilas do Sul Serra Acima | 15 Cias. de Infantaria |
| 4 | 1 Corpo de Infantaria de Guaratinguetá e Vilas Serra Acima | 6 Cias. de Infantaria |
| 5 | 1 Corpo de Infantaria de Marinha de Santos e Vilas do Norte | 8 Cias. de Infantaria |
| 6 | 1 Corpo de Infantaria de Marinha de Paranaguá e Vilas do Sul | 11 Cias. de Infantaria 3 Cias de Uzares (Curitiba) |

Fonte: FILHO, 1998, p. 69.

Quadro 3 Adaptação do quadro Matrícula de gente que entra para o sertão de Tibagi (19-06-1769).

| Nome | Patente | Soldo – mês |
|---|--------------------|-------------|
| Estevão Ribeiro Baião | Capitão | 15\$000 |
| Francisco Lopes da Silva | Tenente | 8\$000 |
| Manoel da Cunha Gago | Alferes | 8\$000 |
| Bartolomeu Bueno | Sargento do Numero | 3\$000 |
| Tomé Ribeiro da Silva | Sargento Supra | 2\$700 |
| Francisco de Oliveira Bueno Miguel Fernandes França João Leite de Miranda Inácio da Mota | Cabos-de-esquadra | 2\$400 |
| | Soldados (61) | 2\$400 |
| Frei Antônio de Santa Tereza do Espírito Santo | | 10\$000 |

Fonte: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 82.

Quadro 4 Adaptação da Matrícula da gente da Expedição de Bruno da Costa.

| Patente | Nome | Estado Civil | Proveniência | Soldo |
|---------------------|-------------------------------|--------------|--------------------------|--|
| Sargento comandante | Bruno da Costa Filgueira | Solteiro | Solteiro Curitiba 3\$000 | 3\$000 |
| Cabo | Antônio Garcia | Solteiro | Curitiba | 2\$400 |
| Cabo | Cristóvão da Rosa | Casado | Curitiba | 2\$400 |
| Cabo | Antônio Francisco de Oliveira | Casado | Curitiba | 2\$400 |
| Cabo | Bento de Siqueira | Solteiro | Curitiba | 2\$400 |
| 19 soldados | - | - | Capitania de São Paulo | 2\$400 Pagamento adiantado por três meses |

Fonte. SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 87-88.

Quadro 5 Quadro geral das expedições.

| Data e lugar | comando | missão | milicianos | | | | Desdobramentos |
|-----------------------------------|--------------------------------------|--|------------|-------|-------|--------|---|
| | | | Vol. | Pagos | Total | canoas | |
| 05/12/1768 Caiaçanga | Tenente Domingos Lopes Cascais | Explorar o rio do Registro | 30 | - | 30 | 3 | Cumpriu a missão |
| 20/06/1769 São Bento do Tibagi | Capitão-mor Estevão Ribeiro Baião | Descobrir as bacias do rio Ivaí e do rio Paraná | 75 | - | 75 | 7 | Morreu após cumprir sua missão |
| - | Capitão-mor Francisco Lopes da Silva | Explorar os rios Paraná e Piquiri | - | - | - | - | Morreu na fortaleza do Iguatemi |
| - | Tenente Inácio Mota | Explorar o Paraná e o Tieté | - | - | - | - | Encontrou ligação do rio Grande do Registro com o Paraná e o Tieté |
| 12/08/1769 São Bento do Tibagi | Capitão-mor Francisco Nunes | Reforçar a esquadra de Estevão Ribeiro Baião | 80 | - | 80 | 9 | Encontrou soldados que iam ao Iguatemi; morreu ao chegar na Fortaleza de Iguatemi |
| 20/08/1769 Caiaçanga | Tenente Bruno da Costa Filgueiras | Explorar o rio Grande do Registro | 25 | - | 25 | 3 | Foi preso por ordem de Silveira Peixoto |
| 16/10/1769 Caiaçanga | Capitão-mor Silveira Peixoto | Explorar o rio Grande do Registro e chegar ao Paraná | 85 | - | 85 | 17 | Foi preso pelos espanhóis e remetido a Buenos Aires |
| Abril 1770 Caiaçanga | Tenente Bruno da Costa Filgueiras | Explorar o rio Grande do Registro | 20 | - | 20 | ? | Morreu afogado |

Fonte: Carneiro: 1986, 120.

6 “Descoberta” e conflito: modos de sentir, modos de representar

SONETO

Para que, ó Jordão veloz, máquinas
no curso que prossegues lisongeiro
encobrir-nos o cofre pregoeiro
das pedras que reclusas diamantinas.

As águas que despenhas cristalinas
bem nos mostram de ouro ser luzeiro:
não queiras esconder como grosseiro
as que sabemos tem jóias tão finas.

Bem podes atender agradecido
a um Souza cuja fama é tão geral
que fulmina fazer-te enobrecido;

Pois por te dar a ti glória imortal,
manda que se escreva engrandecido
em teus troncos – *Viva El-rei de Portugal.*

(Autor desconhecido)

Até agora foram abordadas as peculiaridades das sensibilidades nas primeiras expedições aos sertões, procurando evidenciar aqueles modos de sentir e suas motivações. Percebeu-se que a interiorização destes “sentimentos” condicionou os indivíduos, a corporação militar e a sociedade da época a construírem valores específicos e gerais em torno de si, das lutas políticas, dos poderes coloniais, dos “espaços” da capitania e, finalmente, para as populações espanhola e ameríndia.¹

Resta então verificar o desenrolar dessas sensibilidades em relação às populações indígenas e aos interiores coloniais, num segundo momento das expedições militares. Também se percebeu que essa ampla documentação figurou como espaço onde se dispunham outros modos de sentir, manifestados na “representação” artística e poética. Como este lugar de manifestação também tinha por motivação o dualismo dos “modos de sentir” privilegiados aqui, o direcionamento possível das questões se voltou para a acepção de como estes espaços interiores e situações foram percebidos e de que forma novas significações se manifestam nas “representações” e na idéia do “bom funcionamento da sociedade”.

¹ Sobre a interiorização dos hábitos como contrapondo psicossocial ao processo civilizador ver ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

A segunda parte das expedições aos sertões do Tibagi resultou em dois momentos bem definidos, mas não menos problemáticos, de onde emergiram esses “sentimentos mesclados”. Seus resultados emblemáticos confirmaram no Tratado de Limites de 1777, os limites das possessões luso-espanholas na América e a valorização exacerbada dos “paulistas” e de seu território em detrimento daqueles referentes aos índios e aos espanhóis. E, embora estes espaços interiores só fossem efetivamente ocupados no início do século XIX, prevaleceu a sensibilidade ufanista e a amenização das tensões políticas e sociais no plano interno da América portuguesa.

Após a descoberta dos Campos de Guarapuava, intensificaram-se as expedições militares, e imediatamente ao se descobrirem as conexões entre as bacias hidrográficas do rio Grande do Registro (Iguaçu) e do rio Paraná, tornava-se possível caminho por terra para atingir as almeçadas riquezas dos interiores da capitania. Inicialmente ocorreu a euforia, mas depois, diante dos insucessos e de medidas cautelares de sobrevivência o que restou foi a decepção e o abandono estratégico da área de ocupação após um governo que acabava sua gestão com uma série de polêmicas e acusações.

O que podemos perceber acerca das sensibilidades opostas e complementares é o fato de se manifestarem dentro da “corporação”, e esta, enquanto tal, era um espelho da sociedade da época. Assim, as “sensibilidades” ora eram individuais, ora eram coletivas dentro da hierarquia militar, e também fora dela.

Tais comportamentos foram estruturados não apenas pelas questões relacionadas às disputas pelo poder, mas também pela obediência dos soldados e pela submissão dos índios. Os comportamentos admitiam a via individual dos superiores, que raramente acompanhavam o grupo, e a via da solidariedade grupal, constituída pelos subalternos. Neste sentido, variavam de um extremo a outro, ou seja, tencionavam entre o ufanismo e o ressentimento.

É preciso lembrar que dentro da corporação militar repercutiam os valores e comportamentos de uma sociedade que valorizava a riqueza e a ascendência, restando pouco espaço para que os subalternos e a população pudessem reagir. Notadamente, os modos de sentir eram solidários enquanto forma de se opor aos “outros” e de valorizar a si mesmo.

Por outro lado, segundo Mello, a regulação social tem no Marquês de Lavradio (1769-1779) a previsão desta estrutura hierárquica, onde os “indivíduos” se submetiam a um poder integrador, onde as diferenças sociais (de negros, mulatos, índios, forros, pobres, etc.) seriam aplainadas na medida em que todos se tornavam “igualmente súditos”.² Desta maneira, ao ver

² MELLO, Cristiane F. Pagano de. Os corpos de ordenanças e auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa. História: Questões & Debates, Curitiba, 2006, p. 38.

do Marquês de Lavradio, as milícias (Auxiliares e de Ordenanças) constituíam-se no fator de integração social, tendo na disciplina e na obediência ao soberano o seu principal esteio.

6.1 “Campanha Grande”

Na concepção exagerada de Handelman (1931), a colonização brasileira era um esboço da norte-americana e a capitania de São Paulo era a “mais antiga das regiões brasileiras”. Dizia ele: “menor atenção deram elles ao Sul: sómente ao longo da costa foi avançando uma série de colônias [...]; o Sudoeste interior ficou por assim dizer inteiramente desconhecido, como por exemplo, os campos de Guarapuava, cuja posse formal só foi tomada em 1770”.³ O exagero não tinha sentido, pois a colonização do oeste só ocorreria em finais do século XVIII e início do século XIX com a povoação de Guarapuava, ao contrário da “colonização” americana que trazia em si a imediata identificação do indivíduo com o espaço nacional. Além do mais, não era só uma questão de conhecer e ocupar os sertões, mas de perceber o desencadeamento de uma série de acontecimentos históricos em torno dos governos metropolitano e ultramarino e da própria condição de vida na colônia.

É justamente sobre esta condição humana que imperou uma solidariedade na formação de uma elite paulistana, que se fundamentava no reconhecimento de si a partir do predomínio do parentesco nos postos políticos da capitania e na luta constante entre autoridades políticas, eclesiásticas e militares.⁴ A forma de ingresso destas elites se estabelecia na hereditariedade, na riqueza e, finalmente, quando isto ainda era possível, no mérito. Tudo isso pode ser visto como uma forma de controle onde os indivíduos são influenciados pelas posições que ocupam nos processos sociais.⁵

O tenente paulista Cândido Xavier teve o mérito da exploração e do reconhecimento do oeste da colônia, na região dos Campos de Guarapuava (“Campanha Grande”). Iniciou como soldado em 1762 e se tornou Tenente-general em 1831. Além de descobrir os interiores coloniais e o rio Igurei, colocou “fim” às delimitações territoriais luso-espanholas. Também defendeu o forte de Coimbra diante das forças paraguaias, sendo-lhe indicada a promoção;

³ HANDELMANN, Henrique. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931, p. 542.

⁴ RABELLO, Elizabeth Darwiche. **As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII**. São Paulo: Editora Comercial SAFADY, 1980.

⁵ Ver ELIAS, Norbert. **Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 8.

posteriormente, em São Paulo, “foi nomeado comandante das armas e, com a proclamação de independência, foi nomeado presidente do Governo Provisório, criado pela lei de 25 de junho de 1822”.⁶

Através de seu diário, obtiveram-se novos indícios da existência de populações indígenas na “Campanha Grande”, em setembro de 1770: “pelas nove horas da noite viram um clarão da parte norte, que mostrava ser de grande fogo, e ao dia seguinte caíam cinzas”.⁷ (Tabela 1)

Com tais evidências, suas ordens eram claras: deveria marchar com oito soldados e um cabo, devendo retornar em oito dias, não devendo “ofendê-los”, mas ao contrário “se humilhará muito e fará a diligência por tratá-los, e por reduzir algum, a que o acompanhe a este lugar”.⁸ Como se tratava dos “primeiros” contatos com aquelas populações indígenas, a estratégia inicial era a da “exaltação dos valores cordiais”. Esse emblema vingou da “influência ancestral” que trazia consigo a ocultação dos reais sentimentos em relação à hospitalidade, à generosidade, as quais se transformariam ao longo da história nas maiores virtudes dos brasileiros, mas longe disso, e do seu reconhecimento pelos estrangeiros, como afirma Holanda, “seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”.⁹

Imediatamente após a descoberta dos Campos de Guarapuava, a documentação deixou de tratar momentaneamente do desaparecimento do capitão Silveira Peixoto e voltou-se para o que era mais importante, a ocupação dos Campos de Guarapuava. Na documentação de Cândido Xavier apenas uma passagem retoma aquele assunto: “estando nos campos quinze dias explorando para tôdas as partes a campanha, sem descobrir mais do que campo, e gentio”; e “desenganado também de poder encontrar o capitão Silveira...”.¹⁰ Consta-se assim, que o reconhecimento de áreas campestres era fundamental às explorações coloniais, tanto que o tenente Cândido Xavier deslocou para lá todo seu “agrupamento”, procurando

⁶ MARQUES, Manuel Afrânio de. **Apontamentos históricos, geográficos, biogeográficos e noticiosos da Província de São Paulo seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876**. São Paulo: Livraria Martins Editora, [1872], 1950, p. 163. Cândido Xavier faleceu em 25 de dezembro de 1831.

⁷ SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista, e descobrimento dos sertões de Tibagi, na capitania de São Paulo, no governo do Governador, e capitão-general Dom Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, conforme as ordens de sua majestade**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956, p. 13, vol. 76.

⁸ Cópia das Ordens que deu o Alferes Cândido Xavier quando mandou uma esquadra de soldados examinar os campos, cujo nome é de Nossa Senhora do Carmo. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 126-127.

⁹ Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 147.

¹⁰ SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 13 e 15 respectivamente.

“facilidades” nas comunicações entre as áreas campestres e fluviais, localizando-a nas proximidades do rio Capivaruçu.¹¹

Acampando em local estratégico, erigiu uma fortificação denominando-a Nossa Senhora do Carmo e “com toda alegria foi festejada esta felicidade, e novo descobrimento, sendo a primeira notícia, que houve dos Campos de Goropuava tão recomendados às Ordens de Sua majestade, e a primeira gente nossa, que nele saiu”.¹² O acontecimento era memorável, pois se esperava ansiosamente chegar às “montanhas de ouro” que os relatos sertanistas “prometiam” e aos “benefícios” que os poderes metropolitano e ultramarino asseguravam.

A carta de 22 de setembro de 1770, escrita por Candido Xavier, em “Campo Alegre”, e endereçada a Afonso Botelho, ressaltava a importância daquele momento, conotando-o ao prazer da descoberta do “paraíso”: os campos eram “deliciosos”, “pois foi quem ali me trouxe também dirigido, como se dêle tivera muita notícia”.¹³ Em Paulo Prado podemos ver como a história brasileira foi marcada pela cobiça, um dos sete pecados capitais que integra o ressentimento. Em sua análise os “bandeirantes” tinham uma obsessão diabólica; cometeram toda sorte de crimes para simplesmente satisfazerem suas paixões. Criaram uma lenda na qual o ambiente colonial era hostil e só existiam hordas de índios selvagens para justificar todas as ações em torno da “pedra-imã da gente do Brasil”.¹⁴

Para Cândido Xavier podemos pensar nesse mesmo sentido. Sua estratégia era sensibilizar Afonso Botelho para obter “meio de troca” para “pacificar” os índios e atingir seus objetivos: “não tenho com quê, mando vir do Pôrto da Victória um fardo de fazenda de 3 que ali tem o capitão Silveira para deles tirar algũa cousa, que para esse fim possa servir”.¹⁵ Posteriormente, Afonso Botelho ao avançar pessoalmente aos sertões compartilhou aquelas sensibilidades duais, caracterizando um processo voltado para a melhoria da capitania de São Paulo, e de suas próprias “paixões”. O objetivo metropolitano, conforme apontam Farage (1986) e Amoroso (2003), era transformar os índios em aliados para formarem um tipo de

¹¹ ABREU, Gracita Gruber de. Abrem-se as cortinas do passado. In: Conquista de Guarapuava. **O Paraná**. Edição Histórica. 15 de dezembro de 1984. “Não sabendo ao certo o local onde chegaram deduzem que tenha sido no local onde atualmente se encontra a Usina de Segredo”. p. 3; BRANCO RIBEIRO, Eurico. Esboço da história de Guarapuava. **Almanack dos municípios**. Curitiba, 1922. Segundo estes historiadores, o rio Capivaruçu era a primeira denominação do rio Jordão.

¹² *Ibid.*, p. 14.

¹³ Candido Xavier de Almeida. Carta. 22 de setembro de 1770. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 123-126.

¹⁴ PRADO, Paulo. **Província e Nação, Paulística, Retrato do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

¹⁵ ALMEIDA, Candido Xavier de. Carta. 22 de setembro de 1770. SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 125.

contenção aos avanços espanhóis.¹⁶ No desenrolar das expedições fica cada vez mais evidente a noção utilitarista em relação aos índios.

Mas em seguida o que constata-se na correspondência de Cândido Xavier é um discurso que se fundamenta nos valores e nos princípios da disputa política da sociedade do período. Ele enaltecia a si mesmo à custa dos “erros” de Silveira Peixoto para sobressair-se, para mostrar que era o fiel vassalo do rei. Sua correspondência evidenciava uma atitude rancorosa em relação ao seu oponente vencido; procurava mostrar os erros estratégicos do oponente para consagrar suas ações, “pois ele não mediu a distância em que está”, prosseguindo por um trecho de rio não navegável e perigoso, “como se prova com o lamentável falecimento do tenente Bruno da Costa”.¹⁷

Entendia-se que o capitão colocara em risco a vida dos membros de sua expedição por molhar a “munição de boca” e o que era pior, ficara desprotegido, pois “o grande número de gentios, que lhe fica já na retaguarda em tôda a campanha”, e isso não lhe permitia se defender ou para efetuar manobras evasivas.¹⁸ Assim, era pertinente a Cândido Xavier solicitar “gente, armas, e munições”, “algodões, barretes de pisão, fitas miçangas, pentes, etc., para com eles se afagar êste gentilismo, e mais que tudo, capelão, para os batizar, casar, etc.”, buscando com suas prerrogativas bem sustentadas a partir de sua posição na hierarquia militar, benefícios futuros.

Numa outra direção, percebe-se que o que resulta desse “olhar” de Cândido Xavier é a aflição em ver uma terra digna, mas sem produtividade ou civilidade. Em Norbert Elias, verificamos que o conceito de civilização é complexo, “refere-se a uma grande variedade de fatos”, pois envolve a tecnologia, idéias religiosas, costumes, conhecimento, vivências, sistema político e jurídico, etc. “Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma civilizada ou incivilizada”.¹⁹ O “olhar” Candido Xavier era excludente e valoriza apenas a cultura ocidental, considerada superior, em detrimento dos grupos indígenas e dos espaços interiores da capitania que considera inferiores.

No entendimento de Cândido Xavier, as suas ações em prol da “descoberta” dos interiores e a condição em que elas estavam traziam motivos e justificativas para um breve retorno. Ao finalizar sua correspondência, não esqueceu os “préstimos” do sargento José

¹⁶ FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões**. Os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1986. AMOROSO, Maria Rosa. Guerra de Mercadorias: os Kaingang nas cenas da “Conquista de Guarapuava”. In: **Do contato ao confronto**: a conquista de Guarapuava no século XVIII. São Paulo: BNP Paribas, 2003, p. 27-41.

¹⁷ ALMEIDA, Candido Xavier de. Carta. 22 de setembro de 1770. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 125.

¹⁸ Ibid., p. 125.

¹⁹ ELIAS, 1994, p. 23.

Lourenço naquelas explorações e recomenda o aumento nos seus soldos, “pois é em tudo merecedor, por muito obediente, e pronto no real serviço, oferecendo-se para todas as ocasiões com a vontade, e zelo, e desembaraço”.²⁰

A carta datada de 24 de outubro de 1770 não só relata as manobras militares, os problemas decorrentes da exploração dos campos de Guarapuava, mas também serve como um instrumento para a valorização de si, consagrando ao mesmo tempo a fidelidade aos poderes metropolitano e ultramarino.

No início do texto alude-se à correspondência de 22 de setembro; explicaram-se os motivos de seus procedimentos naquelas duas semanas de exploração, justificavam-se as medidas de sua retirada para o porto do Funil, a “falta de mantimentos”, as caçadas frustradas; além de destacar o que era mais importante, evitar a “infusão de sangue” do “gentio” que continuamente promovia “queimadas ao redor do acampamento” e o insucesso do contato com os mesmos.²¹

Em primeiro de outubro de 1770, Cândido Xavier dá a entender que o confronto com os índios não seria tão amistoso quanto desejava. E de fato isso justificou, em parte, uma atitude de “retirada” apenas com o objetivo de se mudar a forma de tratamento com a qual os índios poderiam ser submetidos: “depois de mandar ãa partida buscar uns tantos gentios, que nos vieram pegar fogo ao pé do forte, para ver, se os reduzia; e como os não pudessem encontrar nos retiramos”.²²

Os acontecimentos que se seguiram a essa estratégica militar foram apreensivos porque mostram, parcialmente, as contradições do papel dos indígenas numa estrutura social excludente. Cândido Xavier, ao chegar ao Porto do Funil, encaminhou seis soldados em uma canoa para providenciar suprimentos para a tropa “ficando ali somente com um bom cão de caça, e outro principiante”; no quinto dia deste mês, manifestou-se subitamente um confronto direto com o “gentio”:

ocorreu a Bento de Siqueira, soldado curitibano, que se achava na canoa, o pôr-se de joelhos, e bater-lhe as palmas, com o que suspenderam o ímpeto; e porque os soldados logo botaram a canoa para o largo, mostravam eles os índios, as frechas, e os chamavam com ãa nunca vista língua; mas vendo, que lhes fugiam, muito irritados batiam nos peitos ameaçando. A este tempo mandei disparar ãa arma cá no acampamento, com que caíram todos por terra, e fugiram para o mato, matando

²⁰ Cândido Xavier de Almeida. Carta. 22 de setembro de 1770. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 126.

²¹ *Ibid.*, p. 126.

²² Cópia da carta do tenente Cândido Xavier escrita no pôrto Nossa Senhora da Victória, a 24 de outubro de 1770 a Affonso Botelho. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 127-129.

nesta ocasião o nosso cão melhor, que havia passado a outra banda, quando viu os soldados embarcando a anta.²³

O contato da esquadra de Cândido Xavier com os “índios” foi difícil devido aos problemas de comunicação, prevalecendo relações de desconfiança, afinal de contas, tratava-se das “primeiras” comunicações com aquelas populações naquele ambiente específico, fracassando também a tentativa de seduzi-los com objetos e “badulaques”.

Assim, o reconhecimento dos campos de Guarapuava, área descrita pelos antigos sertanistas, mas que até então não se tinha “notícia”, foi fundamental às futuras expedições e ao controle parcial da região no século XVIII. A correspondência de Cândido Xavier é preciosa pelas informações que contém acerca dos grupos indígenas e sobre os problemas decorrentes dos avanços das expedições militares. Sobre os índios, descrevem-se parcialmente hábitos, língua e compleição física: “são de estatura agigantada, bastantemente alvos, mas alguns bem vermelhos: têm todos cabelos, e barbas crescidas. [...] com camisas muito alvas; uns armados com paus compridos em forma de cajado curvos para a ponta; outros de arco e flechas [...]”.²⁴ Pode-se notar que essa é uma referência sem sentido na documentação, até porque não importa a cultura material ou espiritual dos índios, mas, antes de tudo, sua subserviência, pois ela levaria à descoberta do ouro e à ocupação territorial.

Essa situação de desprezo às populações indígenas teve como desencadeamento a proibição do cativeiro aos índios (pelo rei D. José, em 1758), que trouxe como consequência a diminuição da exploração aurífera e uma mudança na vida econômica dos paulistas.²⁵ Houve uma alteração no âmbito em fins do século XVIII, como demonstrou a historiadora Kátia Abud.²⁶ Além disto, o desmembramento de São Paulo da Capitania do Rio de Janeiro, em 1765 provocou uma mudança significativa neste processo. Aliás, Paulo Prado, ao desmistificar o ufanismo paulista, ressalta não só a decadência do período anterior, mas a administração do Morgado de Mateus enquanto “obra da fatalidade histórica”.²⁷

É comum encontrar parte deste cenário nebuloso na documentação. A leitura da carta de Cândido Xavier permite verificar este estado de “espírito” desolador, mas como já foi acentuado anteriormente, não passa de uma narrativa dissimulada. Aliás, como bem notou

²³ Ibid., p. 128.

²⁴ Ibid., p. 128.

²⁵ RODRIGUES, Edith Porchat. **Informações históricas sobre São Paulo no século de sua fundação**. São Paulo: Livraria Martins Editôra, 1956, p. 122.

²⁶ ABUD, Kátia Maria. **O sangue itimorato e as nobilíssimas tradições**. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. São Paulo. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

²⁷ PRADO, 1972, p. 95.

Freyre, a formação brasileira foi “um processo de equilíbrio de antagonismos”, econômico e cultural; entre eles a “cultura européia e a cultura indígena”, o “católico e o herege”; “o jesuíta e o fazendeiro”, “o paulista e o emboaba”, sendo o “mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo”.²⁸

Assim, o que é contundente na narrativa de Cândido Xavier é a consternação e o desalento por não obter suprimentos alimentares e o auxílio de outras esquadras. Sem dúvida, o cenário desolador também se completa quando se constata a transitoriedade da vida, e a beligerância como “ameaça constante” aos “indivíduos”,²⁹ principalmente quando Cândido Xavier encontrou o “defunto Bruno da Costa”, e o “corpo do defunto Manoel Teles, sem que lhe pudesse mandar dar sepultura, por estar com muito mau cheiro”. Parece que o sentimento sobre a morte tenha sido menos recalcada nesse período pelo quadro de instabilidade social e pelo ambiente de insegurança da vida no período.

A desorganização militar ficou evidente quando várias esquadras se dirigiam ao mesmo tempo para os sertões de Guarapuava. Tratava-se do resultado da contradição entre o militarismo e a falta de recursos necessários à sua manutenção, conforme aponta Prado (1972). O próprio “comandante” relatava que no dia 17 encontrou no porto Capivaras os soldados da esquadra de capitão Silveira Peixoto “que vinham sem cartas, nem socorro”, detendo-os naquele lugar; para sua surpresa, ao chegar ao porto Nossa Senhora da Vitória encontrou o quartel em “desordem”, pois o “soldado, que dêle estava entregue, não sabia o que tinha, nem o que andava fora”: as casas danificadas, soldados espalhados, enfim era ãa balburdia”.³⁰

No final da correspondência do Tenente, há uma série de desculpas, mas pode-se levar em conta que independentemente do teor das justificativas “morais” também desejava comunicar pessoalmente a Afonso Botelho suas “descobertas”. O relato foi marcado pelas dificuldades encontradas, o estado de saúde do “comandante”, as dores nas juntas e nos pés, as fomes extraordinárias. Havia também uma justificativa moral pautada na religiosidade para o seu “desligamento” dos “exercícios” militares, pois afirmara que precisava se confessar. Logo em seguida, dirigiu-se para a fazenda “Carlos”, noticiando a descoberta dos campos de Guarapuava, diretamente ao tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza. As repercussões dessas notícias foram deflagradas na correspondência de Afonso Botelho de

²⁸ FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1990, p. 53.

²⁹ ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 14.

³⁰ Cópia da carta do tenente Cândido Xavier escrita no pôrto Nossa Senhora da Victória, a 24 de outubro de 1770 a Afonso Botelho. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 129.

Sampaio e Souza, escrita naquela fazenda em 17 de dezembro de 1770.³¹ O elogio aos serviços prestados à Coroa, o “acerto” de sua promoção ao “pôsto de tenente da companhia do capitão Silveira” e a “felicidade com que se descobriu os Campos de Guarapuava” termina abruptamente para dar lugar a uma severa repreensão.

Ao ver de Botelho, não bastava “descobrir” aqueles campos. Era absolutamente necessário que “correspondessem os fins aos princípios” e o mérito não devia ficar à margem dos desejos de quem aspirava honra, pois só isso já era mediocridade. Os dois primeiros trechos da carta se relacionam ao conteúdo de outra que recebera, ampliando assim as “imaginações” sobre aquela região descoberta, além de inferir sobre uma “inquestionável” e “inabalável” moralidade militar. O restante da carta se ateve de forma veemente à correspondência de 24 de outubro de 1770, através da qual se elaboraram ressalvas à retirada das tropas daqueles campos, numa atitude não desejada.

Esta parte ofuscou tôda a glória, que podia ter merecido, sendo um oficial que deve ter obrigação de saber o regulamento, e mais ordens de Sua Majestade par ver o crime, que cometeu, e as penas, a que está sujeito, de que não o isento, enquanto não recuperar o posto, que abandonou sem ordem, nem motivo algum.³²

As ações de retirada das tropas dos sertões eram inadmissíveis dentro do projeto exploratório do Morgado de Mateus e da política pombalina de “integração” social, o que levou o comandante geral das expedições Afonso Botelho a declarar improcedentes os motivos apresentados pelo tenente Cândido Xavier, inquirindo-lhe “(...) que causas haviam, para largar uma praça, cuja planta serve de acusar a sua covardia”. Segundo Afonso Botelho, ele poderia ter se servido dos mantimentos do “gentio” e assim remediar a fome, e mesmo depois poderia ter tentado novamente o contato com eles para o bem-estar de todos.

No seu entendimento, os índios queriam apenas se comunicar e o que se fez foi apenas incorrer em erros que não deveriam de forma alguma acontecer, e ao contrário, ao disparar uma arma “horrorizou os índios” e nem sequer se comunicou com eles nos dois dias em que seguiram a esquadra pela contra-costa. “Tudo o que obrou depois que saiu dos campos, foram desacertos muito consideráveis”, de forma que lhe recomendava ir ao porto Nossa Senhora da Vitória para aguardar novas ordens.

³¹ Carta a Cândido Xavier, 17 de dezembro de 1770. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 131-133.

³² *Ibid.*, p. 131.

Após receber as pesadas críticas de Afonso Botelho, Cândido Xavier retomou as explorações tentando abrir um caminho do porto Nossa Senhora da Vitória aos campos de Guarapuava; todavia, isso não foi possível, pois daquele ponto até o início dos campos de Guarapuava havia mais de 20 léguas, o que levou ao reforço dessa campanha através de nova expedição.³³

É inegável um quadro de tensões permanentes durante as expedições militares aos Campos de Tibagi e Guarapuava. Isso mostra como o ufanismo e o ressentimento estavam introjetados entre aqueles homens, ao mesmo tempo em que se relacionam às regulações sociais. Os rumores decorrentes das entradas de Silveira Peixoto e as “entradas” de Cândido Xavier mudaram a estratégia militar, maximizando o esforço no sentido de procurar “atalhos” ou o melhor caminho para se chegar à “Campanha Grande”. É perceptível que a acirrada disputa pelo poder e pela descoberta de veios minerais tumultuou a exploração dos sertões.

Contudo, esse conjunto de experiências foi considerável para que Francisco Martins Lustosa seguisse novo percurso por terra (julho de 1770), ainda mais quando se admitia a presença de índios além do rio Yapó e Rio Negro, mais próximos dos “castelhados” do que deles e isto acentuava as tensões no interior do grupo e além dele.³⁴

As ordens de Afonso Botelho foram expressas. Recomendava a Francisco Martins Lustosa “adquirir as mais notícias que se puderem alcançar dos sertões, que medeiam entre os dous rios de D. Luis, e Rio Grande do Registro até chegar às margens do rio Paraná”.³⁵ Através desses documentos, percebe-se o grau de intimidade entre o comando das expedições e Francisco Martins Lustosa, pois havia uma deliberada confiança que não estava atrelada apenas às experiências militares.

Pelas informações constantes nas cartas de Afonso Botelho, constata-se o motivo de Francisco Martins Lustosa “ser o mais idôneo”. Sua estratégia atendia a si mesmo, e por acréscimo aos interesses da coroa portuguesa. Não foi sem propósito que afirmou não querer vencimentos, mas 200\$000 réis para cobrir os custos de preparação da incursão militar. Suas solicitações foram acatadas e, além disso, foi nomeado “guarda-mor dos descubertos, que fizer até chegar aos Campos de Guarapuava”, priorizando o caminho que deveria abrir para

³³ Campos de Guarapuava, **Folha do Oeste**, Guarapuava, torrão abençoado por Deus. Guarapuava, p. 5-9 dez., 1973. Nesta edição podemos perceber as menções honrosas que a historiografia conferia ao passado regional, como por exemplo, “Afonso Botelho, que tudo dirigia com grande júbilo”, p. 5; por outro, lado se exagerava nas repercussões da descoberta dos campos de Guarapuava pelo tenente Cândido Xavier, por parte do comandante geral das expedições “(...) em virtude da reação violenta do governador da Capitania, Afonso Botelho resolveu ir em pessoa efetivar a conquista de Guarapuava”.

³⁴ FRANCO, Arthur Martins. **Diogo Pinto e a conquista pacífica de Guarapuava**. Curitiba: Museu Paranaense, 1943, p. 38.

³⁵ Registro da ordem, que se passou ao Guarda-mor Francisco Martins Lustosa. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 115.

aquele lugar.³⁶ Dessa maneira, pode-se verificar como as missões para os interiores coloniais estavam ligadas ao desempenho dos oficiais e das relações que mantinham com o alto comando, ao mesmo tempo em que se “desprezavam” as ações dos soldados, pois elas não traziam benefícios.

Os relatos da incursão do Capitão Estevão Ribeiro Baião, de julho de 1769, dando conta de que partira do Porto de São Bento, no rio Tibagi, foram preciosos para Francisco Martins Lustosa encontrar um caminho alternativo aos Campos de Guarapuava. E, nada mais adequado que se partisse do porto ali existente, nas imediações do sítio do Carrapato, em razão dos parcos resultados exploratórios de outras expedições, da possibilidade de se chegar com facilidade aos “Campos de Gorapuava” e à Serra de Capivarucu, minimizando os esforços de transporte e abastecimento.

A correspondência do Guarda-mor Francisco Martins Lustosa e dos picadores, Sebastião Cordeiro da Silva e José Pinto da Silva, ao Tenente-coronel Afonso Botelho, remetida em dezembro de 1770, foram reveladoras, pois aludiam à idéia em torno do “imaginário” dos relatos sertanistas. Segundo a correspondência, no início de outubro, avistaram das cabeceiras do rio “Embetuba”, e a serra “dourada” de Capivarucu.

Outra dimensão correlata ao que já foi apresentado até aqui se refere à percepção da natureza e do mundo ao redor, pois permitiu comparações entre seus diferentes elementos.³⁷ Durante a expedição Lustosa, as formas animais foram relacionadas à conformação daquela serra, ou seja, assemelhava-se a uma capivara grande. Além do mais, descobrem-se os motivos de sua posterior denominação como Serra da Esperança e os interesses particulares que estavam envolvidos na “ocupação” dos sertões:

[...] porque é notícia dos antigos sertanistas estar o Morro de Capivarucu sôbre as cabeceiras do Rio Embetuba, fazendo a tromba para o sul, que é para onde lhe fica o rio do Registro fazendo a quadrilheira da serra para o norte com pouca diferença, de cuja figura se vê a propriedade do nome.

Na era de 1641 andando por aquêle sertão um Luís de Góis Sanches, homem de conhecida verdade com outros muitos a apanhar gentios para seus cativos (erro daqueles tempos), e sem notícia alguma de mineração de ouro, acharam no gentio, que apanharam muitas folhetas de ouro por contas, e outros instrumentos mais, que disseram achavam nos ribeirões, que vertem do tal Morro de Capivarucu de cuja notícia e de outras mais nascem as grandes esperanças, que há, e os picadores já notaram em o ribeirão mais próximo, que achavam à dita serra, ter boa formalidade

³⁶ Ibid., p, 115.

³⁷ Ver HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque. **Dicionário Eletrônico Aurélio**. O verbete percepção se refere ao “ato, efeito ou faculdade de perceber”; o termo perceber, de origem latina *percipere*, tem o sentido de “apoderar-se de”, alude a “adquirir conhecimento de, por meio dos sentidos”, “formar idéia de”, “abrançar com inteligência; entender; compreender”.

de cascalho, e chegaram a ver em ãa pequena experiência algũas faíscas de ouro, por cujo motivo o denominaram Ribeirão da Esperança.³⁸

É preciso dizer que a atividade perceptiva não se limita à recepção passiva dos dados sensoriais; ela os organiza racionalmente e atribui sentido. Portanto, deve-se notar que não se trata apenas da existência da contemplação da natureza, de recordações precisas das coisas vividas, hoje ou no passado, mas também de uma percepção que já é intelectual, e que também tem lugar nas relações sociais.³⁹

6.2 Não é novidade padecer no sertão

O que se vê ao final destas explorações é a dramaticidade da vida e das relações sociais na imensidão da colônia.⁴⁰ As expectativas individuais e coletivas criaram posturas antagônicas e valores específicos atribuídos ao ambiente, aos acontecimentos e à história. Mesmo com as notícias da descoberta dos Campos de Guarapuava ou Campanha Grande, o quadro de tensões não diminuiu, muito menos a pressão do comando geral sobre os “subordinados”, o que também deu motivação aos ressentimentos provenientes dessas angústias ou insatisfações. É conveniente destacar que o governo metropolitano aumentou a centralização de seus poderes políticos e administrativos na colônia, resultando em alterações naqueles quadros político-militares que possuíam certa autonomia. Assim, a “subordinação e a obediência por parte de todos os súditos perante a autoridade da Coroa torna-se uma questão primordial para o seu estabelecimento e consolidação”.⁴¹

Dada a importância desse avanço para os interiores coloniais, o Tenente Cândido Xavier e o Tenente da Praça de Santos, Felipe de S. Tiago retomaram as explorações sobre “Campanha Grande”, e mesmo assim, “desertando algũa gente com receio do gentio, por causa do muito trabalho”, procurou-se a conquista definitiva dos Campos de Guarapuava.

³⁸ Carta do guarda-mor Lussosa. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 134.

³⁹ BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

⁴⁰ MELLO E SOUZA, Laura de. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: MELLO E SOUZA, Laura de. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁴¹ MELLO, 2006, p. 34.

A situação era tão delicada que, depois de algum tempo, o capelão voluntário, Inácio Abraão de Santa Catarina, “por que se lhe agravassem as moléstias, que a muitos tempos padecia, ou por que não pudesse sofrer os incômodos do sertão”, solicitou seu desligamento daquela entrada que fizera nos campos de “Gorapuava” por meio de uma carta ao comandante geral das expedições, datada de dezenove de agosto.

Em correspondência de dezesseis de setembro de 1771, Afonso Botelho de S. Paio e Souza não concordou com o desligamento do frei carmelita, argumentando motivos de ordem médica, motivacional, profissional, ética e, principalmente, religiosa. Inicialmente, ressaltou a importância e o trabalho religioso desenvolvido pelo pároco. Concordou com as dificuldades e problemas da expedição, no entanto, de forma convincente e perspicaz, argumentou sobre a importância dele para a expedição. Sobre as enfermidades, esclareceu: “assim parece-me que não é novo padecer no sertão o que fora dele tinha experimentado tantas vezes, por cuja causa não devo privar a essa expedição da estimável pessoa de V. Rev.^{ma}, quando considero, que fora do sertão tem padecido maiores moléstias do que as que presentemente padece”.⁴²

De fato, há alguma veracidade nestas informações sobre a “penúria de viveres”, pois como aponta Bruno (1954), o problema do abastecimento de gêneros em São Paulo era decorrente do afluxo dos paulistas e dos “atravessadores” que desviavam gêneros alimentares para o Rio de Janeiro, obrigando o poder municipal a tomar medidas extremas. Esta situação levou o Morgado de Mateus a afirmar que os “bichos imundos e coisas asquerosas” que os paulistas comiam eram as causas das enfermidades do mal de São Lázaro.⁴³

Afonso Botelho também ressaltou naquela correspondência o “bem comum” que a permanência do capelão faria ao grupo, a importância de suas palavras, como ele já havia feito durante a páscoa e, por outro lado, a “grande perturbação” que sua ausência traria a todos na tarefa de introduzir a fé cristã. A seu ver, atitude semelhante seria imoral, portanto, não deveria ceder aos embaraços demoníacos às portas do sertão e tão perto de cumprir os desígnios divinos. Esse discurso de ênfase religiosa, que também motivava e encorajava frei Inácio, relacionou as dificuldades enfrentadas a um ritual purificador dos seres humanos, que sofreriam na medida inversa em que reconhecessem o Criador na ação de conversão de povos selvagens e na grandiosidade da natureza que se lhes apresentava:

⁴² SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 16.

⁴³ BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. Arraial de Sertanistas (1554-1828). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954, p.265-266.

tenho mais que dizer a V. Rev.^{ma} o motivo, que me obrigou a encaminhar V. Rev.^{ma} para essa expedição foi para que tomando o gentio, como já se tinha visto, pudesse dispor a redução dêles, e o bom trato, que queremos conservar com esta gente, pois se Deus foi servido, que resistíssemos a tantos trabalhos, vencêssemos tanta dificuldade, e gastássemos tanto tempo para acharmos caminho, que nos levasse para as portas do sertão, estando tão perto, como se me informa, parece que o mesmo Senhor quis dificultar-nos tanto a ação para conhecermos a grandeza dela, e agora que achamos tão bom caminho, e estamos à porta do mesmo sertão para introduzirmos nele a Fé de Cristo, pareceria indecoroso ao caráter de V. Rev.^{ma} estando tão perto, sem ver o fruto de seu trabalho, pois creio, que Nossa Senhora do Carmo, que o conduziu a esse sertão, será para adquirir muitas almas para o Céu, e levar o seu Santíssimo Nome a esses incultos sertões, e atroar os abismos com tão respeitável nome como o de Maria Santíssima Senhora Nossa.⁴⁴

Ao finalizar a correspondência, o tenente-coronel Afonso Botelho retomou suas preocupações com a saúde do “padre” e com a de seus homens. Diz que ele próprio entraria pelo sertão, levando consigo outro clérigo para amenizar a tarefa, o devido pagamento de soldos, suprimentos e materiais necessários ao avanço pelos campos. Mesmo assim, apesar da argumentação, o capelão não atendeu àquelas solicitações alegando “graves moléstias” e padecimento.

A partir deste exemplo, é perceptível notar uma mudança no que dizia respeito ao “bom funcionamento” da sociedade. Até então a igreja tinha importante papel no processo de “disciplinarização e ordenação” nos domínios religiosos, políticos e da educação, mas o bom funcionamento destas partes, tendo em vista “à integração do todo” exigiu novas rearticulações na colônia. Assim, a “des-teologização” significou uma ruptura na qual a autoridade secular não “confia à Igreja tamanha ingerência na sociedade civil”.⁴⁵ Daí os constantes conflitos subjacentes a este processo terem lugar nos relatórios militares.

A esquadra do tenente Cândido Xavier, que ficara reduzida após consecutivas deserções, dirigiu-se para os Campos de Guarapuava e, em meados de novembro, deparou-se com o tenente-coronel “[...] sustentando-se vinte e tantos dias com caças, que matavam a espingarda, sem terem outro provimento algum, nem esperança de donde lhe viesse [...]”. Imediatamente deu-se início à fortificação Nossa Senhora do Carmo.⁴⁶

⁴⁴ Ibid. p. 17.

⁴⁵ MELLO, 2006, p. 35.

⁴⁶ FRANCO, Arthur Martins. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. Curitiba: Edição do Museu Paranaense, 1943, p. 51.

6.3 Contatos e confrontos

Francisco Martins Lustosa também retornara aos Campos de Guarapuava, seguindo o mesmo caminho que fizera três meses antes, juntamente com mais de sessenta homens, às onze horas do dia sete de fevereiro de 1771, uma quinta-feira. Naquele lugar, um dia antes, quatro pessoas desertaram: Inácio Soares, “natural de Missões”, João de Almeida, “natural de Sorocaba”, Miguel, “índio natural de Tapeçirica” e “desertou mais N. abastardado, natural de Juquiri, e casado na mesma Freguesia de Juquiri”.⁴⁷

As principais informações apresentadas nesse documento são sobre o descobrimento dos campos de Guarapuava e a expedição comandada pelo próprio tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza. “A essa coluna agregara-se o Guarda-Mór Francisco Martins Lustosa, na roça da Esperança, onde assistia com a sua gente, em cata de riquezas que desse continente sempre pregou a fama”.⁴⁸

Assim, revelam-se intenções “ocultas” nesta documentação; a ambição pelo ouro era outro forte apelo aos desafios que se colocavam, dia-a-dia. Tais aspirações também estavam ligadas, segundo a tese de Queiroz, às necessidades provocadas pelo tipo de gestação urbana que começava em 1765: “la situación era de penúria y aparentemente tendia a empiorar com el reclutamiento militar exigido por el ímpetu expansionista de Portugal”.⁴⁹ Contudo, os paulistas remediavam sua “pobreza” nos sertões, tanto pela mão-de-obra, quanto pelos recursos indispensáveis à vida: “em la selva tambien estaban escondidos el misterio, tal vez la fortuna y a la imaginación escondida por antiguos mitos medievales y por leyendas indígenas sobre lagunas doradas y sierras resplandecientes como la Sabarabuçu, por ejemplo”.⁵⁰

No final de dezembro de 1771, o comandante geral das expedições, Tenente-coronel Afonso Botelho, os capitães de cavalaria Francisco Carneiro Lobo, Lourenço Ribeiro de Andrade, José dos Santos Rosa e o frei franciscano José de Santa Teresa, ao todo mais de cento e cinquenta soldados, todos voluntários, entraram nos sertões de Guarapuava. Em seu relatório, de forma constante, priorizou um tratamento em torno da natureza, da religiosidade e das “sensibilidades”. Pelo que se interpreta da documentação, as grandes chuvas, o tempo fechado provocavam a melancolia e estados depressivos temporários. Essa característica

⁴⁷ Lista da expedição que entra para o Tabagi pela paragem chamada Carrapato, feita neste rio Guaraúna. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, 7 de fevereiro de 1771, p. 136-137.

⁴⁸ FRANCO, Arthur Martins. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. Curitiba: Edição do Museu Paranaense, 1943, p. 51.

⁴⁹ QUEIROZ, Sueli Robles Reis de. **São Paulo**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992, p. 121.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 84.

marcante de Afonso Botelho inunda o texto, preenche-o com datas religiosas, acontecimentos inesquecíveis relacionados à natureza, à beleza cênica da paisagem, elementos climáticos, em um conjunto referencial amplo.

O tenente-coronel Afonso Botelho, os capitães Francisco Carneiro Lobo, Lourenço Ribeiro de Andrade, José dos Santos Rosa, o tenente Domingos Lopes Cascais, os sargentos Manoel Gomes Mazagão e José Joaquim César e mais dezenove componentes da expedição militar, depois da missa do frei José de Santa Tereza faziam uma breve exploração pelos Campos de Guarapuava. Numa passagem da documentação, Carvalho menciona em seu relatório que não levaram suprimentos, pois a intenção era voltar rapidamente ao acampamento, e:

[...] passando o rio na cachoeira, que faz o mesmo porto, e permitia vau com algãs dificuldades, pela corrente, que faz o despenhado das águas, e muito mais pelos caldeirões, e canais, que tem pelas lajens, em que tropeçando os cavalos fica evidente o perigo. Como sucedeu nesta ocasião, que caindo os cavalos de quatro camaradas, um destes se avizinhou à morte por não se poder desembarcar dos estribos, sendo levado pelo impulso das águas a lugar fundo, onde se viu dar três voltas o cavalo por cima dele, de que por milagre de Deus escapou, e assim mesmo continuou a viagem. Dêste perigo se não livrou o dito tenente-coronel, pois caindo o cavalo, se lançou fora da sela com brevidade, e ficou em pé no meio do rio, dando-lhe a água por baixo dos braços, e sendo socorrido pela gente de pé, que se lhe avizinhou para acautelar o mesmo perigo, passou a pé o mais arriscado até ganhar ua laje alta, que está quase em meio ao rio, o qual tendo nesse passo mais de cinqüenta braças de largo, a maior parte dele é perigoso, por cujo motivo para não repetir o perigo e voltar à barraca para mudar roupa, o fez no meio do rio sobre a mesma laje, mandando-a vir pela gente de pé, que a de cavalo corria o mesmo risco, ficando o referido sucesso a este rio o nome Jordão.⁵¹

Este episódio no qual se denomina um rio em meio a uma área de vegetação campestre está claramente vinculado aos primórdios da religião.⁵² No discurso religioso embasado no Novo Testamento, por exemplo, dá-se grande ênfase ao ritual de batismo que

⁵¹ CARVALHO, Francisco Olinto de. Relação do primeiro encontro, que o Tenente-Coronel Afonso Botelho de S. Paio e Souza teve com os índios do Sertão do Tibagi, nos campos de Guarapuava. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, 16 e 17 de dez., 1771, p. 28-29.

⁵² ESPÍRITO SANTO, Moisés. **A religião popular portuguesa**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1990, p. 25. O autor estudou a região do Entre-Douro-e-Minho e de Trás-os-Montes, entre 1975 e 1980, percebendo que as práticas sociais, psicológicas e religiosas eram presentes também em todo o país. Considerou como religião popular “o sistema religioso que goza de certa autonomia em relação à instituição eclesiástica, ainda que ambos tenham traços comuns e estejam por vezes ligados. A religião popular não está exclusivamente associada a uma classe social, econômica e culturalmente pobre; ela liga-se sim, a um tipo de cultura que se transmite nas relações de vizinhança e na memória coletiva. Distingue-se do sistema erudito, aprendido no catecismo ou nas faculdades de teologia, tal como a cultura popular difere da cultura aprendida na escola ou das classes dominantes. Finalmente, a religião popular é espontânea, de criação coletiva e pertence ao fundo cultural da comunidade ou de uma classe popular homogênea, enquanto a religião católica e dominante obedece a esquemas intelectuais cuja trama é a dogmática rígida e erudita”, p.17.

significa nascimento, regeneração e purificação. Foi nas águas do rio Jordão que Jesus Cristo foi batizado por João Batista, e este o batizou. O fato de alguns membros da expedição de Afonso Botelho serem “batizados” nas águas daquele rio permitem várias ponderações. A imersão, nesse caso aponta para um ritual de iniciação, uma forma de batismo, que significa vida. Como a água alude ao oceano, ao meio amniótico, os rituais a ela relacionados evocam um contato materno, e, portanto lembravam também “renascimento ou regeneração”. Segundo Espírito Santo (1990), as fontes de água que brotam da terra também possuem prestígio sagrado e significado; na maioria dos casos, mais simbólico do que medicinal.

Contudo, outra alusão é recorrente e simultânea, a aspersão. A provação a que aqueles homens da entrada de Afonso Botelho foram submetidos, a valorização de suas vidas a um milagre divino, remete novamente à esfera religiosa. Nela estavam presentes partes do discurso do frei José de Santa Tereza de Jesus.

Essas reminiscências envolvem, portanto, uma profunda afeição à terra e ao território, materializando o ufanismo do período através da cultura portuguesa. No Velho Testamento, a busca pela terra prometida revolve o imaginário social e abarca uma profunda dimensão que se solidificou através dos tempos.⁵³ Em Espírito Santo, pode-se constatar que “a localização, o nome e a paisagem da aldeia foram escolhidos por heróis míticos. Das montanhas até às menores concavidades dos rochedos, toda a paisagem ostenta a marca sagrada dos gênios fundadores”. Sem estas marcas, o ambiente é considerado perigoso, ao contrário da aldeia, que é um espaço fechado e seguro em razão de seus limites definidos e assinalados por representações diversas como “fontes e cruzes”.

54

Voltando à interpretação dos documentos, a valorização da paisagem e da natureza nos Campos de Guarapuava é bastante significativa para o “processo civilizador” luso-brasileiro.

⁵³ VOVELLE, Michel. A religião popular. In: **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 157-206. Para o autor a religião popular é injunção temática, que obriga os historiadores a terem uma definição consensual, pois elas são muitas para podermos tipificá-las. Ela pode ser independente, residual e imóvel, pois seus resquícios foram provenientes do paganismo, de “superstições”, “gestos mágicos” (Boligni). Mas a relação entre a imobilidade e os traços estruturais intangíveis (Carla Russo) é tão problemática quanto à dicotomia povo-elite. E de fato parecem ser uma coisa só. A religião popular e a religião oficial também são forças culturais dentro de uma mesma relação dialética (Gramsci). Contudo é na longa duração que se verifica, por parte da igreja a sua aceitação parcial. Depois, com as ordens mendicantes e as pastorais as elites religiosas se sentiram ameaçadas pela “cultura rural e oral”, promovendo um novo modelo de cristianização. O qual culminou com um modelo que “aculturou” as práticas pagãs, exercendo práticas repressoras, que impeliram a religião popular para as capelas provinciais (Delumeau). Desse modo, além de o autor nos dirigir para as origens pré-cristãs, considera que a religião popular não é imóvel ou residual, ou uma outra religião proveniente do paganismo, conservada exclusivamente no mundo rural, mas também relacionada às assimilações, contaminações e criatividade popular.

⁵⁴ ESPÍRITO SANTO, Moisés. **A religião popular portuguesa**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1990, p. 17-28.

⁵⁵ É o que Afonso Botelho sabe fazer, valorizar suas ações, valorizar a conquista territorial a partir das características “aliciadoras” da beleza da paisagem. No dia 22 de dezembro de 1771, Afonso Botelho de Sampaio relatou a seu primo D. Luis Antonio os resultados de sua expedição militar, ao Sul da Colônia. ⁵⁶ Em relatório, atendo-se ao período de quase um mês, o documento refere-se aos propósitos da expedição, à maneira como os acampamentos eram feitos, às dificuldades e revezes da exploração, estima a extensão daquela região e noticia a ‘descoberta’ dos “campos de Guarapuava”. Contudo, nesse precioso documento, pode-se notar muito mais do que isto, pois ele revela as sensibilidades em oposição e detalhes de uma profunda relação estabelecida entre aqueles homens e o meio natural.

No início de seu relato, Afonso Botelho menciona algo no mínimo curioso: “cheguei a estes campos de Guarapuava no dia de Santa Bárbara, 4 de dezembro, pelas 3 horas da tarde, com gente e trem, que consta no mappa incluzo, passando todo o sertão, que é mato grosso, de 30 léguas, sem couza de maior cuidado nem achar novidade memorável”. ⁵⁷ Ele estaria apenas referindo-se a um estado de ‘espírito’, à monotonia da paisagem ou subjetivamente estava querendo dizer outra coisa? Ao longo da narrativa estão presentes motivos “subterrâneos” que são vislumbrados como fragmentos esparsos.

Grosso modo, considerando a morfologia regional, havia uma variação nas características físicas do ambiente. A paisagem era recoberta de matas, campos e escarpas em Curitiba e Campos Gerais, assim, além da proteção divina, eram necessários canoas, cavalos, armas e facões. Por esse motivo, os atributos da natureza que comportavam alguma distinção eram considerados sublimes.

Entretanto, a paisagem Montana dos Campos de Guarapuava apresentava um relevo suavemente ondulado, com extensas áreas de campo e esparsos capões de mata, excetuando-se os vales ao longo dos cursos dos rios. À “primeira vista”, essa paisagem poderia levar as pessoas a uma monotonia das formas, ao cansaço e ao deslumbramento perante sua vastidão, cujos elementos se tornavam “íntimos” de seus participantes.

A narrativa de Afonso Botelho reporta-se a outros tempos da intimidade. De um lado, a mensuração da paisagem pelos atributos estéticos. De outro, o imaginário e a perspectiva futura em relação à ocupação territorial. Mas, como algo relacionado à satisfação e à

⁵⁵ BELUZZO, Ana Maria de Moraes. A construção da paisagem. In: **O Brasil dos Viajantes**. São Paulo: Objetiva; Metalivos, 2000, p. 11.

⁵⁶ SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho. **Descoberta dos Campos de Guarapuava**. 1771. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1855. p. 252-267. Tomo XVIII.

⁵⁷ No texto original, oferecido ao IHGB por Antonio da Costa Pinto Silva, há um anacronismo; o mês de novembro aparece no lugar de dezembro.

contemplação humana pode admitir uma invariabilidade das formas se os campos são entendidos como alegres? Se a referência ao ambiente e a paisagem não era tão forte assim, ao que mais se referia o Tenente-coronel?

Parte dessa resposta está nos termos proferidos pelo seu autor: “grandiosos campos e dilatados sertões”. Sob o viés da percepção da paisagem, não se evidencia apenas um panorama onde se encaixam os elementos naturais, mas a contigüidade territorial, o deslocamento sobre o espaço e uma cartográfica como referência. É a indicação de uma paisagem vista em “movimento”, a partir da união de vários pontos de vista. O pano de fundo também é ideológico; como se pode ver a partir da sensibilidade ufanista, valoriza-se a natureza, valoriza-se a paisagem, pois ela está diretamente ligada aos conceitos de região e nação.

É sobre esta paisagem indômita que o olhar de Affonso Botelho expressa valorações especiais. Não é mais aquele ambiente de sofrimento e privação que dota a narrativa de um caráter épico e inscreve tal acontecimento na história. É o campo fugidio da imaginação, do imaginário coletivo, das perspectivas futuras que realçam a idealização do nacional. Na medida em que a paisagem se torna mais familiar, outros valores lhe são atribuídos. Nesse olhar, a captação da beleza cênica considera a paisagem como algo sublime: “campos, ribeirões e cachoeiras” são “alegres e de boa aparência”. Essa paisagem contrasta com o das matas pelo fato de “os cavallos não aturarem o mato pelo pouco pasto que n’elles ha” (...), na paisagem montana, ao contrário, os campos possuem “pastos bondosos” e adequados à atividade criatória: “si Deos permitir que se povoem será um deciliozo paiz”.⁵⁸

Trata-se, portanto, de um olhar comparativo, pois diferentes paisagens são avaliadas pela dádiva divina manifestada nos componentes naturais que possuíam. Tal prerrogativa, ao qual o homem se rendia e não podia fazer nada, manifestava-se nos extremos das condições climáticas, como as chuvas. Na paisagem montana dos Sertões de Guarapuava, os pastos eram melhores que o dos “Campos Geraes”. Mas não era só isso que a perspectiva ideológica e imaginativa de Affonso Botelho ressaltava para esta parte do território colonial. Ar puro, água excelente e terra fértil permitiam a idealização de um empreendimento da conquista territorial e do mito do eldorado: “e assim podem formar-se muitas fazendas e povos, de onde resulta para sua majestade grandes utilidades, pois também há esperanças de ouro para a parte de oeste”.⁵⁹ Para ele aqueles campos assemelhavam-se ao paraíso terreal.

⁵⁸ SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. Descoberta dos Campos de Guarapuava. 1771. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1855. p. 245, Tomo XVIII.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 253.

“Ver o que havia” de diferente não queria dizer apenas que a paisagem fosse monótona pelas formas materiais apresentadas aos olhos. Faltava-lhe civilidade, a urbanidade e o português. Tal ausência admitia uma sensação de vazio, de paisagem desolada e monótona e um idealismo rural que se tentava colocar a bom termo. Daí o gosto inexplicável em encontrar alguns membros de outra expedição militar, comandada pelo tenente-coronel Cândido Xavier que adentrara pelo Porto de Nossa Senhora da Vitória:

[...] foi inexplicável o gosto, que todos tivemos por nos encontrarmos tão breve, quando era dos maiores cuidados, que eu tinha em ver gastaria muito tempo em topar esta gente, que tinha entrado pelo Porto de Nossa Senhora da Victoria, ou que ainda não teriam sahido ao campo, e que isto me demoraria. Tanto que quando o dito tenente me reconheceo, arvorou bandeira, que de uma parte tem Nossa Senhora da Conceição e da outra as reais armas, e fez todas as mais demonstrações de alegria, que foi possível, pois havia 15 dias que ali se achava, sem mais provimento que alguma carne seca de porco do mato e anta, com que passavam sem sal⁶⁰.

O território era considerado “vazio” pela razão de ser inculto. Precisava ser dominado, pois o português era um povo predestinado. E a monotonia era mais um estado introspectivo do que a dádiva divina manifestada na natureza. No dia 8 de dezembro de 1771, sábado, véspera do dia de Nossa Senhora da Conceição, a cruz e o batismo do território eram as marcas iniciais dessa conquista humana sobre o meio selvagem: “[...] pelas 11 horas se principiou a missa, foi cantada pela melhor forma que foi possível e no vim se deu ãa descarga de 4 tiros de artelheria [...]”.⁶¹

Contudo, outro aspecto tomou forma e mudou a configuração dessa paisagem descrita por Afonso Botelho que flutuava entre o sublime e o monótono. E não se pode ignorar que a razão desta perspectiva de Afonso Botelho para a paisagem dos Campos de Guarapuava também estivesse relacionada, como bem salientou Sevcenko (2003), a uma “peça de propaganda”, onde seu autor procurava impressionar D. Maria I, para reabilitar-se moralmente na metrópole, valorizando a territorialidade ultramarina.⁶²

Por outro lado, com a intensificação dos contatos passou-se a evocar os acontecimentos trágicos da incursão militar de Afonso Botelho e depois da expedição do tenente Paulo Chaves de Almeida. As experiências foram dramáticas para os sobreviventes e

⁶⁰ SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. [1771] 1855, p. 263-267.

⁶¹ SAMPAIO E SOUZA, A. B. Ano de 1771, continuam as diligências do Real Serrviço em que anda empregado o tenente Afonso Botelho de S. Paio e Souza. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 245.

⁶² SEVCENKO, Nicolau. O ciclo de Miranda: utopia indigenista no Brasil pombalino. In: **Do contato ao confronto**: a conquista de Guarapuava no século XVIII. São Paulo: BNP Paribas, 2003.

suas repercussões provocaram ressentimentos que acabariam se manifestando em forma de guerra declarada aos índios dos Campos de Guarapuava no início do século XIX. Vejamos então como se construíram representações durante os contatos e confrontos, e como essas questões foram percebidas e representadas, não apenas nos relatos, mas nos sonetos e na iconografia.

Inicialmente, a paisagem com a qual Afonso Botelho trabalhou oscilava em razão de circunstâncias específicas às quais eram inúmeras vezes associadas ao ufanismo. Mas há uma distância entre o discurso proferido e as ações praticadas. Afonso Botelho manifestou espontaneamente aquilo que não recomendava aos seus soldados. Quando sua expedição encontrou o “primeiro alojamento dos índios” em estado de recente abandono, demonstrou “ressentimento”, depreciando sua cultura material.⁶³

A expedição militar de Afonso Botelho deparara-se com os índios Kaingangue nos Campos de Guarapuava. De acordo com Kok (2004), no século XX, o etnólogo alemão Kurt Nimuendaju identificou aqueles grupos indígenas como kaingangue, os quais pertenciam à população Jê Meridional e também eram denominados de “coroados e bugres”.⁶⁴ Amoroso (2003) também os define dentro deste grupo, contudo acentua que os etnônimos Xaclan “constitui registro valioso da diversidade dos grupos Jê Meridionais no século XVIII, assim como das transformações sociais pelas quais passou a população na fase posterior a etnificação, que ocorreu no século seguinte”.⁶⁵ Com a vida social girando em torno de uma “exogamia patrilinear e altamente hierarquizada”, distinguiram-se dentro do universo Jê, principalmente no que se refere à variação lingüística, e à visão de mundo dualista, o que implica na maneira como aquelas populações se relacionaram com os soldados portugueses.⁶⁶

De maneira geral, o relatório da expedição de Afonso Botelho destacou os estranhos hábitos alimentares dos índios, o armazenamento dos alimentos, os contatos, os confrontos, e o recuo estratégico da expedição militar.⁶⁷ É notório que ao se considerar esse período da história do Brasil através destes relatórios militares também se abra a porta dos fundos para uma história indígena que é lida nas entrelinhas dos textos oficiais.

⁶³ SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 21. Desprezou-se “alcôfas, cestinhas”, “panelas, porongos, ou cabaços grandes”, “carracaxazes”. Elogiou-se apenas um adorno - simitrufa - novelos de fio, e uma fita branca.

⁶⁴ KOK, Glória. A iconografia dos índios caingungues no sertão do Tibagi. In: **O sertão itinerante: expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII**. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2004, p. 154-190, p. 155.

⁶⁵ AMOROSO, 2003, p. 29.

⁶⁶ Ibid., p. 29.

⁶⁷ Relação do primeiro encontro que tivemos com os índios do sertão do Tibagi, nos campos de Guarapuava, aos 16, e aos 17 de dezembro de 1771. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 30. No interior dos “ranchos” havia “cabaços de mel”, mas ao redor da aldeia, “nas fontes vizinhas milho de mólho, e nos lagos pinhão, e outros viveres que costumavam sustentar-se”.

O que chama a atenção no relatório do Tenente-coronel Afonso Botelho foi o estabelecimento dos “termos de um escambo”,⁶⁸ “por que se lhe tiraram alguns destes trastes para mostrar-se, se recompensaram com outros, deixando-lhe um barrete vermelho, duas facas, miçangas, medalhas, anéis, maravalhas, frocos, e outras semelhantes”.⁶⁹ No olhar antropológico de Amoroso, as mercadorias traziam como mensagem aos kaingangues a superioridade técnica, ao mesmo tempo em que se constituíam como práticas sociais dissimuladas e não perceptíveis: “as mercadorias passavam a ser portadas como estandartes de políticas indígenas autônomas, que muitas vezes escapam ao entendimento dos agentes do contato”.⁷⁰ Ao longo da narrativa de Afonso Botelho e das representações iconográficas de Joaquim José de Miranda, estas questões aparecem constantemente marcando as perspectivas do ufanismo e do ressentimento em cenários específicos de contato e resistência.

Sobre o início da expedição de Afonso Botelho, ainda é pertinente apontar para o acontecimento do dia dezesseis pelo fato de nos mostrar um pouco mais desse universo religioso no qual soldados e oficiais estavam mergulhados. Durante a noite, diante de um relicário instalado sobre um lenço, chamou a atenção “besouro muito grande”, permanecendo ali até o final das orações, para logo depois ser incinerado “por se lembrarem, que o inimigo nesta figura queria embaraçar o bom princípio da continuação com os índios e a grande esperança de os reduzir ao conhecimento do verdadeiro Deus”.⁷¹

Nesse ato, fica clara a simbologia parental da religião popular portuguesa na qual entram em combate “imagens do pai e da mãe”, ou seja, do Sol e da Lua. O sobrenatural se manifesta repentinamente nas encarnações do mundo animal. “O animal preto é ‘ruim’, cúmplice da Lua e mensageiro das potências ctônicas – agrada ao Demônio, que tanto é Príncipe das Trevas como Lúcifer (o que engendra a luz).”⁷² Animais ou mesmo insetos de coloração escura significam mau presságio e, além disso, são associados à imundície, repugnância, desprezo. São abundantes, nocivos e “pululam na América”.⁷³

A narrativa presente neste relatório encerra uma visão positiva dos fatos e da natureza. É bom lembrar que estes documentos visavam concretizar as ações metropolitanas e conseqüentemente os valores portugueses em associação ao ufanismo. Deste modo, tinham também o objetivo de valorizar as ações pessoais de Afonso Botelho e D. Luis Antonio,

⁶⁸ KOK: 2004, p. 155.

⁶⁹ Relação do primeiro encontro. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 252.

⁷⁰ AMOROSO, 2003, p. 28.

⁷¹ Relação do primeiro encontro [...]. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 31.

⁷² ESPÍRITO SANTO, Moisés. **A religião popular portuguesa**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1990, p.44.

⁷³ GERBI, Antonello. **O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

afirmando que cumpriam fielmente as determinações metropolitanas. Como se trata de documentos intencionais, que visavam à reabilitação destas personagens diante da Corte, não há brechas para situações comprometedoras, principalmente em relação à política indígena pombalina.

O discurso de Afonso Botelho valoriza as ações militares e o tratamento dado aos indígenas: “[...] tratando-os com todos os sinais de amor, e desejosos de conservar tratos de amizade até conseguir o fim de os reduzir ao grêmio da Igreja, verdadeiro projecto desta expedição”. Assim, durante mais de vinte dias, as relações entre a expedição e o “gentio” se manteve amistosa; as visitas dos indígenas foram constantes e ocorreu tudo dentro de uma normalidade militar, ou seja, o ponto de exploração no planalto serviu como ponto de irradiação exploratória, que ia a todas as direções, evidenciando a conquista e a posse após uma mensuração do ambiente ainda desconhecido: “não só para tomar verdadeiro conhecimento daquele país”⁷⁴, como para conhecer os grupos indígenas neles existentes.

Na documentação de Afonso Botelho aparecem construções contrárias aos índios kaingangues. Isto porque o Rio Jordão tornou-se local de conflito e de vitimação de sete membros da expedição, em oito de janeiro de 1772. Evidenciam-se inicialmente um tratamento amistoso para com os indígenas, mesmo diante de seus ataques, a ausência de provimentos alimentares à tropa, o temor de que aqueles adentrassem aos seus domínios e não pudessem mais ser convertidos, e a própria fadiga da expedição.

Caíram na imprudente resolução em passar o rio com êles cada um por sua vez Manoel Pinto, José Pinto, Vicente Domingos, João de Ramos, o soldado Manoel Francisco, Lourenço camarada do reverendo capelão, um rapaz do Capitão José dos Santos, todos a pé, e sem armas, e o capitão Carneiro a cavalo, e de lá persuadidos dos carinhos daqueles bárbaros os acompanharam até encobrirem-se com a lomba que fica quase meia légua distante do nosso abarracamento, levando-os com muitos folguedos, e brincos até onde estava grande multidão de que tinham ficado escondidos, e os fizeram parecer com muita crueldade, que bem mostravam a tirania bárbara dos seus corações. O Capitão, que ia a cavalo, tinha-se apeado a beber água com eles, e montando outra vez a cavalo continuava para onde eles o guiavam, acompanhando-o sempre um grande número de gentio, mas como ficava mais alto, pôde ver a um dos camaradas morto no chão, e conheceu a traição, dessimulou, e tanto que pôde ganhar alguma distância, deu de esporas ao cavalo, e a toda carreira pôde ganhar um passo pela banda debaixo, estando todo o alto coberto de índios, e correndo venceu o escapar-lhes, com a felicidade de lhe não acertarem com as infinitas flechas com que lhe atiraram, sendo providência do Altíssimo para que escapando viéssemos no conhecimento da aleivosa, e ferocidade daqueles cruéis inimigos.⁷⁵

⁷⁴ SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 21.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 267.

O “ressentimento” de Afonso Botelho se expressou em suas correspondências. Certamente, o recuo diante da investida dos índios caingangues o aborrecera. Um de seus inimigos, o Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Mello e Castro, denunciava que aquele comandante, em correspondência à Coroa, em 1772, queria levar adiante a “inhumanidade” da conquista, a qual não atendia às ordenações reais. Ao ver de Botelho, os índios eram inimigos mortais e eram necessárias novas ordens. Nas palavras de Botelho, dizia-se: “por que em quanto não as haver, para diretamente hir aos seus Alojamentos; queima-los; e destruí-los; degolar todos os Homens, deixando somente as mulheres, e os meninos, para os educar em povoado nunca se ha de poder viver nos Campos com Liberdade [...]”.⁷⁶

Martinho de Mello transformara-se em árduo defensor dos índios para combater Afonso Botelho e D. Luis Antonio. Os índios eram, para ele, vítimas da “insaciável sede do inocente sangue daquelas miseráveis victimas”. Mas não por parte do governo Metropolitano que a seu ver renunciaria qualquer conquista se derramasse “uma só gota de sangue” indígena. Em seguida, Martinho de Mello questionou a violência que os paulistas haviam imposto ao longo de séculos às populações ameríndias por seus algozes:

diz VS.^a, que estes barbaros, com a mayor discimulação, e aleivozia matarão Sette Paulistas, dos que acompanhavão ao referido Tenente Coronel Affonso Botelho de São Payo, no Descubrimento do Tibagy: Devia VS.^a porem perguntar ao mesmo Tenente Coronel que lhe deu esta noticia: Quantos milhares de Indios teriam massacrado os Pays, e Avós dos referidos Mortos? E com a lembrança destes infames Massacres transmitida entre os mesmo Indios de Filhos a Netos; que Crime, ou que culpa se lhes pode imputar, de serem Inimigos Mortaes, e de defenderem as Suas Terras, a sua Liberdade, e as suas Vidas de huma Nação Assassinados seus Ascendentes? E de praticarem com alguns Individuos della, o mesmo que ella praticou com tantos milhares delles?⁷⁷

Mas, ao contrário do que parecia, a situação do conflito fatal com as tropas de Afonso Botelho foi bem aproveitada pela política pombalina. A tese de Amoroso é a de que as quarenta cenas elaboradas por José Joaquim de Miranda não eram apenas peças de propaganda específicas, que traziam imagens da superioridade portuguesa em termos de sua técnica, de seu aparato militar, do controle dos interiores coloniais, mas simultaneamente de um conteúdo

⁷⁶ Registro de minuta de correspondência a ser dirigida ao governador da Capitania de São Paulo – Coleções de registros de officios e minutas remetidos para o Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Gerais, St^a Catarina, Nova Colônia de Sacramento; AHU, códice 1787. In: Magnus Roberto de Mello. **Plano para sustentar a posse da parte meridional da América Portuguesa (1772)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, p. 19.

⁷⁷ Ibid., p. 19.

direcionado aos espanhóis. O fato trágico foi aproveitado habilmente para transformar-se numa ofensiva, pouco se importando, de imediato, com as ações trágicas em si que traziam o ressentimento para quem estava na frente de batalha, ou mesmo, para os soldados que precisavam retornar aos sertões em outra expedição. “Assim, ainda que às avessas, não na condição de vassalos da Coroa portuguesa, mas na de guerreiro indomável, o Kaingangue de Guarapuava passava a ocupar na lógica pombalina a posição de *guardião da fronteira*”.⁷⁸

A questão territorial, a disciplina militar, a integração social, a luta contra os espanhóis foram fundamentais à política pombalina, e, deste modo, a tragédia em si não significou nada para a metrópole, mesmo que a sua representação mostrasse formas de ressentimento aos inimigos declarados. Assim, é perceptível que a constituição do ufanismo paulista foi além do discurso dos historiadores, além das “vontades” dos “administradores” coloniais, e se direcionou para os espanhóis que rivalizavam as fronteiras ao Sul e ao Oeste.

Notadamente, como aponta Belluzzo & Piccoli, a série de estampas produzidas por Joaquim José de Miranda, membro da expedição militar de Afonso Botelho, tinha por objetivo a reabilitação da honra do Morgado de Mateus e de Afonso Botelho, que eram acusados de má conduta. As trinta e nove “estampas” que retratam o choque cultural dos índios caingangues com o destacamento militar comandado pelo Coronel Afonso Botelho não ilustram diretamente o relatório, pois “as imagens parecem ter sido feitas com o propósito de demonstrar e convencer D. Maria I de que os índios é que tinham sido vilões da história”.⁷⁹ Mas, como observamos, significavam mais do que questões puramente pessoais de Afonso Botelho e D. Luis Antonio.

De qualquer maneira, não podemos desarticular formas de representação como a poesia, pintura e texto que tratam de um mesmo assunto. As “vistas mirandinas” estão entrelaçadas em um enredo histórico específico das sensibilidades do século XVIII no Brasil colônia. Elas abrangem os seguintes dias do mês de dezembro: dia 17 estampas 1 a 27; dia 22 estampas 28, 29 e 30; dia 23 estampa 31; dia 28, estampa 32. Em janeiro de 1772, dia 8, estampas 33 a 39, perfazendo pelo menos cinco dias de contatos diretos em dias intervalados. Na documentação, aparecem apenas as legendas das respectivas cenas mirandinas.

Mesmo consideradas “peças de propaganda” elaboradas *a posteriori*, trazem um conjunto de significados relacionados aos modos de sentir e de representar, ou seja, estavam

⁷⁸ AMOROSO, 2003, p. 36.

⁷⁹ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes, PICCOLI, Valéria. Desenho e conquista territorial. In: **Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII**. São Paulo: BNP Paribas, 2003, p. 49. A autora afirma que o documento organizado por Afonso Botelho foi elaborado após a coroação de D. Maria I, em 1777, e pode não ter sido encaminhado, pois deveria existir cópia do relatório no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo do Estado de São Paulo, e não apenas em sua documentação pessoal.

impregnadas do ufanismo e do ressentimento. Era uma forma de inventariar povos e recursos naturais, embora não fosse prática usual na “América portuguesa do século XVIII”.⁸⁰ Nesse caso, como nota Belluzzo & Piccoli, vinham acompanhadas de “Carta Chorografica e aquarela”. Simultaneamente, as pranchas narram a epopéia dos paulistas e a selvageria dos índios, admitindo sensibilidades em oposição, pois servem a distintos propósitos de seus articuladores.

Sem dúvida, a linguagem, as representações e as convenções cartográficas revelam dualidades, não apenas na representação artística onde as personagens se contrapõem à paisagem, mas também entre a representação e um discurso direcionado por Afonso Botelho. As representações artísticas de Miranda apresentam a paisagem dos sertões da Capitania de São Paulo de forma idealista. Elas trazem à tona uma utopia pastoril, onde os elementos mais essenciais à sobrevivência estariam disponíveis: campos propícios ao trabalho humano, a facilidade na abertura de caminhos, a abundância da caça e da alimentação, a disponibilidade de recursos hídricos e florestais necessários ao estabelecimento humano.

Entre os elementos mais importantes representados no ciclo mirandino, Belluzzo destaca o barrete vermelho como uma referência àquele abençoado pelo papa e dado a Cabral antes de sua vinda à América como “signo carregado de simbologia religiosa, que evoca imagens ligadas à conversão do índio à fé cristã”.⁸¹ Ainda, segundo as autoras, outro signo importante são os uniformes militares que também apareciam nos trabalhos de José Joaquim da Rocha (1777) e nas ilustrações do século XVIII das minas em Carlos Julião. Os uniformes são símbolos ligados à nobreza. Significam a transformação militar na capitania de São Paulo, a epopéia na qual os “soldados” se sacrificam perante índios bárbaros para atender às determinações reais.

Enfim, trata-se de uma “peça de propaganda” que traz em seu bojo valores ufanistas consagrados que ao mesmo tempo valorizam o território e as ações pessoais de seus comandantes. Contudo, também mostram um profundo ressentimento aos planos metropolitanos, aos desertores, e à política indigenista metropolitana da época. Segundo Sevcenko é “o primeiro documento, e por certo um dos únicos no seu período a consagrar o projeto indigenista igualitário de Pombal, subvertendo a mais flagrante perversidade do colonialismo, a preponderância do colonizador sobre as terras e as pessoas dos colonizados”.

⁸² Assim, a visão amena que o ciclo mirandino alude não passa de um emblema ético

⁸⁰ Ibid., p. 44.

⁸¹ Ibid., p. 51.

⁸² SEVCENKO, 2003, p. 23.

profundo, uma vez que a política colonial se constituiu com a tragédia do escravismo, do trabalho e da violência contra índios e negros.

6.4 Heresia e ressentimento

O ano de 1772 foi trágico para Afonso Botelho; prenunciava tempos mais ásperos que viriam à sua vida. Contudo, naquele momento recebeu de Dom Luis Antonio de Souza Mourão, em São Paulo, as promoções de Coronel-Comandante do Primeiro Regimento de Cavalaria Auxiliar da Capitania, e no início do ano seguinte passou ao posto de Coronel. A documentação é clara: Dom Luis Antonio de Souza Mourão usou das prerrogativas que lhe foram atribuídas pelas ordens reais de 26 de janeiro de 1765, para promover seu sobrinho. Ressaltou que o fazia não pelos laços de parentesco, mas pelo êxito da expedição ao Tibagi, pela superação das dificuldades, principalmente aquelas relacionadas aos contatos com grupos indígenas, pela descoberta dos Campos de Guarapuava, enfim, pelos bons serviços prestados a coroa.

Dois anos após o “massacre” e de uma “retirada” estratégica dos Campos de Guarapuava, o Tenente Paulo Chaves de Almeida recebeu a missão de “observar” novamente aqueles campos; eram vinte e três voluntários e seis soldados “remunerados”.⁸³ De início, em seu relatório descreve-se o culto à Virgem Santíssima Senhora da Conceição, a protetora oficial das expedições. Sua imagem ia estampada na “bandeira real” da expedição (8/12/1773), pois todos eram consensuais em afirmar que ela evitara que a expedição de Afonso Botelho fosse completamente trucidada pelos índios.

Foi grande o contentamento desta noute, porque os ventureros do acampamento formavam danças em seus quartéis, mostrando com a falta dos necessários instrumentos o que lhes sobrava de gosto, e ao mesmo tempo, que assim folgavam, disparavam vários tiros, para mostrar também que o contentamento os não fazia esquecer das armas que professavam. Mandou o senhor coronel cantar ua coroa, ladainha, hinos, e orações a Nossa Senhora, presente êle tão alegre como devoto, e assistindo o reverendo padre capelão frei João de Santa Ana Flores, havendo ao

⁸³ ALMEIDA, Paulo Chaves de. Diário de tudo o que sucedeu na marcha que fez a partida, que saiu aos Campos de Guarapuava, comandada por Paulo de Chaves de Almeida, por ordem do ilustríssimo senhor Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, Governador, e Capitão-General desta Capitania de São Paulo, distribuída pelo ilustríssimo senhor Coronel Afonso Botelho de S. Paio e Souza. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 269-290.

mesmo tempo fogos pelas ruas do acampamento, e muita gente que por elas passava. [...] Ao amanhecer do dia 8 se deram outros três tiros de artilheria: confessou-se, e comungou o senhor coronel, e se disse missa, no fim da qual se dispararam 5 tiros de artilheria.⁸⁴

Naturalmente, aqueles acontecimentos trágicos arrefeceram o “êxito” da descoberta dos Campos de Guarapuava.⁸⁵ Mas não foram apenas as “imagens” a integrar a conquista territorial. Além das “evidências visuais das operações de demarcação de fronteiras e ajustes territoriais”,⁸⁶ os “sonetos” também complementaram estas ações, dando sentidos à sensibilidade ufanista, com lustros de ressentimentos.

Não resta dúvida de que no plano psicológico aqueles homens traziam consigo muitas preocupações, principalmente quando não se podia fazer nada diante de possíveis ataques, o que os levou a colocar aquela missão como algo secundário. O diário do tenente Chaves de Almeida informa a seqüência dos eventos que transcorreram durante as incursões aos recém descobertos Campos de Guarapuava, após os conflitos iniciais com os índios. Realizaram-se novas aferições daqueles “espaços”, juntamente com a avaliação de recursos indispensáveis para a consecução de um plano urbano.

A expedição do Tenente Almeida foi perseguida pelos índios e, após se retirarem dos campos, “chegaram ao lugar chamado Pinhão, onde pousaram, e como se julgaram livres da infestação do gentio, não aplicaram tantas providências, como as que praticaram no campo, e por isso só debaixo de ãa sentinela, que tinham para a guarda dos ranchos, pernoitaram”.⁸⁷ Indiscutivelmente, a parte mais intrigante deste documento foi a comoção coletiva que ocorreu no dia 21 de dezembro de 1773, uma terça-feira, quando a expedição chegou às margens do rio Jordão e constatou ações indígenas repugnantes que os abalaram profundamente.

O que mais intimamente feriu o coração de todos os da partida, foi o conhecer-se que o braço da cruz, que se deixara plantada no terreiro daquele campamento, fora tirado muito de propósito pelos índios, para assim mostrar desfeitas as nossas obras, em ódio da nossa amizade, recaindo esta feroz demonstração naquele soberano madeiro, em que o Divino Filho de Deus Padre, em forma humana, padeceu para nos remir do cativo da culpa.⁸⁸

⁸⁴ Ibid., p. 270.

⁸⁵ CARNEIRO, David. **Afonso Botelho de São Payo e Souza**. Curitiba: Litero-Técnica, 1986, p. 193-94.

⁸⁶ BELLUZZO & PICCOLI, 2003, p. 44.

⁸⁷ ALMEIDA, Paulo Chaves de. Diário de tudo o que sucedeu na marcha que fez a partida, que saiu aos Campos de Guarapuava [...]. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 288.

⁸⁸ Ibid., pp. 277-278

Tratava-se de um insulto aos cristãos e à memória dos mortos. A destruição da cruz e os ossos espalhados pelo campo não eram passíveis de perdão. Aparecem assim, declarações rancorosas para os comportamentos bárbaros, os quais deveriam ser extirpados: “falta de caridade que usam estes bárbaros em não quererem consentir debaixo da terra os corpos mortos daqueles a quem eles temiam vivos”, e não “receavam que sucedesse o mesmo na presente ocasião”.⁸⁹ A fereza, as atitudes sacrílegas dos índios eram renegadas, pois não eram condizentes com os preceitos religiosos, gerando um tipo ódio difícil de se conter.⁹⁰ Este ódio mortal se fortalecia ainda mais por ser dirigido a “seres” considerados “inferiores”.

Entre os dias 22 e 24 de dezembro construíram uma canoa e, na véspera do natal enterraram os “ossos, que dispersos pelo campo, comoviam a maior compaixão, lástima e piedade”.⁹¹ Com o episódio, pode-se notar como as sensibilidades se manifestaram naquele momento. De um lado o ufanismo fundamentado nos exemplos do passado, no heroísmo, nos feitos de conquista e descoberta, cujos valores eram projetados por portugueses que ocupavam altos postos militares. De outro, os ressentimentos alicerçados na precariedade da vida nos sertões por parte dos subordinados e seus desafetos. Em geral, é inegável que os ressentimentos se projetaram para o interior da corporação militar. Entre estes motivos também estavam as ordens expressas para não revidar qualquer forma de hostilidade, e, por outro lado, estes ressentimentos se direcionaram para as atitudes de grupos indígenas. Em boa parte da documentação, os insucessos e os infortúnios caracterizam formas de ressentimentos que se sobrepõem à sensibilidade ufanista.

De qualquer maneira, o diário de Paulo de Chaves Almeida lança “luzes” sobre as sensibilidades humanas naquela conjuntura histórica, principalmente um trecho do diário, de 25 de dezembro daquele ano. O fracasso da busca pelo ouro no leito do rio Jordão repercutiu-se em uma composição poética de autor desconhecido, cujas referências se fundamentavam no mito do eldorado. A natureza, mais precisamente a paisagem ribeirinha do Jordão, ao olhar do poeta desconhecido expressava o desejo de todos pela riqueza e, neste caso, o conteúdo líquido daquele rio adquiria características peculiares.

A poesia que consta na epígrafe deste capítulo personificava o rio Jordão. O poeta o fez assumir parte da personalidade humana, e como tal ela deveria ser “adulada” para trazer à tona os prazeres da revelação desejada. O soneto está associado à claridade e à súplica; os termos mais expressivos são: “luzeiro”, “diamantinas”, “jóias finas”, “cristalinas”, “para que

⁸⁹ Ibid., p. 278.

⁹⁰ Os ossos espalhados pelo campo foram encontrados no dia 21 de dezembro de 1773.

⁹¹ Ibid., p. 279.

[...] encobrir-nos”, “não queiras esconder”, “bem podes atender”, “pois por te dar a ti glória imortal”. A súplica não foi endereçada diretamente a Deus, mas a um dos elementos da criação, cuja “referência” já havia sido buscada no Novo Testamento. A “representação” poética valorizou os atributos físicos do rio Jordão e o sentimento de sublime. A relação da imensidão com o homem funcionou como uma alternativa derradeira impregnada de esperança para se alcançar fortuna e o sucesso. No fundo, aqueles homens também se arriscavam por isto.

O aspecto de clareza da versificação é aparente, na medida em que não era o que estava diante dos olhos que contava, mas sim a associação desses adjetivos ao “dinheiro”, ao valor comercial do metal e às possibilidades de ascensão social que ele poderia trazer. Foi inevitável ao poeta se perguntar sobre a finalidade de o rio engendrar esse jogo de aparências: “Para que, ó Jordão veloz, máquinas”. Mas a construção poética muda o jogo, tal qual o rio, valorizando não a natureza, mas o desejo humano: primeiro, ordena-se ao rio que não esconda as riquezas, depois, aconselha-se que revele o que possuía para ter glória e imortalidade. Com isto o que se quer é que o rio seja igual ao poeta, que seja igual aos súditos reais, em obediência “cega”. O rio também deveria se curvar ao seu soberano, deveria ser súdito. No jogo de escalas e de poder, a hierarquia foi a primeira a ser definida, em razão da predisposição real: Rei de Portugal, Morgado de Mateus, seu sobrinho e os domínios senhoriais, incluindo-se aí a natureza, as correntes d’água, enfim, o território e suas riquezas. Em segundo lugar, apenas o comandante geral das expedições aos Sertões de Tibagi e Guarapuava, na capitania de São Paulo, Afonso Botelho e Sampaio e Souza poderia ver o que os outros homens viam como empecilho, dada a natureza dos rios de planalto serem vigorosos, árdios e difíceis de serem dominados. Apenas um “Souza” poderia imortalizá-lo, mostrando a prosperidade nos domínios ultramarinos.

Na personificação que, a exemplo do ufanismo de Cláudio Manuel da Costa cujas rimas tomam um sentido ufanista e são semelhantes a estes sonetos, o rio foi considerado perspicaz, ardiloso e dissimulado. Mostrava algumas maravilhas, mas escondia o principal. As ilusões se projetavam a partir de seus mais variados elementos, desde pelo formato de seu curso que seduzia os homens pela beleza da paisagem, e ofuscava-lhes a visão para o metal intocável, tal qual uma miragem, até pelas águas límpidas que lembravam a luminosidade do ouro e do diamante, mas que não transformava os sonhos em realidade. Daí a necessidade de uma súplica que possuía profundas vinculações com religião popular cristã, onde os

elementos naturais eram vitais. O Morgado de Mateus tinha esse poder de imaginar o rio como possibilidade econômica e de imortalidade.⁹²

O rio Jordão e suas águas foram entendidos como componentes principais da paisagem. A vegetação ocupava lugar secundário, mantendo uma relação de dependência com as águas, pois elas eram consideradas sagradas por sua vinculação aos relatos bíblicos do Novo Testamento.

Há também outros elementos sagrados além da água. No documento, figura o termo “tronco epitáfio” que servia inicialmente como orientação e sinal de conversão da floresta aos homens. Na personificação, árvore/homem estavam estampados os seguintes dizeres: “foram à margem do rio para em um tronco se escrever para a memória doces palavras: **Viva El-Rei de Portugal** o que se fez em um grande pinheiro, que parece a natureza o produziu para este fim tão glorioso”.⁹³

Não haveria algo mais profundo e arraigado na cultura portuguesa do que uma ligação obscura entre religião e natureza quando estes homens entalham nas árvores e nas rochas o sinal da cruz e as iniciais V. R. P? Segundo Espírito Santo, na religião popular portuguesa esta vinculação estabelece simbologias entre as relações familiares - filho, mãe e pai -, e conseqüentemente os atos de fecundação, nascimento e regeneração que implicam permanências históricas profundas.

A árvore é um símbolo religioso poderoso, frequentemente ligado à árvore da vida e ao paraíso. Nesta simbologia arbórea, há o culto à Virgem Maria onde se expõe subjetivamente uma relação maternal, manifestada nas características maternas presentes nas árvores. “Segundo Jung, todos os atributos da mãe estão presentes na árvore: o crescimento, a vida, o desabrochar da forma, o crescimento para cima e para baixo, a proteção, a sombra, o teto, flores, frutos, a fonte da vida, firmeza, duração, enraizamento e também impossibilidade de mudar de lugar”. Além do mais, sua essência lenhosa estava na cruz onde Jesus foi crucificado, de forma que esta é um símbolo maternal e de proteção, “logo a cruz/árvore é vista como uma mãe na qual o filho se deseja pregar”.⁹⁴

Voltando ao soneto, o ufanismo se manifesta na súplica ao rio no final das estrofes, cujo conteúdo era referência aos feitos do comando geral das expedições e a notabilização da natureza a serviço dos homens. Portanto, o valor que o rio tem para o poeta é apenas “comercial” e independe da melhor qualidade que um rio de planalto poderia ter em sua

⁹² ESPÍRITO SANTO, 1990.

⁹³ ALMEIDA, Paulo Chaves. Diário de tudo o que sucedeu na marcha que fez a partida, que saiu aos campos de Guarapuava [...]. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, pp. 279-280.

⁹⁴ ESPÍRITO SANTO, 1990, p. 43

natureza: vitalidade, águas límpidas e cristalinas. Na metáfora, a água tem valor inestimável, contudo apenas se assemelha ao ouro pelo brilho irradiado. Neste caso, o rio poderia amenizar sua própria força diante do ato poético, uma vez que seu autor usa sua voz como a de um “Souza” para ordenar e reconhecer sua imponência, mas não sem antes enobrecer a si mesmo. Naquela situação pluviométrica, os rios estavam cheios e suas águas não estavam tão límpidas como a que o poema leva o desejo a recitar. Ao poeta caberia a sensação, o efeito da intermediação entre o rio e o Rei de Portugal.

Igualmente problemático foi o reencontro com os grupos indígenas. No final do mês de dezembro encontraram evidências das atividades indígenas e depois suas roças e acampamentos. Nestes novos contatos, a tentativa de aproximação se fez por gestos. Percebeu-se pelos relatos que eles estavam “zangados”, pois se mantinham arredios, preparados para o combate, evitando qualquer contato e a recusa aos presentes. “A nada assentiam, e só queriam (como supunham) inteiramente destruir-nos, pretendendo valer-se da mesma traição, com que já tinham adquirido a posse de nos tyrannizar sem receberem o castigo bem merecido pelos seus insultos”.⁹⁵ Ao se perceber que os índios estavam se aproximando cada vez mais da tropa, decidiu-se retornar ao ponto de partida.

Em 30 de dezembro de 1773, houve uma tentativa de ataque de 80 índios à “Atalaia”. Segundo o documento, os índios foram repelidos, contudo não precisa quantos índios morreram, apenas menciona “os atingidos caíram e os outros não recuaram. À segunda descarga, porém correram para o mato”.⁹⁶ Enfim, contrariando as ordens superiores, descarregaram sobre os índios o ódio mais profundo. No dia seguinte, iniciaram uma retirada quando constataram a presença de mais de 400 índios que os seguiram em quase todo o percurso.

Deram principio ao seu projecto, expulsando algumas setas contra a nossa gente, e vendo esta o nenhum remédio que podiam ter para salvar as vidas, se resolveu a descarregar sobre aquêles bárbaros ua descarga de outros tantos tiros quantos eram os homens, que ali se achavam. Sofreram os índios constantes primeira descarga, talvez julgando que as aramas de fogo só serviam para ua vez, mas vendo que se tornavam a carregar, e disparar, pondo muitos as mãos onde recebiam dano, se voltaram com todos repentinamente para o mesmo mato onde se haviam escondido a primeira vez. 97

⁹⁵ CARNEIRO, 986, p. 185.

⁹⁶ Ibid., p. 196.

⁹⁷ ALMEIDA, Paulo Chaves. Diário de tudo o que sucedeu na marcha que fêz a partida, que saiu aos campos de Guarapuava In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956, p. 285.

Em 2 de janeiro de 1774, quando chegaram ao acampamento de Nossa Senhora do Carmo encontraram apenas ruínas. O fato de os índios terem destruído quase tudo naquele acampamento, além de outros atos que consideraram desprezíveis causaram um profundo sentimento de impotência diante daquela afronta, já que eles não poderiam colocar mais uma vez em prática a desforra pela situação ultrajante, pois estavam em retirada. O historiador David Carneiro não avaliou bem aquela situação: “pensaram os expedicionários então, em tomar justa vingança, levando-a aos próprios seus aforamentos, porém a obediência lhes atou os passos e ligou-lhes as mãos. Não podendo obrar como desejavam, dos seus corações, vinham suspiros e lágrimas”.⁹⁸

Onde está, Fortaleza, onde a escultura
que em ti foi por um Marte decifrada
pois que ostentas, só vejo eternizada
essa que aí conservas, sepultura?

Com valor um herói a ofensa dura
vingar-te quer, ó Tróia destroçada,
lembrando de que foste despojada
sem respeito a tão alta arquitetura.
Dos bárbaros verás essa fereza
por um, Mavorte irado já vencida
para glória imortal da redondeza

Verás esta campanha reduzida
à nossa sujeição, sem ter defeza,
pela espada de um Afonso, embravecida

Este segundo soneto, de autoria desconhecida, expressou o sentimento de impotência focalizando a mitologia romana. O dilema ficou por conta do desejo de desforra e do cumprimento das determinações reais. O fato de não poderem fazer nada alimentou essa ambigüidade, a de não sofrerem as conseqüências da insubordinação, mas ao mesmo tempo a possibilidade de manifestarem suas críticas às ordenações reais, por meio da composição poética. Um caminho viável e seguro pelo qual o autor não poderia ser repreendido. Além do mais, ao que parece para esse “poeta” desconhecido, a mitologia serve como elemento de crítica ao remeter a situação enfrentada à Marte, deus da guerra dos romanos. Não fazer nada significava, assemelhar a ruína arquitetônica do forte Nossa Senhora do Carmo à Tróia, e por outro lado que eles mesmos pareciam com os cadáveres dos soldados que haviam sido emboscados. Tal ato deveria ser respondido à altura, e só fereza contra fereza poderia fazer

⁹⁸ Ibid., p. 197.

com que os campos e os índios ficassem em sujeição aos heróis, em obediência à navalha de Afonso Botelho.

Ao se constatar a ruína da fortaleza, o poeta a personifica, dialoga com ela. Levanta a indagação coletiva que representa e que o faz imaginar onde estava a grandiosidade de tudo que haviam feito, do que haviam conquistado naqueles sertões incultos. Foi uma forma de desabafo. Aquela paisagem em ruínas não eternizou os feitos das expedições. A materialização do sentimento de impotência da ruína significava a paralisação dos sentimentos, o que é algo irreal aos homens, porque eles são inconstantes. Essas manifestações não poderiam ser expressas, pois não possuíam natureza semelhante a da escultura, da arquitetura, cujas características são a inércia e a estabilidade. Mas, ao mesmo tempo em que se molda, eterniza-se. Dessa forma, o próprio poeta assume o papel de herói bárbaro, que deseja a vingança, que se sente no direito de reclamar defesa, que coloca-se enquanto juiz, pois os valores, a ética e o respeito foram quebrados pelos índios. E quando isto acontece, a ação deveria ser enérgica. Não haveria dó, nem piedade.

Quebraram as cangalhas, arrasaram os ranchos, e, o que foi para sentir, o lançarem por terra a Sagrada Cruz, que no terreiro se havia levantado novamente; e inda não satisfeitos com esta feroz demonstração da sua barbaridade passaram a despedaçar a mesma cruz, e a lançar as relíquias dela por tôda a terra, ação que bastante penetrou no íntimo do coração de todos, e os instigava a tomar a justa vingança de tão execrada barbaridade, indo para isso dirigidamente aos seus alojamentos destruí-los, e acabá-los; porém a obediência lhes atou os passos, e ligou as mãos, para que não obrando o que desejavam, somente arrancassem do íntimo dos doidos corações os suspiros, e dos internecidos olhos as lágrimas, com que fizeram público o seu sentimento, a sua mágoa, e a sua dor. Replantaram a cruz, como tão necessário instrumento para a redução daqueles infieis, assim como foi para a nossa redenção.

99

A expedição comandada pelo tenente Paulo Chaves de Almeida terminou em 9 de janeiro de 1774, no acampamento da Esperança com a recepção animada de Afonso Botelho. Seria necessário quase meio século para que as explorações dos campos de Guarapuava fossem retomadas, concretizando um domínio quase completo a partir do estabelecimento de um núcleo urbano, que ocorreu a 9 de dezembro de 1819 com a fundação de Guarapuava. A paisagem que se construiu de forma individual e coletiva para os sertões de Guarapuava, Tibagi e Iguatemi não ocorreu de forma sólida e concreta. Foi antes de tudo um ato impositivo

⁹⁹ Ibid., p. 287.

da força, da determinação real e, secundariamente, algo da vontade humana em dominar tudo aquilo que se apresentava de forma primitiva ou selvagem.

Ao ler a documentação, percebi em um fragmento discursivo o indício da autoria dos sonetos. A meu ver o que é incomum ao relatório é a passagem bem elaborada que pode denunciar seu autor, o próprio Tenente Paulo Chaves de Almeida: “o inculto daquele lugar lhes ofertou o delicioso mimo, com que costuma dulcificar aos caminantes o amargoso trago de tão cansada viagem, dando-lhes mel, e o mais de que a natureza o fertilizou”.¹⁰⁰ No início do século XVIII o termo médico dulcificar significava não só tirar o azedume, mas também eliminar a “acrimônia dos humores ácidos”.¹⁰¹

No final do documento redigido a quatro mãos por Paulo Chaves de Almeida, Diogo Pinto de Azevedo Portugal Sebastião Cordeiro e Marcelino Gomes da Costa, em 9 de janeiro de 1774, acampamento da Esperança, valorizou-se a honra e a glória de Deus, o interesse da Monarquia Portuguesa naqueles sertões e no benefício dos hereges, além da capacidade do comandante geral das expedições, colocando-se na posição de fiéis vassalos do rei de Portugal.

Não obstante, o que permaneceu no coração destes homens que exploraram os sertões de Guarapuava foi a ambigüidade do ufanismo e do ressentimento.

¹⁰⁰ Idem, p. 274.

¹⁰¹ BLATEAU, Raphael. **VOCABULARIO PORTUGUEZ & LATINO, aulico, anatômico, architetonico.** Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, p. 309.

Figura 1. Quadro geral das expedições.

| Data e lugar | comando | missão | Milicianos | | | | Desdobramentos |
|--------------------------------------|---|--|------------|-------|-------|--------|---|
| | | | Vol. | Pagos | total | canoas | |
| 12/07/1770 Caiacanga | Sargento-mor Francisco José Monteiro | Obter notícias de Silveira Peixoto | 56 | 7 | 63 | 9 | ? |
| - Caiacanga | Tenente Cândido Xavier | Explorar os sertões e obter notícias de Silveira Peixoto | 26 | 6 | 32 | ? | Notícia a descoberta dos Campos de Guarapuava, construiu um fortim. |
| 09/11/1769 Caiacanga | Tenente Manuel Teles | Explorar o rio do Registro | - | - | - | - | Morreu afogado com seu filho |
| 18/12/1770 Caiacanga | Tenente Cândido Xavier | Encontra outro caminho para os campos de Guarapuava | - | - | - | - | Estabeleceu outra rota para os sertões |
| 04/03/1771 Caiacanga | Capitão Felipe Santiago | Reforçar as outras expedições militares | 80 | - | 80 | 7 | Cumpriu a missão |
| 26/06/1770 Carrapato | Guarda-mor Francisco Martins Lustosa | Descobrir caminho direto aos sertões | 18 | - | 18 | - | Retorna a Curitiba em 21/11/1770 |
| 07/03/1771 Carrapato | Guarda-mor Francisco Martins Lustosa | Descobrir caminho direto aos sertões | 27 | 37 | 64 | - | Chegou às proximidades dos Campos de Guarapuava em 21/04/1771 |
| 09/11/1771 | Tenente-Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza | Reconhecer e tomar posse dos Campos de Guarapuava | 150 | - | 150 | - | Perdeu 7 homens e retirou-se dos campos |
| 30/11/1773 9/01/1774 Esperança | Tenente Paulo Chaves de Almeida | Verificar a situação dos Campos de Guarapuava | 23 | 6 | 29 | - | Tomam conhecimento da situação e retiram-se dos campos |

Adaptação de Carneiro: 1986, 120.

7 Conclusão

Este trabalho pretendeu demonstrar as ambigüidades na constituição do ufanismo. Esperamos ter sido capazes de adentrar a complexidade das sensibilidades - ufanismo e ressentimento - que envolveram a formação de uma identidade nacional, uma vez que eram substancialmente subjetivas. Também esperamos ter avançado no que diz respeito a uma perspectiva em torno da história das sensibilidades em suas vinculações com a história cultural. Por outro lado, não é meta enfatizar que o recorte temático-cronológico tenha sido o único caminho, mas, por certo a empreitada foi promissora e propiciou resultados úteis e interessantes, ampliando a compreensão sobre o problema da gênese identitária em fins do século XVIII. De qualquer forma, depois de compreender o ufanismo e o ressentimento, a partir de uma lógica da complementaridade e do antagonismo, é pertinente tecer alguns comentários finais que permitam refletir sobre suas características essenciais.

A dualidade dos comportamentos nas Minas Gerais é densa e requer mais estudos, tanto no tocante às orientações historiográficas, quanto no entendimento das motivações que levaram aos conflitos. Em tais encaminhamentos, percebe-se que os discursos em torno de um ou de outro grupo social acabaram encobrendo não só interesses e “sentimentos” específicos, mas também a participação de grupos excluídos, como mestiços, negros e índios.

A perspectiva inicial em torno da Guerra dos emboabas era trazer um quadro de referência para evidenciar os encaminhamentos propostos. Assim, ficou demonstrado como os historiadores Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida Paes Leme se utilizaram dos acontecimentos negativos aos paulistas para se posicionarem socialmente. Ao construir este espaço, criaram o emblema do herói sertanista que sofrera toda uma série de desagравos por parte dos portugueses. Um dos aspectos que deve ser levado em conta é o fato de já existirem formas de ressentimento entre os paulistas. Depois, elas foram canalizadas para os chamados “forasteiros”; e pelo que pode ser percebido na documentação, paulistas, portugueses e “agregados”, de maneira geral, possuíam posições ambíguas diante das contendas e, muitas vezes, não as manifestaram.

Neste sentido, cabe dizer, de maneira geral, que as atitudes dissimuladas passavam pelas “regulações” de ordem pessoal e social, na colônia e na metrópole. Isto caracteriza não só a pluralidade dos ressentimentos, mas também suas intensidades. Estes comportamentos eram formas de reagir frente a possíveis ameaças à integridade física, moral e econômica.

Tais atitudes, sendo reais ou imaginárias, foram tomadas a partir dos valores materiais que a sociedade do período considerava convenientes.

Ao concluir que a gênese do ufanismo estava nestes embates, pode-se pensar que seus valores foram genuinamente autóctones; os documentos examinados demonstram que os portugueses que afluíam para as minas de ouro traziam consigo valores específicos ligados à nobreza, à honra e à glória, situação que servia para distingui-los dos “brasileiros”.

É inegável que o ufanismo foi construído a partir do ressentimento proveniente das Minas Gerais, contudo, é importante destacar que além das manipulações dos historiadores paulistas havia a influência da literatura do início de setecentos. Esta tendência que valorizava as narrativas de viagens, das fábulas e do heroísmo deu o exemplo a outras construções “letradas”, e estas, por sua vez, acabaram se manifestando socialmente, de modo que a interiorização desta sensibilidade se estruturou nas referências oriundas do colonialismo e da cultura lusitana.

No caso do ufanismo paulista, as reorientações foram significativas. Além das questões pessoais, ele exerceu influência sobre as esferas políticas, além de fazer frente à ameaça espanhola que rivalizava nos limites territoriais luso-brasileiros. Assim, pairavam problemas internos e externos. Eram novos níveis de enfrentamentos caracterizados por embates entre “lideranças locais”, de um lado, e ameaças aos limites fronteiriços da colônia, de outro. Quanto ao ressentimento, cabe dizer que foram suprimidos no jogo de negociações sociais. O ufanismo, por sua vez, se encarregou de montar uma imagem positiva da nação luso-brasileira assentada na contradição social e no sentido de superioridade aos espanhóis, mesmo porque os novos embates também diziam respeito ao guarnecimento das fronteiras e sua povoação.

Neste caso, algumas personagens históricas foram decisivas na construção do mito ufanista. Ao complementarmos os estudos referentes ao tema, salientou-se especificamente a vinculação do ufanismo com o território e a criação de laços identitários. Em Pedro Taques de Almeida Paes Leme, foram percebidos os liames entre as questões pessoais, sociais e políticas, principalmente junto ao governador da capitania de São Paulo, D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão. Os valores ligados ao heroísmo, ao domínio territorial e à exploração dos recursos minerais foram determinantes à exploração dos sertões da capitania de São Paulo. Assim, ganhava contornos mais definidos o mapeamento das Minas de Ouro nos sertões de Tibagi e a ampliação de um projeto colonialista que procurava superar a rudeza da natureza, e a intolerância dos índios e dos espanhóis.

Outra figura importante na construção do ufanismo foi Gaspar da Madre de Deus. A perspectiva dual das sensibilidades foi constante em Frei Gaspar da Madre de Deus. Ele via no ufanismo e no argumento da miscigenação, o elemento condutor da bravura, do enaltecimento e da subserviência do paulista à coroa portuguesa. Mas havia um contraponto na medida em que o dismantelamento de imagens detratoras da barbárie paulista passava por formas de ressentimento profundamente arraigadas, principalmente contra os jesuítas espanhóis. Essencialmente, a valorização da paisagem colonial por Frei Gaspar conduzia a idealizações, estados sociais amenos e controláveis que criavam vinculações identitárias.

Em Cláudio Manuel da Costa pode-se notar a ambigüidade da *persona* poética com o seu próprio objeto inspirador: a paisagem mineira por sua vez é antagônica. Suas implicações para o período foram fundamentais, pois a partir da poesia, deixava em aberto às contradições entre o indivíduo, a organização social e a identificação com o território nacional. Seu sentimentalismo para com a colônia brasileira o levou a uma imagem da destruição das imagens idílicas que desejava. As Minas Gerais eram dominadas pelo rancor e pela ganância dos homens. Mesmo com tais perspectivas, acabou mitificando a natureza mineira e o “herói” restaurador da harmonia (Albuquerque). Enfim, estava ligado emotivamente aos valores e sentimentos dos indivíduos com sua terra de nascimento, o que o levou a louvar o sertanista apesar de sua rusticidade.

O conhecimento dos interiores coloniais através da cartografia foi imprescindível aos projetos de exploração e conquista territorial do Morgado de Mateus, pois ela integrou-se aos valores ufanistas do período. Neste sentido, viu-se como Francisco Tossi Columbina contribuiu, em meados de 1750, para o conhecimento de uma rede de caminhos e de uma unidade geográfica na colônia. Aliás, este conhecimento foi vital ao projeto de Dom Luis Antonio para colonizar os sertões do Tibagi. Contudo, no fundo, manifestavam-se questões pessoais, como os desejos incontidos de reconhecimento e de enriquecimento.

Outro aspecto significativo e contraditório presente em fins de setecentos refere-se à manifestação clara do ressentimento. Principalmente quando a colonização dos sertões do Iguatemi exigia altos sacrifícios da população. Eram constantes os quadros de instabilidade emocional diante da precariedade da vida no interior da colônia. Notadamente, o ufanismo se sobrepôs aos ressentimentos, pois fundamentava-se através das relações de poder, principalmente quando arrogava-se no direito de proteger as fronteiras das investidas espanholas.

Basicamente, as emanções sociais provenientes das sensibilidades em oposição e complementaridade foram alicerçadas por várias motivações. Entre elas, no plano externo,

destaca-se a conjuntura histórica, as relações de poder, às disputas políticas nos quadros social e militar.

Por outro lado, percebeu-se que as idéias dos historiadores paulistas também acabaram refluindo na historiografia paranaense (paranismo) das décadas iniciais do século XX. A forma de pensamento mitificou aquela sociedade ao atribuir ao passado um sentido romantizado às personagens históricas que exploraram os sertões de Tibagi. E de fato, chama a atenção o descaso para com as deserções, o enobrecimento dos comandantes, e o desprezo aos soldados.

As ambigüidades também apareceram no interior da corporação militar que explorava os sertões da capitania de São Paulo. Percebe-se claramente as disputas por postos ou patentes fundamentadas no modelo do Antigo Regime português como também uma rede de relações sociais e políticas em torno de conflitos e negociações. Em relação à política indigenista encetada pelo Marques de Pombal, cabe dizer que não passava de uma perspectiva dissimulada que colocava em prática a violência “branda” da integração social, pois na realidade as preocupações não eram apenas com a conversão religiosa, a prevaricação e “traições”, mas com a ocupação territorial e a exploração do ouro.

As sensibilidades em oposição também estavam ligadas à apreensão da natureza e da paisagem. Desta maneira, a cultura portuguesa e a religiosidade forneciam os instrumentos para a composição poética e para a pintura da paisagem.

O ufanismo que se irradiou durante o governo do Morgado de Mateus levou à interiorização e à exteriorização de sentimentos de cooperação, insubordinação e revelia, ou seja, “ressentimentos”. Neste caso, como os trabalhos sobre esta temática não consideraram as sensibilidades humanas em termos de resistência e cooperação, abriu-se esta possibilidade de estudo. Ao tratar deste assunto percebemos que estas questões eram complexas e iam além das discórdias entre portugueses, paulistas, e espanhóis, pois englobaram aspectos culturais, políticos, religiosos, jurídicos, literários, militares, entre outros.

8 REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia Maria. **O sangue itimorato e as nobilíssimas tradições**. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. Tese de doutorado em História, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 1985.

_____. Formação da Alma e do caráter nacional; ensino de história na era Vargas. São Paulo, **Revista Brasileira de História**, 1998, v. 10 n. 36.

ADONIAS, Isa. **A cartografia da Região Amazônica**: catálogo descritivo. (1500-1961). Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisas/Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963.

ALCIDES, Sérgio. **Estes penhascos**: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas – 1753-1773. São Paulo: Hucitec, 2003.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

AMBIRES, Juarez Donizete. Aspectos do governo do Morgado de Mateus, na história de São Paulo. **Revista Histórica**, São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, n.15, p. 19-22, jul./ago., 2004.

AMOROSO, Maria Rosa. Guerra de Mercadorias: os Kaingang nas cenas da “Conquista de Guarapuava”. In: **Do contato ao confronto**: a conquista de Guarapuava no século XVIII. São Paulo: BNP/Paribas, 2003. p. 27-41.

ANSARAT, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, S., NAXARA, M. (Org.). **Memória e (Res)sentimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. p. 15-36.

ÁRIÉS, P. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

ARNHEIN, Rudolf. **El Pensamiento visual**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1971.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. **Anthropos-homem**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. Vol. 5.

BALHANA, Altiya Pilati, MACHADO, Brasil Pinheiro, WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BELLOTTO, H. L. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial**: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1979.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes, PICCOLI, Valéria. Desenho e conquista territorial. In: **Do contato ao confronto**: a conquista de Guarapuava no século XVIII. São Paulo: BNP/Paribas, 2003.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes**. São Paulo: Objetiva/Metalivros, 1999.

BENEEDUZI, Luis Fernando. Epifania, recriação e ressentimento: fragmentos narrativos sobre a experiência da viagem na imigração italiana no Brasil. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, n.7, 10 maio, 2007.

Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/document3999.html>. Acesso em: 10 ago. 2007.

BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 251-280. 1998.

BLAJ, Ilana. A **trama das tensões**: a mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

_____. Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 281-296, 1998.

BLOCH, Vicent. Níveis de vigilância e atenção. In: FRAISSE, Paul, PIAGET, Jean (Org.). **Tratado de psicologia experimental**. Rio de Janeiro, 1969. p. 77-120.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

_____. Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar. In: **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 176-193.

BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1985.

BOXER, C. R. **A idade de ouro do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**: arraial de sertanistas (1554:128). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954.

CALMON, Pedro. **História do Brasil. Século XVI**: formação brasileira. Século XVIII: riqueza e vicissitudes. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1959.

CÂNDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1980.

CARLOS DA SILVA, João. David Carneiro. In: LOMBARDI, J. C., SAVIANI, D., NASCIMENTO, M.I.M. **Navegando pela história da Educação brasileira**. Glossário de História, Sociedade e Educação no Brasil. Campinas, GRAF. FE, HISTEDBR, 2006. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/d.html>. Acesso em: 5 mar. 2008.

CARNEIRO DA CUNHA, Pedro Octávio. Política e administração de 1640 a 1763. In: HOLANDA, S. Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. p. 9-48.

CARNEIRO LEÃO, Igor Zanoni C. As desventuras do paranismo. **FAE**, Curitiba, v.2, n.3, p.9-20, set./dez., 1999.

CARNEIRO, David. **Afonso Botelho de São Payo e Souza**. Curitiba: Litero-Técnica, 1986.

_____. Afonso Botelho de Sampayo e Souza: seu julgamento e seu papel na construção do atual Paraná. Curitiba, **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, p. 15-50, vol. V, fasc. 1-2, 1951.

_____. **O Paraná na historia militar do Brasil**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

CASTELLO, José Aderaldo. **A literatura Brasileira:** manifestações literárias da Era Colonial (150-1808). São Paulo: Cultrix, 1979.

CELSONO, Affonso de A. F. Por **que Me Ufano do Meu País:** right or wrong, my country. 12^a. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1943.

_____. **Chorographia do Brasil.** São Paulo: Livraria Paulo Azevedo e Cia, 1922.

CHARTIER, Roger. **À beira da Falésia:** a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRS, 2002.

CORBIN, A. **O território do vazio:** a praia e o imaginário Ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Saberes e odores:** o olfato e o imaginário social nos séculos XVII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Bastidores. In: PERROT, Michelle, et al. **História da Vida Privada.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 412-611.

_____. Do Limousin às culturas sensíveis. In: RIOUX, Jean-Pierre, SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural.** Lisboa : Editorial Estampa, 1998. p. 97-110.

_____. **Le temps, le désir et l'horreur:** essays sur le dix-neuvième siècle. Paris: Aubier, 1991.

COSTA, Ana Paula Pereira. Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armados nas conquistas: a atuação dos Corpos de Ordenanças em Minas colonial. **Revista de História Regional,** Ponta Grossa, v. 11, n.2, p. 109-162, 2006.

_____. **Atuação de poderes locais no Império Lusitano:** uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

COTTA, Francis Albert. **No rastro dos Dragões:** universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas. Tese de doutorado em história, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

COUTINHO, Afrânio, FARIA COUTINHO, Eduardo de. **A literatura no Brasil**. Era Barroca, era Neoclássica. São Paulo: Global, 1999.

DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil**: diagnóstico para a (n)ação. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

DEBES, Célio. O historiador Washington Luis. In: LUIS, Washington. **Na capitania de São Vicente**. Brasília: Senado Federal, 2004.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DOSSE, François. Os historiadores do mental. In: **A história em Migalhas**: dos Annales à Nova História. São Paulo: Ensaio, 1992.

ELIADE, Mircea. **Herreros y alquimistas**. Madrid: Editorial Aliança, 1974.

_____. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. **Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ESPÍRITO SANTO, Moisés. **A religião popular portuguesa**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1990.

FARAGE, Nádía. **As muralhas dos sertões. Os povos indígenas no rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1986.

FEBVRE, L. Como reconstituir a vida afectiva de outrora? In: FEBVRE, L. (Org.). **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

FERREIRA, Antonio Celso. História fast food (ou alguns problemas da teoria e da narrativa histórica neste fim de século). In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 31-37.

FILHO, Jorge da Cunha Pereira. Tropas militares luso-brasileiras nos séculos XVIII e XIX. **Boletim do Projeto Pesquisa Genealógica sobre as origens da família Cunha Pereira**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 12, p. 46-80, mar. 1998.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Da negação à ressignificação: a sensibilidade indígena nas narrativas coloniais. **Estudos de História**, Franca, v. 10. n. 2, p. 43-63, 2003.

FRANCO, Arthur Martins. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. Curitiba: Edição do Museu Paranaense, 1943.

FRANCO, Carvalho. **Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo**. São Paulo: Nacional, 1940.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1990.

GARCEZ FILHO, João Moreira. Notas biográficas sobre Afonso Botelho. In: **Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII**. São Paulo: BNPO Paribas, 2003.

GATO, Dante. Do romance histórico ao novo romance histórico: Paulo Setúbal e José Roberto Torero, **Revista Guairacá**, Guarapuava, n. 19, p. 31-55, 2003.

GAY, Peter. **O cultivo do ódio**. A expediência burguesa da Rainha Vitória a Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GERBI, Antonello. **O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOLGHER, Isaias. **Guerra dos emboabas: a primeira guerra civil nas Américas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1956.

GOLGHER, Marx. **Guerra dos Emboabas**. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1982.

GOUVEA, Maria de Fátima Silva. Redes de poder na América Portuguesa: O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, 1790-1822. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 297-330, 1998.

HANDELMANN, Henrique. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931. p. 542.

HAROCHE, Claudine. Elementos para uma antropologia política do ressentimento: laços emocionais e processos políticos. In: BRESCIANI, S., NAXARA, M. (Org.). **Memória e (Res)sentimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. p. 333-346.

HESPANHA, A M. **Panorama Histórico da Cultura Jurídica Européia**. Madri: Editorial Tecnos, 1998.

_____. A constituição do Império Português: revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F. & GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI - XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 66-167.

HOBSBAWM, E. J., RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: Holanda, S. B. de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. A época colonial. Tomo I, 2º. Vol, 7ª. Ed., Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1993. p. 258-310.

_____. **Monções**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1945.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

IGLÉSIAS, Francisco. **Melhores Poemas: Cláudio Manuel da Costa**. São Paulo: Editora Global, 2000.

KOK, Glória Porto. **O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII**. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2004.

LANGER, Johnni. A cidade perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 22, n. 43, 127-152, 2002.

LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida: a usura na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LEITE, Aureliano. **História da Civilização Paulística**; enriquecida de vasta bibliografia sobre cousas e pessoas de São Paulo desde 1502 a 1945. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960.

MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

MACEDO, F. R. Azevedo. **Conquista Pacífica de Guarapuava**. Curitiba: GERPA, 1951.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Expedições militares de conquista. In: BALHANA, A. P. et al. (Org.). **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 77-81.

MACHADO, Lourival Gomes. Política e administração de 1640 a 1763. In: HOLANDA, S. Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. p. 9-48.

MANDROU, R. **Magistrados e feiticeiros na França do século XVII**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MARCUS DA SILVA, Fávio. **Subsistência e poder**. A política de abastecimento alimentar nas minas setecentistas. Tese de doutoramento em história, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

_____. Paranística. **A DIVULGAÇÃO**, Curitiba, p. 91, fev./mar., 1946.

MARTINS, Urbano Borges. Significado da palavra Tibagi. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. 62, p. 95-102, 1980.

MASSAUD, Moisés. **História da literatura brasileira: das origens ao Romantismo**. São Paulo: Cultrix, 2001.

MATOSO, António G. **Compêndio de História de Portugal**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1942.

MELLO e SOUZA, Laura de. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-38.

_____. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

_____. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: MELLO E SOUZA, Laura de (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 41-81.

MELLO, Christiane F. Pagano de. **Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII** – As capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-Sul da América. Tese de doutorado em história, Universidade Federal Fluminense, 2002.

MELLO, José Soares de. **Emboabas**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1979.

MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. **O índio brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1976.

MESGRAVIS, Laima. A sociedade brasileira e a historiografia colonial. In: FREITAS, Marcos C. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 48-65.

MONTEIRO, J. M. O sertão e a identidade mística do paulista. **D. O. Leitura**. Caderno Paulista XXII, São Paulo, n. 2, p. 6-10, fev., 2001.

_____. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os conselhos e as comunidades. In: HESPANHA, Antonio M. (Org.). **História de Portugal: o Antigo Regime**. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

MOUTINHO, Jessita Maria Nogueira. A paulistanidade revista: algumas reflexões sobre um discurso político. **Tempo Social**, Revista de Sociologia, São Paulo, p. 109-117, 1991.

NEME, M. Um governador reformista no São Paulo Colonial. São Paulo: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, p. 9-53, 1970.

NIETZSCHE, F.W. **Obras incompletas**. São Paulo Nova Cultural, 1991.

_____. **Genealogia da moral**. Uma polêmica. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.

PAES LEME, Pedro Taques de. A. **Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania**. São Paulo: Livraria Martins Editôra, 1953.

PEREIRA, Luis Fernando. **Paranismo**: o Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Plano para sustentar a posse da parte meridional da América Portuguesa (1772)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul profundo. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (Org). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 223-238.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO, Paulo. **Província & nação. Paulística. Retrato do Brasil: ensaio sobre a Tristeza brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1972.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Ufanismo paulista vicissitudes de um imaginário. **Revista USP**, São Paulo, n. 13, p. 79-87, mar, abr./maio, 1992.

QUEIROZ, Sueli Ribeiro Reis de. **São Paulo**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

RABELLO, Elizabeth Darwiche. **As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII**. São Paulo: Editora Comercial Safady, 1980.

RIOUX, Jean-Pierre, SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RODERJAN, Roselys Vellozo. **Os curitibanos e a povoação de comunidades campeiras no Brasil Meridional** (Séc. XVI e XIX). Curitiba: Works Informática, 1992.

RODRIGUES, Edith Porchat. **Informações históricas sobre São Paulo no século de sua fundação**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1956.

RODRIGUES, J. Honório. **História da História do Brasil**: historiografia colonial. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1979.

_____. **Teoria da História do Brasil**: Introdução metodológica. São Paulo: Nacional, 1957.

ROLIM, Rivail Carvalho. A reorganização da polícia no Estado do Paraná nos anos 1950. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 153-166, 2000.

SALES, Fernando. Nota bibliográfica. In: ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Antonio César de Almeida. O desbravamento dos sertões da capitania de São Paulo e a presença portuguesa na porção meridional da América. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (Org.). **Plano para sustentar a posse da parte meridional da América Portuguesa (1772)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

_____. **Para viverem em povoações bem estabelecidas**: um estudo sobre a política urbanística pombalina. Tese de doutoramento em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. O ciclo de Miranda: utopia indigenista no Brasil pombalino. In: **Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII**. São Paulo: BNP Paribas, 2003. p. 15-23.

SILVA RAMOS, Péricles Eugênio. **Panorama da poesia brasileira**. Parnasianismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1959.

SILVA, Maria Bertriz Nizza da (Org.). **História da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, 1994.

SILVA, Walderez Phol da. Reflexões sobre a influência de Romário Martins na historiografia paranaense. **Revista Guairacá**, Guarapuava, p. 99-109, 2001.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

TAUNAY, A. de E. **História das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Melhoramentos, 1951.

_____. Súmula Biográfica. In: MADRE DE DEUS, Gaspar da. **Memórias Para a história da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo**. São Paulo: Martins Editora, 1956. p. 7-26.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRÃO FILHO, Amílcar. A cidade da conversão: a catequese jesuítica e a fundação de São Paulo de Piratininga. **Revista USP**. 450 anos de São Paulo, São Paulo, n. 63, p. 73-85, 1989.

TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. Apresentação. In: CARNEIRO, D. **Afonso Botelho de São Payo e Souza**. Curitiba: Litero-Técnica, 1986.

TRINDADE, Etelvina M. de Castro, ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, C. F., VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 127-160.

VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga das Minas Gerais.** (1703-1720). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958.

_____. **História media de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas, 1918.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira:** de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

VITERBO, F. Marques Souza. **Expedições Científico-militares enviadas ao Brasil.** Lisboa: Ed. Panorama, 1962.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. O papel dos índios na ocupação do Sudoeste Paranaense. **Boletim do IHGEP**, Curitiba, p. 53-71, 1972.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. Perfis de personalidades paranaenses. In: **História do Paraná.** Curitiba: Grafipar, 1969. p. 259-331.

YAZIGI, Eduardo. A importância da paisagem. In: YAZIGI, Eduardo (Org). **Turismo e paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002. p. 11-28.

9 FONTES

ABREU, Gracita Gruber de. Abrem-se as cortinas do passado. Conquista de Guarapuava. **O Paraná**, Curitiba, p. 5, 15 dez., 1984.

ALMEIDA, Candido Xavier de. Carta. 22 de setembro de 1770. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 123-126. vol. 76.

_____. Conselho-de-guerra, 11 de agosto de 1770. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 119-122.

ALMEIDA, Paulo Chaves de. Diário de tudo o que sucedeu na marcha que fez a partida, que saiu aos Campos de Guarapuava [...]. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 269-290.

Alvará com força de lei, de ampliação, e declaração ao outro Alvará de 24 de fevereiro de 1764, sobre as Recrutadas dos Regimentos. In: **Systema ou collecção dos Regimentos Reais**. Contém os regimentos pertencentes à Fazenda Real, Justiças e Militares. Agora novamente reimpressos e acrescentados com todas as leis, Alvarás, Decretos e Avisos, que ampliarão, limitarão, declararão, recomendarão, e derogarão os mesmos Regimentos nas partes, ou §§, que se abolirão: e também se lhe juntarão outros mais, que faltavam até o presente. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789. Tomo V.

Alvará de 14 de fevereiro de 1772 sobre os soldados contrabandistas. In: **Systema ou collecção dos Regimentos Reais** [...]. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789, Tomo V. p. 347-349.

Alvará de 6 de setembro de 1765, em que se estabelecem as penas, com que dever ser punidos os Desertores de Tropas, e os que lhes derem asylo. In: **Systema ou collecção dos Regimentos Reais** [...]. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789, Tomo V. p. 337-338.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

BAIÃO, Estevão Ribeiro. Diário e marcha da companhia de que é Capitão Estevão Ribeiro Baião. In: SAMPAIO E SOUZA. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 182-194.

_____. Cópia do Diário do Capitão Baião. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 203-208.

_____. Expedição que sai desse porto de São Bento do Rio Tibagi por ordem do ilustríssimo e Excelentíssimo senhor Dom Luis Antônio de Souza Botelho Mourão [...]. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 77-82.

BLATEAU, Raphael. **VOCABULARIO PORTUGUEZ & LATINO, aulico, anatômico, architetonico**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

BRANCO RIBEIRO, Eurico. Esboço da história de Guarapuava. **Almanack dos municípios**, Curitiba, 1922.

Campos de Guarapuava, **Folha do Oeste**, Guarapuava, torrão abençoado por Deus. Guarapuava, p. 5, 9 dez., 1973.

Carta ao frei Inácio Abraão de Santa Catarina, capelão da Expedição. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 16.

Carta de Azevedo Macedo a Romário Martins. Curitiba (1 de fev. de 1943). In: MACEDO, F. R. Azevedo. **Conquista Pacífica de Guarapuava**. Curitiba: GERPA, 1951. p. 251.

Carta de Bento do Amaral Coutinho ao governador da Capitania d. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre. Arrayal de Ouro Preto, 16 de janeiro de 1709. In: MELLO, J. S. **Emboabas**. São Paulo: Governo do Estado, 1979. p. 237-245.

Carta de Borba Gato ao governador da Capitania d. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastre, In: MELO, José Soares. **Emboabas**. São Paulo: Governo do Estado, 1979. p. 236.

Carta de Borba Gato ao governador da Capitania d. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastre. Minas do Rio das Velhas. 29 de novembro de 1708. In: MELO, José Soares. **Emboabas**. São Paulo: Governo do Estado, 1979. p. 232-237.

Carta de Manoel Nunes Viana a Manoel da Borba Gato, In: MELO, José Soares. **Emboabas**. São Paulo: Governo do Estado, 1979. p. 229-231.

Carta do guarda-mor Lussosa, e seus companheiros. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 133-134.

CARVALHO, Francisco Olinto de. Relação do primeiro encontro, que o Tenente-Coronel Afonso Botelho de S. Paio e Souza teve com os índios do Sertão do Tibagi, nos campos de Guarapuava. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 28-68.

CAZAL, Ayres de. **Corografia Brasílica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil**. Rio de Janeiro, Impressão regia, 1817.

COLUMBINA, Francisco Tossi. Correspondência ao governador Dom Marcos de Noronha. In: **Antecedentes Históricos: 1549-1896**. Rio de Janeiro: Presidência da República – Serviço de Documentação, 1960. p. 104-105.

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. **Historia do Brasil desde o seu descobrimento por Pedro Alvares Cabral até a abdicação do Imperador D. Pedro I**. Paris: J.P. Aullaud, 1839.

Cópia da carta do tenente Cândido Xavier escrita no pôrto Nossa Senhora da Victória, a 24 de outubro de 1770 a Affonso Botelho. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 127-129.

Cópia das Ordens que deu o Alferes Cândido Xavier quando mandou uma esquadra de soldados examinar os campos, cujo nome é de Nossa Senhora do Carmo. In: SAMPAIO

E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 126-127.

Cópia de a carta e diário que o padre Frei Antônio de Santa Tereza, monge beneditino, escreveu ao Tenente-coronel Afonso Botelho de S. Paio e Souza. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 177-178.

Correspondência de D. João I. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Francisco Tosi Colombina**: descobrimento das terras do Tibagi. Manuscrito inédito do século XVIII. Maringá: UEM – Imprensa Universitária, 1974. p. 24.

Correspondência de Diogo de M. Corte real a José Antonio Freire de Andrade. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Francisco Tosi Colombina**: descobrimento das terras do Tibagi. Manuscrito inédito do século XVIII. Maringá: UEM – Imprensa Universitária, 1974. p. 29-30.

Correspondência de Diogo de M. da Corte Real. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Francisco Tosi Colombina**: descobrimento das terras do Tibagi. Manuscrito inédito do século XVIII. Maringá: UEM – Imprensa Universitária, 1974. p. 23.

Correspondência de Francisco Tossi Columbina a D. José I. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Francisco Tosi Colombina**: descobrimento das terras do Tibagi. Manuscrito inédito do século XVIII. Maringá: UEM – Imprensa Universitária, 1974. p. 31-37.

CORTESÃO, Jaime. Mapa das comunicações entre o Prata e o Amazonas de Francisco Tossi Colombina (1751). In: **Antecedentes Históricos**: 1549-1896. Rio de Janeiro: Presidência da República – Serviço de Documentação, 1960. p. 103-111.

Decreto de 5 de outubro de 1778, porque S. Magestade ordena, que aos Réos militares seja permitido em tempo de paz nomear hum advogado que os aconselhe; e que nos crimes capitães, depois de sentenciados os mesmos Réos, se lhes admittão huns embargos sómente. In: **Systema ou collecção dos Regimentos Reais**. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789. Tomo V. p. 347.

Diccionario de la lengua castellana por la Real Academia Española. Madrid: Imprenta de los Sres. Hernando y compañía, 1899.

Diccionario de la lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua. Madrid: Real Academia Española, 1739.

ESPIRITO SANTO, Antonio de Santa Tereza do **Diário e marcha da companhia de que é capitão Estevão Ribeiro Baião**. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 182-194.

FERNADES, Hellê Vellozo. **Pioneiros do Iguatemi**. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1966.

FERNANDES, F. **Dicionário de Sinônimos e Antônimos**. Rio de Janeiro: Globo, 1955.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0**. Curitiba: Positivo Informática Ltda, 2004.

FILGUEIRAS, Bruno da Costa. Ordens para cumprir Bruno da Costa Filgueira, comandante da expedição que entra neste porto de Nossa Senhora de Caiacanga pelo Rio Grande do Registro abaixo aos 26 de agosto de 1769. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 86-89.

FONSECA, Manoel da. **Vida do venerável padre Belchior de Pontes da Companhia de Jesus da Provincia do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1932.

História do Distrito do Rio das Mortes, Sua Descrição, Descobrimto das suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e criação das suas vilas. In: TAUNAY, A. de E. **Relatos sertanistas**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954. p. 91-119.

Historical journal of Father Pierre François Xavier de Charlevoix, in letters addressed to the Dutchess of Lesdiguières. p. 119.

III e IV. In: TAUNAY, A. de E. **Relatos sertanistas**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954. p. 75-81.

JUZARTE, Teotônio José. Diário da navegação ao do rio Tietê, Rio Grande Paraná, e rio Guatemi em que se dá relação de tôdas as coisas mais notáveis dêstes rios, seu curso, sua distância, e de todos os mais rios, que se encontram, ilhas, perigos, e de tudo o que acontecido neste diário, pelo tempo de dois anos e dois meses. Que principia em 10 de março de 1769. In: TAUNAY, Affonso de E. **História das Bandeiras Paulistas**. Relatos Monçoneiros. 2ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, sd. p. 239-296. vol. III.

LEÃO, Agostinho Hermelino de. **Índice Paranaense. Diccionario Historico e Geographico do Paraná**. Supplemento. Curitiba: Imprensa Paranaense, s.d.

LEÃO, Duarte Nunes. **Origem, e orthographia da lingua portugueza**. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1784.

Lei porque Sua Magestade attendento a urgente necessidade, com que instão os quotidianos, e indispensaveis alimentos das Tropas do seu Exercito; he servido estabelecer para o exacto, e prompto pagamento delas hum novo methodo, breve, claro, e expedito; abolindo os circuitos, e formalidades com que até agora se protelarão, a satisfação dos soldos, e das contas delles nas Vedorias, e Contadorias de Guerra. In: **Systema ou collecção dos Regimentos Reais [...]**. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789. Tomo V. p. 281-282.

Lista da expedição que entra para o Tabagi pela paragem chamada Carrapato, feita neste rio Guaraúna. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi [...]**. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 136-137.

MACHADO D'OLIVEIRA, J.J. **Quadro Histórico da província de São Paulo**. Governo do Estado: 1978.

MADRE DE DEUS, F. Gaspar. **Memórias para a história da capitania de São Vicente**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1956.

MARQUES, Manuel Afrânio de. **Apontamentos históricos, geográficos, biogeográficos e noticiosos da Província de São Paulo seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876**. São Paulo: Livraria Martins Editora, [1872], 1950.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Francisco Tosi Colombina: descobrimento das terras do Tibagi**. Manuscrito inédito do século XVIII. Maringá: UEM – Imprensa Universitária, 1974.

Notícias dos descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a Estas Minas Gerais – Pessoas mais assinaladas nestas emprêsas e dos mais memoráveis casos acontecidos desde seus princípios. In: TAUNAY, A. de E. **Relatos sertanistas**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954. p. 21-57.

PAES LEME, Pedro Taques de. A. **Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania**. São Paulo: Livraria Martins Editôra, 1953.

Parecer do Conselho Ultramarino sôbre um requerimento de Francisco Tossi Columbina e outros sócios, que pretendem abrir um caminho desde Santos e São Paulo até Vila Boa de Goiás e daí até Cuiabá, 16 de novembro de 1750. In: **Antecedentes Históricos: 1549-1896**. Rio de Janeiro: Presidência da República – Serviço de Documentação, 1960. p. 99-103.

PEIXOTO, Antonio da Silveira. Relação de Antônio da Silveira Peixoto. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi [...]**. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 08-11.

PEREIRA DA SILVA, J.M. Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc. Rocha Pitta. **Revista Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, p. 258-276, 1849.

PITTA, Rocha. **História da América Portuguesa**. São Paulo: Gráfica Editôra Brasileira, 1950. vol XXX.

Registro da ordem, que se passou ao Guarda-mor Francisco Martins Lussosa. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi [...]**. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 115-118.

Registro de minuta de correspondência a ser dirigida ao governador da Capitania de São Paulo – Coleções de registros de ofícios e minutas remetidos para o Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Gerais, St^a. Catarina, Nova Colônia de Sacramento; AHU, códice 1787. In: Magnus Roberto de Mello. **Plano para sustentar a posse da parte meridional da América Portuguesa (1772)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. p. 19.

Relação do princípio descoberto destas Minas Gerais e os sucesso de algumas coisas mais memoráveis que sucederam de seu princípio até o tempo que a veio governar o Exmo. Dom Braz da Silveira. In: TAUNAY, A. de E. **Relatos sertanistas**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954. p. 61-70.

Roteiro da Viagem que fez o Tenente Domingos Lopes Cascais, e o cabo Bruno da Costa Filgueira, em que compriam as ordens que se lhes deram como atrás ficam registradas, copiado da mesma sorte, que mandou o dito capitão, hoje 16 de abril de 1769. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 73-76.

SÁ e FARIA, J. C. e MOURÃO, Luis. A. de S. B. Projeto, ou plano ajustado por ordem de S. M. F. entre o Governador & Cap. ^m Gen. ^{Al} de S. Paulo. D. Luis Ant. ^{to} de Souza & o Brigadeiro Jozé Custódio de Sá e Faria de todos os serviços que se devem obrar, & todos os socorros com q se devem sustentar nesta P. ^{te} Meridional da America Porg. ^{sa} anno de 1772. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (Org.) **Plano para sustentar a posse da parte meridional da América Portuguesa (1772)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. p. 31-59.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Ed. da Universidade de São Paulo; Livraria Itatiaia, 1978.

SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Descoberta dos Campos de Guarapuava**. 1771. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1855. p. 252-267. Tomo XVIII.

_____. Auto das perguntas, que mandou fazer o ajudante-das-ordens Afonso Botelho de S. Paio de Souza pelo tenente Joaquim Coelho da Cruz, serem inquiridos os desertores da expedição do rio do Registro de Curitiba. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 119-125.

_____. Notícia da conquista, e descobrimento dos sertões de Tibagi, na capitania de São Paulo, no governo do Governador, e capitão-general Dom Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, conforme as ordens de sua majestade. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 7-25. Vol. 76.

_____. Carta escrita ao tenente Cândido Xavier, 17 de dezembro de 1770. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 131-133.

_____. Ordens que foram ao tenente Francisco Lopes da Silva em 2 de janeiro de 1770. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de**

Tibagi [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 98-108.

_____. Os campos, que Afonso Botelho de S. Paio e Souza, Ajudante-das-ordens do General de S. Paio, e Tenente-Coronel das Expedições do Tabagi, mandou descobrir pelo Guarda-mor Francisco Martins Lustosa, chamam-se campos de Guarapuava e Apucarana; e também as grandezas tão decantadas do Capivarucu, que estão no sertão de Tabagi. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 213-216.

_____. Relação do primeiro encontro que tivemos com os índios do sertão do Tibagi, nos campos de Guarapuava, aos 16, e aos 17 de dezembro de 1771 In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 28-68.

_____. Ordens. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 84-85.

_____. Esta ordem foi passada por Afonso Botelho de S. Paio e Souza. In: SAMPAIO E SOUZA, [1768-1774], 1956. p. 116.

SILVA, Francisco Lopes da. Diário do Pôrto de São Bento do Rio Tibagi para o Rio de Dom Luis e Praça de Guatimim [...]. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. **Notícia da conquista dos sertões de Tibagi** [...]. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 159-176.